



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Doutorado

LEIDIANE SOUZA DE OLIVEIRA

**DISPUTAS IDEOPOLÍTICAS ENTRE CONSERVADORISMO E FEMINISMO NO
CONTEXTO BRASILEIRO DOS ANOS 2000**

RECIFE/PE

2022

LEIDIANE SOUZA DE OLIVEIRA

**DISPUTAS IDEOPOLÍTICAS ENTRE CONSERVADORISMO E FEMINISMO NO
CONTEXTO BRASILEIRO DOS ANOS 2000**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito final para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Rodrigues Costa

RECIFE/PE

2022

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

O48d Oliveira, Leidiane Souza de
Disputas ideopolíticas entre conservadorismo e feminismo no contexto brasileiro dos anos 2000 / Leidiane Souza de Oliveira. - 2022.
254 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mônica Rodrigues Costa.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2022.
Inclui referências.

1. Conservadorismo (Política). 2. Feminismo. 3. Movimento de mulheres I. Costa, Mônica Rodrigues (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2022 – 057)

LEIDIANE SOUZA DE OLIVEIRA

**DISPUTAS IDEOPOLÍTICAS ENTRE CONSERVADORISMO E FEMINISMO NO
CONTEXTO BRASILEIRO DOS ANOS 2000**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito final para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Aprovado em: 28/03/2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. MÔNICA RODRIGUES COSTA
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Orientadora

Profa. Dra. FLÁVIA DA SILVA CLEMENTE
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Examinadora Interna

Dr. EVANDRO ALVES BARBOSA FILHO
Pós-Doutorando PPGSS/UFPE
Examinador Externo

Profa. Dra. SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Examinadora Externa

Profa. Dra. CLÁUDIA MARIA MAZZEI NOGUEIRA
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Examinadora Externa

Profa. Dra. ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Suplente Interna

Profa. Dra. ROBERTA MENEZES SOUSA
Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE)

Dedico às minhas companheiras de turma do doutorado:
Fabiana Costa, Fabíola Mendonça, Iara Fraga, Mirella Lucena,
Simaia Ferreira, Stella D'Ângelis e Taciana Maria, pelo
companheirismo, pelas trocas acadêmicas e afetivas, pelo
amadurecimento coletivo, pelo tempo do doutorado e para
além.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese! Já foi sonho, já foi medo... foi processo, foi costura, descostura... foi mergulho, foi quase afogamento e, se me salvei – aliás, se aprendi a nadar em águas tão turbulentas –, devo isso a quem esteve ao meu lado, a quem me pôs tantas vezes em terra firme, a quem me acordou de pesadelos e, camaradamente, construiu comigo um sonho bonito e possível. A todes que comigo tornaram a escrita desta tese uma possibilidade, em tempos em que o cotidiano nem sempre se permitiu suspender, meus profundos e sinceros agradecimentos.

À minha mãe Leilde, pelo constante refúgio para minha alma cansada e pela capacidade de revigorar minhas forças com o combustível do amor quantas vezes foi necessário.

Ao meu pai Edvaldo, por sempre apostar em mim, pelo orgulho com que me apresenta e pela aposta nos meus ideais, quando eles nos custam tanto.

Aos meus irmãos Ernando, Leiliane e Netinho, cada qual ao seu modo, por serem meus pilares de sustentação e por sustentarem essa estrutura mais velha, que já ameaçou desabar algumas vezes.

Aos meus sobrinhos Gustavo, Anna Íris e Felipe. Vocês sem dúvidas me tornam o melhor que posso ser, a tia mais babona. Com vocês, todo dia, por difícil que seja, é um dia para sorrir e acreditar no futuro.

À minha madrinha Lenira, com quem sempre conto, pela disponibilidade em me ajudar sempre e pela companhia constante.

À Alane, não só pela família que fomos em Recife nesses anos, mas também pela presença constante e por dividir esses anos com companheirismo, afetos e irmandade.

A Nestor, pelo estímulo desde a seleção, pelas caronas até a UFPE, pelos cafés nos corredores e pelos encontros recifenses, mossoroenses e além.

A Renato, pela vivência cotidiana, as risadas, as conversas aleatórias e os carnavais.

Às minhas amigas do trabalho, pelos estímulos frequentes, pelo apoio na vida acadêmica e afetiva. Agradeço à Cláudia Gomes, por toda solidariedade, por todo incentivo, pelos nossos dias na Europa e por aquecer os dias de inverno com sua companhia aconchegante; à Luciana Cantalice, pelo afeto imensurável, pelas portas

sempre abertas em sua casa, pelas tantas partilhas e pela confiança; e à Mauricélia, pelo nosso encontro na jornada docente desde 2013, pelo que construímos a partir dele e pelo que ainda teremos a partilhar. Amo vocês!

À Kassandra Meneses, cara companheira, pela atenção, pelo cuidado constante, pela valorosa amizade e pela alegria a cada encontro.

À Jéssica Juliana, pelas partilhas dos debates em comum nas nossas pesquisas, por abrir sua casa em João Pessoa e por abrir o coração e os ouvidos sempre que eu preciso.

À Janine Oliveira, pelo elo estabelecido para além da formação, pelos tantos encontros e pelo compartilhamento da moradia sempre que eu precisei.

Às minhas ex-estagiárias docentes e agora amigas: Danielle Maria, pelas trocas poéticas, pelo estímulo literário, pelas mensagens constantes e por todo respeito; e Raquel Brito, agora colega de profissão, pelas trocas feministas, pelos desabafos regados a cerveja e pelo compromisso com a profissão e com a militância.

Aos amigos Jaciara, Lidiane, Iago e Ademir, por tornarem cada encontro uma festa e por possibilitarem tantas alegrias com suas conquistas, mesmo diante de tantas adversidades. A Joane, Rose, Suzany e Luís Henrique (afilhados). A Janikleide e Ricardo, pela aconchegante recepção em Santos.

À Tássia Rejane, valorosa companheira da UFRN que tive o prazer de reencontrar e conviver em Recife.

À Andreia Santos, pelo nosso bonito encontro, pelo companheirismo e pelo tanto que me ensinou. Minha gratidão!

Às minhas admiráveis companheiras de turma – Fabiana, Fabíola, Iara, Mirella, Simaia, Stella e Taciana –, por cada aula compartilhada, por cada atividade concluída e por dividirem os desafios comuns a oito mulheres com cotidianos diferentes e experiências em comum na pós-graduação.

Às amigas que a UFPE me trouxe: à Jussara Bernado, pela disponibilidade em me receber para risos e choros e pelo cuidado, uma marca de sua pessoa. Você foi um presente; à Crismanda Ferreira, pelos diálogos constantes e pela gentileza que lhe é peculiar; à Iris Pontes, por toda energia pernambucana, pelo riso frouxo e pela atenção de sempre; a Alison Cleiton, pela solidariedade, pelas trocas, pela alegria e pelos cafés; à Elizangela Cardoso, que reencontrei na UFPE e com quem compartilhei

importantes reflexões acadêmicas; e a Jader (Jadinho), pelos bons momentos compartilhados.

A Rogério Gomes, pela aproximação em meio ao distanciamento, por colocar cores nos dias acinzentados, pelas manhãs de domingo, pelos banhos de água doce e pela coleção de bons momentos.

Aos/às companheiros/as da gestão Avançar sem Temer: fortes independentes, do CRESS Paraíba (2017-2020), com quem pude dividir tarefas políticas e administrativas importantes, pelo tanto que me ensinaram ali e seguem me ensinando.

Aos/às integrantes do Grupo de Pesquisa sobre Economia Política e Trabalho (Gepet), do Departamento de Serviço Social da UFPB, pelas reiteradas oportunidades de troca e pelo apoio acadêmico afetivo.

Ao Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Gênero (NETeG), da Unifesp - Baixada Santista, por me recepcionar na realização de meu intercâmbio no segundo semestre de 2019, pela excelente supervisão da Profa. Cláudia Mazzei e pela orientação da Profa. Juliane Peruzzo, cujas referências carrego para a vida.

À Facepe, pelo apoio financeiro neste projeto.

Ao Departamento de Serviço Social da UFPB, pelo empenho em garantir o direito à qualificação no meu processo de doutoramento e pela comunicação constante.

À minha orientadora Mônica Costa, pela receptividade comigo, com minha proposta de pesquisa, pelas respeitadas interlocuções, pela leitura atenta, pelas observações contundentes e pela aposta no meu caminho. Muito obrigada!

Aos/as professores/as da Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, pelo comprometimento com a formação crítica e pelo esforço coletivo em manter a qualidade da pesquisa e sua socialização.

Às professoras e pesquisadoras Silvana Mara e Verônica Ferreira, por quem carrego admirações teóricas e políticas desde a graduação e pelas contribuições que dão às lutas feministas, por aceitarem examinar este trabalho.

Ao professor Evandro Barboza, pelo aceite do convite para composição da banca examinadora deste trabalho.

Ao CNPQ, pelo financiamento na modalidade Bolsa de Doutorado durante os dois últimos anos dessa pesquisa.

“Costuma-se dizer que a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão de conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor. Seu maior mérito talvez seja menos defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torná-los sensíveis – como ele próprio o foi – às cores e aos odores das coisas desconhecidas. Mas ele também tem a ambição de organizar todos esses detalhes concretos numa estrutura abstrata, e é sempre difícil para ele (felizmente!) desprender-se do emaranhado das impressões que o solicitaram em sua busca aventureira, é sempre difícil conformá-las imediatamente à álgebra no entanto necessária de uma teoria.”
(ARIÈS, 1986, p.9)

RESUMO

O contexto econômico e político das duas primeiras décadas dos anos 2000 se caracteriza por uma acentuada disputa ideológica entre o conservadorismo e o feminismo, permeada pela ascensão da dinâmica capitalista em crise e suas requisições ao Estado brasileiro a fim de privilegiar a lucratividade em detrimento do atendimento às necessidades humanas. Desse modo, surgem tanto sujeitos políticos representantes dos ideais conservadores quanto feministas, que vão disputar perspectivas conflitantes, servindo de base para nossa análise. Procedemos, assim, com uma pesquisa de caráter qualitativo e recorreremos à análise documental e bibliográfica, sob a ótica do método materialista histórico e dialético de base ontológica. A partir disso, temos como objetivos: identificar as determinações que particularizam o avanço do conservadorismo, do patriarcado e do racismo nas políticas e nos programas destinados às mulheres no século XXI; analisar as principais tendências ideopolíticas que sustentam as políticas e programas voltados aos direitos das mulheres a partir dos anos 2000; e apreender como se expressa a correlação de forças (que denominamos disputas ideopolíticas) entre a agenda feminista classista e a agenda liberal e conservadora nas pautas feministas, os sujeitos políticos que a defendem e seus interesses. Nos detemos em conceitos e categorias como crise do capital, patriarcado e conservadorismo. Para além disso, analisamos documentos e publicações nos sites e blogs dos sujeitos que caracterizamos como conservadores: o Movimento Brasil Livre (MBL), o Escola Sem Partido, a Bancada Evangélica e o Movimento Brasil Conservador (MBC). Em contraposição, analisamos documentos e matérias de blogs e redes sociais dos movimentos feministas Pão e Rosas, Movimento Mulheres em Luta, Coletivo Ana Montenegro e Resistência Feminista, que atuam em conjunto a outros movimentos sociais e partidos e que surgiram no contexto dos anos 2000. É inegável que as forças conservadoras crescem aliadas à regressão de direitos e aos ataques à democracia, além de se sustentar no patriarcado e no racismo. Os movimentos feministas que analisamos desenvolvem ações de formação, divulgam seus posicionamentos políticos e realizam mobilizações e protestos, que os colocam como sujeitos coletivos ativos na sociedade. Sendo assim, crescem as lutas feministas, anticapitalistas e antirracistas, cujas possibilidades e desafios seguem o curso histórico da luta de classes no Brasil. Foi possível identificar que, em grandes medidas, esses movimentos se aproximam em suas ações, com algumas diferenças como maior atuação no Sul e Sudeste, no caso do Pão e Rosas e Movimento Mulheres em Luta (MML), e com alguns mais focados no combate ao racismo, a exemplo da resistência feminista e do Coletivo Ana Montenegro (CFCAM), sendo outros movimentos focados em ações mais genéricas.

Palavras-chave: Disputas ideopolíticas; Conservadorismo; Feminismo.

RESUMEN

El contexto económico y político de las dos primeras décadas de la década del años 2000 se caracteriza por una aguda disputa ideológica entre conservadurismo y feminismo, permeada por el auge de la dinámica capitalista en crisis y sus peticiones al Estado brasileño, para privilegiar la rentabilidad sobre el encuentro de las necesidades humanas. Así, hay tantos sujetos políticos que representan ideales conservadores y feministas, que disputarán perspectivas conflictivas, sirviendo de base para nuestro análisis. Se procedió a una investigación cualitativa, a través del análisis documental y bibliográfico, con el objetivo de: identificar las determinaciones que particularizan el avance del conservadurismo, el patriarcado y el racismo en las políticas y programas dirigidos a las mujeres del siglo XXI; analizar las principales tendencias ideopolíticas que apoyan las políticas y programas orientados a los derechos de las mujeres desde la década de 2000 en adelante; y aprender cómo se expresa la correlación de fuerzas (que llamamos disputas ideopolíticas) entre la agenda feminista de clase y la agenda liberal y conservadora en las agendas feministas, los sujetos políticos que la defienden y sus intereses. Nos enfocamos en conceptos y categorías como capital crisis, patriarcado y conservadurismo. Además, analizamos documentos de temas que caracterizamos como conservadores: el Movimiento Brasil Libre (MBL), la Escuela Sin Partido, el Banco Evangélico y el Movimiento Conservador de Brasil (MBC). En contraste, analizamos documentos y artículos de blogs y redes sociales de los movimientos feministas Pão e Rosas, Movimiento de Mujeres en Lucha, Colectiva Ana Montenegro y Resistencia Feminista. Es innegable que las fuerzas conservadoras crecen aliadas a la regresión de derechos y ataques a la democracia, además de sostenerse en el patriarcado. Los movimientos que analizamos desarrollan acciones de formación, dan a conocer sus posiciones políticas y realizan movilizaciones y protestas, que los ubican como sujetos colectivos activos en la sociedad. Por tanto, crecen las luchas feministas, anticapitalistas y antirracistas, cuyas posibilidades y desafíos siguen el curso histórico de la lucha de clases en Brasil. Fue posible identificar que, en gran medida, estos movimientos son similares en sus acciones, con algunas diferencias, como una mayor actuación en el Sur y Sudeste, en el caso de Pão e Rosas y Movimento Mulheres em Luta (MML), y con algunos más enfocados en combatir el racismo, como la resistencia feminista y el Colectivo Ana Montenegro (CFCAM), con otros movimientos enfocados en acciones más genéricas.

Palabras clave: Controversias ideopolíticas; Conservatismo; Feminismo.

RÉSUMÉ

Le contexte économique et politique des deux premières décennies des années 2000 est caractérisé par une vive querelle idéologique entre conservatisme et féminisme, imprégnée par la montée de la dynamique capitaliste en crise et ses demandes à l'État brésilien, afin de privilégier la rentabilité à la rencontre des besoins humains. Ainsi, il y a tant de sujets politiques représentant des idéaux conservateurs et féministes, qui contesteront des perspectives contradictoires, servant de base à notre analyse. Nous avons procédé à une recherche qualitative, à travers une analyse documentaire et bibliographique, visant à: Identifier les déterminations qui particularisent l'avancée du conservatisme, du patriarcat et du racisme dans les politiques et programmes destinés aux femmes au 21^e siècle; analyser les principales tendances idéopolitiques qui soutiennent les politiques et programmes visant les droits des femmes depuis les années 2000; et pour appréhender comment s'exprime la corrélation de forces (que nous appelons conflits idéopolitiques) entre l'agenda féministe de classe et l'agenda libéral et conservateur dans les agendas féministes, les sujets politiques qui le défendent et leurs intérêts. Nous nous concentrons sur des concepts et des catégories tels que la crise des capitaux, patriarcat et conservatisme. De plus, nous avons analysé des documents de sujets que nous qualifions de conservateurs: le Mouvement Brésil Libre (MBL), l'école sans parti, le Banc évangélique et le Mouvement conservateur du Brésil (MBC). En revanche, nous avons analysé des documents et des articles de blogs et réseaux sociaux des mouvements féministes Pão e Rosas, Mouvement des femmes en lutte, Collectif Ana Montenegro et Résistance féministe. Il est indéniable que les forces conservatrices s'allient à la régression des droits et aux atteintes à la démocratie, en plus de se maintenir dans le patriarcat. Les mouvements que nous avons analysés développent des actions de formation, font connaître leurs positions politiques et mènent des mobilisations et des protestations, qui les placent en tant que sujets collectifs actifs dans la société. Par conséquent, les luttes féministes, anticapitalistes et antiracistes se développent, dont les possibilités et les défis suivent le cours historique de la lutte des classes au Brésil. Il a été possible d'identifier que, dans une large mesure, ces mouvements sont similaires dans leurs actions, avec quelques différences, telles que de meilleures performances dans le sud et le sud-est, dans le cas de Pão e Rosas et Movimento Mulheres em Luta (MML), et avec certains plus axés sur la lutte contre le racisme, comme la résistance féministe et le Coletivo Ana Montenegro (CFCAM), avec d'autres mouvements axés sur des actions plus génériques.

Mots-clés: Conflits idéopolitiques; Conservatisme; Féminisme.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Sujeitos Conservadores nos anos 2000	143
QUADRO 2: Panorama da Representação da FPE de 2002 a 2018	153
QUADRO 3: Valores e Princípios do MBL	162
QUADRO 4: Sujeitos feministas classistas e antirracistas que surgem nos anos 2000	192

LISTA DE SIGLAS

Als – Atos Institucionais

AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras

ANTD – Agência Nacional de Trabalho Decente

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CNMB – Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras

Deam – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos

DRU – Desvinculação dos Recursos da União

Ebserh – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

EPL – Estudantes Pela Liberdade

ESP – Escola Sem Partido

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPA – Frente Parlamentar Agropecuária

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexo, Assexual e mais

LIDE – Grupo de Líderes Empresariais

MBC – Movimento Brasil Conservador

MBL – Movimento Brasil Livre

MML – Movimento Mulheres em Luta

MPT – Ministério Público do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

Oscip – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

Paeg – Plano de Ação Econômica dos Governos

PEA – População Economicamente Ativa

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PPP – Parceria Público-Privado

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PSC – Partido Social Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

Raseam – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política

Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 Da aparência à essência: as aproximações sucessivas ao objeto em análise	21
1.2 Mediações e contradições assimiladas no processo investigativo e método de exposição	26
2. O SOCIAL - LIBERALISMO E AS RESPOSTAS POSSÍVEIS ÀS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS: contradições econômico-políticas na primeira década dos anos 2000	30
2.1 Crise do Capital e seus desdobramentos na transição do século XX ao século XXI	31
2.2 Fundamentos históricos do social-liberalismo e do patriarcado no Brasil	44
2.3 As Políticas para as mulheres na agenda social-liberal: entre os interesses feministas e as imposições do mercado	53
2.4 Desafios à consolidação da agenda feminista brasileira rumo à segunda década do século XXI	67
3. DO SOCIAL-LIBERALISMO AO LIBERAL-CONSERVADORISMO: implicações patriarcais às mulheres na segunda década dos anos 2000	77
3.1 O Conservadorismo em ascensão no Brasil: ideologias dominantes e o patriarcado em processo	78
3.2 Ajuste fiscal, crise política e perspectiva antidemocrática no Brasil: a guerra “antidireitos” na década 2011-2020	94
3.3 As implicações da regressão dos direitos trabalhistas para as mulheres trabalhadoras	105
3.4 Desmonte da Seguridade Social e as particularidades para as mulheres	115
3.5 A dimensão racial do processo antidireitos e o lugar das mulheres negras no Brasil	124
4. SUJEITOS DO CONSERVADORISMO E SUAS AÇÕES IDEOPOLÍTICAS NO BRASIL: o revigoramento da direita fundamentalista e antifeminista	134

4.1 A direita sob nova roupagem no Brasil e o recrudescimento do conservadorismo de bases fundamentalista religiosa e antifeminista	135
4.2 A Frente Parlamentar Evangélica e o fortalecimento do fundamentalismo religioso na política brasileira	145
4.3 O Movimento Brasil Livre (MBL): “liberal no discurso e conservador nos costumes”	158
4.4 Escola Sem Partido: do programa político à incidência do discurso anti “ideologia de gênero”	169
4.5 Movimento Brasil Conservador (MBC)	178
5. RESISTÊNCIA FEMINISTA CLASSISTA E ANTIRRACISTA EM PROCESSO: disputas ideológicas e políticas no Brasil dos anos 2000	185
5.1 A Consubstancialidade Classe, Raça e Gênero e a perspectiva anticapitalista e antirracista do Movimento Feminista	187
5.2 O Movimento Pão e Rosas	196
5.3 Movimento Mulheres em Luta (MML)	203
5.4 Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro	209
5.5 Resistência Feminista	217
5.6 Síntese analítica das confluências e divergências dos sujeitos do feminismo	224
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
6.1 Revelações do Caminho de volta	228
6.2 Tendências da disputa ideopolítica entre conservadorismo e feminismo	234
REFERÊNCIAS	237

1 INTRODUÇÃO

Esta tese contém reflexões e análises em torno das disputas políticas e ideológicas (daí porque denominamos ideopolíticas) em torno do conservadorismo e do feminismo, ambos como campos categoriais antagônicos aqui analisados sob o viés das lutas de classes expressas no contexto brasileiro dos anos 2000.

A escolha pelas primeiras décadas do século XXI se deu em função de se tratar de um período em que, contraditoriamente, algumas demandas foram postas no cotidiano das lutas sociais, e, particularmente, pelo movimento feminista em torno das necessidades das mulheres, enquanto os sujeitos do conservadorismo passam a atuar na perspectiva de criminalizar as lutas e minimizar os direitos.

Constitutiva da estratégia da dominação burguesa, a exploração das mulheres situa-se no contexto de restauração do sistema do capital diante da crise estrutural que o assola, marcadamente o acirramento da orientação neoliberal das políticas e das medidas legislativas que demarcam os direitos sociais e do trabalho, sobretudo na segunda década do século em curso.

O caminho que nos leva ao interesse em pesquisar as investidas conservadoras e sua relação com o patriarcado e com o racismo dá continuidade à trajetória acadêmica traçada até aqui pela autora desta tese, comportando elementos acadêmicos e profissionais desde a formação profissional com a experiência de estágio obrigatório em uma coordenadoria de atendimento às mulheres no Rio Grande do Norte, em 2006, quando da promulgação da Lei 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha –, culminando no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2008, intitulado *Análise das lutas de sujeitos coletivos feministas pela efetivação da Lei Maria da Penha*.

Em 2011, a continuação dessas inquietações culminou na dissertação intitulada *Violência e luta por direitos no capitalismo contemporâneo: crítica à configuração do atendimento às mulheres no Rio Grande do Norte*, que nos permitiu chegar ao doutorado com algumas aproximações sucessivas ao objeto em questão na direção de apreender maiores determinações sobre ele.

No âmbito das relações sociais capitalistas e diante do aprofundamento dos níveis de barbarização da vida, ocasionados pela agudização da crise do capital, a condição das mulheres – sobretudo das mulheres negras no contexto de ameaças

aos direitos conquistados e aos valores antifeministas – expressa uma particularidade que só pode ser apreendida e explicada tomando como base a reprodução social e as mediações do Estado, do direito e da luta política no campo do feminismo classista.

Dito isso, nosso objetivo com a pesquisa que resultou nesta tese consistiu em apreender as disputas ideopolíticas entre as expressões patriarcais e racistas do conservadorismo político em ascensão no Brasil e as tendências ideopolíticas feministas classistas e antirracistas nos anos 2000.

Esse objetivo se desdobra, especificamente, em: identificar as determinações que particularizam o avanço do conservadorismo e do seu viés patriarcal e racista no século XXI; analisar as principais tendências ideopolíticas que sustentam as políticas e programas voltados aos direitos mulheres a partir dos anos 2000; e apreender como se expressa a correlação de forças entre a agenda feminista classista antirracista e a agenda liberal e conservadora nas pautas feministas e quais os sujeitos políticos que a defendem.

Nesse sentido, demarcamos a necessária vinculação dessa análise ao campo das lutas anticapitalistas e antirracistas na perspectiva da classe trabalhadora e consideramos que se faz necessário levar em consideração as perspectivas das lutas feministas que se colocam atreladas à luta mais geral da classe trabalhadora de resistência ao capitalismo.

Concomitantemente, demarcamos uma contribuição aos estudos em uma perspectiva histórica e de totalidade, ao abordar a questão das mulheres como uma particularidade, no conjunto da vida social, tendo como mediação o patriarcado e o racismo, que historicamente põem e repõem desafios para as mulheres (em maior grau para as negras), que são constantemente inferiorizadas em relação aos homens, desencadeando, no conjunto das relações sociais, o machismo, a divisão sexual do trabalho e implicações para profissões ditas “de homens e de mulheres”, salários mais baixos para as mulheres negras, inserção feminina tardia no alcance de direitos políticos e civis, dentre outros elementos.

Nessa sistematização teórica, há elementos da realidade política e social brasileira que ratificam a necessidade das lutas por direitos da classe trabalhadora e das mulheres, reconhecendo em particular a sua importância e dando visibilidade às formas de luta e às estratégias de intervenção dos sujeitos coletivos feministas aqui elencados.

Consideramos relevante a contribuição dos movimentos feministas em questão aos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos com os quais mantêm uma relação orgânica, incidindo sobre questões próprias das desigualdades de sexo no interior desses espaços.

Socialmente, o movimento feminista em geral e os grupos aqui destacados constroem coletivamente as ações de luta em combate ao conservadorismo e aos seus representantes, em um movimento interno de formação de base e externo, a partir de demarcação de seus posicionamentos, na luta por direitos e com a participação das mulheres nas mobilizações e reivindicações distintas.

Para tanto, resgatamos, aqui, aspectos históricos que materialmente dão suporte às ideologias conservadoras, mais precisamente as raízes patriarcais e racistas inerentes à formação social brasileira, que, nos anos 2000, se reatualizam em uma entoada antifeminista e exigem uma resposta contundente do feminismo classista e antirracista.

Esse contexto comporta contradições, mediações e particularidades que não podem ficar de fora da nossa análise, tais como: as contraposições às aberturas sociais da conciliação de classes; a organização de grupos que consignam ideais neoliberais e conservadores, como uma particularidade desse tempo histórico no Brasil; as consequências para ataques à democracia, a exemplo do golpe parlamentar ocorrido em 2016 e a consequente destituição da presidenta Dilma Rousseff; e a aceleração da agenda antidireitos, cujas expressões são as contrarreformas trabalhista e previdenciária, em um curto período de dois anos, através das quais se amplia os níveis de desigualdade tanto para a classe trabalhadora quanto para as mulheres em particular, marcadas pela divisão sociossexual e racial do trabalho.

1.1 DA APARÊNCIA À ESSÊNCIA: AS APROXIMAÇÕES SUCESSIVAS AO OBJETO DE ANÁLISE

Cotidianamente nos deparamos com elementos da realidade que evidenciam as desigualdades que marcam a vida das mulheres, a exemplo dos altos índices de violência, sobretudo física (cometida majoritariamente por namorados e ex-namorados, maridos e ex-maridos), das formas de agressões morais, da depredação patrimonial, da violação dos direitos sexuais e reprodutivos e da tortura psicológica,

que compõem um quadro de barbárie social marcado pela violência e pelo racismo, considerando que tais dados tendem a ser mais agravantes para as mulheres negras.

Historicamente, as mulheres organizadas em movimentos diversos questionam esses fenômenos e lutam em defesa da manutenção e da ampliação de direitos, questionando os padrões impostos às suas vidas, aos seus corpos e às relações sociais patriarcais e raciais nas quais estamos inseridas.

Tomando como fenômeno aparente que motivou nossas inquietações iniciais para a elaboração dessa tese as disputas ideológicas entre a primavera feminista e a proposição do Projeto de Lei nº 5069, no ano de 2015, nos propusemos a investigar as determinações dessa disputa, com vistas a ampliar a nossa apreensão sobre quais são as determinações históricas desse conflito.

Buscamos, desse modo, apreender as tendências de fortalecimento de uma cultura “antidireitos” ancorada em perspectivas antifeministas e reprodutoras do racismo, quais os retrocessos frente às conquistas das mulheres, particularmente das mulheres negras nos anos 2000, período de acentuação da crise do capital e suas recentes roupagens a partir de 2008. Além disso, também buscamos analisar o patriarcado como mecanismo/sistema histórico e material que submete as mulheres ao poder dos homens, vinculado ao crescimento do conservadorismo político e suas articulações com os interesses burgueses, patriarcais e racistas.

Em contrapartida, identificamos alguns movimentos de resistência a essas expressões, cujas incidências políticas culminam no que denominamos “disputas ideopolíticas”, que estão em jogo na conjuntura brasileira atual. Sobre essas disputas, buscamos apreender quais as pautas, as estratégias e as perspectivas anticapitalistas de enfrentamento ao conservadorismo, ao racismo e ao patriarcado.

Diante dessas determinações histórico-concretas, operamos um movimento de transformação em problema de pesquisa, que exige tanto a elaboração como as respostas das seguintes questões: como se evidencia a articulação entre o conservadorismo, o patriarcado e o racismo nos anos 2000? Como se configuram as políticas e os programas estatais destinadas à incorporação das pautas feministas e antirracistas? Como se expressam as disputas ideopolíticas e como elas podem se manifestar em medidas antifeministas e reprodutoras do racismo? Quem são os sujeitos políticos interessados em difundir as propostas antifeministas? Quais os seus

argumentos e suas bandeiras? Quem são os movimentos feministas e antirracistas que surgem como expressões de resistência da classe trabalhadora nesse contexto?

Tais questões nos permitiram ampliar o conjunto de elementos em torno do objeto de estudo com algumas aproximações sucessivas realizadas no processo investigativo, dentre as quais destacamos: a tendência à reprodução ideológica patriarcal como suporte do conservadorismo, considerando que seus sujeitos defendem um recuo nas pautas feministas apontando riscos à família e ao cristianismo, a exemplo do Escola Sem Partido e da Bancada Evangélica; a identificação de uma ampliação desses sujeitos tanto no Parlamento (crescimento de bancadas de cunho conservador) como na ação coletiva em sociedade – Movimento Brasil Livre (MBL) e Movimento Brasil Conservador (MBC); e a expressão da luta de classes com a ascensão de coletivos e setoriais feministas classistas nos espaços de organização da classe trabalhadora, como exposto no capítulo cinco.

A partir do pressuposto de que existe conexão entre o fim dos governos de conciliação de classe do Partido dos Trabalhadores (PT), expresso inclusive nos discursos do Parlamento na ocasião do golpe que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff do cargo e a ascensão conservadora, de base patriarcal e racista, no que se refere às investidas contra os direitos, encontramos uma forma particular de expressão da ideologia conservadora, através da qual se fundem interesses neoliberais e conservadores, conforme apontado por Biroli (2017).

Um outro pressuposto com o qual trabalhamos foi o de que o recrudescimento do conservadorismo no Brasil possui um aporte ideopolítico antifeminista e racista, expresso pela organização e articulação de sujeitos coletivos (aos quais nos debruçamos no quarto capítulo e encontra resistência na organização feminista anticapitalista e antirracista).

Apreendemos, por meio da análise de programas e políticas para as mulheres na primeira década dos anos 2000, a perspectiva social-liberal nas propostas, aliadas aos interesses do mercado e dos ditames dos organismos internacionais para a economia, dentre as quais destacamos as ideologias do empoderamento e do empreendedorismo.

A partir disso, temos como base o movimento do real, em que as conquistas alcançadas pelas mulheres se apresentam como parte resultante das lutas feministas

acerca dos desafios do cotidiano na vida das mulheres e se transformam em agenda política feminista.

Estamos diante de um contexto em que movimentos de direita ocupam as ruas, incidem sobre o parlamento – propondo e aprovando medidas que representam um projeto de classe conservador – e atingem diretamente as conquistas políticas e sociais alcançadas pelas mulheres, conforme apresentamos no capítulo 4.

O objeto aqui evidenciado – as disputas ideopolíticas entre sujeitos conservadores e movimentos feministas classistas – é uma expressão singular do movimento mais genérico de antagonismos e disputas entre as classes, conformando as lutas sociais contemporâneas em sua totalidade.

O conservadorismo está sendo tratado aqui como categoria de análise que, expressando o conjunto de valores e medidas estabelecidas pelos interesses da classe dominante no sentido de conservar seu modo de vida, tem no patriarcado a mediação central para a negação dos avanços das mulheres em relação aos homens.

Em sua particularidade, as lutas das mulheres como parte de um projeto classista universal estão inseridas em movimentos mais amplos que consideram a necessária participação das mulheres na luta anticapitalista, denotando a perspectiva de totalidade da vida social por meio da qual o agir político se realiza.

Por esse esforço, realizamos um movimento que caracterizamos como dialética materialista, que, por sua vez, realiza e desenvolve a aproximação à realidade objetiva conjuntamente ao caráter processual do pensamento como meio para esta aproximação, podendo compreender a universalidade em uma contínua tensão com a singularidade em uma contínua conversão em particularidade e vice-versa (LUKÁCS, 1978).

Os anos 2000 são, portanto, um período singular da sociabilidade burguesa, cujas configurações do conservadorismo só podem ser apreendidas enquanto parte de uma investida histórica das classes dominantes com evidências de sua conformação nesse contexto particular, no qual a mediação do patriarcado é central para o desfecho do problema de pesquisa aqui tratado.

A partir do exposto, desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo, cujos métodos “ênfatisam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1995, p. 63), considerando que, como nos afirmam Minayo, Deslandes e Gomes (2016, p. 14):

[...] a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016, p. 14).

O método de análise do objeto aqui tratado, ainda que possa recorrer a instrumentos qualitativos (análise de dados, levantamento de ações e proposições), está embasado na perspectiva ontológica marxiana, que:

Trata-se, pois, para Marx, de partir não de ideias, especulações ou fantasias, mas de fatos reais, 'empiricamente verificáveis', no caso os indivíduos concretos, o que eles fazem, as relações que estabelecem entre si e as suas condições reais de existência para então apreender as determinações essenciais que caracterizam este tipo de ser e o seu processo de reprodução (TONET, 2013, p. 79).

Lessa (1999) recorre a Lukács para reiterar a dimensão ontológica do processo de pesquisa, considerando que esta envolve processualidades históricas inesgotáveis entre consciência e objetividade cujo conhecimento resultante desse processo é historicamente determinado, não havendo, portanto, identidade entre sujeito e objeto. Nesse sentido, ele afirma:

Através de analogias com elementos simples do já conhecido, buscamos similaridades no desconhecido (é matéria orgânica ou inorgânica, é capaz de inteligência ou não?), de modo a descobriremos alguns elementos parciais do objeto sob investigação. Elementos verdadeiros, certamente, mas parciais, porque não permitem reproduzir, na consciência, a totalidade no interior da qual se articulam em complexo (LESSA, 1999, p. 17).

De tal modo, ao enriquecer o fenômeno do qual partimos por meio de determinações mais complexas, temos a possibilidade de contribuir para os interesses da classe trabalhadora e das mulheres nela inserida partindo do aprofundamento dos elementos ideológicos que permeiam a realidade, sobretudo ao revelar os aspectos da totalidade e como esses aspectos incidem na singularidade do problema específico.

Para uma apreensão maior dos fenômenos que comportam as disputas ideológicas e políticas, procedemos com uma análise de sujeitos representantes do conservadorismo político brasileiro nos anos 2000, a partir de suas programáticas ações orquestradas e de seus objetivos, destacados tanto em documentos como nas

páginas virtuais e redes sociais. Os sujeitos em questão são a Bancada Evangélica, o projeto Escola Sem Partido, o MBL e o MBC.

Em contrapartida, analisamos os sujeitos do feminismo classista e antirracista, também resultantes das transformações políticas dos anos 2000 – sendo essas as razões para comporem nosso quadro –, cujas ações e ideias ampliam as lutas sociais na perspectiva feminista, além de enfrentarem a ideologia conservadora quando defendem um projeto societário sem exploração e dominação.

Através desses sujeitos coletivos, acreditamos ser possível identificar formas de resistência classista ao conservadorismo, considerando que os esses sujeitos surgem no contexto dos anos 2000 com o intuito de fazer frente à conjuntura política e econômica por meio da qual as tendências conservadoras, patriarcais e racistas incidem.

Não sendo possível pensar a reprodução social isolada da produção na perspectiva aqui adotada, o conservadorismo e o patriarcado serão analisados no âmbito das relações social da sociabilidade burguesa contemporânea, marcada por contradições e mediações complexas e dinâmicas que incidem na relação sujeito-objeto nesse processo de pesquisa, nos indicando os limites e as possibilidades desta elaboração teórica.

1.2 MEDIAÇÕES E CONTRADIÇÕES ASSIMILADAS NO PROCESSO INVESTIGATIVO E MÉTODO DE EXPOSIÇÃO

O objeto a ser desvendado resguarda uma relação de transformação entre si e o sujeito pesquisador no processo de apropriação da realidade sobre a qual estamos nos debruçando, de modo que, ao retomarmos o método de análise marxiano e os materialismos histórico e dialético de apreensão da realidade nesta pesquisa, poderemos articular as dimensões teórico-metodológicas e ideopolíticas existentes na relação entre sujeito e objeto.

Destacamos, nesse sentido, que não se trata “de construir – teoricamente – um objeto com os materiais oferecidos pelos dados empíricos, mas de traduzir, sob forma teórica, o objeto na sua integralidade” (TONET, 2013, p. 112).

Como adverte Kosik (1986, p. 33):

A posição da totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade (KOSIK, 1986, p. 33).

Recorremos à pesquisa bibliográfica sobre as categorias e conceitos de “crise”, “conservadorismo”, “patriarcado” e “feminismo”, além de tecermos considerações sobre o Estado e as determinações do neoliberalismo no contexto da crise do capital. Além disso, recorremos à pesquisa documental para evidenciar as tendências regressivas dos direitos sociais, especificamente das mulheres.

A partir disso, utilizamos a pesquisa de documentos oficiais, em que se encontram as pautas feministas nos anos 2000, mais precisamente os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I, II e III, buscando identificar a incidência de interesses ideopolíticos liberais e conservadores na perspectiva de aprofundar as breves incursões que apresentamos aqui. Além disso, também analisamos documentos dos movimentos feministas, tais como regimentos internos, programas políticos, notas públicas e matérias de jornais.

Acerca da crise do capital e seus rebatimentos na conjuntura brasileira atual, adensamos a discussão a partir das contribuições de Braga (1997), Mészáros (2002), Harvey (2011), Castelo (2013), Duménil e Lévy (2013) e Dardot e Laval (2016).

No tocante à categoria do conservadorismo, recorremos às formulações teóricas de Burke (2014), Coutinho (2014), Scruton (2016), Escorsim Netto (2011), Souza (2016), Demier (2016), Lacerda (2019), R. Keller (2019), S. Keller (2019) e Machado (2017).

O patriarcado, aqui pautado na perspectiva de Saffioti (2004) como um sistema de dominação-exploração das mulheres em um contexto de desigualdades em relação aos homens se coloca como categoria central por conferir às desigualdades postas para as mulheres um caráter desigual, atribuindo às relações sociais um caráter de relações patriarcais de gênero. Recorremos a Biroli (2018), Cisne (2013), Sousa (2018) e Almeida (2017) para construir um *estado da arte* das lutas feministas no Brasil nos anos 2000.

O neoliberalismo e sua configuração contemporânea conta com a elaboração teórica de Dardot e Laval (2016); Harvey (2011); Sader e Gentili (2008).

A mediação da luta de classes é crucial em toda a pesquisa, por meio da qual se expressam as configurações do social-liberalismo e do avanço do conservadorismo

de modo que os sujeitos aqui destacados estão em constante disputa durante os anos 2000 como uma particularidade das lutas entre interesses dominantes e interesses da classe trabalhadora.

Uma contradição pulsante na realidade analisada é a dos direitos conquistados no âmbito formal que não são garantidos em sua amplitude, desembocando em um movimento de regressão por meio das decisões políticas. Esse campo, por sua vez, é um campo de tensão contínua entre os interesses feministas e a lógica minimalista que acompanha o conjunto das políticas e dos programas sociais por meio dos quais os direitos são garantidos.

Outra mediação é a articulação entre ideologia e política, a partir da qual situamos as contraposições entre uma agenda conservadora e antifeminista (por parte dos sujeitos coletivos que destacamos no terceiro capítulo como representantes do conservadorismo) e as reivindicações feministas (compostas por ações, difusão de valores, posicionamentos e formação de quadros). A esse respeito foram fundamentais as contribuições de Lukács (2013); Antunes (2009), Ferreira (2017).

Destacamos, ainda, a contradição da representatividade política no espaço democrático, que se propõe a ser um lugar de representação coletiva por excelência, mas, contraditoriamente, apresenta-se de maneira crescente como um espaço hegemônico de intolerância à diversidade que caracteriza a população brasileira e de ideais dominantes, embora com embates e resistência. Tais aspectos apontam, inclusive, para ataques sistemáticos ao próprio sistema democrático, conforme demonstrou a destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Em contrapartida, as ações ideopolíticas dos movimentos feministas são aqui apresentadas como classistas e antirracistas, uma mediação particular da luta política empregada como forma legítima de difusão dos ideais feministas, anticapitalistas e conectados com as lutas das mulheres negras.

A exposição dos aspectos apreendidos nesta pesquisa está estruturada em quatro capítulos, que serão resumidos a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado *O social-liberalismo e as respostas possíveis às reivindicações feministas: contradições econômico-políticas na primeira década dos anos 2000*, compõe uma articulação da direção política social-liberal aos desdobramentos da crise do capital em curso, marcando por essa lógica as políticas para as mulheres e ensejando desafios à consolidação de seus direitos.

No segundo capítulo, o qual intitulamos *Do social-liberalismo ao liberal-conservadorismo: implicações patriarcais às mulheres na segunda década dos anos 2000*, situamos o patriarcado como um dos pilares estruturantes do conservadorismo expresso no Brasil nesse primeiro quinto de século. Além disso, constatamos que o caráter liberal das políticas se alia aos aspectos conservadores, para que, juntos, se autoafirmem como direita, conciliando seus interesses e recrudescendo a ofensiva antidireitos e antifeminista, sobretudo na segunda década.

Sob o título *Sujeitos do conservadorismo e suas ações ideopolíticas no Brasil: o revigoreamento da direita fundamentalista e antifeminista*, o terceiro capítulo comporta a análise e as apreensões dos sujeitos coletivos que sugerimos como representantes do conservadorismo, com destaque para seus posicionamentos antifeministas e reprodutores do racismo. Situados no contexto mundial, tais sujeitos coletivos se situam nos espaços legislativos e constroem estratégias de mobilização para difundirem seus ideais.

No quarto e último capítulo, intitulado *Resistência feminista em processo: disputas ideológicas sob uma perspectiva da luta de classes no Brasil dos anos 2000*, realizamos um mapeamento seguido de análise de ações e estratégias das lutas feministas classistas, situando-as em três eixos: difusão ideológica; ações coletivas; e formação, a fim de expor a concretude da consubstancialidade entre classe, raça e gênero a partir de movimentos feministas que se autodenominam anticapitalistas e antirracistas. As ações que destacamos nesse capítulo relacionam-se, para fins metodológicos, com gênero, raça e classe, embora todas se situem em um contexto de lutas que reivindicam transformações nas relações capitalistas, patriarcais e racistas, que, via de regra, não se dissociam.

Nesta *Introdução*, apresentamos alguns aspectos essenciais para a elaboração da pesquisa, tais como as motivações, o ponto de partida, o caminho percorrido, o referencial teórico e os procedimentos metodológicos. Nas *Considerações finais*, foram apresentadas algumas conclusões com base no conteúdo exposto, somadas a algumas tendências que a conjuntura enseja, além de alguns dos resultados alcançados por esta pesquisa e de algumas tendências em curso no confronto feminismo x conservadorismo no início da terceira década do século XXI.

Dito isso, a quem possa interessar a leitura desta tese, fica o desejo de que a leitura seja profícua e proveitosa, com possibilidades de trocas e aprendizados.

2. O SOCIAL-LIBERALISMO E AS RESPOSTAS POSSÍVEIS ÀS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS: CONTRADIÇÕES ECONÔMICO-POLÍTICAS NA PRIMEIRA DÉCADA DOS ANOS 2000

A chuva que irriga os centros do poder imperialista
afoga os vastos subúrbios do sistema.
Do mesmo modo, e simetricamente,
o bem-estar de nossas classes dominantes –
dominantes para dentro, dominadas de fora –
é a maldição de nossas multidões,
condenadas a uma vida de bestas de carga (GALEANO, 2010, p.11)

A análise elaborada neste capítulo se concentra em expor as conexões identificadas entre o processo de crise do capital, as transformações operadas pelo capitalismo em um movimento global e suas particularidades no Brasil.

Para tanto, recuperamos alguns aspectos históricos da formação brasileira, em cujo desenvolvimento estão fincados os fundamentos econômicos, sociais e políticos das relações entre as classes e o Estado na contemporaneidade.

Em uma análise da primeira década dos anos 2000, identificamos, no conjunto das políticas consideradas socialdesenvolvimentistas, um quadro de elaborações de políticas para as mulheres, que, em grande medida, reproduzem o caráter social-liberal enquanto particularidade do conjunto das políticas e programas nesse contexto sem uma ruptura efetiva com a ausência do Estado e seu caráter neoliberal, embora resultem também de uma agenda de reivindicações feministas.

Com isso, são identificados aspectos de um território de ascensão do conservadorismo, além de desafios para o conjunto dos/as trabalhadores/as rumo à segunda década do século XXI. Isso, claro, considerando especificamente as mulheres, que não encontram um cenário propício à consolidação dos mecanismos legais de enfrentamento às desigualdades nas relações entre os sexos e têm seus direitos recentemente alcançados fortemente ameaçados. O contexto, então, é de intensificação das disputas de articulação das lutas feministas contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo.

2.1 CRISE DO CAPITAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX AO SÉCULO XXI

A segunda metade do século XX foi palco histórico das mais altas investidas do sistema do capital, que, ao passo que evidenciou sua capacidade de se reestruturar, também apresentou a tendência aos limites da continuidade do seu desenvolvimento, cujas expressões nesse período da história revelam a incidência política e ideológica do controle econômico necessário para a continuação do seu processo de acumulação da riqueza coletivamente produzida.

Ainda que possamos tratar das experiências revolucionárias do século XX, bem como as conquistas políticas e sociais do chamado do *welfare state* nos países mais desenvolvidos da Europa após a II Guerra, a ofensiva operada pelo capital sobre a força de trabalho a partir da década de 1970, aliada ao império financeiro estadunidense e sua capilaridade internacional, culminou no espraiamento do neoliberalismo, cujas consequências configuram a realidade social do início dos anos 2000.

A expansão das políticas neoliberais e sua capilaridade internacional foram tratadas por David Harvey (2011), que destacou as dimensões econômica e política desse processo que ele caracteriza como neoliberalização:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições do poder das elites econômicas. [...] a neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo) na criação do poder de uma elite econômica (HARVEY, 2011, p. 27). Grifos do autor

As últimas três décadas do século XX foram marcadas pela contraposição direta do projeto de neoliberalização às políticas sociais decorrentes da intervenção estatal nas relações de trabalho por meio de seguros sociais e da ampliação de direitos para a classe trabalhadora nos países de capitalismo central, apontando para o horizonte do século XXI o acirramento entre as lutas pela manutenção das conquistas de direitos e a tendência global à desestatização e mercadorização dos serviços como dimensões de um mesmo processo: a ofensiva do capital para a manutenção de sua hegemonia e crescimento mundiais.

Caracterizada por Mézáros (2002) como uma crise de caráter estrutural, a crise do capital não apenas aparece de forma cíclica, como também “[...] afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 56).

As expressões da crise do capital na década de 1970 pareciam revelar que os anos de expansão do emprego e do assalariamento com proteção social, próprios do keynesianismo-fordismo que configuraram o período após a II Guerra, nada mais eram que a consolidação de “[...] uma grande área de influência política e cultural para expansão das atividades econômicas em um quadro favorável de estabilidade política” (MARTINS, 2009, p. 13).

Notadamente, o discurso da liberdade individual que embasa o liberalismo e sua nova versão de crítica às intervenções estatais no período após a II Guerra (neoliberalismo) pressupõe a defesa do livre mercado, com forte adesão dos países de capitalismo periférico, cujas medidas estatais destinadas à esfera da proteção social de trabalhadores não chegou a se consolidar, sendo inviabilizada pelo atravessamento de ideologias como solidariedade, terceiro setor, empreendedorismo, competitividade, empoderamento e apelos ao individualismo.

Situando a crise do *welfare state* nesse âmbito macroeconômico, Netto (2012, p. 78, grifos do autor) a entende enquanto parte da “[...] *crise estrutural das condições que viabilizaram o desenvolvimento do capitalismo num marco de democracia política*”. Nesse sentido cabe enfatizar, ainda, que:

Eis por que a significação da crise do *Welfare State* possui um alcance que está longe de ser exagerado: em si mesma, revela que a manutenção e o evoluir da ordem do capital *estão implicando, cada vez com mais intensidade, ônus sócio-humanos de monta* (NETTO, 2012, p. 78, grifos do autor).

Sob a égide dos interesses da burguesia internacional, a exigência do desmonte dos sistemas de proteção social a nível mundial varia conforme o grau de consolidação do aparato de direitos construídos e com contornos distintos entre os países no movimento de mundialização do capital.

Em análise feita na última década do século XX, Martins (1999) já apontava o entrelaçamento da ideologia da mundialização do mercado às estratégias do capital para enfrentar suas crises, com destaque para a influência do seu movimento

internacional sobre os estados nacionais. De acordo com o autor (com quem concordamos):

Desde os anos 70, se intensifica o movimento de desregulação nos Estados nacionais. A globalização levaria, no limite, a uma homogeneização completa do mercado mundial, sem as barreiras protecionistas nacionais. Como um processo idealizado e que procura se concretizar, não deveriam existir mais formas políticas nacionais, só a cultura do mercado mundial, do capital totalmente globalizado (MARTINS, 1999, p. 32).

Com uma retórica sustentada pela defesa da redução das funções do Estado, o neoliberalismo apregoa como responsabilidade pública apenas medidas que correspondem “[...] aos direitos básicos dos indivíduos, à liberdade de ação dos agentes econômicos e ao fortalecimento de bens públicos e serviços estatais necessários à manutenção da ordem, tais como defesa, segurança justiça e serviço sociais” (CASTELO, 2013, p. 220).

Na perspectiva de liberdade de mercado evidenciada pela ideologia neoliberal, o capital financeiro se expande em um movimento de integração de mercados acompanhado de estratégias de dominação por parte dos Estados Unidos, que se consolida como potência econômica em ascensão e caracteriza a *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996) a partir da combinação de dois elementos:

O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Do ponto de vista econômico, temos um contexto no qual “o que salta aos olhos no grupo de *grandes países centrais* é o peso dos Estados Unidos, *potência hegemônica* que gera, sozinha, 30% do PIB mundial” (DUPAS, 2005, p. 22. grifos do autor)

Ao se remeter à centralidade econômica dos Estados Unidos nesse processo, Wood (2014) ressalta que:

Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra mundial como a maior potência militar e econômica e assumiram o comando de um novo imperialismo governado por imperativos econômicos e administrados por um sistema de múltiplos Estados – com todas as contradições e os perigos que tal combinação apresentaria. Esse império econômico seria sustentado pela

hegemonia política e militar sobre um complexo sistema de Estados, composto por inimigos que tinham de ser mantidos sob controle e um 'terceiro mundo' que tinha de ser colocado à disposição do capital ocidental (WOOD, 2014, p. 100).

Alguns aspectos determinantes para que os Estados Unidos assumissem o controle mundial da economia durante as últimas décadas do século XX, destacados por Martins (2005), são: a ruptura com o Sistema de Bretton Woods, em 1971, que significou a quebra da equivalência do ouro como padrão para o dólar em referência ao câmbio internacional, apresentando um “puro padrão dólar inconvertível” (MARTINS, 2005, p. 14); a efetivação do mercado de *eurodólares* ou *euromonedas* enquanto formas supranacionais que se apresentam como protoformas do advindo *processo de globalização* da era capitalista; e a tendência à ruptura com a ordem capitalista do período após a II Guerra, evidenciada nos períodos críticos da recessão capitalista nas décadas subsequentes.

Pretensamente harmônicas, as relações comerciais entre os Estados Unidos e outros países são marcadas pela expropriação de riquezas e de trabalho, embasadas em um projeto de manutenção da lucratividade financeira cujo encabeçamento político coincide com um grupo de homens defensores do conservadorismo enquanto estratégia para a permanência do exercício de poder, mesmo que, para isso, acione o armamento e desenvolva guerras.

A esse respeito, Ferreira (2005) destaca a atuação de um grupo de neoconservadores nos Estados Unidos, na segunda década dos anos 2000, denominado de *Neocons*, cuja ação obstinada e organizada se apresenta como “[...] um manual prático de como é possível a um grupo pequeno e organizado, mesmo depois de ter sido motivo de chacota entre autoridades e especialistas do *stablishment* de política externa, impor a política de uma superpotência” (FERREIRA, 2005, p. 49). (Grifo do autor).

No que concerne a uma “reestruturação produtiva global” operada pelo capitalismo que buscava se reestabelecer a partir da década de 1970, Martins (2005) afirma que:

Nos 20 anos seguintes, à medida em que se sucediam novos e mais potentes abalos sísmicos no mercado mundial, essa mais recente onda histórica de globalização da indústria capitalista acelerava mais e mais a expansão do mercado e da indústria mundial, até o último rincão do globo, exatamente na

medida dos impactos daqueles abalos periódicos e da necessidade de serem superados (MARTINS, 2005, p. 20-21).

Nos países da América Latina, a segunda metade do século XX foi marcada por ditaduras impostas com a finalidade de atender aos interesses econômicos e políticos dos setores das classes dominantes nos próprios países e pelos Estados Unidos, com o objetivo de expandir-se como potência econômica por meio da exploração e da dominação desses territórios em um processo de ofensiva à possibilidade da classe trabalhadora de organizar uma saída efetiva ao capitalismo, caracterizado como um massacre que, segundo Fontes (2010, p. 15), “[...] ceifou uma geração de jovens trabalhadores, de militantes, além de tentar adestrar as populações pela tortura e pelo medo, a moderar suas reivindicações a nível do infrapossível”. Ainda de acordo com Fontes (2010, p. 14):

[...] tais ditaduras eliminaram impulsos de uma efetiva democratização que estava em curso, através de reformas universalizantes e substantivas, como a reforma agrária, educacional, de saúde, contra as remessas de lucros para o exterior, entre outras demandas populares. Na metade cheia do copo, a maioria dessas ditaduras sangrentas impôs a ferro e fogo a monopolização capitalista, esvaziando o sentido, se é que houvera, de tais burguesias nacionais. Na metade vazia e silenciada do copo, entretanto, as burguesias industriais – assim como as demais burguesias – não foram vítimas desses golpes, mas suas *beneficiárias e cúmplices* (FONTES, 2010, p. 14, grifos da autora).

Desde a década de 1970, o neoliberalismo atinge a América Latina com um caráter fortemente autoritário, visando bloquear a influência da Revolução Cubana nos países do Sul da América. No Chile, em 1973, a ditadura de Pinochet atendia tanto aos interesses de mercado quanto ao controle ideológico da direita no combate aos ideais socialistas/comunistas.

Nos demais países, essa tendência vai aparecer mais fortemente nas décadas de 1980 e 1990, com a perspectiva de tornar o Estado o gerente dos interesses burgueses. Conforme Castelo (2013, p. 235), nesse período:

Os impactos da adesão da social democracia ao neoliberalismo e seus efeitos só ficaram nítidos em meados da década de 1990, quando a antiga social-democracia formulou e sistematizou a sua adesão ao neoliberalismo e propôs a refundação ‘ética e humanista’ no capitalismo no que ela mesma chamou de terceira via (CASTELO, 2013, p. 235).

Não por coincidência, o processo de fortalecimento da financeirização do capital na última década do século XX nos países da periferia do capital se fortalece, com base nas orientações de organismos internacionais tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com fortes perspectivas para o século XXI.

Um panorama das desigualdades na América a partir da adoção do receituário neoliberal foi apresentado por Soares (2001) com destaque para a disparidade da desigualdade entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres em diversos países do continente, em que os primeiros detêm renda 10 vezes mais que os segundos, além de aumento do subemprego e do desemprego, com uma considerável redução salarial (diminuição das remunerações do trabalho).

Um fato que chama atenção nesses movimentos realizados pelo capital, por meio dos mecanismos de afirmação do modo de produção capitalista em seu contexto de crise, é que a instauração de processos de dominação econômica no século XX é acompanhada também pelo desenvolvimento de mecanismos ideológicos de dominação, cuja finalidade de difundir e manter os interesses dominantes se intensificou no século XXI.

As classes dominantes tratam de fortalecer seus intelectuais (individuais e coletivos) a fim de disseminar seus valores, sua dominação e estabelecer um consenso, processo no qual o Estado assume tarefa primordial no apaziguamento e na repressão de trabalhadores/as frente às suas distintas organizações de reivindicações e resistências.

Assim como na Alemanha analisada por Marx e Engels, é inegável que há uma tendência ao falseamento da realidade pela classe dominante, bem como em todas as tentativas de manutenção da ordem e de poder. Porém, concordamos com as argumentações de Lukács (2013, p. 471), que, por sua vez, ressalta que “[...] a existência social da ideologia parece pressupor os conflitos sociais que precisam ser travados em sua forma primordial, isto é, socioeconômica”.

A capacidade de organizar pensamentos e ações, contrapostas ou adequadas a uma determinada ordem socioeconômica que é própria dos sujeitos, pressupõe a construção de ideais e valores a serem compartilhados coletivamente. Como a forma de organização social de classes é antagonica, temos por suposto que tais valores estão incumbidos de disputas e contrassensos e, decorrente disso, “[...] o surgimento

e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classe” (LUKÁCS, 2013, p. 465).

Levando em consideração o movimento operado pelo capital no seu processo de crise, aliado às estratégias de dominação dos Estados Unidos, situamos um movimento de transformação dos ideais neoliberais (tanto os seus aspectos econômicos como ideológicos), bem como as implicações para o fortalecimento da ideologia conservadora e do patriarcado, como fatores entrelaçados na totalidade das relações sociais da sociabilidade capitalista na contemporaneidade.

Incorporados às estratégias de superação da crise capitalista, o neoliberalismo e o conservadorismo se conectam como elementos centrais no ascenso da direita no mundo, cujas exigências articulam o enfraquecimento da crítica e das lutas pela classe trabalhadora, por suas condições de trabalho e pela regulação de direitos pelo Estado, tendendo a recuos significativos na perspectiva democrática e cidadã.

Sutilmente, com um aparato institucional a nível internacional – a exemplo do FMI, do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU) – o neoliberalismo e o conservadorismo adensam um discurso sob o qual aliam desenvolvimento econômico e justiça social em uma perspectiva que descarta a trajetória de reivindicações populares e concentra no Estado o desenvolvimento de uma agenda.

Tais elementos, não por coincidência, se desenvolvem ao tempo de uma reação conservadora que comunga teorias e práticas em defesa de um modelo hegemônico de sociabilidade de mercado, cujas consequências para sua manutenção são transformações na lógica interventiva do Estado e sua relação tanto com o grande capital internacional, como com a sociedade. Isso, claro, em termos nacionalistas.

Como alertam Duménil e Lévy (2013) sobre a “grande contração” após o compromisso do período após a II Guerra, a aliança entre as classes gerenciais e populares, sob a liderança das primeiras, se transmuta para uma aliança entre as classes capitalistas e a gerencial. Nesse movimento, próprio da tentativa burguesa de enfrentar a crise neoliberal, valores e práticas que estimulem o esvaziamento do conhecimento da realidade se tornam corriqueiras. Por exemplo:

As fundações de classe dessa nova ordem social seriam, como no neoliberalismo, um compromisso entre as classes altas, capitalistas e gerentes, mas sobre liderança gerencial, com certo grau de compromisso de

interesses capitalistas e sem as características de bem-estar social das décadas do pós-guerra (DUMÉNIL; LEVY, 2013, p. 39).

Convergente com essa perspectiva de transformações na cultura neoliberal, Dardot e Laval (2016) apontam para a atual existência de uma *coalisão de poderes concretos* por parte das oligarquias burocráticas e políticas, de multinacionais, de atores financeiros e de grandes organismos econômicos internacionais.

Conforme a análise desses autores, o neoliberalismo impõe uma nova racionalidade, que está para além das dimensões ideológicas e econômicas conforme a lógica mercadológica que lhe é inerente, mantendo o Estado como coprodutor das normas de competitividade e alcançando o íntimo das subjetividades. Nesse processo, há um distanciamento do ordoliberalismo europeu, atravessando as esferas do neoliberalismo das décadas de 1980 e 1990 com o empresariamento do Estado e chegando, então, na chamada *nova razão do mundo*, que se dá mediante uma grande virada:

A grande virada só é possível mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente e comportamentos numa nova direção, com base numa política que disciplina governos para um papel de guardiões das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, como um vigia das regras de concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190).

No tocante às transformações operadas pelos neoliberais e pelo Estado, corroboramos com a culminância do chamado “social-liberalismo” enquanto uma “variante ideológica do neoliberalismo” (CASTELO, 2016), considerando as investidas estatais no enfrentamento às desigualdades mais latentes (esfera social), sem, contudo, haver um direcionamento político no sentido de romper com as raízes da desigualdade, tampouco modificações estruturais na esfera econômica e o direcionamento neoliberal das políticas.

O Estado, que já assumia uma posição importante na difusão dos interesses de mercado, mesmo diante de um discurso de minimização de sua regulação na economia, ao ser orientado na perspectiva do social-liberalismo, passa a garantir mais fortemente a operacionalização de “[...] políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistenciais” (CASTELO, 2013, p. 244).

Os desmontes de serviços públicos, de privatização das políticas sociais e a defesa de um Estado gerencial (com uma intervenção minimalista) preconizados pelos ideais ordoliberais nas décadas de 1980 e 1990 são remodelados para a entrada dos anos 2000 sob o mote do desenvolvimento com investimento social – que alguns pesquisadores denominam pós-neoliberalismo (SADER; GENTILLI, 2008; SADER, 2013), neodesenvolvimentismo (KATZ, 2016; SAMPAIO JR., 2012; GONÇALVES, 2012) ou social-desenvolvimentismo.

A ideia de um novo desenvolvimentismo, que supostamente rompe com as estratégias neoliberais e prioriza o investimento social, ao não apontar a superação das desigualdades e sim intervir nas suas expressões mais imediatas, pressupõe, do ponto de vista político, uma busca de equilíbrio – diga-se de passagem impossível de alcançar – entre as classes.

É emblemático o posicionamento de Castelo (2013) quanto às mudanças pelas quais passam o Estado e o modo de operacionalização das políticas sociais sob um viés social de desenvolvimento. Para ele:

As políticas econômicas, que ocupavam um papel central no projeto de retomada da supremacia burguesa, preservariam o seu rumo original e seriam mantidas longe de qualquer ingerência popular. A elas se juntaria um novo conjunto de políticas sociais: as políticas público-privadas, fragmentadas e paliativas, de combate à pobreza e à desigualdade, que ganhariam importância tanto no papel de reprodução da força de trabalho quanto no de controle social (CASTELO, 2013, p. 245).

Nessa nova roupagem, as parcerias entre o Estado e o mercado implicam uma era de substituição dos serviços de responsabilidade pública, que passam a ser subsidiados pelo mercado, seja com o consumo estatal direto, seja pelos subsídios oferecidos aos cidadãos (consumidores).

Isso é o que ocorre, por exemplo, com a terceirização de empresas de serviços nas instituições públicas em substituição à contratação direta via concursos, ou mesmo com a criação de empresas consideradas públicas e geridas pelo capital, bem como planos de previdência privados para servidores públicos. Essas são medidas provisórias que implicam perdas de direitos a serem oferecidos pelo mercado, sendo este um panorama que se aprofunda nos anos 2000.

Há uma sutileza entre essas investidas e os interesses liberais, apresentando-se em uma relação conservadora quando consideramos os interesses dominantes

que prevalecem sobre as reivindicações do conjunto da classe trabalhadora pelos seus direitos, ainda que se argumente uma ruptura com o velho neoliberalismo.

Ao ser amparado pelo Estado, o mercado alcança uma proteção solidificada, em um movimento denominado “capitalismo de Estado” enquanto um “[...] mecanismo autorregulador que permite a sobrevivência da acumulação” (KATZ, 2016, p. 245), que atua em uma relação compulsiva e desproporcional à garantia e solidez dos direitos sociais.

Entretanto, ainda conforme a análise de Katz (2016), nos parece importante destacar que:

Uma modalidade progressista do capitalismo é um contrassenso. Este sistema se desenvolve perpetuando a desigualdade e os privilégios dos grupos dominantes. Por esta razão, as interpretações benevolentes do capitalismo são utopias negativas. Supõem que este regime poderia melhorar seu funcionamento para favorecer as maiorias populares, quando de fato prejudica os trabalhadores (KATZ, 2016, p. 247).

Acerca da supremacia da ideologia dominante, Iasi (2017) afirma que:

A ideologia é um fenômeno mais complexo. São as relações sociais dominantes expressadas como ideais, as relações que fazem de uma classe a classe dominante, as ideias de sua dominação. Por essa aproximação, não se trata de mudar uma fraseologia do mundo por outra, mas de mudar o mundo, um ato prático, uma revolução (IASI, 2017, p. 267).

O processo de reprodução social dos indivíduos, então, vai se tornando cada vez mais imediato frente às condições objetivas da classe trabalhadora, que têm se tornado cada vez mais adversas à satisfação de suas necessidades e não podem ser isoladas da reprodução da totalidade da vida social.

Isso explica muito das tentativas frustradas e do conjunto de derrotas políticas que as lutas sociais têm acumulado no contexto do recente século XXI, que atravessa uma ascensão da extrema direita em todo o mundo mesmo quando se verifica, também, inúmeros levantes populares.

Recuperamos uma importante contribuição de Lukács (2013) quanto à reprodução social e sua indissociabilidade das relações sociais de produção. Ele afirma:

É preciso manter incondicionalmente essa prioridade do todo em relação às partes do complexo total, aos complexos singulares que os constituem,

porque, do contrário chega-se – quer se queira, quer não – a uma autonomização extrapoladora daquelas forças que, na realidade determinam apenas a particularidade de um complexo parcial dentro da totalidade: elas se convertem em forças próprias, autônomas, que não são tolhidas por nada, e, desse modo, tornamos incompreensíveis as contradições e desigualdades do desenvolvimento, que se originam das inter-relações dinâmicas dos processos singulares e sobretudo da posição ocupada pelos complexos parciais dentro da totalidade (LUKÁCS, 2013, p. 305-306).

Da perspectiva ontológica a que Lukács (2013) se situa, a peculiaridade dos complexos parciais, embora contenha uma legalidade própria, é determinada “[...] simultaneamente e sobretudo também por sua posição e função na totalidade social” (LUKÁCS, 2013, p. 306).

No âmbito da reprodução social do conservadorismo enquanto ideologia das classes dominantes em uma sociedade cuja marca é a exploração da força de trabalho humana com formas particulares para as mulheres, ancoramos nossas análises na perspectiva da articulação entre mediações primárias e secundárias dos indivíduos humanos, em que os ataques do capital a um exercício pleno das capacidades humanas na relação com a natureza (mediação de primeira ordem) determinam, em distintos momentos históricos, a fetichização e a alienação, para as quais o conservadorismo colabora diretamente. Sobre isso, Antunes (2009, p. 23) nos adverte:

De fato, o capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas (ANTUNES, 2009, p. 23).

Ao considerar que a miséria ideológica se reconcilia no tempo presente com a crise do capital, Pinassi (2009, p. 34) ressalta, sob a égide do potencial econômico dos Estados Unidos:

Por isso mesmo é que, frequentemente, nada se consegue vislumbrar além de ufanismos nacionalistas, fundamentalismos religiosos, de racismos intolerantes e sua luta, muitas vezes encarniçada, se estabelece na preservação da forma societal que tem no trabalho alienado a projeção do seu inferno (PINASSI, 2009, p. 34).

Por isso consideramos que há uma apropriação política e ideológica por parte de sujeitos que são construídos para a finalidade de fortalecer a perspectiva conservadora do lado da burguesia e dos mecanismos de difusão de seus interesses

no curso da crise capitalista, de forma imediata e irracional, de modo que “[...] o que nos salta aos olhos é que esses elementos do discurso ideológico conservador produzem a função do reconhecimento com os elementos da consciência imediata reificada” (IASI, 2017, p. 386).

Os interesses econômicos dominantes se aliam aos retrocessos políticos a partir de ofensiva orquestrada pela captura das condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, inviabilizando o fortalecimento de uma resistência unívoca e impulsionando uma história que, na contramão dos interesses racionais modernos, “[...] vem reafirmando a prevalência das condições de constrangimento sobre as classes trabalhadoras, muito mais que suas possibilidades efetivas de emancipação” (PINASSI, 2009, p. 33).

Nesse contexto, o patriarcado aparece como um aporte fundamental ao fortalecimento do conservadorismo, posto que as desigualdades econômica, social e política vivenciadas pelas mulheres tendem a ser naturalizadas pelas programáticas da direita mundial. Além disso, o patriarcado se alimenta de discursos e medidas antagônicas ao feminismo, que, por sua vez, atua enquanto um movimento que historicamente busca a superação das opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres.

Na sua essência materialista, as relações sociais de sexo dão conta da particularidade das mulheres na totalidade das relações, embora neste trabalho consideremos central o caráter patriarcal de como essas relações se conformam, que é para nós o elemento que sustenta as desigualdades entre os sexos com conotação histórica, material e dialética, ensejando contradições no modo de organização da vida social.

Na totalidade das relações sociais, a forma desigual como as mulheres são historicamente tratadas ganha centralidade nos movimentos feministas, seja como relações de gênero ou como relações sociais de sexo, que é a concepção materialista que predomina na França sobre a qual uma de suas precursoras, Devreux (2005, p. 565) afirma que “[...] recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens”.

Ao abordar o contexto de novos empregos femininos e migrações no âmbito da “globalização” neoliberal, Falquet (2017, p. 15), aponta o fato de, nesse cenário:

Babás e empregadas domésticas, mas também auxiliares de saúde de doentes e/ou idosos (cada vez mais numerosos e menos assistidos pelos poderes públicos), tornaram-se essenciais, no que constitui um verdadeiro processo de interiorização da reprodução social . (FALQUET, 2017, p. 15, minha tradução)¹.

Podemos afirmar que as novas formas de exploração da força de trabalho no contexto de mundialização capitalista seguem sendo subsidiadas pela divisão socio-sexual do trabalho, em que as precarizações em curso, além de adquirir uma amplitude extra relações domésticas, também reafirmam lugares sociais de mulheres no conjunto das relações sociais de sexo e na relação entre as classes e da população negra.

Via de regra, as tarefas acima destacadas por Falquet (2017) são assumidas por mulheres de países periféricos que migram em busca de trabalho em países mais desenvolvidos economicamente, também pertencentes à população negra, cujo lugar histórico foi desenvolvido por relações de exploração da força de trabalho escrava. Nessa direção, acreditamos, conforme Falquet (2017, p. 15, minha tradução)², que “[...]é por isso que a análise a partir de uma perspectiva de gênero não pode prescindir de uma análise simultânea em termos de classe e raça”.

Recorremos também às análises feitas por Federici (2019a), que destaca a continuidade da violência contra as mulheres mesmo quando elas conseguem trabalhar fora de suas casas, tendo em vista o fato de não serem desresponsabilizadas pelas tarefas domésticas e o acúmulo de atividades gerar mais cobranças.

A divisão sociossexual e racial do trabalho, portanto, se reedita no contexto de crise e das exigências social-liberais e conservadoras, articuladas a processos de ordem política, econômica e cultural que exigem de nós uma análise para além das relações interpessoais homem-mulher, sendo necessário apreender as determinações históricas e o papel do Estado.

No tocante à racialização da divisão do trabalho, não podemos esquecer que:

¹ No original: “*Las niñeras y las empleadas de hogar, pero también las auxiliares de salud para personas enfermas y/o mayores (cada vez más numerosas y menos atendidas por los poderes públicos), se han vuelto esenciales, en lo que constituyen un verdadero proceso de internalización de la reproducción social*” (FALQUET, 2017, p. 15).

² No original: “[...] es por eso que el análisis desde una perspectiva de género no puede prescindir de uno simultáneo en términos de clase y de raza” (FALQUET, 2017, p. 15).

Em um contexto econômico marcado por altas taxas de desemprego e pelo desemprego estrutural, são exigidos altos níveis de escolarização da mão-de-obra desempregada que presta os trabalhos mais banais, o que afasta cada vez mais os negros do mercado de trabalho, posto que eles reconhecidamente compõem o segmento social que experimenta as maiores desigualdades educacionais (CARNEIRO, 2011, p. 113).

A seguir, destacaremos as particularidades conjunturais do Brasil nos anos 00 2000, situando seu lugar de país de economia dependente e os processos que revelam uma opção política de caráter social-liberal, marcada contraditoriamente por um apelo ao enfrentamento às desigualdades sociais, que, entretanto, não enfrentam a estrutura desigual com a necessária radicalidade.

2.2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO SOCIAL-LIBERALISMO E DO PATRIARCADO NO BRASIL

As duas primeiras décadas do século XXI vêm sendo a arena histórica de tensões e desafios da luta de classes, das tentativas de conciliação de seus interesses por parte dos primeiros governos desta quadra histórica e de uma aceleração desmedida das conquistas políticas de direitos posta em curso.

Em um pequeno decurso histórico, as particularidades de um Brasil com fortes traços históricos liberais, patriarcais e conservadores imbricam-se ao processo de mundialização operado pelo capital, culminando em novas expressões de exploração, dominação e resistência que vão se caracterizar como um social-liberalismo à brasileira, salvaguardando as características internas desse processo.

Destacamos que alguns traços históricos constitutivos da sociabilidade brasileira são eminentemente capitalista, patriarcal e racista, cuja exploração da força de trabalho de base escravista e a incidência particular desse processo para as mulheres marcou a colonização brasileira e impôs desafios históricos para a ruptura da exploração de classe e das opressões de gênero e de raça.

De tal modo, as condições objetivas e subjetivas que lançam desafios à classe trabalhadora no Brasil, desde as transformações operadas nos processos de expropriação da força de trabalho até as conquistas sociais e econômicas, permanecem permeadas de tensões e conflitos, cujas representações ideológicas e políticas dos interesses dominantes se reatualizam na contemporaneidade, ora de modo mais consensual, ora de modo mais intransigente.

O Estado brasileiro, pela mediação histórica dos direitos (civis, políticos, sociais) enquanto resultado das lutas da classe trabalhadora, promove alguns reconhecimentos básicos de cidadania (como garantia de nome social, no caso da População LGBTQIA+) mas apresenta contradições no tocante aos limites formais, exigindo constantes reivindicações e mobilizações que tensionam sua função social.

Em todas essas pautas, a particularidade das mulheres se evidencia na atualidade, carregando os traços históricos da divisão sociosexual e racial do trabalho e da desigualdade nas relações sociais entre os sexos, que expressam violências, tendências, a naturalização do lugar das mulheres e consequentes resistências.

Em um processo de constituição lento e gradual, ou, nos dizeres de Fernandes (1976), “[...] sob convulsões profundas, numa trajetória de ziguezagues” (p.34) o Estado nacional brasileiro erige-se com base em uma perspectiva liberal, cujas funções assumidas no processo da independência do Brasil assumem duas funções típicas:

De um lado, preencheu a função de dar forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o ‘esbulho colonial’. [...] de outro lado, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da Nação como um todo, as relações de dependência que continuariam a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e as grandes potências da época (FERNANDES, 1976, p. 34).

Aqui ergue-se o histórico desafio que acompanha as lutas políticas da classe trabalhadora brasileira, com especificidades para as mulheres, mesmo em períodos aparentemente mais democráticos: enfrentar a direção dada pelo Estado aos interesses da burguesia. Principalmente quando essa burguesia, por todo o processo de expansão da colônia, ancorou-se na exploração da força de trabalho escrava e na dominação dos corpos das mulheres negras por meio da violência sexual.

Ainda que consigamos identificar resistências populares do século XIX à atualidade, os papéis ideológico e político desempenhados pela burguesia, impulsionados pelo Estado, têm impossibilitado uma ruptura com o padrão de interesses dominantes por parte da classe trabalhadora, configurando uma incompletude na revolução brasileira e sua particularidade de ter tido uma independência instigada muito mais pelas disputas internas das frações burguesas

dominantes do que pela força coletiva de grupos populares (material e ideologicamente dominados).

Não casualmente, em *A formação do estado burguês no Brasil*, Saes (1985) identificou que o próprio surgimento do Estado moderno burguês no Brasil reatualizou traços de uma pretensa democracia que não superou os aspectos racistas, mesmo após a “abolição” da escravidão. De acordo com o autor:

“Todavia, essas características da democracia burguesa brasileira – ausência de critérios eleitorais censitários leque, leque reduzido de direitos civis e políticos gozados pelas classes trabalhadoras – não constituíram a única nem a mais importante particularidade do Estado burguês nascente. A particularidade fundamental esteve em que esse Estado se implantou numa formação social onde relações de produção servis eram dominantes (SAES, 1985, p. 351).

A formalização da igualdade permite colocar os indivíduos como iguais entre si apenas como um recurso legal, revelando as contradições próprias dos instrumentos que normatizam os direitos individuais. Um exemplo disso é a chamada “abolição” da escravidão no Brasil em 1888, que, na realidade, se depara com as impossibilidades de uma igualdade real.

Apesar das lutas abolicionistas que marcaram os três séculos da escravização brasileira no período colonial e a intensificação das reivindicações abolicionistas no Império, a Lei Áurea, que regulamentou a libertação dos/as escravos e esteve muito aquém de uma resposta aos anseios da população negra, cumpriu tanto a função de conter a expansão do movimento abolicionista, que se alastrava por todo o país, quanto a de disponibilizar uma força de trabalho de baixo custo para o mercado, sem garantia de condições dignas de trabalho e existência para a população negra.

Cabe lembrar, nesse sentido, um trecho de Silva (2018) sobre a incompletude da abolição no Brasil. Para o autor:

“Os abolicionistas sabiam, que, sem reforma agrária, a abolição ficaria incompleta. Conrad (1978, p. 194) observa que a causa mais defendida pelos abolicionistas, além do fim do cativeiro, foi a ‘democratização do solo’, o que ‘implicava o desmantelamento de grandes propriedades agrícolas e a criação de pequenas fazendas’. A democratização do solo foi objeto de preocupação de José Bonifácio, em 1823, em sua proposta de emancipação. Ele queria que os libertos recebessem ‘uma pequena sesmaria de terra para cultivar’ e meios para produzir. Tavares Bastos foi mais longe e propôs, em 1870, um imposto sobre as grandes propriedades e a desapropriação de terras improdutivas ‘à margem dos futuros caminhos de ferro’ (apud CONRAD, 1978, p. 195). Não conseguiu. Quando o presidente João Goulart, em 1964,

tentou a mesma coisa, foi derrubado por um golpe militar. Abolição sim, reforma agrária, não (SILVA, 2018, p. 366).

O ideal de liberdade contido no projeto abolicionista reivindicado contrastava bastante com o que foi posto em voga em 1888, uma vez que esse ideal se encontrava atrelado a uma perspectiva de liberdade substancial e emancipatória que pressupõe enfrentar a classe dominante brasileira e as migalhas, de bases caritativas, que a mesma costuma oferecer.

Ao nos remeter à República Velha, seja na fase dos *marechais* e do controle sobre os votos da população em uma perspectiva de cidadania que já começava a se desenvolver sob controle, seja na *política do café com leite*, marcada pelo coronelismo, que impunha limites à autonomia dos pequenos municípios, identificamos uma direção eminentemente liberal conservadora que, à época, incidia sobre a Constituição brasileira de 1891.

Sobre as raízes ideopolíticas do liberalismo na formação sócio-histórica brasileira, corroboramos com a seguinte síntese:

Fica demonstrado, através desses elementos componentes da ação político-ideológica da burguesia brasileira, como a ideologia dominante engendra-se numa formação social capitalista de extração colonial. Desde a sua formação, o Estado nacional brasileiro trará em seu âmago dois aspectos que comporão sua superestrutura: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias de desenvolvimento capitalista (onde insere-se Portugal); de outro, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária (MAZZEO, 2015, p. 83).

Há uma confluência histórica e material entre a formação e disseminação das ideologias e a exploração do território, da força de trabalho e a dominação de uma classe sobre outra, processo que cria o Estado a partir de interesses inconciliáveis permeado de disputas operadas em conjunturas e correlações de força distintas.

O *Estado Novo*, já no século XX, com caráter antipopular e anticomunista publicamente declarados na Constituição Federal de 1937, estabeleceu forte relação com outros períodos da história brasileira, a exemplo de 1964, quando foi instaurada a Ditadura Civil-Militar, e do Golpe Governamental de 2016, embora com mediações importantes a serem discutidas.

A partir disso, seguiram em curso algumas medidas populistas e antidemocráticas que caracterizaram dois golpes de Estado, um em cada metade do

século XX, cujo movimento democrático popular, construído nas últimas décadas daquele século, não logrou êxito em estabelecer um consenso com o Estado (mesmo considerado democrático) em relação aos seus interesses.

Consideramos que, enquanto resultante das relações antagônicas das classes, o Estado é tensionado pelas classes em disputa, podendo, em alguns momentos, atender em maior ou menor grau às reivindicações das lutas populares, o que aqui caracterizamos como *estabelecimento de um consenso*. Destarte, isso não anula os interesses prioritários do Estado para com as classes dominantes, cujos esforços para serem por ele atendidas são razoavelmente menores em comparação às diversas lutas da classe trabalhadora.

A partir das ocorrências históricas de um Estado brasileiro populista em alguns contextos autoritários, as medidas de caráter social-liberal apresentadas como alternativas às desigualdades sociais do início do século XXI permanecem como ideário de um Estado que continua priorizando as demandas do mercado, em um momento em que o capitalismo busca se restaurar por meio de mecanismos de financeirização, a despeito de algumas medidas inéditas e importantes no plano social.

Mantém-se atualizada a crítica marxiana aos fundamentos do direito burguês, cujas expressões na Europa da segunda metade do século XIX já expressavam a negação da totalidade das relações sociais, apontando para uma aparência de igualdade em cuja essência se escondiam as verdadeiras motivações:

O direito, por sua natureza, só pode consistir na aplicação de um padrão igual de medida; mas os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos diferentes se não fossem desiguais) só podem ser medidos segundo um padrão igual de medida quando observados do mesmo ponto de vista, quando tomados apenas por um aspecto *determinado*, por exemplo, quando, no caso em questão, são considerados *apenas como trabalhadores*, e neles não se vê nada além disso, todos os outros aspectos são desconsiderados (MARX, 2012, p. 31). Grifos do autor.

Daí identificarmos, na realidade brasileira, a reprodução dos interesses dominantes nas constituições brasileiras desde o período da República até os períodos de exceções democráticas, a exemplo do *Estado Novo* e da Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985, o que só se modificou na abertura democrática da década de 1980, cujo projeto da *Constituição Cidadã* de 1988 foi mais democrático.

Destacamos, ainda, que nem sempre as mulheres e a população negra foram incorporadas de modo igual aos homens brancos nas referidas constituições. O direito ao voto feminino, por exemplo, só foi reconhecido na Constituição de 1937, há menos de um século, fato que, do ponto de vista histórico, podemos dizer que é bastante recente. Ademais, com as ditaduras que impossibilitaram o voto direto, os analfabetos, que nunca haviam votado, só foram se sentir parte do eleitorado brasileiro após a Constituição de 1988, o que atinge majoritariamente a população negra cuja trajetória é marcada pela ausência de políticas educacionais que a atendessem.

Conforme constatou Mattos (2019) sobre a peculiaridade das conquistas formais para o conjunto da classe trabalhadora brasileira nos anos 1930:

Mesmo categorias urbanas numericamente significativas, como a das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos, só muito recentemente foram contempladas pelo conjunto dessa legislação. Tais direitos (limite para a jornada de trabalho, descanso semanal, férias remuneradas, pagamento maior para horas extraordinárias, regulamentação do trabalho perigoso e insalubre etc.), que caracterizariam o 'trabalho formal' no país, do ponto de vista legal, foram, portanto, conquistados muito lentamente, e por parcelas até bem pouco tempo minoritárias da classe trabalhadora (MATTOS, 2019, Posição2256).

A classe trabalhadora brasileira, em sua heterogeneidade, é diversificada tanto no que se refere às condições sociais quanto à subjetividade de seus sujeitos, havendo, em seu interior, as marcas das opressões de gênero, de raça, de faixa etária e outras que se complexificam quando menos favoráveis forem as condições objetivas de enfrentarem os desafios cotidianos. Daí a necessidade de reconhecimento legal de seus direitos e de políticas públicas.

Apreender as contradições postas para a vida e a resistência das mulheres no Brasil contemporâneo requer, portanto, situá-las no conjunto das relações sociais mais amplas, fugindo às ilusórias perspectivas que apregoam a possibilidade de igualdade e equidade das mulheres como uma questão apenas de identidade, fora da necessária ruptura com um sistema desigual, que se fortalece com base na exploração de classes e da degradação humana em sua generalidade.

Como elemento geral, que confere totalidade às relações, a crise do capital, no que Mandel (1982, p. 399) caracteriza como capitalismo tardio, apresenta-se como uma “[...] crise das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação”, em que se põe em xeque o padrão e enriquecimento dos detentores da riqueza

socialmente produzida, e, mais do que isso, os impulsiona a adotar medidas mundiais de manutenção desse padrão, que, obviamente, traduz-se em aumento da exploração da força de trabalho, do desemprego, da perda de direitos e da condição de pobreza de parte da população, sendo o Estado um elemento estratégico na superação do declínio da lucratividade do capital.

Conforme ressalta Mandel (1982, p. 405):

O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, portanto, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas, e ao mesmo tempo é expressão do fracasso necessário dessa tentativa (MANDEL, 1982, p. 405).

Nesse sentido, elementos como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o alcance feminino de direitos políticos e sociais e o exercício da autonomia enquanto cidadãs, por exemplo, se colocaram tardiamente na história brasileira em comparação aos homens, além de expressarem uma conformação diferenciada em função das relações sociais de gênero.

Cabe ressaltar, também, que o próprio acesso das mulheres a direitos como uma jornada de trabalho fora do espaço doméstico (e, com isso, salários, férias e licença maternidade) se apresentam ao mesmo tempo como resultado das reivindicações das mulheres e dos interesses do próprio projeto do capitalismo de baratear os custos da produção. Ressalta-se, ainda, que o campo dos direitos formais não se estende ao conjunto das mulheres trabalhadoras, uma vez que parte delas, mesmo sempre tendo trabalhado, nunca alcançou relações trabalhistas que possibilitem usufruir desses direitos, a exemplo das diaristas, das trabalhadoras da informalidade e das desempregadas.

No que se refere ao patriarcado no Brasil, podemos identificá-lo como componente histórico da formação brasileira que compreende um processo de retardamento do alcance das mulheres a direitos sociais, civis e políticos, o que vai se estender pelas décadas seguintes. Nesse sentido, em diferentes conjunturas, as dificuldades que se colocam para a classe trabalhadora possuem expressões desiguais no que diz respeito às mulheres, acentuando-se no caso das mulheres negras.

Não obstante, as mulheres permanecem socialmente responsáveis pela realização das tarefas domésticas tanto em suas próprias famílias como em famílias

que conseguem pagar pela realização de serviços domésticos, tais como a limpeza de casa, de roupas, a preparação de refeições e os cuidados com crianças, idosos e enfermos.

A perspectiva de desenvolvimento atrelada ao novo paradigma democrático da década de 1930 ensejaram, com o fim do Estado Novo, novas conjecturas para os anos 40 e 50, a exemplo da expansão de partidos políticos e da convocação de eleições diretas em 1945.

Na década de 1950, o desenvolvimentismo se acirrou com o projeto 50 anos em 5, de Juscelino Kubitschek, o que fortaleceu a aceleração da acumulação capitalista que os países de capitalismo central passavam a reordenar no período após a II Guerra, embora o processo democrático e as reivindicações dos/as trabalhadores/as, bem como suas organizações em partidos e movimentos, tenham sido obstaculizadas na década de 1960, com o golpe de Estado e a instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil, sendo ambos os períodos econômica e politicamente favoráveis à classe dominante e aos seus anseios conservadores, cujos Atos Institucionais (AIs) e o Plano de Ação Econômica dos Governos (Paeg) eram os instrumentos econômicos e ideopolíticos de controle sobre a população.

Ao nos debruçarmos sobre as adaptações dos projetos brasileiros de desenvolvimento, de sua relação com os interesses internacionais de expansão econômica e das particulares relações internas entre as classes, corroboramos com Oliveira (2013, p. 100), quando ele afirma que:

Sem embargo, a repressão salarial é um fato. Onde vai parar, pois, o superexcedente, arrancado aos trabalhadores e a que fins ele serve dentro do sistema? Aqui se pré-esboça sinteticamente a resposta: o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, a *função de sustentar uma superacumulação, necessária essa última para que a acumulação real possa realizar-se.* (OLIVEIRA, 2013, p. 100, grifos do autor).

Na perspectiva da economia política, os fatores históricos que constituem a formação social brasileira antes da era *cidadã* combinam a exploração da força de trabalho de uma classe fortemente caracterizada às relações sociais de raça e de sexo, por meio das quais o lugar social das mulheres negras brasileiras tende a ser o mais pauperizado e sua força de trabalho tende a ser a mais desvalorizada e com menos proteção, exigindo uma (ainda não alcançada) ruptura substancial com as

raízes históricas e ideológicas que ancoram as opressões vividas pela população negra e pelas mulheres.

Sem dúvidas o contexto de enfrentamentos coletivos às repressões da Ditadura Civil-Militar, em meados dos anos 70 para o início dos anos 80, expõe a capacidade da população em resistir e se organizar em busca de direitos políticos e sociais sufocados e reprimidos no obscurantismo das décadas de 1960 e 1970 no Brasil.

São exemplos dessa resignação as campanhas por eleições diretas e pela anistia dos presos políticos e as expressões artísticas do descontentamento que atingia à população àquele período, aliadas ao surgimento de movimentos, partidos políticos, centrais sindicais e articulações políticas que culminaram na Constituição Federal de 1988, que, por sua vez, demarca o reconhecimento da igualdade formal entre todos os indivíduos e preconiza uma série de direitos.

Todavia, enquanto mecanismo da ordem burguesa, a democracia atravessa contundentes ameaças em seu processo de constituição/consolidação, que, no Brasil, se depara, no início da década de 1990, com o projeto neoliberal, que àquele momento estava se alastrando pela América Latina.

Adversamente, a regulamentação da seguridade social prevista constitucionalmente e ainda longe de ser alcançada pelas mulheres negras defronta-se com o projeto de mercantilização e sua base de privatização dos bens públicos, desencadeando um acelerado processo de desestatização das empresas públicas resultantes da era desenvolvimentista.

Esse projeto, por sua vez, trata-se de mais uma investida liberal contra a possibilidade de alcance da cidadania e da democratização ancorada na socialização de bens resultantes do trabalho. Acerca disso, L. Carvalho (2018, p. 225) ressalta que:

A exigência de reduzir o déficit fiscal tem levado governos de todos os países a reformas no sistema de seguridade social. Essa redução tem resultado sistematicamente em cortes de benefícios e na descaracterização do estado de bem-estar. A competição feroz que se estabeleceu entre as empresas também contribuiu para a exigência de redução de gastos via poupança de mão de obra, gerando um desemprego estrutural difícil de eliminar (CARVALHO, L. 2018, p. 225).

Não é necessário repetir aqui as consequências do trágico período dos anos 90, em que se processou uma “reforma gerencial do Estado” nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998; 1999-2002), que, por sua vez, colocou a classe trabalhadora em terra arrasada, cujas expectativas para o século XXI se

concentravam em construir um novo processo de crescimento econômico com o enfrentamento das desigualdades sociais, o que em partes foi possível no contexto caracterizado como neodesenvolvimentista.

Obviamente o movimento operado pelo capitalismo e seu processo de financeirização não deixaria de se manifestar neste novo século, ainda que revestido de uma pretensa humanização a qual tratamos como *social-liberalismo*.

2.3 AS POLÍTICAS PARA AS MULHERES NA AGENDA SOCIAL-LIBERAL: ENTRE OS INTERESSES FEMINISTAS E AS IMPOSIÇÕES DO MERCADO

Na primeira década dos anos 2000, a agenda política do movimento feminista se apresentou mais progressista em comparação à década de 1990, na qual as reivindicações foram majoritariamente tratadas por Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Consideramos que os sujeitos coletivos (organizações de mulheres, direções e coordenações de mulheres nos partidos, nos movimentos sociais e sindicatos) galgaram a inserção parcial de suas reivindicações nas políticas e programas, o que resultou, também, na organização internacional das mulheres na década anterior, a exemplo da Conferência do Cairo, ocorrida em 1994; na IV Conferência Mundial de Mulheres, ocorrida em Pequim no ano de 1995; dos encontros nacionais feministas de 1991 e 1997; do Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, ocorrido em São Paulo no ano de 1995; e do Primeiro Seminário Nacional de Lésbicas, realizado no Rio de Janeiro no ano de 1996.

Entretanto, ao passo que a organização e as reivindicações das mulheres organizadas alcançavam uma incidência na esfera pública, o Brasil atravessava, entre as décadas de 1990 e 2000, o curso da programática do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, de 1995, que admitia as exigências de organismos internacionais e impossibilitava, com isso, um atendimento substancial aos direitos então reivindicados, uma vez que a ideologia neoliberal predominante àquele momento apregoava a responsabilidade de “[...] organizações privadas sem fins lucrativos que agem por meio de projetos destinados a populações específicas ou à defesa de causas específicas” (PINTO, 2003, p. 96).

Um marco na publicização das reivindicações feministas nos anos 2000 foi a *Plataforma Política Feminista*, elaborada por diferentes organizações feministas brasileiras na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB), realizada em junho de 2002.

A partir de uma mobilização que envolveu o conjunto dos movimentos feministas organizados no Brasil, essa plataforma apresentou uma necessária articulação entre as lutas sociais e as lutas feministas, abarcando elementos de ordem geral e específica para as mulheres conforme demonstrado no próprio documento:

A Plataforma Política Feminista é um documento extenso, denso, propositivo e de conteúdo amplo e diversificado construído a partir de uma perspectiva feminista de questionamento da sociedade e de se repensar como sujeito político. Seu texto contém análise e desafios para a sociedade, para o Estado, e para outros movimentos além do próprio feminismo. As ênfases da Plataforma estão traduzidas em cinco capítulos, tratando desde os temas da democracia política, da justiça social e da inserção do Brasil no contexto internacional, e chegando até a democratização da vida social, e da liberdade sexual e reprodutiva. Nos diferentes capítulos articulam-se as especificidades da dupla estratégia de luta do feminismo brasileiro com vistas ao reconhecimento das diferenças e dos novos movimentos de mulheres; e à igualdade, redistribuição de riquezas e pela justiça social (PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, 2002, p. 2).

Nessa plataforma estão condensadas reivindicações no campo dos direitos das mulheres, com base no conjunto de demandas que sintetizam aspectos particulares de atuação das diferentes organizações feministas envolvidas:

As ênfases da Plataforma estão traduzidas em cinco capítulos, tratando desde os temas da democracia política, da justiça social e da inserção do Brasil no contexto internacional, e chegando até a democratização da vida social, e da liberdade sexual e reprodutiva. Nos diferentes capítulos articulam-se as especificidades da dupla estratégia de luta do feminismo brasileiro com vistas ao reconhecimento das diferenças e dos novos movimentos de mulheres; e à igualdade, redistribuição de riquezas e pela justiça social (PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, 2002, p. 4).

Com a ascensão do PT à presidência do Brasil, em 2003, foi possível a incorporação das pautas apresentadas pela agenda governamental, com destaque para a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003; e para a continuidade das conferências nacionais de políticas para as mulheres, nos anos de 2004 e 2007 (na primeira década) e 2010 e 2015 (na segunda década). A partir dessas conferências, foram elaborados os planos nacionais de políticas para as

mulheres, tomados como parâmetro para o desenvolvimento de programas e ações governamentais.

Apresenta-se, contudo, uma contradição entre o fato de os mecanismos institucionais terem cumprido uma importante função de viabilizar a publicização e o reconhecimento das questões reivindicadas pelas mulheres e, em contrapartida, o fato de essas pautas terem sido incorporadas a incursões liberais e às perspectivas de mercado, contidas em documentos que ressaltam planos e políticas para as mulheres e pautas das conferências e programas nacionais.

Tendo em vista a indissociabilidade entre economia e política, não podemos descartar que a política caracterizada por neodesenvolvimentista não promoveu a ruptura com a perspectiva neoliberal anteriormente posta, mas sim a aperfeiçoou, tentando torná-la mais palatável sob o intuito de uma conciliação de classes, o que implicou em novas redefinições da esfera estatal e no estabelecimento de uma relação direta e desproporcional entre as dimensões econômica e social, não mais tendo como consequência do desenvolvimento da primeira o atrofiamento da segunda.

Conforme já afirmou Anderson (2020, p. 53):

Os economistas do PT foram os primeiros a chamar atenção para a lógica neoliberal de Malan e a prever suas consequências fatais. De modo geral, no entanto, está claro que nem o partido nem o presidente possuem alternativa à ortodoxia reinante, como ficou explícito com a adesão pré-eleitoral às diretivas do FMI (ANDERSON, 2020, p. 53).

Daí porque considerarmos a contradição entre os interesses feministas, condensados em uma plataforma política coletiva como expressão das reivindicações das mulheres e o modo de como o acesso a direitos vai ser posto na agenda governamental, de uma forma genérica, calcado na transferência de renda a partir das orientações dos organismos financeiros internacionais, o que, nem de longe, comporta os reais interesses da classe trabalhadora.

Em uma perspectiva liberalizante, a agenda política resultante das duas conferências nacionais de políticas para as mulheres, realizadas na primeira década dos anos 2000 e compiladas nos I e II planos nacionais de política para as mulheres, incorpora as pautas feministas a uma programática cuja operacionalidade conta com mecanismos de orientação formal abstratos e mercadológicos.

A partir dos debates realizados na primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em julho de 2004, o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

(PNPM), orientado por oito pontos fundamentais, notadamente incorporou a ideologia neoliberal, a exemplo da proposta de promoção de *equidade* com base na retórica da “igualdade de oportunidades” (PNPM, 2005, p. 7). Considerando a incidência de parte dos ministérios na organização das conferências e na composição do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), a incorporação das reivindicações das mulheres era conduzida sob negociações cujos interesses em jogo inviabilizavam pontos importantes, a exemplo da universalidade das políticas.

O referido plano nacional apresenta, no conjunto de suas prioridades, a promoção da autonomia financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e ao comércio (PNPM, 2005, p. 14), apresentando uma agenda hegemônica pelo grande capital na efervescência de novas formas de captação da força de trabalho.

Notoriamente, os pontos fundamentais e as prioridades que norteiam o I PNPM exigem uma transformação radical na relação entre Estado e Sociedade, tomando os direitos sociais como uma importante mediação. Considerando que a direção geral das políticas sociais estava sob “[...] uma ofensiva político-social e ideológica” (MOTA, 2012, p.30), isso repercute de duas formas sobre a mercantilização que atinge as relações de reprodução social:

Na expropriação e mercantilização de atividades domésticas e privadas não mercantis e na superexploração dos trabalhadores e das famílias. A privatização dos serviços os impele a retirar parte dos seus salários para comprar seguros e planos privados de saúde, complementação das aposentadorias e educação; particularmente, no caso das mulheres dos países periféricos, além das duplas jornadas de trabalho, são obrigadas a incorporar, como parte das suas atividades domésticas, um conjunto de afazeres que deveria ser de responsabilidade pública, a exemplo dos cuidados, dentre outros serviços (MOTA, 2012, p. 32).

No tocante às mulheres negras, dados do Ministério Público do Trabalho (2003) revelaram as disparidades na média salarial de trabalhadores/as brancos/as e negros/as, em que, na esfera primária, os/as negros/as recebem cerca de 44% menos que os/as brancos/as; na esfera secundária esse percentual sobe para 54%; e por fim, na esfera terciária, o percentual desce para 52%.

Ao levarmos em conta que esses percentuais rebaixam em muito a faixa salarial (quando eles existem) das mulheres de profissões menos valorizadas (em sua maioria mulheres negras), inferimos que não é garantida a elas a possibilidade de

contratação privada de serviços, compondo o amplo contingente da população que acessa serviços seletivos e precarizados.

O Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos (MPT, 2003) revelou que, no setor primário, as mulheres recebem 15% do que recebem os homens; no setor secundário, por sua vez, recebem 61%; e no terciário, recebem 59%.

Diante das históricas demandas da população negra por condições de vida dignas (incluindo trabalho, alimentação, moradia, educação e a criação de diversas políticas públicas), consideramos avanços significativos as medidas governamentais que se apresentam como respostas na primeira década dos anos 2000, a exemplo da criação da Secretaria de Promoção à Igualdade Racial (Seppir), em 2003; da instituição da Política Nacional de Promoção à Igualdade Racial, também em 2003; do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010; e do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em 2013.

Em seu relatório de gestão dos anos de 2003 a 2006, a Seppir elencou, como atividades desenvolvidas na área do trabalho, as seguintes:

Também o compromisso com o trabalho decente foi intensificado entre o governo brasileiro e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 2003, foi assinado um Memorando de Entendimentos que gerou a criação do Programa Especial de Cooperação Técnica para o desenvolvimento da Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD). Assim, a Seppir passou a integrar o Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo MTE visando ao desenvolvimento da ANTD. Essa agenda estruturou-se a partir de três prioridades: gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e fortalecer os atores tripartites e o diálogo social (BRASIL, 2006, p. 87).

A defesa do trabalho decente, apesar de incorporar elementos importantes, é incompatível com a ofensiva pela qual passa os direitos do trabalho, com a tendência à sua destituição e ao ataque revelado por meio da política de ajuste fiscal.

A primeira década dos anos 2000 nos coloca diante de um paradoxo entre o reconhecimento político das demandas das mulheres brasileiras *versus* a conciliação das ações públicas governamentais com os interesses mercadológicos do capital. Esse aspecto, por sua vez, se sobressai nas propostas de emprego e renda mescladas aos interesses dos organismos internacionais, a exemplo da ideia de trabalho decente.

Sob o primeiro viés, cabe destacar a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Promoção à Igualdade Racial, em 2003, e a sanção da Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006 – no ano de 2006, sendo esta última surgida como penalidade sofrida pelo Estado brasileiro dada sua omissão diante da denúncia aos órgãos internacionais de direitos humanos do caso de violência sofrida pela biofarmacêutica Maria da Penha.

A pauta feminista pelo enfrentamento à violência contra as mulheres se redefine nesse contexto, impulsionando as assinaturas de pactos de enfrentamento à violência contra a mulher em estados e municípios e a criação de órgãos (coordenadorias e secretarias) relativos a essa questão.

Por outro lado, consideramos que os avanços no âmbito da legalidade e da formalidade institucional, embora sejam ganhos históricos importantes, são insuficientes para o atendimento das reivindicações postas na Plataforma Política Feminista, debatidas nas conferências de políticas para as mulheres e condensadas nos planos nacionais de políticas para as mulheres.

Voltando ao paradoxo entre os interesses das mulheres (e da classe trabalhadora à qual elas pertencem) e a agenda social liberal, nos detemos nos princípios e diretrizes do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultante das deliberações da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ocorrida em 2007, para identificarmos um esforço do governo brasileiro para conciliar essas dimensões, que são, por suposto, inconciliáveis.

Esse segundo plano adensa as propostas de empreendedorismo para as mulheres como elemento central para a autonomia econômica das mesmas e para a igualdade de gênero no mundo do trabalho.

Não por acaso, a incorporação da agenda do trabalho das mulheres pelos organismos internacionais nesse período vai se revelar na agenda de “desenvolvimento” apresentada pelo Banco Mundial, pelo FMI e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), cujas recomendações para a política econômica do país vão embasar, mesmo com a ativa participação das mulheres, as aberturas efetuadas para a participação política feminista. No plano, destaca-se que:

Nesse sentido, cabe destacar o desenvolvimento do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, cujo objetivo é estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios (PNPM, 2008, p. 34-35).

Enquanto tendência ideopolítica na primeira década dos anos 2000, tanto o empreendedorismo como o empoderamento são incorporados em alguns programas, tais como o *Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidade para Todos*, inaugurado pelo Ministério Público do Trabalho em 2005, e o *Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher*, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

É sabido por nós que a origem da relação entre empoderamento e feminismo é reivindicada por segmentos feministas na seguinte perspectiva:

O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre ‘nossos corpos, nossas vidas’ (SARDENBERG, 2006, p. 2).

Sob esse viés coletivo, transformador e que visa romper com estruturas patriarcais de poder, demonstramos apreço aos grupos e movimentos que resgatam a trajetória do significado desse processo para as mulheres.

O que não podemos nos furtar é de apontar o quanto esse termo tem sido apropriado pelas políticas de mercado como proposta de uma pretensa igualdade individualizante, que põe as mulheres como responsáveis pelas suas condições de sobrevivência. Nesse sentido, recorreremos à recente pesquisa de D. Silva (2021), em que ela identifica que o conceito de empoderamento vem sendo fortalecido a partir de sua utilização pelo Banco Mundial, pela ONU, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), sobre o que ela destaca:

O conceito ‘empoderamento’ ao ser propagado por essas instituições e organizações, adquiriu um sentido muito mais amplo e diverso do que o contido inicialmente, quando apresentado como pauta pelo pensamento feminista negro por Colins (2019). Entretanto, mesmo em suas origens [...], o projeto de empoderamento parece ter aberto margem para ser cooptado por projetos neoliberais encabeçados pelas instituições anteriormente citadas, por combaterem a pobreza, lutarem pela igualdade de gênero, promoverem desenvolvimento sustentável e trabalhos ‘decentes’. Todos esses objetivos parecem se enquadrar num projeto mais amplo por justiça social, mas com quais interesses? (SILVA, D. 2021, p. 76).

Nos parece politicamente sensato, em se tratando da consubstancialidade classe, raça e gênero, estar sempre em atenção constante aos ditames do mercado e suas manifestações ideológicas, considerando que ele é capaz de se infiltrar nas próprias reivindicações, dissolvendo-as e apropriando-as ao seu modo.

As medidas pró-empendedorismo desenvolvidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) no contexto das formas contemporâneas de expropriação da força de trabalho têm como maiores interessados os bancos e a possibilidade de oferecer crédito aos microempreendedores contando o Estado nessa empreitada, o que torna as políticas para as mulheres um campo fértil de disputas entre os interesses históricos das mulheres e os do mercado sob o viés do discurso da igualdade de gênero.

Um exemplo concreto disso é o *Programa Itaú Mulher Empreendedora*, cujo discurso de investimento social propagado pelos bancos se assemelham às políticas e metas adotadas pelo Governo brasileiro, por meio das quais, longe de atender qualitativamente às demandas postas pelos movimentos feministas, identificamos uma terceirização das suas pautas políticas para a agenda de mercado, de modo que, conforme previsto no próprio programa enquanto objetivo, o “[...] programa visa contribuir para a integração das políticas sociais e econômicas a fim de identificar e atuar nos espaços de oferta de ocupação nos mercados formal e informal de mão-de-obra local” (SPM, 2008, p. 2).

Nesse jogo de integração entre as políticas sociais e econômicas, sabemos que a direção das últimas pelo grande capital, sob a mediação do Estado, sai mais fortalecida, ao passo que as políticas sociais são tratadas como medidas imediatas para mulheres em situação de “risco social”, que, convocadas a aprenderem o caminho das pedras do empreendedorismo, se distanciam cada vez mais de um reconhecimento enquanto trabalhadoras detentoras de direitos que devem ser garantidos via políticas públicas universais. Trata-se, portanto, de um movimento ideopolítico que, uma vez não enfrentado, vai se consolidando como alternativa governamental sob o consenso de enfrentamento às desigualdades e promoção da equidade de gênero. No entanto, o processo de desregulamentação das relações de trabalho vai se complexificando, de tal modo que:

Em outras palavras, ao defender que os contratos entre pessoas jurídicas substituam os contratos de trabalho, estão, em nome do desenvolvimento econômico, decretando a precarização do trabalho. Dentre as suas justificativas estão a alta tributação de impostos a que são submetidos os empregadores, a necessidade de o Brasil seguir a tendência dos países desenvolvidos e, para legitimar essa proposta junto aos trabalhadores, defende-se que a relação comercial, ou seja, o contrato entre pessoas jurídicas, promove a geração de emprego e estimula o empreendedorismo (TAVARES, 2007, p. 3).

Entidades do chamado “terceiro setor” com interesses financeiros tomam as iniciativas materiais que dão sustentação às ideologias de empreendedorismo e empoderamento, o que se exemplifica pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde 2002, e pelos programas recomendados pela ONU com enfoque no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio de uma metodologia denominada *Empretec* que atua com ações que estimulam o empreendedorismo em 34 países.

Outro elemento ideopolítico que aparece fortalecido no II Plano Nacional é o *empoderamento*. Nas ações de intervenção pública de caráter multisetorial previstas pelo referido II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, destacam-se as que “[...] promovam o empoderamento das mulheres” (PNPM, 2008, p. 98).

Aparece, ainda, como o primeiro dos objetivos centrais: “Promover a mudança cultural na sociedade, com vistas à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia e empoderamento das mulheres” (PNPM, 2008, p. 121), através do qual identificamos que a tendência à inserção do empoderamento das mulheres na política passa pela perspectiva das relações interpessoais, cujo indivíduo, na acepção liberal, se responsabiliza pela melhoria de suas próprias condições ao se empoderar.

O referido plano é evidenciado nas propostas e planos destinados especificamente à população negra, cujas várias edições do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, direcionado a empresas de médio e grande porte, ao mesmo tempo em que põe a pauta étnico-racial em evidência, o faz subsidiando o mercado.

Acerca da inserção e do fortalecimento do termo “empoderamento” nos documentos oficiais e nas propostas políticas no contexto social liberal em questão, corroboramos com Carvalho (2014, p. 145) quando esta o situa no conjunto das “[...] determinações econômicas, políticas e sociais camufladas em terminologias”.

No tocante à centralidade que o empoderamento ocupa nas políticas para as mulheres, é importante pontuar que esse conceito está inserido no direcionamento do Banco Mundial, que o coloca como um mecanismo de combate à pobreza em uma relação cujas determinações centrais são:

[...], o BM, ao atender a população pobre e o empresariado, tem clareza de seu norte, que é o de favorecer os interesses do capital através da criação de mecanismos de estabelecimento de novos consensos, apaziguadores da luta de classes e de garantia da eficiência econômica (CARVALHO, 2014, p. 149).

Convém destacar que, nesse mesmo período, os sujeitos coletivos feministas, em consonância com a Plataforma de 2002, permaneciam organizando e desenvolvendo ações e eventos, resultando inclusive em publicações em defesa de melhores condições de trabalho para as mulheres com forte pressão pelo reconhecimento de seus direitos – especialmente das trabalhadoras domésticas –, o que exige uma análise no campo da articulação entre políticas para as mulheres e políticas de promoção à igualdade racial.

Considerando que “[...] a especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social” (ALMEIDA, S. 2018, p. 42, grifos do autor), o Brasil reserva às mulheres negras uma realidade marcada pelos traços histórico-raciais, implicando maiores desafios para suportar o peso coletivo do sistema capitalista, racista e patriarcal.

Desse modo, tanto as políticas públicas de Estado como as governamentais e seus programas expressam um caráter reprodutor, em maior ou menor grau, do racismo secular no caso brasileiro.

Ainda conforme Sívio de Almeida (2018, p. 75):

Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual (ALMEIDA, S. 2018, p. 75).

Com base na divisão sexual do trabalho como categoria analítica que fundamenta as desigualdades para as mulheres nos anos 2000, as organizações e os movimentos feministas pautaram a igualdade salarial entre homens e mulheres, a desresponsabilização da totalidade das tarefas domésticas não remuneradas pelas mulheres, a formalização dos vínculos trabalhistas e o reconhecimento de direitos.

Demarcando um caráter social e sexual das relações de trabalho no âmbito das lutas de classe no primeiro quarto do século XX, Daniëlle Kergoat (2009, p. 67) ressalta que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a doutrinação prioritária dos homens à esfera produtiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2009, p. 67).

Nesse viés, a pauta racial passou a ser fortemente articulada às reivindicações em torno das condições de trabalho, tendo em vista as evidências de que a população negra, principalmente as mulheres, desenvolvem os trabalhos mais precários e mais desprotegidos.

Com base nisso, Abramo (2006, p. 1) aponta que:

A porcentagem de ocupações precárias, informais e de baixa qualidade sobre o total do emprego no Brasil é muito significativa: 57% (2). Mas essas cifras também evidenciam importantes diferenças de gênero e raça: enquanto a proporção de ocupações informais e precárias sobre o total do emprego masculino era de 54%, para as mulheres essa cifra era de 61% (ou seja, 13% superior). Em termos de raça essas desigualdades são ainda mais acentuadas: foram classificadas como informais ou precárias 50,4% das ocupações dos brancos (de ambos os sexos) e 65,3% das dos negros (de ambos os sexos), o que configura uma diferença de 29% (ABRAMO, 2006, p. 1).

Tais mecanismos, assim como os que se referem à igualdade de gênero, já surgem marcados por dificuldades estruturais no campo das políticas e dos serviços destinados à classe trabalhadora, e, além disso, também vão ser insuficientes para o atendimento de suas necessidades.

Frente às reivindicações das mulheres referentes a essas questões, alcançou-se, em 2006, a Lei 11.324/06, que promoveu alterações nas legislações anteriores sobre o trabalho doméstico e passou a garantir férias de trinta dias com pagamento de um terço do salário, permanência de vínculo em caso de gravidez até o quinto mês após o parto e contribuição patronal à Previdência Social paga pelo empregador.

Tais medidas, ainda que importantes no reconhecimento público desse trabalho de avanços nas garantias aos e às trabalhadoras/es domésticos, esbarram em certos limites, a exemplo da não obrigatoriedade de pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que fica facultado ao empregador.

Embora consideremos que o primeiro mandato de Lula se apresentou como o “passo à frente” da “valsa brasileira”, Laura Carvalho (2018, p. 14) destaca que:

Enquanto o Ministério da Fazenda, sob o comando de Antonio Palocci, concentrou-se em promover um forte ajuste fiscal para atingir metas mais altas de superávit primário – a diferença entre despesas e receitas dos governos, excluindo-se o pagamento de juros –, o Banco Central, presidido por Henrique Meirelles, tratou de manter a taxa de juros em patamar elevado (CARVALHO, L. 2018, p. 14).

Daí por que seria incompatível desenvolver políticas para as mulheres ou qualquer segmento em uma perspectiva universalizante. As mudanças operadas no contexto social-liberal em questão se devem sobretudo ao fato de que “[...] entre 2003 e 2005, durante o primeiro governo Lula, a principal novidade se deu no âmbito das políticas de transferência de renda, expandidas e universalizadas com a criação do Programa Bolsa Família” (CARVALHO, L. 2018, p.14).

No tocante às reivindicações e os embates junto aos governos nas três esferas, é inegável que o contexto político da primeira década dos anos 2000 consistiu em uma nova forma de tratamento às demandas das mulheres trazidas pelos movimentos, com inserção de planos de políticas e a criação de órgãos estratégicos representados pelos grupos políticos que compõem a aliança de classes junto ao PT, o que gerou incômodos aos defensores do patriarcado.

A incidência feminista nas questões de saúde sexual e reprodutiva e do aborto tem sido uma pauta que vem se fortalecendo desde os anos 90, quando o movimento se organizou em relação ao parlamento nacional para derrubar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propunha criminalizar o aborto em qualquer circunstância – mais conhecida como a PEC dos fundamentalistas –, sendo esta derrotada no plenário em abril de 1996 por 331 votos contrários, 33 votos favoráveis e 16 abstenções (OLIVEIRA; CAMPOS, 2009). Além disso, é importante ressaltar, também, a publicação da Norma Técnica para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, do ano de 1997, que contribuiu para a expansão dos serviços de aborto legal existentes em São Paulo desde 1989 (OLIVEIRA; CAMPOS, 2009).

Nos anos 2000, as investidas conservadoras, mesmo em meio a um momento de importantes espaços conquistados pelos movimentos de mulheres, se evidenciam nas frentes parlamentares em defesa da vida e contra o aborto. Tais investidas contam

com a proposição de um projeto de lei que prevê a sanção do Estatuto do Nascituro, por meio da qual o indivíduo deve adquirir personalidade antes mesmo do nascimento. Os deputados federais Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS-MG), argumentam em apoio ao referido estatuto, contrariando as lutas feministas em defesa da autonomia das mulheres sobre a decisão de interromper ou não uma gravidez.

O Projeto de Lei nº 478/2007 constituiu-se como uma das maiores ameaças aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Com a sua sanção consolidada, seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto legal previsto no Código Penal.

Esses tensionamentos perpassam a primeira década dos anos 2000 sob a perspectiva feminista da autonomia corporal, da integridade física e do direito de estar livre de todas as formas de violência, frente à resistência de grupos religiosos que, contrários a essas pautas, se organizam para difundir o conservadorismo que historicamente lançam mão, agora em coletivos como a bancada evangélica e o Escola Sem Partido (OLIVEIRA; CAMPOS, 2009).

Apesar da edição da Norma Técnica de Atenção ao Abortamento em 2005 por parte do Ministério da Saúde, que visa a garantia de um atendimento padronizado e humanizado no processo do aborto, e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, surgida em 2007, a primeira década do século XXI no Brasil também revela o reacionarismo e a intolerância com as reivindicações feministas, a exemplo da criação da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, em 2003, e da Frente Parlamentar Contra a Legalização do Aborto - Pelo Direito à Vida, em 2007.

Tais disputas políticas e ideológicas tendem ao acirramento na segunda década dos anos 2000, conforme aprofundaremos a seguir, de modo que a chamada “agenda de gênero” – que envolve todas as questões tratadas aqui e outras mais conjunturais:

Institucionalizada em Programas e áreas técnicas, em ministérios como o da Educação e o da Saúde e incorporada a políticas no âmbito da seguridade, da assistência social e do trabalho, ela teria desafiado o enquadramento conservador da família, da conjugalidade e da sexualidade, sem que correspondesse às opiniões e aos interesses predominantes no Congresso Nacional (BIROLI, 2018, p. 192).

Para esta autora, houve uma renovação do ativismo feminista junto ao Estado dos anos 80 aos anos 2000, que ela compreende que:

Trata-se de um feminismo diferente na sua forma de organizar-se e de manifestar-se, em que têm papel importante mulheres jovens e suas interações no ambiente da internet. É descentralizado e mesmo fragmentado, mas mostra uma capilaridade social que é, por si só, um acontecimento político (BIROLI, 2018, p. 17).

Considerando a inserção dessas lutas feministas na conjuntura política brasileira no contexto em referência, ressaltamos que elas se inserem nas contradições postas no âmbito político que são permeadas de tensões e disputas, cujos interesses feministas, apesar de se situarem em um quadro de ascensão, não deixaram de ser questionados e limitados por interesses sociais e econômicos, de modo que “[...] a avaliação do alcance dessa plataforma nos governos Lula é permeada por contradições, limites e até mesmo reiteração do conservadorismo social sobre as mulheres [...]” (CISNE, 2016, p. 92). Para Cisne (2016, p. 98), mais enfaticamente:

É grave perceber como os governos Lula feriram o princípio da laicidade do estado, ao ponto de destinar recursos públicos para organizações religiosas. Tudo isso sem falar na ausência de enfrentamento à ingerência política das igrejas no governo, que ditou limites para o mesmo. Como exemplo disso citamos o caso do debate sobre a legalização do aborto que, sequer, chegou a ser pauta para votação no Congresso Nacional. Por outro lado, projetos pela criminalização da mulher tramitam no Congresso Nacional, inclusive para recuar ainda mais a legislação vigente sobre o aborto legalizado, em caso de estupro (CISNE, 2016, p. 98).

Dentre outros aspectos, essa abertura política para a difusão da ideologia conservadora revela uma contradição em relação à incorporação da agenda feminista em conferências, aos planos nacionais de políticas para as mulheres e à criação de instituições de atendimento às demandas das mulheres, o que nos sugere um acirramento das disputas entre as forças conservadoras e feministas em curso no século XXI.

No âmbito do fortalecimento de uma *nova* direita, que se apoia em valores machistas e racistas e passa pelo aparelhamento ideológico da burguesia e seus interesses econômicos, consideramos que a tendência à destituição de direitos colabora para um recuo civilizatório sem precedentes.

Além disso, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra revela a contradição acima referida, ao passo que, mesmo no âmbito de um acesso pretensamente universal, há diferenças no atendimento à saúde da população negra, a exemplo das mulheres que realizam consultas de pré-natal:

A proporção de mães negras com no mínimo seis consultas, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, foi de 69,8%; ao passo que, entre as brancas, essa proporção foi de 84,9%. Em relação à primeira consulta pré-natal, também houve diferenças entre as categorias de raça/cor. Nos três primeiros meses de gestação, realizaram a primeira consulta 85% das gestantes brancas, 73% das negras e 53% das indígenas (BRASIL, 2007, p. 14).

Duas questões se revelam em relação aos dados acima: uma que denota que as lutas em torno de direitos sociais e pela superação das desigualdades de gênero têm que levar em conta uma direção antirracista; e outra que as políticas setoriais seguem o fluxo das políticas genéricas, com critérios de seletividade que, para além disso, reproduzem a desigualdade racial cotidiana.

Com o movimento da crise do capital em 2008, as perspectivas políticas para a segunda década dos anos 2000 é de um recuo maior nos direitos alcançados, e, diante de novas investidas feministas e de processos de ocupação das ruas, o quadro se apresenta crítico no que se refere tanto à implementação de novos serviços como à permanência de programas e serviços específicos que acompanham o movimento de regressão de direitos que atinge a classe trabalhadora.

2.4 DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA FEMINISTA BRASILEIRA RUMO À SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

As exigências feitas por parte do capitalismo em crise a partir de 2008 em todo o mundo afetaram o Brasil, ainda que mais tardiamente, à medida que a imposição de uma agenda de austeridade fiscal implicou perdas de direitos para a classe trabalhadora, sobretudo no que diz respeito às mulheres.

Ideologicamente, as expressões da intolerância ao processo de avanços políticos na participação política das mulheres e de organismos governamentais criados na primeira metade da década 2000-2010 começam a ser alvo de questionamentos por parte de grupos conservadores, o que contribuiu para o fortalecimento de uma onda antifeminista na década seguinte (em curso).

Os desafios encontrados pelas mulheres são impulsionados pela intransigência de sujeitos coletivos conservadores (como a bancada evangélica e seus discursos de base intolerante), que passam a se fortalecer quanto à incorporação dos debates sobre gênero e diversidade sexual na educação.

No momento em que se acirra a disputa de hegemonia entre as classes, qualquer movimento vitorioso da classe trabalhadora, no sentido de conquistar direitos e exercer sua cidadania, gera desconforto nas classes dominantes e médias dotadas de privilégios, de modo que a tendência é deslegitimar tais conquistas e acirrar os valores que demonstram intolerância para com as transformações cívicas, o que acaba se viabilizando pela via da exploração cada vez maior da força de trabalho por parte das investidas capitalistas que lhe asseguram firmeza.

Situamos no cerne da não aceitação das medidas sociais e legais que atendem (parcialmente) os interesses das mulheres, por parte dos sujeitos representantes do conservadorismo que serão destacados no capítulo três, uma reação conservadora que permeia a conjuntura política brasileira nos últimos anos, conforme Biroli (2018), destaca:

O que temos diante de nós neste início de século XXI, de modo peculiar no Brasil e em outros países da latino-americamos são *reações* que procuram revitalizar as resiliências, retomar e aprofundar o controle e a regulação sobre as mulheres, sobre seu corpo, e limitar subjetividades em transformação. Falo, assim, de *reações* conservadoras, acentuando desde já a relevância do primeiro termo (BIROLI, 2018, p. 15-16). Grifos da autora.

As expressões das lutas de classe na primeira década do século XXI revelam os antagonismos entre feminismo e conservadorismo no tocante à laicização do Estado, à defesa de direitos e à violência contra as mulheres. Sendo assim, temos continuamente disputas entre a negação e o reconhecimento dessas pautas.

Quanto ao Estado, este tende a reproduzir o lado mais conservador dessa relação, ao passo que “[...] quando opera com sua força policial armada e violenta nas periferias, opera dentro da lógica da moralização da pobreza” (CUSTÓDIO, 2019, p. 129).

A partir da nossa análise, consideramos que a incidência social-liberal na agenda das políticas sociais, especificamente nas políticas para as mulheres no Brasil, na ausência de uma resposta substancial às reivindicações das mulheres, na não concretização da laicidade do Estado e na expansão da orientação de base

religiosa nas instituições políticas como o Congresso Nacional, implicam um fortalecimento que, como veremos, se mostrará mais fortalecido na segunda década dos anos 2000, com uma dimensão patriarcal que confronta com os espaços anteriormente abertos para as mulheres.

As particularidades de um amplo processo de precarização para a mulheres nesse contexto são apresentadas por Assunção (2013, p. 66), com ênfase no fato de que “[...] a combinação entre opressão e exploração é de extrema importância para fortalecer e renovar as distintas formas de exploração e dominação”, residindo, nessa combinação, o elemento central que justifica a necessidade de pesquisas que articulem as condições gerais de trabalho e como elas se expressam particularmente para grupos de trabalhadores distintos – como as mulheres.

Ao levarmos em consideração que o racismo também estrutura a divisão do trabalho, entendemos, conforme a explicação de Carneiro (2011, p. 115), que:

O direito ao trabalho é condição fundamental para a reprodução das demais dimensões da vida social. Por isso, é preciso instituir no âmbito do trabalho o mesmo reconhecimento social e político que as desigualdades raciais adquiriram no campo educacional, fato que desencadeou o processo de implementação de cotas raciais para afrodescendentes nas universidades. Tal reconhecimento deve traduzir-se em intervenção política para assegurar o princípio da igualdade entre desiguais e a realização da equidade no acesso ao trabalho (CARNEIRO, 2011, p. 115).

Situando o capital e sua tendência de controle cada vez mais brutal das capacidades humanas e da força de trabalho, consideramos que a incursão das ideologias dominantes se apropria também das pautas raciais, valendo-se, inclusive, de aparatos institucionais do Estado (embora permaneça em disputas e projetos da classe trabalhadora).

Desse modo, nos convém concordar que:

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a ‘internalização das múltiplas contradições’, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação (ALMEIDA, S. 2018, p. 93).

Algumas reflexões e estratégias coletivas no âmbito das organizações feministas, frente à conjuntura mundial e brasileira do início do século XXI, já vinham levando em consideração que:

A reestruturação produtiva, junto com as concepções liberais, tem introduzido um padrão de flexibilidade nas relações de trabalho, através principalmente do recurso ao trabalho feminino. Assim é necessário examinar as características sexuadas da flexibilidade e suas consequências, tanto no plano do mercado de trabalho e do emprego, implicando no aumento da precarização social e da precarização do trabalho; como no plano da organização e das condições de trabalho (COSTA; SOARES, 2002, p. 11).

Em se tratando dos anos 2000, considerando o capitalismo de monopólios, o capital financeiro e as particularidades do Brasil nesse quadro histórico, é pertinente situar o caráter estrutural da crise do capital a partir de Mészáros (2002, p. 57), para quem “[...] estamos diante de uma crise sem precedentes de um controle social em escala mundial e não diante de sua solução”.

A crise, como algo que é inerente ao capital, estruturando-o (MÉSZÁROS, 2009), atinge as diferentes dimensões da sociabilidade, bem como procura alternativas cada vez mais destrutivas para sair de sua crise.

Para esse autor, seria uma forte acusação indagar sobre a contradição do capital, que, “[...] no auge do seu poder produtivo, está produzindo uma crise alimentar global e o sofrimento decorrente dos incontáveis milhões de pessoas por todo o mundo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 21). Ainda de acordo com Mészáros (2009, p. 57), cabe destacar que:

A consciência dos limites absolutos do capital tem estado ausente em todas as formas de racionalização de suas necessidades reificadas, e não apenas nas versões mais recentes da ideologia capitalista. Paradoxalmente, contudo, o capital é agora compelido a tomar conhecimento de alguns desses limites, ainda que, evidentemente, de uma forma necessariamente alienada (MÉSZÁROS, 2009, p. 57).

Referindo-se ao capitalismo tardio, Netto (2015) aponta a reificação como a capacidade desse sistema resistir aos seus próprios limites, definindo-a enquanto “[...] fenômeno sociocultural específico do capitalismo constituído e tardio, possibilita a resistência desse sistema cuja falência global a crítica teórica vem denunciando desde muito tempo” (NETTO, 2015, p. 26).

O Estado moderno, com pretensa autonomia em relação às religiões, de caráter republicano e com proposições a representar interesses coletivos, também só pode ser entendido no âmbito das relações antagônicas que conformam essa coletividade,

não podendo ser neutro, mas, como demarcado pela teoria social marxista, tendendo a representar interesses dominantes. Desse modo:

Sob as condições econômicas da sociedade capitalista, o Estado dá forma a uma comunidade política cuja socialização é feita de antagonismos e contradições expressas nos interesses individuais. Daí resulta que o Estado não é apenas o garantidor das condições de sociabilidade do capitalismo, mas é também o resultado dessas mesmas condições, o que faz dele mais do que um mero árbitro, ou um observador da sociedade (ALMEIDA, S. 2018, p. 94).

Nesse contexto, os anos 2000, mais fortemente os anos que compreenderam os governos Lula (de 2003 a 2010), evidenciam, por um lado, as medidas criadas no sentido de atender minimamente às necessidades da população mais empobrecida com a expansão (precária) da política de assistência social, sobretudo via programas de transferências de renda – bem como a criação de Secretarias Especiais, a exemplo da Secretaria Nacional de Promoção à Igualdade Racial, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Por outro lado, percebe-se a insatisfação e a intolerância crescente por parte da classe dominante (os políticos de partidos de centro e de direita, o empresariado e as bancadas evangélica e ruralista), que busca atender a interesses próprios.

Para as mulheres, surgem desafios conjunturais de atrelar sua incidência política a lutas mais genéricas, a exemplo da manutenção das conquistas legais e da ampliação de serviços, ao mesmo tempo que procuram estratégias de organização e mobilização para enfrentar o capital e o conservadorismo que se espalhará como ideologia de cunho patriarcal na década seguinte.

Corroboramos com Castelo (2013) quando o autor caracteriza como social-liberal esse período de reconfiguração da política neoliberal, com ênfase em programas sociais. Para esse autor:

[...] Os social-liberais brasileiros propõem medidas de cunho administrativo para aumentar a efetividade das políticas sociais: 1) focalização dos gastos sociais nos 'mais pobres dos pobres', isto é, os miseráveis; 2) avaliação do impacto das políticas sociais; e 3) integração e coordenação dos programas sociais em todos os níveis governamentais – federal, estadual e municipal – e do setor privado (CASTELO, 2013, p. 351-352).

O projeto social-liberal, nesse sentido, apresenta as seguintes proposições políticas e analíticas:

O crescimento econômico, por si próprio, não traria a redução das desigualdades, havendo a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; 2) os gastos sociais não seriam baixos, ao contrário: eles deveriam tornar-se mais eficientes com a melhora da alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; 3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento em capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito (CASTELO, 2013, p. 356).

O caráter contraditório desse contexto revela-se quando, dando continuidade a políticas de cunho neoliberal, o Estado estabelece mecanismos de atendimento parcial às demandas da população, sem, contudo, fugir ao contexto da crise estrutural do capital, que, sob as instruções de organismos internacionais, orientam as novas configurações entre Estado, mercado e sociedade em um movimento cujas estratégias no Brasil “[...] distribuem uns poucos recursos àqueles que jamais conseguirão se integrar, para dar andamento à política concentradora e excludente” (MOTA, 2012, p. 37).

No tempo presente, identificamos que o conservadorismo, como expressão dos interesses e dos projetos de manutenção da ordem dominante, claramente se apropria do capitalismo e da propriedade, usando do ideário liberal e neoliberal para justificar que vale tudo em nome da prosperidade, ou seja, do lucro.

As particularidades desses elementos para as mulheres se evidenciam sobretudo no fortalecimento do machismo por meio de um sistema mais amplo: o patriarcado e de sua articulação ao capitalismo, configurando um sistema imbricado de “dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2004) cujas expressões nos marcos dos últimos anos têm sido operadas nos marcos das regulamentações ou propostas de deslegitimação de direitos anteriormente conquistados, conforme aponta Saffioti (2004, p. 357):

Na verdade, de modo subjacente, o conservantismo determinava a continuidade e mesmo o fortalecimento de certos preconceitos, tais como os de raça, ou de cor e de sexo. Em diversos setores da vida social brasileira, estabeleceram-se assim, verdadeiros hiatos entre as relações sociais efetivas e as suas regulamentações jurídicas, por mostrarem-se as primeiras incapazes de absorver a racionalidade de que estava prenhe a segunda (SAFFIOTI, 2013, p. 357).

A luta das mulheres contra as implicações conservadoras para suas vidas é, ao mesmo tempo, a luta contra as atuais expressões do conservadorismo, mediada

pelos interesses capitalistas e pelo fortalecimento do patriarcado. Essa luta só pode ser enfrentada quando articulada a essas questões, de modo que “[...] só pode ser travada no marco de um enfrentamento com o capital, pelo fim da exploração da classe trabalhadora” (TOLEDO, 2012, p. 119).

Em corroboração com as autoras supracitadas, consideramos que, ao partir de uma perspectiva classista, além de fugir da tendência por elas apontada, as lutas feministas antirracistas enfrentam seus inimigos em comum, colaborando com a superação de desigualdades históricas nos âmbitos das relações sociais, raciais e de sexo.

Além disso, é evidente a apropriação pelo capital de uma desigualdade gestada pelo sistema patriarcal, que institui a supremacia masculina e a dominação e inferiorização das mulheres. Entretanto, na perspectiva aqui adotada, só faz sentido tratar dessas particularidades acompanhando o movimento das relações sociais mais gerais, no contexto do capitalismo contemporâneo.

Diante dos elementos anteriormente apresentados, a articulação entre o feminismo e a luta de classes, por meio da qual seja possível pautar a autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas como exercício da liberdade enquanto capacidade humana, apresenta-se como uma questão central, contrapondo-se ao controle operado pelo capital e pelo patriarcado.

Mészáros (2002) chama atenção em relação às lutas das mulheres que:

[...] é preciso enfrentar a questão do tipo de igualdade viável para os indivíduos em geral, e para as mulheres em particular, na base material de uma ordem de reprodução sociometabólica controlada pelo capital, em vez de se discutir como se poderiam distribuir os recursos disponíveis nas presentes circunstâncias dentro das margens que se encolhem (MÉSZÁROS, 2002, p. 273).

Ainda que os anos 2000 apontem para avanços no reconhecimento legal de direitos das mulheres e de formas específicas e legítimas de enfrentamento à violência expressa no cotidiano delas, a real efetividade dessas conquistas vem sendo obstaculizada pelo mesmo movimento de caráter social liberal que permeia as políticas sociais brasileiras. A esse respeito, corroboramos que:

Para avaliar as políticas sociais é fundamental que consideremos a questão da disputa do fundo público entre as demandas da classe trabalhadora e os interesses de reprodução do capital por meio de subsídios do Estado e participação no mercado financeiro (a exemplo da dívida pública). Atendendo

muito mais aos interesses do capital, a política econômica nos governos Lula, adotou como mecanismo para minimizar os efeitos da dívida pública, a Desvinculação de Recursos da União (DRU) que permite que 20% dos recursos destinados à seguridade social sejam deslocados para o superávit primário que, por sua vez, destina-se ao pagamento da dívida pública (CISNE, 2016, p. 95-96).

Ao reafirmar a existência do patriarcado como sistema histórico de dominação, reconhecemos, também, a sua capacidade de se transformar, perpetuando de diferentes formas esses elementos na vida das mulheres e não podendo ser compreendido isolado das relações capitalistas na contemporaneidade.

Em balanço realizado sobre o desenvolvimento das políticas para as mulheres, de 2003 a 2010, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) afirma que:

Nesses oito anos, a decisão de implementar políticas para mulheres, adotada em 2003, enfrentou forças políticas antifeministas e antidemocráticas, que influenciaram substantivamente as prioridades, a direção e a velocidade de implementação dessas políticas (AMB, 2011, p. 22).

Por outro lado, os planos nacionais de políticas para as mulheres, elaborados a partir dessas conferências, não foram executados, haja vista a configuração geral das políticas demarcadas pela focalização e pela seletividade, ainda que esses aspectos de organização e sistematização das demandas das mulheres tenha adquirido profunda relevância nos anos 2000. A partir disso concordamos que:

Dessa forma, apesar de algumas conquistas para as mulheres nos governos Lula da Silva, os desdobramentos prático-políticos de muitas iniciativas importantes como as Conferências públicas, a construção dos PNPMs e a própria criação da SPM, não acompanharam e/ou deram o suporte necessário para a implementação das políticas públicas necessárias às mulheres. A começar pela —estrutura insuficiente e o orçamento reduzido da SPM, que —impuseram limites severos para o enfrentamento das estruturas patriarcais que organizam o Estado e orientam as políticas e as finanças públicas (AMB, 2011, p. 20-21).

As implicações da articulação entre o conservadorismo e o patriarcado nos anos 2000 se evidenciam nos retrocessos legais também em um quadro de violência, de cultura do estupro e de fundamentalismo religioso, que, na nossa concepção, aliam-se aos interesses patriarcais e racistas dominantes na contemporaneidade e ao mesmo tempo os endossam, o que exige que as mulheres: I) fortaleçam as respostas políticas das ruas e das mobilizações em defesa de seus direitos; II) atuem frente às

lutas feministas e que estas sejam um aporte às lutas anticonservadoras e anticapitalistas, com dimensão classista; e III) apreendam o racismo como um elemento estruturante das relações violentas e da desigualdade vivida pelas mulheres.

Se nos primeiros anos da primeira década dos anos 2000 os elementos anteriormente destacados evidenciam a entrada das pautas feministas no cenário das políticas sociais, acompanhando um movimento mais amplo do conjunto das políticas, tomamos como um primeiro pressuposto para nossa pesquisa que os últimos anos têm – também em conformidade com o recrudescimento do conservadorismo – apresentado investidas de intolerância com as questões voltadas ao atendimento das necessidades das mulheres e das demandas raciais, causando um cenário de destituição de algumas das conquistas obtidas por meio das lutas feministas e o endosso de uma perspectiva antifeminista abertamente difundida por grupos e indivíduos de direita.

Na nossa perspectiva, a incorporação das lutas feministas por segmentos de esquerda (particularmente partidos e sindicatos) ampliam a luta de classes, buscando transformar as relações de exploração e opressão, fugindo a uma tendência já apontada por Cisne e Santos (2014, p. 154) de que, ao se distanciarem de uma perspectiva classista, “[...] direcionam sua ação política na perspectiva de assegurar a igualdade de oportunidades para mulheres e para a população LGBTQIA+, supostamente igualando-os aos direitos reconhecidos para os homens e os heterossexuais”.

Corroboramos com Flávia Biroli (2017, p. 25) quando ela afirma que “[...] o reacionarismo moral conservador se estabelece nas investidas correntes contra a agenda mais ampla dos direitos humanos e da inclusão afirmativa de grupos subalternizados”.

Quanto à dimensão racista desse processo, conforme estudou Clemente (2019), o racismo é expresso via propagandas comerciais e discursos de ódio nas redes sociais e é funcional à exploração da força de trabalho mais pobre pelo capital, de modo que:

No que se refere às mulheres negras, verifica-se com a publicação de - A Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil: violências e violaçõesII (2016), as negras correspondiam a 51,8% da população feminina e 27,7% da população brasileira total. São 59,4 milhões de mulheres negras

no Brasil que se encontram majoritariamente concentradas na região norte (75,2% das mulheres) e nordeste do país (70,7%). O documento afirma, que as mulheres negras são as mais pobres, pois apenas 26,3% delas viviam entre os não pobres, ao contrário das mulheres brancas (52,5%) e dos homens brancos (52,8%) (CLEMENTE, 2019, p. 67).

A partir desses dados, podemos afirmar que a luta por direitos universais compõe uma dimensão antirracista por atender necessidades da classe trabalhadora em geral e da população negra, que, por sua vez, é a mais atingida pelo não acesso aos direitos sociais. Do mesmo modo, intrinsecamente, a defesa dos direitos humanos da população negra integra a luta em defesa de condições de vida.

Estamos diante de uma conjuntura de derrotas para as lutas, mas não de sua inércia, estando em aberto as possibilidades históricas que a organização coletiva pode alcançar. Recorremos à análise de Iasi (2019), quando ele nos afirma que:

Ainda que a forma tenha se alterado no período, de uma ditadura para um chamado Estado democrático de direito, o Estado burguês soube combinar, aprimorar e fortalecer tanto os aspectos de busca de formação de consenso momentâneos, como os instrumentos antigos e novos de coerção (IASI, 2019, p. 421).

Seguindo a tendência das contradições e disputas políticas e ideológicas entre o feminismo e a negação de direitos das mulheres, a década de 2011 a 2020, com elementos muito recentes, apresentarão fenômenos sobre os quais nos debruçaremos no capítulo seguinte.

Adiantamos que as perspectivas postas nesse contexto são de regressão de direitos trabalhistas, tendência ao fortalecimento do controle do corpo, do antifeminismo e de intolerância para com o lugar das mulheres na política, o que implica novos quadros de violência em seus diferentes tipos. Esse, por sua vez, é um quadro que, movido por tensões e resistência, culmina em importantes levantes e organizações das mulheres trabalhadoras frente a todas essas questões.

3 DO SOCIAL-LIBERALISMO AO LIBERAL-CONSERVADORISMO: IMPLICAÇÕES PATRIARCAIS ÀS MULHERES NA SEGUNDA DÉCADA DOS ANOS 2000

É a constante baixa da taxa de lucro, resultante não da contradição entre a produção e a troca, mas do aumento da produtividade do trabalho, que ameaça tornar impossível a produção aos pequenos e médios capitais, arriscando-se a limitar, dessa maneira, a criação de novos investimentos, a travar a sua expansão. As crises, outra consequência do mesmo processo, têm precisamente por efeito, ao depreciarem periodicamente o capital, o abaixamento do preço dos meios de produção e, paralisando uma parte do capital ativo, aumentar o lucro, criando por isso mesmo, condições para novos investimentos e uma nova extensão da produção (LUXEMBURGO, S/D, p. 18).

No limiar da finalização de sua segunda década, o século XXI se apresenta na particularidade histórica brasileira com um contexto desafiador às resistências da classe trabalhadora. Marcada pelo fortalecimento dos ajustes fiscais e pelas perdas de direitos, essa década nos revela processos intensos de ofensiva à classe trabalhadora, e, particularmente, às mulheres que a compõem.

A partir disso, apresentamos neste capítulo elementos que, ora se apresentando conjunturais, são processos constitutivos do avanço da direita brasileiras, cujas ideologias da classe dominante a quem representa se mantêm em pleno fortalecimento, embora não sem resistências.

Enquanto ideologia política, o neoliberalismo vai incidir na política brasileira nos anos 2000, caracterizado pelo viés social (o social-liberalismo) cuja intenção mais geral é a de um “[...] desenvolvimento econômico com equidade e suas propostas de políticas sociais para a resolução da ‘questão social’” (CASTELO, 2008, p. 22).

A despeito da difusão terminológica de neodesenvolvimentismo para caracterizar os ganhos sociais canalizados por programas de transferência de renda no Brasil dos anos 2000, cabe retomar a assertiva de Gonçalves (2012, p. 639) de que “[...] o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado”.

Nesse período, as expressões da regressão de direitos para as mulheres estão situadas na totalidade das relações sociais, marcadas pela desigualdade no âmbito das classes, do sexo e da raça e mediadas por disputas políticas e ideológicas pelos recursos públicos e seu direcionamento.

3.1 O CONSERVADORISMO EM ASCENSÃO NO BRASIL: IDEOLOGIAS DOMINANTES E O PATRIARCADO EM PROCESSO

A década de 2011 a 2020 foi marcada pelo que se caracterizou como um “fim de ciclo” do social-liberalismo, advindo da intolerância dos setores dominantes com o projeto de conciliação de classes quanto à transferência de renda para os mais pauperizados, o que culminou na ruptura com o projeto político e conciliatório petista por meio de um golpe que passou institucionalmente por *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, e promovendo o então vice-presidente Michel Temer à Presidência da República, passando ele a representar o grupo politicamente ultraneoliberal cujo fortalecimento acarretou um contexto de aceleradas derrotas políticas e sociais, com destaque para a regressão de direitos que atingem os/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Reside no período de 2011 a 2020, então, a perspectiva de hegemonização e fortalecimento dos grupos políticos dominantes, já envolvidos de modo menos acelerado em práticas e discursos de não aceitação das melhorias para a classe trabalhadora e da ocupação de espaços políticos (como conselhos, secretarias, ministérios), criados pela via governamental para sujeitos políticos historicamente oprimidos, a exemplo das mulheres, da população LGBTQIA+, dos indígenas, das comunidades tradicionais, dos quilombos e das pessoas com deficiência, para citar alguns exemplos.

Ressaltamos que a ocupação do Poder Legislativo brasileiro ainda guarda uma profunda relação com a configuração da política brasileira tradicionalmente masculinizada, representada por famílias de latifundiários e empresários sob forte influência de valores religiosos de cunho intolerante com qualquer diversidade e perspectiva de transformação dessa estrutura, o que nos remete a uma retomada de traços constitutivos do conservadorismo que conferem novas formas de expressão, porém sob os mesmos interesses.

É nesse sentido que, para nós, só faz sentido entendê-lo no processo de disputas entre os grupos dominantes (paladinos do conservadorismo) e os sujeitos coletivos que se propõem a transformar a configuração histórica da política brasileira, o que, embora se expressem a partir de novas organizações (partidos, movimentos,

bancadas parlamentares, mandatos e mandatas coletivos/as e grupos de diferentes naturezas), estão orientados por conflitos ora mais intensos, ora mais sutis.

Cabe, aqui, uma concordância com Iasi (2017) quanto à afirmação de que:

O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos de que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa (IASI, 2017, p. 380).

Não nos propomos a uma explicação ou reconstrução do conservadorismo clássico, mas partimos de sua conformação e das continuidades que atravessam a sua configuração na contemporaneidade. Para um maior aprofundamento das investidas conservadoras contra as ideias iluministas e da Revolução Francesa, Escorsim Netto (2011); Ferreira e Botelho (2010) e Souza (2016) são boas fontes de consulta.

Nossa concordância em afirmar que o conservadorismo se expressa na contemporaneidade, mesmo reconhecendo suas expressões contemporâneas, é o fato de termos uma elite que se põe contrária a conquistas civilizatórias e emancipatórias que ampliem a cidadania. Daí porque reafirmarem as opressões e se negarem ao reconhecimento de suas necessidades a partir de políticas públicas, denotando preconceito, intolerância, racismo, machismo, xenofobia, dentre outros.

De acordo com R. Keller (2019, p. 104):

O que grava a sociedade brasileira nesse começo de século XXI não é o antagonismo entre as classes trabalhadora x empresários. A recodificação da luta de classes acompanha o grau de consciência dos integrantes da classe trabalhadora, denotando a visão de mundo que incorporaram diante das contradições sociais postas, muitas vezes mediadas pela grande imprensa aliada aos interesses do capital. Há uma comunhão de esforços subjetivos entre a ideologia dos empresários e a assimilação por integrantes da classe trabalhadora, que os une em torno da ideologia da dignificação pelo trabalho (KELLER, R., 2019, p. 104).

O caráter ideológico do conservadorismo se revela quando seus projetos elegem padrões considerados “o certo”, ao passo que negam a existência de grupos que não se enquadram nos padrões, tendendo a negar suas conquistas civilizatórias e emancipatórias e ganhando espaço em parte significativa da sociedade. E mesmo que se apresentem de modo mais ou menos ofensivo, ancorado em instituições

distintas em momentos históricos diferentes, resguardam essa raiz de defesa de privilégios e contraposição à ampliação de direitos.

R. Keller (2019, p. 100) exemplifica, nesse sentido, aspectos importantes do Brasil no século XXI:

Os temas poderiam continuar a serem listados, como é o caso do benefício 'bolsa-família', destinado a famílias de baixa renda, que no ideário comum incentiva o não trabalho e se constitui em uma forma de controle social e compra de votos pelo PT. A redução da maioria penal é um anseio compartilhado, sob a premissa de que se pode cometer crime como "gente grande", desse modo deve ser julgado. Propaga-se, ainda, um suposto incentivo ao desmonte da família tradicional brasileira, a partir da notoriedade que as pessoas LGBTQIA+ ganharam ao exporem sua forma de amor publicamente (KELLER, R., 2019, p. 100).

É no âmbito das disputas entre os interesses dominantes (com destaque para sua dimensão patriarcal) e a resistência feminista classista e antirracista na segunda década do século XXI que identificamos sujeitos coletivos com ações ideológicas e políticas (por isso aqui denominamos ideopolíticas), que, no âmbito da luta de classes, dão vida ao movimento histórico e conjuntural o qual consideramos um momento particular de um movimento histórico mais amplo, não se configurando, para nós, em virtude disso, como uma "onda conservadora" (DEMIER, 2016), um "novo conservadorismo" (LACERDA, 2019) ou um "neoconservadorismo" (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020).

Recorremos, todavia, às contribuições desses/as autores/as, considerando a validade histórica dos elementos trazidos em suas análises que consideramos serem aspectos contemporâneos ligados a uma raiz do conservadorismo, enquanto ideologia da classe dominante, com variações de suas expressões em diferentes conjunturas.

Na formação sócio-histórica brasileira e na forma particular como o conservadorismo se constitui aqui, as mediações do patriarcado, do fundamentalismo religioso e de um Estado atrelado a interesses capitalistas internacionais se constituem enquanto aspectos centrais da conformação atual de processos políticos antidemocráticos, antifeministas, racistas, LGBTfóbicos e intolerantes com pessoas consideradas fora de um padrão imperativo dominante imposto ao conjunto dos indivíduos, ou seja, o padrão masculino, branco e heterossexual.

Enquanto ideologia da crise (SOUZA, 2016), o conservadorismo cumpre uma função política importante, uma vez que se encontra circunscrito no movimento dialético entre produção e reprodução de modo que:

As ideologias predominantes de então, o liberalismo político e o liberalismo econômico – além do pragmatismo e do utilitarismo –, consentem no denominador comum segundo o qual o mercado é o protagonista do desenvolvimento socioeconômico e a garantia da livre-iniciativa individual é o requisito indispensável para o desenvolvimento dos países – uma ideologia certamente revolucionária se comparada ao obscurantismo teológico característico do mundo medieval (SOUZA, 2016, p. 105).

Ainda que objetivamente distintos, e, em alguns contextos, opostos em suas perspectivas, o liberalismo e o conservadorismo apresentam em comum a discordância quanto a qualquer possibilidade de permissão para avanços políticos que apontem para a ruptura com a ordem dominante. Ora com mais flexibilidade para reformas (social-liberalismo), ora mais intolerante, ambos se expressam simbioticamente no contexto político e social brasileiro das duas primeiras décadas do século XXI.

Resgatamos aqui uma contribuição de Suéllen Keller (2019, p. 110), quando esta autora afirma:

Ainda que o típico posicionamento conservador esteja situado numa certa passividade e aceitação em relação ao que está posto, o conservadorismo costuma se manifestar de forma eminentemente reativa. Ele se mantém presente nas subjetividades e na construção de movimentos contrarrevolucionários, mas uma das características centrais do conservadorismo é a de que ele se expressa de forma mais ofensiva quando há alguma possibilidade de transformação (KELLER, S. 2019, p. 110).

É com base nesses elementos em comum que o conservadorismo moderno (ESCORSIM NETTO, 2011; FERREIRA; BOTELHO, 2010) deixa de corresponder a um pensamento intransigente na defesa do absolutismo, passando a se aproximar do liberalismo quando “[...] algumas reformas podem até ser admitidas, contanto que resultem de um longo processo de experimentação e não de uma ruptura radical com o passado” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 9).

Historicamente determinado, o conservadorismo não pode ser transposto em sua forma clássica, expressando no Brasil traços peculiares que, nos anos 2000, adquirem notoriedades nas produções teóricas e ações políticas antidemocráticas, de fundo intolerante com a diversidade própria da população brasileira, e, acima de tudo,

com as demandas da classe trabalhadora, cujas conquistas de direitos encontram ameaças contundentes.

A particularidade do conservadorismo no Brasil dos anos 2000 é uma articulação com a ideologia liberal e suas dimensões mais incisivas, unificando ao mesmo tempo a contraposição ao reconhecimento de direitos da classe trabalhadora e a intolerância à consolidação da cidadania de grupos historicamente oprimidos.

As bases dessa articulação são retomadas por Amanda Silva (2021, p. 99), quando a autora afirma que:

No Brasil, em tese, o Estado democrático de direito serve para assegurar o respeito das liberdades civis, os direitos humanos e as garantias fundamentais, através da força de lei constitucional. Todavia, no capitalismo contemporâneo, monopolista, - representado por sua face neoliberal -, deslegitima o conjunto de direitos conquistado no ciclo democrático que encontra dificuldade para se solidificar e se ampliar em solo brasileiro. Entretanto, com o aviltamento de medidas conservadoras radicais aliadas ao neoliberalismo, é tendencial que a coerção seja também alargada para aqueles que mais requerem de políticas sociais para sobreviver neste modo societário [...] (SILVA, A. 2021, p. 99).

No caso brasileiro, há uma histórica dificuldade de romper com os interesses elitistas no âmbito do Estado, havendo, mesmo para o caso de avanços como os da primeira década dos anos 2000, uma articulação das forças reativas tanto neoliberais como conservadoras e até das duas juntas, conforme apontamos no quarto capítulo.

Situado na luta de classes, o conservadorismo se relaciona com os interesses de manutenção de uma ordem societária globalizada, no sentido que Lukács (2013, p. 133) ressalta:

Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente, a serviço de uma dominação sobre aqueles que são oprimidos [...] (LUKÁCS, 2013, p. 133).

Nesse movimento, sob circunstâncias conjunturais específicas, o conservadorismo guarda uma relação política entre a contemporaneidade e alguns dos seus traços constitutivos apontados por Escorsim Netto (2011), que já eram evidentes no século XIX. Além disso, o conservadorismo encontra sujeitos e formas políticas representativas sob novas roupagens no Brasil do século XXI, embasando-se nos seguintes argumentos: *1. Só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas*

na tradição; 2. A liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita; 3. A democracia é perigosa e destrutiva; 4. A laicização é deletéria; 5. A razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social; 6. A desigualdade é necessária e natural (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 60-63, grifos da autora).

Com base em tais elementos, é evidente que “[...] *o pensamento conservador propôs-se como projeto restaurador, antirracionalista e antidemocrático, rechaçando a cultura da ilustração e os traços mais salientes da modernidade [...]*” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 60-63, grifos da autora).

De modo particular, os argumentos supracitados incidem na vida e na história das mulheres, o que confere um caráter patriarcal ao modo como o conservadorismo se impõe. Podemos identificar isso ao indagar a nós mesmos sobre o que significa liberdades fundadas na tradição em se tratando da vida das mulheres, ou mesmo quando refletimos sobre liberdade restrita e a relação com a constante busca de superação das restrições para o exercício da liberdade das mulheres. Desta feita, o conjunto de regras e relações opressoras historicamente naturalizado na vida das mulheres, pode ser tensionado pela laicização do Estado e pelo uso da razão crítica e seus questionamentos aos fundamentos patriarcais.

Nessa mesma direção, Ferreira e Botelho (2010) destacam as investidas do conservadorismo contra teorias e ações progressistas desde o século XVIII, considerando que “[...] o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na idade média” (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 12).

No tocante aos anos 2000, sobre algumas das investidas conservadoras recentes no Brasil, Amanda Silva (2021, p. 102-103) destaca:

Em novembro de 2019, Guedes mencionou a possibilidade de um AI-5 (Ato Institucional nº5) diante das insurgências populares que saíssem do *controle*. Sua simpatia à ditadura militar não se limita à história brasileira de 1964 a 1988, mas à ditadura de Pinochet no Chile, na qual normas neoliberais foram a assinatura do ditador, aplaudida por Guedes, transformando-se na primeira experiência do funcionamento neoliberal apadrinhada pelos Estados Unidos (SILVA, A. 2021, p. 102-103).

A ameaça às instituições democráticas embasa frequentemente a radicalização das medidas regressivas tanto em relação aos direitos como em relação ao reconhecimento das liberdades e da diversidade, conforme pode ser verificado após o golpe parlamentar de 2016.

Importante destacar, também, que, na contemporaneidade, as relações sociais entre homens e mulheres vão ser inflexionadas pelo modo como, concretamente, o conservadorismo e o patriarcado, nas suas formas de ser e enquanto complexos sociais históricos e distintos, vão se articular em ações e discursos ideológicos, impondo desafios conjunturais para as mulheres, sobretudo as trabalhadoras.

Partimos do patriarcado como definido pelo feminismo desde os anos 1970, configurando “[...] uma relação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (DELPHY, 2009, p. 173), cujas expressões contemporâneas, como veremos, comportam mediações importantes com a luta de classes, com o Estado e com o fundamentalismo religioso.

É, portanto, mais do que uma relação pessoal de poder, como aparece em autores como Weber (2004) e Freyre (2003), cujo poder do pai no espaço da família tradicional e, no caso do Brasil Colonial, é a instância reguladora das relações. Nos apoiamos na análise feminista do patriarcado enquanto “[...] uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

De acordo com essa autora, trata-se, portanto, de uma “[...] estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independente da figura humana singular investida de poder” (SAFFIOTI, 2004, p. 102). Desse modo:

- Não se trata de uma relação privada, mas civil;
- Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
- Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- Tem uma base material;
- Corporifica-se;
- Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

Sendo assim, a determinação patriarcal nas “relações sociais de sexo” (DEVREUX, 2005; CISNE, 2014) ou nas “relações patriarcais de gênero” (SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA, 2017) se expressa nas desigualdades vivenciadas pelas mulheres, de modo particular pelas mulheres trabalhadoras e negras.

Sobre as expressões fenomênicas do patriarcado no Brasil do século XXI, atravessamos um período de recrudescimento do conservadorismo e do patriarcado como faces de uma mesma moeda se levarmos em conta que há uma nutrição entre

ambos, que encontram, nesse momento político, terreno fértil para se conectarem e se expandirem. Toda a sociedade brasileira é de base conservadora e patriarcal sem distinção de classe, uma vez que ela faz parte da formação sócio-histórica do país. No entanto, essa conexão entre o conservadorismo e o patriarcado é fomentada pelas classes dominantes, para manter hegemonia política, econômica e social.

Põe-se nesse entremeio um movimento de confluência entre os interesses dominantes econômicos e a ideologia do conservadorismo, que precisa ir além dos avanços políticos possibilitados na quadra histórica da década anterior. A direita frívola se reordena indo às ruas e se articulando em grupos parlamentares com propostas de destituição de direitos que contrariam a perspectiva democrática resultantes das lutas coletivas contra a ditadura.

Concretamente, isso vai resultar em propostas legislativas que se somam ao Estatuto do Nascituro, datado de 2007, ao Estatuto da Família (PL nº 6583/2013), que visa restringir a família a casais heterossexuais; ao Projeto de Lei nº 5069/2013, que visava criminalizar o aborto, decorrente de qualquer motivação, sendo colocado como um retrocesso para a luta das mulheres; e ao Projeto Escola sem Partido (PL nº 7180/2014), uma proposta para eliminar qualquer debate sobre a história das relações entre os gêneros masculino e feminino e a diversidade sexual e de gênero, inclusive com uma perspectiva criminalizante para professores/as que abordem esses conteúdos. Sob o argumento de neutralidade política no ambiente escolar, esse projeto foi recolocado na agenda legislativa em 2019 por meio de uma versão conhecida como 2.0 – o PL nº 246/2019, proposto pela deputada federal Bia Kicis, do Partido Social Liberal (PSL).

Como demonstramos, está posta uma ofensiva antifeminista que, para se impor enquanto um valor coletivo, fortalece o patriarcado, reforçando um lugar de naturalização e necessária manutenção da desigualdade das mulheres como uma dimensão que sustenta o conservadorismo político nas suas expressões contemporâneas e que recorre à irracionalidade para se sustentar.

Desse modo, destacamos que a ruptura do projeto de conciliação de classes, implementado majoritariamente entre o PT e o PMDB até as eleições de 2014, fortaleceu a ultradireita, conformando um bloco hegemônico que tramou e implementou um golpe na democracia brasileira, pondo em prática uma agenda altamente destrutiva aos direitos dos/as trabalhadores/as.

A partir de então, temos uma década cuja vitória dos grupos dominantes e ideologicamente conservadores (e patriarcais) se impõem sucessivamente, desde a infiltração de grupos antipartidários e contrários à organização popular de esquerda, nas mobilizações de 2013, passando pela polarização e pelo descrédito popular nas eleições de 2014 e pelo processo de destituição do mandato da presidenta Dilma em 2016, coroada nas eleições de 2018 com a eleição do então presidente Jair Bolsonaro, expressão da articulação entre a irracionalidade e a ascensão do conservadorismo, com destaque para os discursos e as posturas patriarcais do governante e um plano de governo de base antidemocráticos e antidireitos.

Consideramos que as exigências imediatas postas ao conjunto dos/as trabalhadores/as e a alienação decorrente das precárias condições de vida e próprias do trabalho alheio são determinações centrais para um processo de desqualificação da consciência, com base em ideologias e terminologias que vão sendo impregnadas em seu cotidiano.

O conservadorismo e sua perspectiva antirrevolucionária e antiprogressista, aliado ao capital, lança mão continuamente de processos fetichizantes acerca da realidade, a exemplo da aposta no mercado e no consumo, que são aliados importantes para a desmobilização, do conformismo e do apelo à fé como meio de mudança. Esses processos culminam em práticas coletivas de intolerância, de preconceito e de legitimação das violências em um processo profundamente desumano, a exemplo dos despejos de famílias inteiras nos processos de reintegração de posse de territórios e prédios, da violência policial nas comunidades periféricas e dos ataques orquestrados a terreiros de religiões afro.

A existência de uma irracionalidade no modo como o capital se expande ocasiona também uma irracionalidade política, conforme apresentada por Martins (1999) em um movimento que ele assim descreve:

A contradição do processo de valorização – em que os limites do capital se encontram no fato de que uma quantidade relativamente menor de trabalho vivo tem que valorizar uma massa crescente de capital – se manifesta agora como uma contradição política: a reprodução ampliada das condições materiais em que se apoiam o poder e o Estado das classes dominantes – lucro empresarial, dividendos, juros, aluguéis, etc - encontra seus limites na necessária e desproporcional destruição das condições sociais de reprodução da população (MARTINS, 1999, p. 78)

A relação dialética entre economia e política, tendo o trabalho enquanto mediação de primeira ordem, constitui-se no fundamento para a apreensão das relações particulares, que se revelam no atual fortalecimento da direita, do projeto neoliberal e do crescente terreno conservador no Brasil.

Corroboramos que, imbuído da miséria ideológica, o conservadorismo, desde sua configuração clássica, encontra no contexto da crise estrutural do capital um terreno fértil para seu fortalecimento, com a mediação de processos de exploração cada vez mais degradantes, implicando em uma “reconciliação histórica” (PINASSI, 2009). De acordo com Pinassi (2009, p. 16):

Nessa medida, o sentido da *decadência ideológica* é a contraface – absolutamente necessária – do brutal desenvolvimento material e tecnológico deflagrado a partir daí; e o seu comprometimento passa a se estabelecer tão somente com a reprodução incessante da estrutura sociometabólica do capital, mitigando as resistências e amaciando o curso do controle (PINASSI, 2009, p. 16, grifos da autora).

A ideologia da classe dominante é acionada como uma forma de convencimento, visando tanto se impor por meio de coerção como estabelecer consensos em seu favor. É um modo constantemente atualizado de incidir sobre os valores da classe trabalhadora, de modo que, quanto maior a necessidade de venda da força de trabalho para se reproduzir, mais essa classe carece de mediações e reflexões para o exercício da consciência de classe em si e classe para si.

Obviamente, a classe trabalhadora encontrará, dado seu potencial político organizativo, novas estratégias de organização e incidência, apesar dos desafios encontrados mediante a acentuação da exploração e da flexibilização. Entretanto, esses achados se darão sempre em condições mais adversas – objetiva e subjetivamente –, superando ideologias tais como a colaboracionista, a do “patrão de si mesmo” a da “adequação de seu próprio tempo”, dentre outras.

São as condições objetivas que obstaculizam o desenvolvimento das capacidades humanas, que afetam a organização coletiva consciente sob mediações culturais, políticas e educacionais, que, uma vez desenvolvidas de modo desigual, subalterno e imediato, favorecem a miséria da razão, ainda que, ontologicamente, homens e mulheres sejam dotados de suas capacidades reflexivas críticas.

Nesse sentido, por ter como motivação central a contraposição aos avanços progressistas políticos e sociais da modernidade, o conservadorismo, embora recorra

aos avanços econômicos e tecnológicos, opera como um importante aliado da miséria da razão, colaborando para a disseminação de valores retrógrados e até reacionários dos quais o patriarcado passa a estruturar discursos antifeministas, orientar práticas de sujeitos políticos e de instituições estatais, e, aliado ao racismo, incide não só nos comportamentos e valores, mas também no cotidiano da vida das mulheres brasileiras.

Destacamos, nesse sentido, nossa concordância com a análise de Eagleton (1997, p. 49) sobre a ideologia, sobre a qual ele afirma que:

A sociedade capitalista avançada ainda requer sujeitos autodisciplinados, cumpridores dos seus deveres e inteligentemente conformistas, que alguns consideram típicos apenas da fase 'clássica' do capitalismo; só que esses modos particulares de subjetividade entram em conflito com as formas bastante diferentes da condição de sujeito apropriada a uma ordem 'pós-modernista', e essa é uma contradição que o próprio sistema é incapaz de resolver (EAGLETON, 1997, p. 49).

A burguesia, ao mesmo tempo que rompe com a razão crítica, possibilita uma independência do proletariado, que, na primeira metade do século XIX, se encontra com a tendência progressista, quando se depara com a compreensão de que “[...] o real como totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos são momentos determinantes da nova racionalidade em elaboração” (COUTINHO, 2012, p. 26).

Resguardadas as mediações históricas, os aspectos liberais e conservadores contemporâneos estimulam um individualismo exacerbado em lugar do humanismo; ou substituem o historicismo por uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata; além de fazer isso apelando para o irracionalismo em lugar da razão dialética (COUTINHO, 2012, p. 30).

Uma evidência da relação entre a filosofia burguesa e seu movimento empobrecedor, de caráter liberal e conservador, é a realidade da França na passagem da primeira à segunda metade do século XIX, sobre a qual Marx identifica um recuo no processo revolucionário burguês, aludindo-o à “[...] saudades das panelas de carne do Egito” (MARX, 2011, p. 28).

Faz-se necessário destacar que, no Brasil a burguesia, ainda que com aspectos particulares, já se forja sob os interesses da burguesia internacional dominante e colonizadora, e, por isso, reproduz em alguma medida, no seu desenvolvimento histórico, algumas tendências do projeto de dominação burguês.

Identificamos, na crítica marxiana, a forma como a Segunda República Francesa pós-Revolução de 1948 deu margem aos próprios processos que iriam derrubá-la em dezembro de 1951, com o golpe de Estado orquestrado por Napoleão Bonaparte, a diluição da Assembleia Nacional Francesa e a reinstauração de um Novo Império.

Embora Marx (2011) se atenha não apenas aos aspectos ideológicos, mas sobretudo políticos que se mostram imbricados a essa questão, para ele:

Todo um povo, que por meio da revolução acreditava ter obtido a força motriz necessária para avançar com maior celeridade, de repente se vê arremessado de volta a uma época extinta e, para que não pare nenhuma dúvida quanto ao retrocesso sofrido, ressurgem os velhos elementos, a velha contagem do tempo, os velhos nomes, os velhos editais que já haviam sido transferidos ao campo da erudição antiquária e os velhos verdugos que pareciam ter-se decomposto há muito tempo (MARX, 2011, p. 27-28).

Marx (2011) aponta os próprios limites do Estado republicano resultante de avanços progressistas para impedir o avanço do reacionarismo burguês, o que, resguardadas as mediações e particularidades histórico-conjunturais, aponta para uma investida do conservadorismo em distintas conjunturas em que o liberalismo (ou suas variantes) seja a referência da condução política do Estado.

Do ponto de vista da teoria social e do movimento de ruptura com a razão dialética no século XX, a pós-modernidade, enquanto corrente de pensamento, condensa traços que a legitimam como sustentação teórica do conservadorismo. Não há dúvidas de que o trato teórico de fenômenos na sua aparência, bem como a ruptura com a racionalidade crítica que a caracteriza, permitem considerar que existe um traço conservador em sua constituição, o que não pode apontá-la como uma identidade do conservadorismo. Seus processos são distintos, de modo que, ao passo que podemos identificar traços conservadores na pós-modernidade, o conservadorismo encontra-se para além dela, comportando outras correntes como o positivismo, o funcionalismo, a fenomenologia e o próprio estruturalismo.

Tratando da incidência política do pós-modernismo, Anderson (1999, p. 26-27) destaca que, conforme Hassan e sua influência enquanto teórico pós-modernista:

Quanto à política, as velhas definições perderam praticamente todo significado. Termos como 'esquerda e direita, base e superestrutura, produção e reprodução, materialismo e idealismo' tornaram-se quase inúteis, a não ser para perpetuar o preconceito (ANDERSON, 1999, p. 26-27).

Harvey (2014), em uma análise contundente da condição pós-moderna e sua incidência histórica nas variadas dimensões da vida social (política, cultura, tempo, arquitetura, ciências sociais etc.), considera que:

Os termos do debate, da descrição e da representação são com frequência tão circunscritos que parece não haver como escapar de interpretações que não sejam autorreferenciais. É convencional nestes dias, por exemplo, descartar toda sugestão de que a 'economia' (como quer que se entenda essa palavra vaga) possa ser determinante da vida cultural, mesmo (como Engels e Althusser sugeriram) 'em última instância'. O estranho na produção cultural pós-moderna é o ponto até o qual a mera procura de lucros é determinante em primeira instância (HARVEY, 2014, p. 301).

A inflexão pós-moderna no debate da desigualdade que marca as relações patriarcais entre os gêneros tende a tratar a questão como um fenômeno a-histórico, quando não alheio às determinações de classes, de modo que, a partir dos anos 1980, as desigualdades e suas distintas configurações, como a violência, a divisão sociosexual do trabalho e a intervenção política de sujeitos feministas, vêm sendo abordadas como relações individuais de poder, questões de identidade e de diferença, ou tem se buscado justificá-las como escolhas transitórias no âmbito das subjetividades.

No que tange ao pensamento pós-moderno, sua heterogeneidade é conhecida nos campos artísticos, teóricos e políticos; entretanto, ao se forjarem na crítica à modernidade e seu caráter histórico-material, corroboramos com Sousa (2010, p. 146), ao afirmar que “[...] o pensamento pós-moderno significaria, simultaneamente, uma crítica e uma ruptura com a modernidade, assumindo implicações desde a vida cotidiana até a produção do conhecimento social”.

Sobre isso, D'Atri (2017, p. 234) sinteticamente também nos explica:

As teorias pós-modernas, que pretendem que as diferenças se dissolvam como categorias identitárias (ou não temos necessidade delas), referem-se ao excluído. Mas ao não ter em conta as relações de produção capitalistas nas quais se apoiam essas exclusões, concluem em uma luta pela 'inclusão' (possível em uma democracia radical e plural) que, em vez de subvertê-las, acaba abrindo espaço para a nova 'tolerância' mercadológica da diversidade (D'ATRI, 2017, p.234).

Corroboramos que a investida no discurso da diferença constitui-se uma estratégia de cooptação da direita, de base antirradical e irracional, que acaba

influenciando na fragmentação das bandeiras de luta da classe trabalhadora, como nos adverte Pierucci (2013, p. 127), referindo-se à incorporação da diferença na teoria feminista como algo que, para ele, “[...] a fixação do olhar na diferença pode terminar em fixação essencializante de uma diferença”.

Considerando ser necessário ressaltar as particularidades das mulheres nas relações sociais, concordamos que o afastamento das condicionalidades históricas, materiais e econômicas no desenvolvimento dos sujeitos e suas individualidades ocasiona o que Pierucci (2013, p. 128) caracteriza como “[...] um essencialismo diferencialista, ou melhor, um diferencialismo essencialista aferrado ao irredutível de uma diferença coletiva que, no entanto, é cultural. Mas é irredutível, insistem”.

Outra investida da pós-modernidade no campo das relações patriarcais entre os gêneros (ou relações sociais de sexo) é abordá-las a partir da *identidade*, com um viés desestoricizador.

Uma crítica a essa perspectiva identitarista das relações sociais e da política, a partir de demandas individualizadas, é realizada por Haider (2019). Em sua análise da relação dos movimentos negros com a identidade, ele define a política identitária como “[...] a *neutralização* de movimentos contra a opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas” (HAIDER, 2019, p. 37, grifos do autor).

Sendo funcional ao modo como a governabilidade e os interesses das elites incorporam ao seu modo as demandas da classe trabalhadora em seus movimentos identitários, as políticas identitárias cumprem, também, a função de distanciar uma verdadeira e necessária transformação nas condições desiguais de vida, próprias de uma sociedade de classes. Para Haider (2019, p. 49):

Na sua forma ideológica contemporânea, diferentemente da sua forma inicial como teorização da prática política revolucionária, a política identitária é um método individualista. Ela é baseada na demanda individual como ponto de partida. Ela assume essa identidade como dada e esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente (HAIDER, 2019, p. 49).

Ao passo que o conservadorismo contemporâneo tenta impor uma nulidade das diversas identidades forjadas na formação sócio-histórica brasileira (negra, indígena, população rural, população LGBTQIA+), a forma como as demandas foram incorporadas pelas políticas social liberais, sobretudo de 2003 a 2015, apresenta um caráter de insuficiência em relação às demandas apresentadas, não tardando a serem

desvalorizadas no discurso político e nas medidas institucionais na última metade da segunda década dos anos 2000.

É importante considerar, também, o fato de não haver uma oposição forte entre conservadorismo e liberalismo no Brasil atual, sendo necessário levar em conta as particularidades da formação social brasileira e a funcionalidade do processo de colonização e sua intransigência e traços contínuos, mesmo na pós-independência. Conforme afirmam Ferreira e Botelho (2010, p. 12-13):

[...] A avaliação do passado colonial parece ser uma questão-chave, e espinhosa, que o pensamento conservador brasileiro deve enfrentar. [...] por outro lado, diferente de outros países da América ibérica, no Brasil houve relativa continuidade em relação à situação colonial no pós-independência, tanto em termos políticos, com a permanência da monarquia encabeçada pelos Braganças, quanto socioeconômicos, com a persistência da escravidão, do latifúndio, da agricultura de exportação (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 12-13).

Expressões contemporâneas desse continuísmo são evidenciadas por inúmeros casos de trabalho em situação análoga à escravidão descobertos e revelados constantemente, pelo genocídio da população negra sob a violência policial, particularmente em comunidades periféricas, evidenciando o encarceramento de uma população majoritariamente negra.

Se é possível operar com uma revisão do pensamento conservador no Brasil (FERREIRA; BOTELHO, 2010), é também necessário nos questionar que práticas políticas e que sujeitos são sustentados por esse pensamento e ao mesmo tempo o sustenta, tendo em vista que:

É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 12).

Nesse sentido, o viés conservador dos sujeitos elencados aqui como representantes do conservadorismo, que serão melhor analisados no próximo capítulo, revelam as características destacadas acima, além de difundirem o patriarcado como via de conservação das relações sociais.

A Bancada Evangélica, por exemplo, se utiliza dos discursos religiosos para enquadrar as lutas das mulheres feministas, especificamente contra a legalização e descriminalização do aborto; o Projeto de Lei Escola sem Partido, por sua vez, se contrapõe a uma concepção da educação enquanto política pública que pode contribuir para a construção de relações igualitárias. Da mesma maneira, o MBL aglutina pautas conservadoras e neoliberais, recorrendo a um conjunto de teóricos que são suas referências e organizando intervenções públicas que atacam o igualitarismo, mesmo aquele meramente formal.

Recorrendo à miséria da razão, à defesa da propriedade privada e da meritocracia, se contrapondo às perspectivas progressistas e evidenciando certa ojeriza ao comunismo e ao marxismo, corroboramos que o conservadorismo, em suas expressões contemporâneas no Brasil – mais difundido como neoconservadorismo, tendo como um de seus traços “[...] o reestabelecimento ou o (re)fortalecimento dos princípios religiosos como fundamento do comportamento moral dos indivíduos” (EUFRÁSIO, 2019, p. 84) –, além de representar uma parcela da direita brasileira, representa, também, “[...] o ideário que hegemonizou a direita e levou Bolsonaro à presidência (LACERDA, 2019, p. 17).

Algumas análises como a de Biroli (2017) apresentam a concepção de que há um casamento entre o conservadorismo e o liberalismo no Brasil atual, que se expressa enquanto um “[...] reacionarismo moral conservador que se estabelece nas investidas correntes contra a agenda mais ampla dos direitos humanos e da inclusão afirmativa de grupos subalternizados” (BIROLI, 2017, p. 24-25).

Nessa mesma linha de raciocínio, S. Keller (2019) apresenta alguns aspectos da relação simbiótica entre conservadorismo e liberalismo, cujos fenômenos aparentes, para ela, se dão de tal modo que:

[...] a realidade evidencia o fortalecimento de algumas manifestações fenomênicas particulares, que permitem traçar o perfil do conservadorismo brasileiro atual como: a) Militarista: aquela denominada ‘bancada da bala’, que comanda a crítica aos direitos humanos, defende a volta da ditadura militar e tem como seu maior representante o agora presidente eleito Jair Bolsonaro (Partido Progressista); b) Evangélica: que leva para o espaço público aquilo que considera valores sagrados, a exemplo da família e faz críticas a pautas de reconhecimento (gênero, raça, etc.), tendo como exemplo de representante o deputado federal Marco Feliciano (Podemos); c) Liberal: aqueles que fazem a defesa do livre mercado e criticam os programas sociais, a exemplo do empresário e senador Tasso Jereissati (Partido da Social Democracia Brasileira), que em 2016 votou a favor da Proposta de Emenda

à Constituição do Teto dos Gastos Públicos (PEC 55/2016) e, em 2017, foi favorável à reforma trabalhista (KELLER, S., 2019, p. 115).

É nesse sentido que as políticas e o conjunto de direitos sociais na segunda década dos anos 2000 vão se distanciar das medidas sociais liberais da primeira década, adentrando um período de acelerada regressão, que, ao mesmo tempo, atendem às elites representantes do conservadorismo e do ultraliberalismo.

A seguir, apresentamos o panorama conjuntural da perspectiva antidemocrática, que burla a institucionalidade burguesa cuja intolerância com os direitos abre margem para uma guerra antidireitos, cujos representantes no parlamento tratam de garantir ameaças e derrotas aceleradas ao conjunto da classe trabalhadora, com rebatimentos específicos para as mulheres.

3.2 AJUSTE FISCAL, CRISE POLÍTICA E PERSPECTIVA ANTIDEMOCRÁTICA NO BRASIL: A GUERRA “ANTIDIREITOS” NA DÉCADA 2011-2020

Em meio ao contexto de ascensão do conservadorismo e sob os ímpetos da austeridade fiscal como tendências na primeira e segunda década dos anos 2000, se consolida como guerra antidireitos e investida antidemocrática, sobretudo nos últimos cinco anos no Brasil.

Indubitavelmente, o exaurimento da possibilidade das políticas de conciliação de classe impõe uma desconexão do que tratamos como avanços políticos e contraditórios da primeira década do século XXI, processo no qual o social-liberalismo vai sendo ocupado pelo ultraliberalismo e cujos obstáculos para os direitos sociais vão sendo impostos de maneira mais acelerada.

Cabe destacar que, embora haja um salto no modo como a classe dominante (empresários, latifundiários, banqueiros) impõe suas exigências e se apropria com maioria dos espaços decisórios, já havia, na década anterior, uma ocupação sistemática dos espaços considerados democráticos pelos representantes da burguesia, sendo um exemplo disso o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), conforme demonstrado por Guiot (2015) a partir de sua análise da incidência política de frações do capital nesse órgão.

Não obstante, a hegemonia do capital na conciliação de classes e suas consequências é, sem ineditismos, um projeto que sempre culmina em retrocessos

políticos e sociais sem precedentes para a classe trabalhadora, não sendo honesto, do ponto de vista intelectual, tratar elementos como o golpe à democracia materializado no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, como fenômenos que se fundaram e se desenvolveram no curto período dos últimos cinco anos.

Do mesmo modo, as investidas patriarcais e a resistência feminista, com fortes expressões em 2015, são questões que mantêm relação direta com o avanço da direita nesse período no mundo, e, de modo substancial, no Brasil.

As manifestações populares de 2013 no Brasil, denominadas “Jornadas de Junho”, são tomadas em várias análises como o elemento característico da ascensão da intolerância contra as forças democráticas brasileiras e um marco do avanço do conservadorismo na atual década.

Sob uma análise acurada dos divergentes posicionamentos sobre as denominadas “Jornadas de Junho” de 2013 (ainda que sobre o mesmo fenômeno que se revela como situação concreta), levamos em conta três elementos conjunturais daquele momento: as demandas concretas da classe trabalhadora por direitos (transporte, educação, saúde, contra a priorização dos gastos sociais com os megaeventos); a resposta criminalizadora com que o governo de Dilma Rousseff tratou as manifestações; e o contexto precedente das eleições presidenciais de 2014.

Acerca desses fenômenos, cabe lembrar que a resposta da classe trabalhadora aos aumentos das passagens – em São Paulo e Natal – anunciados no primeiro semestre de 2013 soou como uma fagulha para incendiar uma parcela da população que sentia no cotidiano as consequências da prioridade da destinação dos recursos públicos para pagamento da dívida externa e a execução de políticas sociais com base em critérios rígidos e transferência de renda, conforme demonstra a seguinte afirmação:

Através de um ‘contrato social’ pactuado junto aos setores economicamente dominantes, o tom da governabilidade foi dado pela imperiosa necessidade do equacionamento da crise fiscal, sinônimo de endividamento público crescente e focalização das políticas sociais (MARQUES, 2015, p. 199).

As reivindicações por direitos, que dão o tom aos protestos iniciados em 2013, ainda que com convocações virtuais, aglutinou movimentos, partidos e organizações

coletivas da classe trabalhadora, mesmo sem uma unidade consensual sobre suas participações pelo conjunto de participantes.

Tais protestos também são motivados por meio da disseminação de greves que vinham acontecendo já na segunda década, com um total de 873 greves realizadas pelo movimento sindical em 2012 (cf. BOITO JR., 2018).

Reconhecemos a legitimidade das motivações que levam parcelas de trabalhadores/as para as ruas, ainda mais quando observamos que a dessas mobilizações pela mídia foi de cunho criminalizador, o que não se deu, por exemplo, em 2015, quando se tratava de manifestações *pró-impeachment*.

A criminalização desses movimentos não veio exclusivamente dos conglomerados da informação e de sua ojeriza às camadas populares, que integravam as mobilizações naquele ano, mas do modo repressor como as forças armadas nos Estados interviram usando do discurso de combate ao terrorismo. Isso culminou na aprovação, menos de três anos depois, da Lei Federal nº 13.260/2016, chamada “Lei de Combate ao Terrorismo”, sancionada ainda no mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Entretanto, se há algo a que não ousamos negar é que os grupos políticos de oposição ao PT usaram do espaço das manifestações das ruas em 2013 para alcinhar suas palavras de ordem contra o governo Dilma, aliados às frações mais reacionárias que exigiam o abaixamento das bandeiras e quaisquer símbolos partidários e de movimentos sociais – que ganhou corpo se estendendo à polarização das eleições presidenciais de 2014, e, para além delas, fortaleceu o reacionarismo que ocupou as ruas em 2015, sendo essas expressões puramente direitistas, antidemocráticas e contra os direitos.

Apesar desse caráter contraditório, o movimento apresentado na dinâmica da realidade àquela altura revelou uma heterogeneidade nas multidões que ocuparam as ruas, mas não eliminou a concretude das demandas por direitos apresentadas naquelas jornadas.

Nos aproximamos, desse modo, da seguinte análise de Mattos (2016, p. 95):

[...] apesar de toda a heterogeneidade de seus manifestantes e pautas, assim como dos momentos em que um viés reacionário foi sensível nas mobilizações, as ‘jornadas de junho’ de 2013 possuíram um sentido de classe, em seu eixo central e nos seus desdobramentos (MATTOS, 2016, p. 95).

Após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2014, as tensões da polarização que marcaram o processo eleitoral – sobretudo no segundo turno – não deram trégua e as camadas da população que apoiaram as propostas da direita liberal àquela altura, representada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), começaram a questionar os resultados das urnas, e, no ano seguinte, organizaram vários atos nas ruas, expressando o antipetismo e fortalecendo a perspectiva antidemocrática e antidireitos.

Se o projeto conciliatório do mandato anterior ao da presidenta Dilma já sofria as chantagens do mercado, cedendo gradativamente às suas investidas, a transição ao seu segundo governo combinava instabilidade conciliatória e descrédito popular, processo que Anderson (2020, p. 93) nos descreve com a seguinte síntese:

Antes mesmo de seu segundo mandato começar formalmente Dilma mudou de rumo. De uma hora para outra, passou a dizer que era preciso instituir uma pitada de austeridade. O arquiteto da tal 'nova matriz econômica' foi demitido, e o diretor de gestão de ativos do segundo maior banco privado do Brasil, formado em Chicago, assumiu o Ministério da Fazenda com a missão de frear a inflação e restaurar a confiança. Agora era imperativo cortar os gastos sociais, reduzir o crédito dos bancos públicos, leiloar propriedades do Estado e aumentar impostos para trazer o orçamento de volta ao superávit primário (ANDERSON, 2020, p. 93).

Há também como elemento complicador a crise do capital mundial, que tem início em 2008, cujos efeitos são sentidos com maior força no Brasil a partir de 2013/2014. De certo modo, isso também contribuiu para as medidas tomadas, embora fossem desfavoráveis à maioria da população.

Nesse fogo cruzado, Dilma encaminhou ao Senado a PEC 87/2015, propondo o aumento do percentual da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) de 20% para 30% até dezembro de 2023. Com essa medida, aprovada em 2016 já sob o comando presidencial de Michel Temer, o governo pôde destinar 30% dos recursos arrecadados pela União para a Seguridade Social, dando forma ao ajuste fiscal favorável ao mercado e oneroso para a classe trabalhadora, que, em seu conjunto, sustenta a somatória da arrecadação fiscal sob uma política notoriamente injusta.

Entretanto, os resultados da conciliação de classes operada nos governos Lula e Dilma, ainda que favoráveis à cúpula da burguesia aliada desses mandatos, não foram totalmente aceitos pelos grupos dominantes, que exigiam cada vez mais recuos

das medidas voltadas ao social, o que implicava a metamorfose do social-liberalismo ao ultraliberalismo à tendência contemporânea das políticas econômicas e sociais no Brasil.

A aliança entre essa proposta econômica com um projeto político conservador e antidemocrático se configurou por meio do golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff, processo que tramitou de setembro de 2015 a agosto de 2016 e evidenciou a intolerância dos grupos dominantes da política brasileira, com qualquer abertura da institucionalidade pública aos grupos populares mais pauperizados, algo que vinha sendo tolerado pela elite empresarial e bancária a altos custos pagos pelo conjunto dos/as trabalhadores/as pela conciliação de classes entre o PT e seus aliados, tendo em vista que parte substancial da arrecadação do Fundo Público ou era transferida dos recursos da Seguridade via DRU, ou pagos diretamente via juros da dívida externa, em valores superiores aos investimentos sociais.

Entendemos que o golpe, em um contexto de pressão do capital em seu processo de crise e em um país de capitalismo periférico, a partir da perspectiva teórico política marxista, conforme caracterizado por Mascaro (2018, p. 71), “[...] é a alteração de padrões sociais que, em última instância, repercutem ou são determinados pela dinâmica do capital”.

Sob a qualificação de *impeachment* por parte de parcela significativa da população que foi às ruas desde 2015 por parlamentares de oposição à presidente Dilma e pela mídia hegemônica, ao passo que tramitava atendendo aos prazos e aos trâmites institucionais do Estado brasileiro, se configurou como um golpe orquestrado e operado no interior dessas instâncias, a exemplo da Câmara dos Deputados Federais, do Senado Federal e do Poder Judiciário, considerando que as acusações de pedaladas fiscais que originou o pedido de *impeachment* e sua aceitação pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha não constituía, de fato, crime inconstitucional.

Não podemos esquecer que “[...] esses acontecimentos, demarcados como políticos podem perfeitamente ser entendidos como a disputa de um projeto econômico, o que amplia a complexidade do debate” (BECKER *et al.*, 2019, p. 251).

Além disso, a conjugação do fortalecimento dos grupos da extrema direita a partir de 2015, a tendência ao fim do ciclo social-liberal e o *impeachment* contra a

presidente eleita convergiram para uma conjuntura de ofensiva à democracia brasileira, conforme descrito por Miguel (2016a, p. 30):

A revolta canalizada pelas elites contra os governos petistas, apesar de todo o esforço conciliatório, revela que algum limite foi ultrapassado, talvez porque o que o PT promoveu foi uma acomodação, isto é, suas lideranças e suas bases foram de fato incorporadas – respectivamente, com a ocupação de espaços no Estado e com políticas de governo em favor dos mais pobres. Mas a tolerância das classes dominantes brasileiras em relação à democracia formal parece ir muito pouco além da concessão do sufrágio universal. O povo até pode votar, mas que os tomadores de decisão levem em conta minimamente os interesses das classes populares já é motivo para escândalo (MIGUEL, 2016a p. 30).

No que se refere à fragilidade da ainda jovem Constituição Brasileira de 1988, cabe destacar que, nesse momento em que as perspectivas antidemocráticas se fortalecem no âmbito das disputas entre os projetos políticos em cena no Brasil, três elementos se sobressaem: o primeiro deles trata-se da especificidade de um golpe, que visa privilegiar o partido do vice-presidente Michel Temer, até então aliado ao governo e beneficiado direto pelo golpe, com a ascensão do vice-presidente Michel Temer à presidência, o que nos leva ao segundo elemento: o fato de que os grupos econômicos dominantes, de viés conservador, não surgem na cena política no momento do desfecho de 2016, mas vêm ampliando sua participação por meio de frechas no espaço político nos anos 2000; e, por último, temos que a argumentação que embasa os conservadores remontam a um fundamentalismo religioso que nega os avanços políticos aos quais nos referimos no capítulo anterior.

Tais elementos se constituem em pilares ideológicos da tendência antidireitos que se instaura no país por meio de contrarreformas e desmontes de direitos, norteados, desde 2015, pelo plano político denominado *Uma Ponte para o Futuro*, elaborado pelo então vice-presidente Michel Temer e apoiado pelos seus co-interessados no golpe, consolidando o movimento de destruição do Estado social, conforme Oliveira (2019) assinala:

Longe de dar conta da complexidade que envolve o caminho das políticas sociais a partir da instauração do modelo neoliberal, da conciliação entre suas estratégias e ganhos sociais no neodesenvolvimentismo e no esgotamento dessa estratégia rumo a uma programática de total desmonte, destacamos a tendência a um tratamento cada vez menos público das políticas sociais, mesmo levando em conta a democracia pós-Constituição nos anos 1990 e os discursos de avanço no combate à desigualdade, marcadamente na primeira década dos anos 2000 (OLIVEIRA, 2019, p. 279).

O ultraliberalismo presente no projeto *Uma ponte para o Futuro*, apresentado pelo PMDB e sinalizando uma ruptura total da aliança com o PT nos últimos anos, revelava tanto a intencionalidade do golpe como a tendência à austeridade com o fundo público.

Como tragédia anunciada, o governo pós-golpe – portanto ilegítimo de Michel Temer – representou, a partir de agosto de 2016 e de maneira simultânea, uma derrota para os êxitos (embora limitados) sociais e políticos que configuraram o social-liberalismo característico da primeira década e um avanço da tendência destrutiva do Estado social e dos direitos então existentes, fortalecendo sua tendência mais conservadora, que, por sua vez, culminou na eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, cujo projeto político em curso aprofunda significativamente a perspectiva de ataque aos direitos, acrescido de discursos de ódio e violência contra as mulheres, a população LGBTQIA+, a população negra, indígena e quilombola, os movimentos sociais e os sindicatos.

A funcionalidade ideopolítica do golpe disfarçado de *impeachment* vem sendo revelada cotidianamente na força paramilitar do Estado, cujos ministérios são majoritariamente ocupados por militares; no fechamento de órgãos institucionais e ministérios que representavam espaços importantes para a elaboração de políticas no campo do trabalho, da previdência social e dos direitos humanos, ao mesmo tempo, impõe-se para as lutas sociais em defesa de direitos o desafio de incidir politicamente em um contexto cada vez mais adverso.

A ausência de um projeto representante dos interesses da classe trabalhadora reatualiza a trágica possibilidade de aprofundamento da barbárie anunciada pelo capital, conforme advertia Marx (2011) no contexto do bonapartismo francês, o que cabe em uma análise da narrativa conservadora do Brasil dos anos 2000:

Eles ‘salvaram’ a sociedade dos ‘*inimigos da sociedade*’. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: ‘*Propriedade, família, religião, ordem*’, instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: ‘sob este signo vencerás’. (MARX, 2011, p. 36, grifos do autor).

Embora caiba uma ressalva sobre a ausência de uma revolução brasileira, há um discurso antiprogressista: a intolerância com qualquer proposta de transformação social encontra, em contrapartida, uma reação burguesa conservadora sob a

acusação de destruição da ordem, não por acaso apelando para a família e religião em suas bases tradicionais, pois:

Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como ‘socialismo’ (MARX, 2011, p. 37).

O discurso parlamentar em torno de família, propriedade, religião e ordem foi a tônica do golpe de destituição da ex-presidente Dilma Rousseff pelos deputados e senadores, acrescidos do discurso hipócrita anticorrupção, tendo em vista que alguns deles posteriormente foram condenados e até presos por envolvimento em esquemas de corrupção, além de parte das bancadas terem recebido recursos em troca do voto que decidiria o futuro da presidência e da democracia.

A representação político-parlamentar da direita brasileira, que já se encontrava em ascensão naquele momento, incluía ao mesmo tempo os representantes do neoliberalismo e do conservadorismo, indo desde discursos contrários a expansão de políticas e serviços públicos e em defesa de corte de gastos estatais até aos argumentos em nome de Deus e da família, reafirmando os tradicionais valores de uma direita que não se envergonha:

Aqueles que defenderam o *impeachment*, supostamente em nome de suas famílias, são os mesmos que votam as propostas que mais atacam as condições de vida da maioria da população brasileira. Eles operam e ratificam o desmonte do Estado e das políticas públicas de educação, saúde, seguridade social, alimentação. (VITÓRIA; FARIA; MORENO, 2016, p. 27, grifo nosso).

Ao analisar o discurso dos deputados federais na votação do processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma, no dia 17 de abril de 2016, Almeida, R (2018) identificou um forte apelo a expressões como Deus, família, nação e corrupção por parte significativa dos 513 deputados:

A expressão ‘pedaladas fiscais’, acusação formal do processo jurídico-político, foi citada apenas oito vezes entre os 367 deputados que votaram a favor do *impeachment*, e foi desses que veio a quase totalidade das referências a deus – 43 vezes –, à (sua) família e à nação. Em várias declarações, família – 117 vezes – veio associada aos termos ‘honra’, ‘respeito’ e ‘consciência’, buscando significar honestidade e bom caráter de quem a evocou. E o apelo à nação – 28 vezes – não era um discurso identitário cultural ou protecionista econômico como é muito recorrente em contextos internacionais contemporâneos. Além do sentido mais de geral de

unidade, o termo nação expressou um patriotismo que identificou na corrupção do Estado um crime contra o país (ALMEIDA, R. 2018, p. 168-169).

Ao legitimar um ataque à democracia por dentro da própria estrutura democrática, a classe dominante brasileira triunfa em sua perspectiva de ataque aos direitos e passa, a partir de então, a pôr em prática seu projeto de desmonte das garantias trabalhistas e sociais em dois momentos complementares: de 2016 a 2018, prioritariamente com a ascensão e consolidação da austeridade fiscal estatal; e de 2019-2020, com o aprofundamento da ofensiva conservadora e o fortalecimento do fundamentalismo e da militarização, inclusive com cadeiras cativas na esfera governamental.

Em outras palavras, o projeto posto em prática por Michel Temer (2016-2018), que caracterizou o adensamento do neoliberalismo, indo do social-liberal ao ultraliberalismo, serviu de base para o atual contexto – governo Bolsonaro – de legitimidade dos discursos antidireitos e apelo para um Estado cada vez menos laico, que transportou a simbologia da família dos discursos pró-*impeachment* para a política de governo via Ministério da Família e dos Direitos Humanos, cuja ministra ocupante da direção desse órgão representa o que há de mais fundamentalista, se posiciona contra a diversidade sexual e de gênero e apregoa a defesa de um lugar tradicional para as mulheres.

Nessa perspectiva, quando ainda estava no exercício provisório do cargo de presidente, Michel Temer publicou a Medida Provisória nº 726/2016, propondo a revogação da Lei nº 10.683/2003 – que dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios –, assinando a então proposta de Reforma Ministerial, tornando-se a Lei nº 13.341/2016, sancionada em abril do mesmo ano.

Por meio dessa lei, foi formalizada a extinção dos ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações e Cultura, sendo este último posteriormente reintegrado diante das inúmeras manifestações dos movimentos culturais.

Ao anunciar o “novo” escalão de ministros em maio de 2016, o então presidente Michel Temer mesclou, em um grupo de “senhores” brancos, ex-ministros dos governos do PT – integrantes do então Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje MDB – aliados a componentes do PSDB e do Democratas (DEM), em um flagrante contraste com a tentativa de inserção de segmentos populares, tais como

negros/as, indígenas, mulheres e população LGBTQIA+ nas decisões e ações institucionais no país, como bem observado por Brum (2019, p. 153):

De imediato, a fotografia produziu estranhamento. Como um retrato do presente que já surge amarelado, com pontos de mofo aqui e ali, clamando por uma naftalina para enfrentar as traças. Só brancos, só homens, só velhos. Nenhuma mulher. Nenhum negro. Nenhum indígena. Esse retrato era uma imagem poderosa porque não representava o Brasil de 2016. Era também uma mensagem poderosa. A 'ponte para o futuro' – nome do projeto apresentado pelos grupos que apoiavam o *impeachment* – era uma ponte para o passado, ou nem isso. Talvez o mais exato a dizer é que era uma ponte que foi construída já quebrada, o rompimento incluído no projeto de engenharia, para que não houvesse como alcançar qualquer futuro que não fosse passado (BRUM, 2019, p. 153, grifo nosso).

Tratava-se de um prenúncio do que estaria por vir no curto tempo em que Temer esteve na condução presidencial do País (de setembro de 2016 a dezembro de 2018). A aceleração de Medidas Provisórias e Leis que visavam destituir direitos e uma agenda política com base na austeridade fiscal foi a tônica desses poucos mais de dois anos, expressando a vitória de um projeto antidemocrático que, agindo sem medo de ameaças, fortaleceu discursos e práticas políticas retrocedentes, como a defesa da volta da Ditadura Militar, a solução da segurança pelas propostas de armamento da população, os discursos de morte e violência de grupos e indivíduos opositores à direita, a exemplo do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018.

O golpe, enquanto mecanismo de legitimação de um projeto antidemocrático que saiu vitorioso em 2016, cumpre a função de aceleração do caráter antidireitos desse mesmo projeto. Ainda em 2016, com uma acelerada tramitação da EC nº 241/2016 (aprovada na Câmara dos Deputados Federais) e da EC nº 55/2016, aprovadas no Senado Federal, o Congresso Brasileiro aprovou, aligeiramente, a EC nº 95/2016, referente ao teto dos gastos públicos, congelando-os por 20 anos, podendo ou não ser revisado em dez anos.

Do ponto de vista normativo, a incidência ideopolítica do caráter antidemocrático e antidireitos se revela no ataque à previsão constitucional que definia os valores a serem investidos nas políticas sociais públicas, sobretudo na Educação, na Saúde e na Assistência Social, que tenderão a uma maior precarização tendo em vista que já estavam submetidas à precarização e ao sucateamento.

Simultaneamente, a concretude das consequências da PEC nº 95/2016 é a extensão do golpe, que, aparentemente, era contra a presidenta Dilma Rousseff e o PT ao conjunto da população, beneficiária das políticas previstas na Seguridade Social brasileira e agora submetidas a um regime fiscal ainda mais limitado. Conforme descreve Mariano (2017, p. 261):

O novo regime fiscal suspende, por consequência, o projeto constituinte de 1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento, salvo se houver, no futuro, em uma nova gestão, outra proposta de emenda constitucional em sentido contrário. Retira também do cidadão brasileiro o direito de escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico (MARIANO, 2017, p. 261).

A ofensiva ideopolítica da classe dominante também se expressa, depois dessa PEC, na impossibilidade da incidência popular no Orçamento Público, além de contrariar as lutas populares que se colocaram contrárias à aprovação dessa PEC, com destaque para as ocupações de estudantes em escolas, institutos e universidades em todo o país.

Na sequência do projeto antidireitos de seu governo, Michel Temer sancionou, em 2017, a denominada Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que desmontou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) existente desde 1943 sob o argumento de uma flexibilização das relações de trabalho, necessária, conforme os defensores dessa contrarreforma, para ampliar os mecanismos de contratação de empregados, ou seja, facilidades para contratantes e perda de direitos conquistados há décadas para os/as trabalhadores/as formais.

Ante a uma funcional ausência de consciência de classe em si e para si por parte do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, o argumento da flexibilização e da modernização das leis que regem os contratos de trabalho e os argumentos ideopolíticos casam com os interesses econômicos, ao passo que contrapõem os trabalhadores formais, minimamente protegidos em comparação aos informais, sem nenhuma proteção. Desse modo, corroboramos que:

O discurso é completado com a crítica ao corporativismo dos defensores da legislação vigente, que estariam preocupados com seus interesses egoístas, e não com o bem-estar da sociedade. O objetivo desse discurso é duplo: sensibilizar a população para que aceite o rebaixamento e a distinção de direitos e a contrapor segmentos 'incluídos' aos 'excluídos' já que a ausência de direitos da maioria é explicada pelo 'excesso' de direitos de uma minoria

'privilegiada' que não teria compromisso com os mais pobres (TEIXEIRA *et al.*, 2017, p. 45-46).

Na esteira do desmonte do que caracterizava o Estado Social brasileiro, a proposta de Reforma da Presidência (EC nº 287/2106) estava legitimada pelo contexto contrarreformista escancarado a partir de 2016, vindo a ser aprovada em 2019 (EC nº 103/2019), primeiro ano do mandato do então presidente Jair Bolsonaro cuja vitória nas eleições de 2018 expressou a legitimação nas urnas de uma vontade popular de base ainda mais conservadora em meio à continuidade e ao fortalecimento do projeto ultraliberal.

Forjada desde o golpe de 2016 e arrojada com a operação lava-jato e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, único político do PT capaz de aglutinar apoio suficiente para uma eleição presidencial, a ofensiva ideológica antidemocrática e antidireitos se materializou em curto prazo, valendo-se também dos espaços encontrados no projeto de conciliação de classes operado pelo PT nos seus anos de governo.

Ampliando a idade mínima para aposentadorias, a média de tempo e dos valores de contribuição previdenciária, a Emenda Constitucional torna mais factual o direito à aposentadorias em um contexto em que o trabalho já se exerce sob condições cada vez mais precarizadas e mal remuneradas, enquanto lucros de bancos e empresas multinacionais instaladas no Brasil crescem a cifras superestimadas, intensificando a concentração de renda e da riqueza socialmente produzida, como manda a “lei do capitalismo”.

Todas essas investidas tomam como base o entendimento de que os investimentos públicos na área social constituem um desperdício e oneram o Estado e se sustentam em ações antidemocráticas e antidireitos quando impulsionam a destituição de regulamentações de direitos resultantes da incidência popular, aliando liberalismo e conservadorismo. Além disso, conforme apontaremos a seguir, tais medidas impõem desafios particulares para as mulheres, considerando suas especificidades em relação aos direitos.

3.3 AS IMPLICAÇÕES DA REGRESSÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS PARA AS MULHERES TRABALHADORAS

A ofensiva antidireitos e antidemocrática que se expressa acirradamente na quadra histórica da segunda década do século XXI (em curso) atinge a classe trabalhadora de distintas formas, dependendo da condição socioeconômica dos sujeitos que a compõem. Além disso, como sabemos, essa ofensiva atinge ainda mais agressivamente as mulheres, inseridas no mercado de trabalho a partir da necessidade de ampliação da força de trabalho pelo capitalismo, com a passagem da manufatura à maquinaria, e se acentua com o advento da grande indústria, processo que Marx (2013, p. 662) discorreu como sendo:

O barateamento da força de trabalho por meio do simples abuso de forças de trabalho femininas e imaturas, do roubo de todas as condições normais de trabalho e de vida e da brutalidade nua e crua do trabalho excessivo e do trabalho noturno acaba por se chocar contra certas barreiras naturais que já não se podem transpor, assim como ocorre com o barateamento das mercadorias e a exploração capitalista em geral, que repousam sobre esses fundamentos (MARX, 2013, p. 662).

Considerado como trabalho subsidiário ao desenvolvimento do capitalismo a partir da introdução de máquinas mais modernas, o trabalho das mulheres revela o caráter sexual da Divisão Social do Trabalho, entendido como “divisão sociossexual do trabalho” (NOGUEIRA, 2015), ou, como é mais comumente denominado, “divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2009):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a doutrinação prioritária dos homens à esfera produtiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2009, p. 67).

Desse modo, a diferenciação de caráter sexual incorporada às relações de trabalho pelo capitalismo naquele momento e incidindo até a contemporaneidade não é natural nem ontológica, de modo que o caráter social dessa divisão merece ser destacado como um elemento histórico e material. Essa divisão sociossexual do trabalho “[...] sobrecarrega as mulheres com os afazeres domésticos e de cuidado, dificulta seu acesso e permanência no mercado de trabalho, bem como a sua ascensão profissional” (BRASIL, 2014, p. 16).

Conforme afirmou Nogueira (2015, n. p.)³, ao ser entrevistada em meados desta segunda década:

A divisão sócio-sexual do trabalho vai no sentido de mostrar que estas relações estão presentes numa construção social e não previamente dadas por uma questão feminina ou masculina, embora eu reconheça enormes especificidades e necessidades de ambos sexos. Uma desigualdade nessa divisão vai passar por uma construção social, e se entendo que esta divisão contempla uma questão da construção social me propicia um enfrentamento mais direto e que pode alcançar mais resultados nessa luta por uma igualdade substantiva na divisão sócio sexual do trabalho (NOGUEIRA, 2015, n. p.).

Historicamente, as organizações e os movimentos feministas pautaram a igualdade salarial entre homens e mulheres, a desresponsabilização da totalidade das tarefas domésticas não remuneradas pelas mulheres, a formalização dos vínculos trabalhistas e o reconhecimento de direitos para as mulheres, o que segue se reatualizando no contexto de desmonte dos direitos do trabalho no Brasil.

A desvalorização do trabalho doméstico é tão estruturante da reprodução social da força de trabalho que, enquanto espaço formal, só foi equiparado a outros vínculos regidos pela CLT por meio da PEC nº 72/2013, que se tornou Lei em 2015, ampliando as conquistas formais no âmbito do trabalho doméstico da Lei nº 11.324/06, possibilitando a regulamentação da jornada máxima de 44 horas de trabalho semanais e 8 horas diárias e permitindo o recebimento de hora extra e recolhimento mensal do FGTS, direto do salário do empregador.

Entretanto, o contexto de precarização e flexibilização do tempo presente, sobretudo após o golpe de 2016, apontam para maiores desafios quanto à garantia dos direitos com a ofensiva ultraliberal e conservadora em curso, a exemplo das aprovações da Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017), complementada pelo Projeto de Lei da que altera a terceirização com vistas a torná-la irrestrita, incorporando atividades fins de determinados setores (PL nº 6787/2017) das contrarreformas trabalhista (Lei nº 13.467/17) e previdenciária (EC nº 103/2019).

Conforme ressalta Biroli (2018, p. 31), “no Brasil, a aprovação da ‘terceirização irrestrita’ e das ‘jornadas flexíveis’ de trabalho tendem a aprofundar as desigualdades já existentes”. Essa divisão sexual do trabalho “[...] sobrecarrega as mulheres com os

³ Entrevista disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Claudia-Mazzei-as-mulheres-trabalhadoras-muitas-vezes-nao-podem-adoecer> (acesso em agosto de 2021).

afazeres domésticos e de cuidado, dificulta seu acesso e permanência no mercado de trabalho, bem como a sua ascensão profissional” (BRASIL, 2014, p. 16).

As particularidades de um amplo processo de precarização para a mulheres nesse contexto são apresentadas por Assunção (2013, p. 66), com ênfase no fato de que “[...] a combinação entre opressão e exploração é de extrema importância para fortalecer e renovar as distintas formas de exploração e dominação”, residindo nessa combinação o elemento central que justifica a necessidade de pesquisas que articulem as condições gerais de trabalho e como elas se expressam particularmente para grupos de trabalhadores distintos – a exemplo das mulheres.

De acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (BRASIL, 2018, p. 17):

As mulheres que estão no mercado de trabalho, ou seja, as economicamente ativas, foram mais afetadas pelo desemprego em comparação aos homens. A taxa de desocupação feminina, em 2014, foi de 8,7%, enquanto que a masculina foi de 5,1%. Assim, temos que a taxa de desocupação feminina foi 70,5% superior à masculina. As desigualdades de gênero e raça confirmam-se também nos rendimentos-hora percebidos. Enquanto as mulheres negras recebem, em média, R\$ 9,00 por hora trabalhada, os homens brancos recebem R\$18,4 (BRASIL, 2018, p. 17).

Os dados acima expõem uma realidade que justifica as lutas feministas por equiparação salarial, redução das jornadas de trabalho e reconhecimento do trabalho doméstico como fonte de assalariamento, considerando que, majoritariamente, é desenvolvido por mulheres dentro e fora da esfera doméstica, por sua vez considerada a esfera reprodutiva.

No que diz respeito ao atual contexto de ofensiva antidemocrática e destituição acelerada de direitos, que impõe às lutas sociais a reivindicação da manutenção desses direitos conquistados e a garantia da constitucionalidade como mecanismo através do qual o Estado pode ser tensionado, a conjuntura atual enseja algumas exigências na perspectiva de unidade das pautas gerais da classe trabalhadora com as do feminismo, haja vista a predominância de pautas identitárias que se distanciam de análises e ações práticas no âmbito da totalidade. Nesse sentido, destacamos:

Acreditar que as novas formas de organização do trabalho, como horários flexíveis e contratos precários, favorecem a inserção da mulher no mercado de trabalho é um equívoco. A mulher trabalhadora, junto com o restante de

sua classe, padece ainda mais com as novas formas de organização da produção. Se por um lado, é certo que há mais mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), que engloba os trabalhadores empregados e desempregados, são mais mulheres que saem em busca de emprego e não mais mulheres empregadas (TOLEDO, 2017, p. 57).

No quadro geral de flexibilização, a condição das mulheres diante da feminização do mundo do trabalho é que “[...] a acentuada inserção da mulher no mundo do trabalho se dá prioritariamente nos espaços dos empregos precários, de baixos salários, de tempo parcial” (NOGUEIRA, 2004, p. 29).

O que se identifica é uma funcionalidade das opressões (no caso, de gênero e de raça, além de alguns trabalhos que já se debruçam sobre a população LGBTQIA+) historicamente construídas para a exploração da força de trabalho desses segmentos pelo capital, que também passam a compor a *subsunção real*, a depender dos avanços e dos recuos da luta de classes em contextos diferenciados, cuja intensificação da precarização vem acompanhada de “[...] salários muito mais baixos e cargos mais baixos na hierarquia” (NOGUEIRA, 2017, p. 326).

As expressões próprias da terceirização da força de trabalho das mulheres, como forma particular da precarização da força de trabalho – que, como já vimos, implica em perda de direitos tanto nos espaços públicos como privados –, se relaciona com o setor de serviços e “[...] apresentam características como a baixa remuneração, trabalhos repetitivos, pouca exigência de qualificação, etc., como são exemplos os setores de limpeza e de zeladoria, onde as mulheres estão mais inseridas” (NOGUEIRA, 2017, p. 332).

Nesses termos, a reestruturação do capital não é apenas produtiva, mas também reprodutiva (cf. FEDERICI, 2019a). Acerca disso, Federici (2019a) destaca os seguintes aspectos acerca do reordenamento da divisão sociosexual do trabalho no quadro da expansão capitalista contemporânea, provocando aumento da jornada de trabalho e o retorno ao trabalho dentro de casa:

Em primeiro lugar, as mulheres foram os amortecedores da globalização econômica, pois tiveram que compensar com seu trabalho a deterioração das condições econômicas produzidas pela liberalização da economia mundial e pelo crescente desinvestimento dos Estados na reprodução da força de trabalho; [...] O segundo fator que devolveu a centralidade ao trabalho doméstico no lar foi a ‘expansão do trabalho domiciliar’, em parte devido à desconcentração da produção industrial, em parte pela disseminação do trabalho informal; [...] Por último, o crescimento do emprego feminino e a reestruturação da reprodução não eliminaram as hierarquias de gênero no trabalho. Apesar do crescimento do desemprego masculino, as mulheres

ainda ganham apenas uma fração do salário dos homens (FEDERICI, 2019a, p. 226-228).

Com tais particularidades, a conjuntura econômica, política e social em tempos de austeridade fiscal e contrarreformas adensam a ofensiva sobre as mulheres, cujas *consequências mais genéricas* da contrarreforma trabalhista se particularizam nos seguintes aspectos:

- A intermitência no trabalho (Art. 452 A e seguintes da CLT), estando o/a trabalhador/a em contrato de trabalho firmado por horas, dias ou meses, é funcional à divisão entre o trabalho doméstico em casa e outras atividades fora dela, sendo esta condição bem mais propícia às mulheres do que aos homens; é, também, antagônica às lutas históricas da classe trabalhadora por redução de jornada sem redução de salário, além de parcializar o salário, as férias e o 13º salário, que são pagos proporcionalmente ao tempo de trabalho realizado;
- A realização do teletrabalho (Art. 75-A a 75-E da CLT) é outro aspecto que favorece sua realização pelas mulheres, por se tratar de modalidade de contratação em que a prestação de serviços se dá, sobremaneira, fora das dependências de quem emprega. Além disso, o uso das tecnologias empregadas ao trabalho não se encaixa em modalidade de prestação externa de serviços. Temos uma falácia argumentativa de que se trabalha em casa e tem um maior controle sobre a jornada, o que, para as mulheres pode subsumir a separação entre as dimensões reprodutiva e produtiva de sua jornada. Sem a possibilidade de horas extras por não haver controle direto sobre este trabalho, acentua-se a tendência antidireitos na qual essa contrarreforma está ancorada;
- Trabalho a tempo parcial: o aumento do número de horas nessa modalidade (passando de 25 horas para 30 horas, sem horas extras e para 26 horas com a possibilidade de até mais 6 horas extras) é mais uma forma de apropriação de mais tempo de trabalho, também possível de conciliação com as outras dimensões da jornada de trabalho feminina. Com a parcialidade na contratação, havendo uma maior necessidade de alcance de renda por parte de quem oferta a força de trabalho, temos que a compra

e venda do terço de férias são quase certas, dada a instabilidade inerente à parcialização da jornada.

No que tange a uma *ofensiva mais específica sobre as mulheres*, a Lei nº 13.467/2017 promove duas modificações:

- A possibilidade de a mulher gestante exercer atividade de grau médio ou mínimo de insalubridade passa a existir, mediante atestado médico por ela apresentado que comprove condições de saúde da mulher para o trabalho, retrocedendo quanto ao anterior afastamento das mulheres do espaço independentemente do grau da insalubridade. Além disso as lactantes só serão afastadas de suas funções em ambientes insalubres, qualquer que seja o grau, quando apresentarem atestado médico que comprove a necessidade, desconsiderando os riscos para a mãe e a criança;
- A revogação do intervalo de 15 minutos antes da realização de uma atividade extraordinária pelas mulheres implica em não reconhecimento de necessidades específicas que elas possam ter.

Ainda quanto à modificação ao tempo total de deslocamento até o trabalho como parte de jornada de trabalho, conforme previsto no 2º parágrafo do artigo 58º da CLT, é importante pontuar que isso implica em uma total desresponsabilização de empregadores/as quanto ao necessário deslocamento para que se chegue ao local de realização do trabalho.

Se considerarmos que o exercício de mulheres pobres, com o devido recorte étnico racial, pode se tratar de uma parcela da população que, além de morar em periferias, assumem uma série de tarefas com a alimentação, com os filhos e outros membros da família, podemos afirmar que o tempo dessas mulheres é cada vez mais apropriado pelo desenvolvimento de trabalho (pago e não pago), elemento que compõe um quadro mais geral de subsunção real do trabalho ao capital.

Legítima-se, a partir desses aspectos, um processo de deslegitimação dos direitos das mulheres no contexto dessas contrarreformas, seja os que lhes colocam em pé de igualdade formal com homens trabalhadores, seja os que reconhecem algumas de suas especificidades. Os novos contratos de caráter intermitente – em

tempo parcial e terceirizados –, em substituição aos vínculos de tempo indeterminado e com segurança, incidem fortemente sobre as mulheres, considerando que:

As mulheres já representam a maioria nessas formas de ocupação e a sua flexibilização irá precarizar ainda mais as frágeis condições de trabalho. O setor de comércio, segmento com grande predominância de mulheres, é responsável por 17,8% dos empregos das mulheres brancas e 17,2% das mulheres negras (TEIXEIRA, 2017, p. 241).

A relação entre economia e política implica em políticas sociais e seguridade precária diante de condições degradantes de trabalho mesmo que conquistas formais sejam alcançadas como respostas às reivindicações das mulheres da classe trabalhadora, a exemplo da PEC nº 72/2013, que, a partir da PEC 66/2012, alterou o artigo 7º da Constituição Federal, igualando o/a trabalhador/a doméstico/a a qualquer outro/a trabalhador/a urbano ou rural.

A partir dessa emenda e da Lei Complementar nº 150/2015, que, por sua vez regulamentou a garantia do/a trabalhador/a doméstico/a a direitos que estes/as ainda não usufruíam, a exemplo de adicional noturno, do FGTS e do seguro desemprego, tendência à maior flexibilização e terceirização das relações de trabalho. Foi contrariada, atendendo minimamente antigas reivindicações feministas.

Os fundamentos contrarreformas se apoiam em argumentos de necessidade de “modernização das relações de trabalho”, bem como na velha insistência de que os trabalhadores e as trabalhadoras desfrutam de muitos direitos (considerados privilégios), o que infla o Estado.

Ao nos questionarmos se, ao invés dessa modernização, o que está de fato em curso não é o aprofundamento da subsunção do trabalho ao capital, ancorado em propostas tanto neoliberais como conservadoras, trazemos uma análise das mudanças em curso e futuras, com base nas leis e na PEC em destaque.

Para Antunes (2018), está em curso um processo que ruma para a “precarização industrial do trabalho”, sobre o qual podemos afirmar que as medidas atualmente em curso no Brasil fazem parte desse percurso.

Nas palavras do próprio Antunes (2018, p. 32):

Com salários menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla da legislação social protetora do trabalho, a terceirização assume cada vez mais relevo, tanto no processo de corrosão do trabalho e de seus direitos como no incremento e na expansão de novas formas de trabalho produtivo geradoras de valor (ANTUNES, 2018, p. 32).

No tocante à contrarreforma da previdência, em 2019 ela foi consolidada após duas PECs encaminhadas ao Congresso Nacional desde a destituição da presidente Dilma, em 2016. A primeira, a EC nº 287/2016, foi encaminhada por Michel Temer; e a segunda, a EC nº 06/2019, foi um dos primeiros projetos do atual presidente Jair Bolsonaro, consolidando apressadamente os interesses do projeto que o colocou no poder.

A atual EC nº 103/2019, além de legitimar os ataques à Seguridade Social brasileira regulamentada constitucionalmente em 1988, deixa em aberto o alargamento dessa ofensiva, conforme alerta o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2019, p. 2): “como toda série que se prolonga no tempo, o resultado final dessa segunda temporada anuncia nova sequência que vai girar em torno da PEC paralela (PEC 133) e muitos episódios da regulamentação das novas regras constitucionais”.

Com a EC nº 103/2019 (a Nova Previdência), há perdas significativas de direitos, tais como pensões, tempo de contribuição para aposentadorias e revisão de benefícios, medidas estas que atingem diretamente as mulheres de modo que, aqui, somos limitadas a destacar apenas alguns aspectos que evidenciam a tragédia antidireitos.

De modo geral, devemos nos preocupar com a continuidade do processo de deslegitimação dos direitos constitucionais referentes à Seguridade Social e à Previdência Social, que se evidencia, conforme Nota Técnica do Dieese, em três elementos: *Desconstitucionalização de regras previdenciárias; Mudanças no orçamento da Seguridade Social e Privatização dos Benefícios não Programados* (DIEESE, 2019). Grifos do documento.

Um aspecto que merece destaque é que, a partir da EC nº 103/2019, passou a ser obrigatória a criação de Regime de Previdência Complementar (RPC) para servidores públicos – o que direciona, obrigatoriamente, percentual de salários para fins privados. Além disso, estados e municípios que não tenham regimes particulares (próprios) de previdência social são impossibilitados de criá-los, submetendo-se imediatamente ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) após a contrarreforma.

O aumento da idade para o acesso ao direito à aposentadoria e a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição são as medidas diretas que afetarão a classe

trabalhadora e as mulheres, especificamente. Antes era possível se aposentar, conforme o RGPS, com 30 de anos de contribuição (mulheres) e 35 anos (homens) de contribuição, direito este que foi extinto, centrando a aposentadoria na relação entre tempo de contribuição (agora o mínimo de 25 anos para ambos os sexos) e idade mínima, que aumentou de 60 para 62 para as mulheres, ao tempo que mantém em 65 anos a idade para os homens. Trata-se, portanto, de um retrocesso explícito no que tange à desigualdade entre o tempo de trabalho dos homens e das mulheres, estando estas sempre com uma jornada mais ampla.

Estamos de acordo com a análise de Cândido e Costa (2019) quando destacam que:

A Emenda aprovada, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social/INSS, aparenta ser um balé cuidadosamente ensaiado: a proposta original enviada pelo Poder Executivo desejava mostrar força e 'tolerância zero' com o direito do trabalhador. Assim, ao longo de sua tramitação pelo Congresso Nacional, foi possível que a base aliada do governo negociasse alguns de seus pontos mais cruéis, acolhendo emendas de conteúdo e supressivas feitas pela oposição no tocante ao Regime Geral, com escopo de manter praticamente inalterado o texto destinado à "reforma" do regime dos servidores (CÂNDIDO; COSTA, 2019, p. 16).

Embora fuja aos objetivos desta tese elaborar uma análise pormenorizada da EC nº 103/2019, é imprescindível afirmar que os aspectos transitórios do regime anterior para o atual, sob cálculos de pontos e pedágios, tem por tendência impor mais trabalho para o possível acesso à previdência e dificultar o acesso a benefícios, a exemplo da impossibilidade de acúmulo de aposentaria e da pensão por morte, embora esses sejam casos não tão comuns, e, quando existam, resultem de trabalho devidamente realizado e de vidas partilhadas, de tal modo que:

Sem direito a uma aposentadoria digna e vinculada ao salário mínimo, as pessoas terão ainda mais restrição no acesso aos bens de consumo. Frente à insuficiência do sistema público, os bancos privados e seguradoras aparecem como a solução para esse problema, que é encarado como se fosse individual (VITÓRIA; FARIA; MORENO, 2016, p. 32).

As perdas são evidentes também nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), que, além da desconstitucionalização já apontada, institui a contribuição extraordinária de aposentados/as por até 20, se comprovado déficit atuarial do Regime Próprio; aumento da alíquota padrão para servidores ativos e aposentados de 11% para 14%; proibição de acumulação de aposentadoria no mesmo regime; ou

acumulação de aposentadoria com pensão, assegurando-se o benefício mais vantajoso entre eles.

Diante dessas circunstâncias, estamos de acordo com a ideia de que:

A situação de precarização, exploração e apropriação do trabalho das mulheres carrega elementos históricos que expressam intensidades diferenciadas de acordo com o tempo e a formação social. No entanto, mesmo com estas distinções podemos afirmar que as mulheres historicamente se encontraram em situações de maior pauperização em relação ao homem, mesmo inseridas na mesma classe social (ALMEIDA, 2017, p. 118).

Para além das relações de trabalho, continuamos seguindo a lógica dialética e indissociável entre produção e reprodução da vida social e sua totalidade, com apontamentos sobre as políticas sociais no mesmo contexto de regressão de direitos e da aliança entre economia e política, analisando como este se particulariza para as mulheres.

3.4 DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL E AS PARTICULARIDADES PARA AS MULHERES

A relação entre as tendências gerais das políticas sociais e as particularidades das políticas da Seguridade Social (para além da saúde, da previdência e da assistência social) para as mulheres é de articulação direta, uma vez que, apesar de haver programas e instituições específicos, no caso das políticas setoriais, a determinação econômica que estabelece os interesses e o *modus operandi* no contexto dos anos 2000 inviabiliza uma outra direção que não seja a de desfinancialização, desmonte de serviços, atravessamento de mercado e a negação das especificidades reivindicadas pelas mulheres por meio de uma ofensiva patriarcal conservadora e do fortalecimento de grupos políticos fundamentalistas nos espaços de representação política, a exemplo dos mandatos partidários.

Tais elementos implicam em maiores contradições quanto ao atendimento das reivindicações das mulheres na segunda década do século XXI, no contexto em que as respostas (ainda que parciais e insuficientes da década anterior) se tornam cada vez menos satisfatórias em termos de recursos orçamentários, espaços institucionais e enfrentamento às desigualdades. A economia política brasileira nesta década se mostra mais intolerante às investidas social-liberais da década anterior. O discurso de

base misógina presente nas campanhas pelo *impeachment* direcionado à presidenta Dilma Rousseff revela o quanto o patriarcado sempre foi presente, aliado do golpe contra a democracia (por encontrar uma presidenta mulher) e, posteriormente, encontrou lugar privilegiado nas autoridades máximas do país.

Nos anos 2000, há uma nova configuração daqueles dois elementos que Mota (1995, p. 117) já apontava como dois vetores da relação entre economia e política para a Seguridade Social: “[...] as mudanças no mundo do trabalho e as mudanças na intervenção do Estado”, em que, da primeira à segunda década, a Seguridade Social passa de um movimento de privatização processual do público, por meio de parcerias público-privadas (PPPs) – a exemplo das empresas que passam a gerenciar a previdência e a saúde – e da transferência de renda como mecanismo principal de garantia de programas sociais, para uma privatização acelerada e alicerçada no desmonte legislativo dos direitos, a exemplo das já destacadas contrarreformas trabalhista e previdenciária, ao passo que, de acordo com Mota (1995), sobre o movimento geral do capitalismo e a investida sobre o Estado brasileiro:

É dessa maneira que a seguridade social transforma-se em objeto prioritário de mudanças e ajustes, tanto nos países hegemônicos, quanto nos países periféricos, evidenciando a centralidade dessa política social, no conjunto das novas relações entre o Estado, o mercado e a organização social (MOTA, 1995, p. 121).

Orientado pela ofensiva capitalista frente ao momento de recessão particular a partir de 2008, o Estado brasileiro impulsionou a agenda de desenvolvimento recomendada pelos organismos multilaterais do capital, a exemplo do Banco Mundial e do FMI, cujas pautas de redução da desigualdade, empoderamento, empreendedorismo, acesso a crédito e economia solidária surgem como alternativas via programas e projetos que, longe de alterar o quadro de desigualdades em que as mulheres estão inseridas, se apropriam de suas reivindicações para bancar de “socialmente responsáveis”.

Um exemplo dessa perspectiva são os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* apresentados pelo *Programa Mulher Empreendedora* do Banco Itaú, que apresentam questões sobre a erradicação da pobreza, a educação de qualidade, a igualdade de gênero, o trabalho decente e crescimento econômico e a redução das

desigualdades (ITAÚ, 2018), com metas para empoderar mulheres empreendedoras de 2013 a 2018 no Brasil em parceria com o Banco Mundial e o Bird.

A agenda neoliberal do mercado, sob a representação dos organismos supracitados e sua absorção pelo Estado, impõe que as políticas sociais sejam continuamente desfinanciadas e submetidas ao recrudescimento da mercantilização e da seletividade, impondo limites também à perspectiva feminista de transversalidade do gênero no conjunto dessas políticas como uma exigência para “[...] abordar problemas multidimensionais e intersetoriais de forma combinada, dividir responsabilidades e superar a persistente ‘departamentalização’ das políticas” (BRASIL, 2013, p. 10).

Ao tentar aproximar o inaproximável, ou seja, os interesses das mulheres trabalhadoras e do mercado, o Estado, via programa de governo, reproduz o discurso de empoderamento e empreendedorismo como alternativa à promoção de políticas, conforme destacamos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2013 (BRASIL, 2013). Na linha de ação 1.2 proposta para os anos de 2013 a 2015, consta a:

Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do *apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas de economia solidária* (BRASIL, 2013, p. 15, grifos nossos).

As ações pontuais previstas para viabilizar essa linha revelam a assimilação da agenda do mercado nas pautas de gênero (como são caracterizadas as reivindicações das mulheres), ainda com ênfase nas medidas de empoderamento, de inserção no mercado de consumo e de empreendedorismo, como se pode observar:

- 1.2.1 Apoiar projetos empreendedores e de organização produtiva de mulheres nos meios urbano e rural e favorecer mecanismos para comercialização de sua produção;
- 1.2.2. Apoiar projetos de organização produtiva das mulheres rurais, garantindo o acesso ao crédito, à assistência e assessoria técnica e socioambiental, bem como o apoio à comercialização, à agroecologia e à agricultura familiar; e
- 1.2.3. Incentivar o acesso de mulheres às incubadoras e empreendimentos econômicos solidários e fortalecer a rede de mulheres na economia solidária (BRASIL, 2013, p. 17).

Uma outra ação emblemática do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013) que podemos utilizar aqui como exemplo de um direcionamento da agenda de gênero à conjugação dos interesses mercadológicos é a ação 1.6, que prega a “promoção da proteção e seguridade social das mulheres, em especial daquelas em situação de vulnerabilidade, com vistas a erradicar a pobreza e melhorar suas condições de vida” (BRASIL, 2013, p. 15).

- 1.6.1. Ampliar a seguridade social para as mulheres, valorizando o trabalho doméstico não remunerado *pelo fortalecimento da Lei nº 12.470/2011*;
- 1.6.2. Promover ações articuladas para ampliação da inscrição das mulheres no sistema previdenciário, envolvendo donas de casa, empreendedoras autônomas, produtoras rurais e demais segmentos de mulheres do campo e da cidade, empregadas domésticas; e
- 1.6.3. Fortalecer as iniciativas para implementação da legislação que possibilita o direito de aposentadoria das donas de casa de baixa renda (BRASIL, 2013, p. 19). Grifos do documento.

Embora se utilize de um discurso que se articula às demandas feministas, propõe que o acesso a direitos se dê pela precarização das relações de trabalho, sem a devida responsabilidade estatal, com forte apelo ao microempreendedorismo, como alternativa à erradicação da pobreza.

Ao analisarmos a publicização da agenda feminista na sua aparência, consideramos que a direção social-liberal da primeira década e de parte da segunda avança em relação à política neoliberal da década de 1990, seja quando incorpora as demandas das mulheres por meio de Planos, Programas, Pactos, seja quando possibilita um diálogo e promove organizações como Fóruns, Conferências, Conselhos e Eventos, com a efetiva participação da militância feminista.

A contradição que se apresenta nesse processo é o pretense atendimento da agenda de mercado via agências multilaterais que se propõem a contribuir com o enfrentamento às desigualdades de gênero, em um movimento que reatualiza, no contexto em análise, a relação entre Estado e mercado, constituindo-se uma mediação na nossa apreensão de que este caminho é insuficiente para uma efetiva politização e efetivação de mecanismos que de fato enfrentem as desigualdades cotidianas pelas quais as mulheres passam.

Não obstante, a tendência ao empreendedorismo para as mulheres segue a lógica mais ampla de uma política ancorada na ideia de que os indivíduos são patrões de si mesmos, podem trabalhar no seu próprio tempo, ocultando na imediatividade, o estímulo ao trabalho desprotegido, a ideia de que se empoderar é tomar para si o

controle das situações de empregabilidade, enquanto o Estado se ausenta de uma política de emprego e renda capaz de promover uma socialização da riqueza (o que o destituiria de promotor dos interesses burgueses).

Sem enfrentar o capitalismo, com medidas como: incubadoras, acesso a crédito submetido ao capital portador de juros e promoção de comercialização, via economia “solidária”, não há avanço, no sentido de fortalecer saídas para as mulheres da classe trabalhadora, que seguem submetidas ao rentismo, via pagamentos de juros, à concorrência entre elas para escoamento dos produtos produzidos nas cooperativas frente aos desafios da baixa comercialização e como saída, o Estado aponta o alargamento da Lei do empreendedorismo (12.470/2011), denotando a perspectiva liberal de responsabilidade individual de sua condição, ao estimular a Criação de Microempreendedores Individuais – MEI, como alternativa ao desemprego.

A agenda de gênero pautada pelo Estado brasileiro por meio do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, que no período de 2005 a 2016 realizou seis edições, objetivando:

[...] difundir novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, combater as dinâmicas de discriminação e desigualdade de gênero e raça praticadas no ambiente de trabalho, assim como promover a igualdade de gênero e raça no que diz respeito às relações formais de trabalho e à ocupação de cargos de direção. (BRASIL, 2015, p.5).

Destinado a pactuações com empresas públicas e privadas que receberiam um selo pelo desenvolvimento de práticas inovadoras para equidade de gênero e raça, o Programa não apresenta nenhuma medida de transformação radical, mas busca promover as empresas fortalecendo o discurso de responsabilidade social, cuja propaganda envolvendo as temáticas é funcional à lucratividade.

Ademais, há uma relação direta com o Plano de Ação para a Igualdade de Gênero, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2010 a 2015, com base na retórica da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e do conceito de trabalho decente, sem nenhuma crítica ao modo de funcionamento da economia e do Estado que subsidia o mercado, embora com uma apropriação analítica das questões que perpassam o cotidiano das mulheres, como podemos

observar no seguinte trecho do Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero (OIT, 2010):

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, dos 97 milhões de pessoas acima de 16 anos presentes no mercado de trabalho, as mulheres correspondiam a cerca de 42,5 milhões (43,7% do total) e a população negra (homens e mulheres) a cerca de 48,5 milhões de pessoas (cerca de 50%). Somados, mulheres brancas, mulheres negras e homens negros representavam 72% das pessoas no mercado de trabalho, o que corresponde a 70 milhões de trabalhadores/as. Neste mesmo ano, mulheres e negros apresentavam os maiores níveis de desemprego, sendo as mulheres negras as que se encontravam em pior situação, apresentando uma taxa de desemprego de 10,8%, comparada a 8,3% para as mulheres brancas, 5,7% para os homens negros e 4,5% para os homens brancos. É importante ressaltar, ainda, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, o que evidencia a importância de propiciar a elas uma melhor inserção no mercado de trabalho como estratégia de superação da pobreza. Entre 1998 e 2008, aumentou de 25,9% para 34,9% a porcentagem de famílias chefiadas por mulheres, sendo que as estruturas unipessoais aumentaram de 4,4% para 5,9% (OIT, 2010, p. 2).

Corroboramos com a crítica feita por Almeida (2017), ao identificar que: “ao condicionar o acesso ao trabalho decente às condições econômicas e possibilidades de cada país, a OIT aponta para uma problemática que vem sendo posta como justificativa para retração e negação de direitos” (p.207).

A mediação da relação entre Estado e mercado é um dos elementos cruciais para se entender a transição entre o direcionamento social-liberal da seguridade e sua negação de caráter liberal-conservadora, haja vista uma mescla na agenda política incorporada pelos governos na primeira década dos anos 2000 e um aprofundamento dessa tendência na segunda década, quando se inviabiliza totalmente a relação entre demandas dos movimentos e a elaboração dos programas e ações, ficando esses hegemonizados pelo mercado, à medida que os direitos vão sendo derruídos.

Frente a essa notável relação entre as políticas sociais e as condições de trabalho, o Estado assume um caráter empreendedor (MAZZUCATO, 2014) ao assumir os riscos de estímulo à inovação e ao desenvolvimento de mercado, socializando-os com a população, ao mesmo tempo em que os benefícios dessa investida são privados a empresas.

Desse modo, “são características coletivas, cumulativas e incertas do processo de inovação que tornam possível essa separação entre risco e benefício” (MAZZUCATO, 2014, posição 4501).

Aspectos como PPPs para políticas de saúde via criação de empresas como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH; as administradoras de fundos de pensão na política previdenciária; as várias empreiteiras beneficiadas na construção de casas destinadas às políticas habitacionais e aos megaeventos, a exemplo da copa do mundo de 2014 e das olimpíadas de 2016 no Brasil; as empresas do ramo educacional beneficiadas com incentivos governamentais que subsidiam vagas de estudantes no ensino privado expressam esse processo de como o Estado promove um ideal de *novo desenvolvimentismo*, expresso em sua essência pelo caráter social-liberal, variando o *modus operandi* do neoliberalismo, ao passo que abria passagem para o fortalecimento das perspectivas mais conservadoras e uma ofensiva ideológica maior nesta segunda década.

Ao mesmo tempo, que difunde ideologicamente o interesse pelo social, o discurso de igualdade e equidade, o estímulo ao empoderamento por meio de políticas e programas e o incentivo ao empreendedorismo dos indivíduos, o Estado assume sua dimensão empresarial, contribuindo para fortalecer mais os setores privados do que o atendimento às necessidades humanas.

Tal processo é caracterizado como *Estado empresarial* (Dardot e Laval, 2016), de modo que os interesses de empresas privadas passam a compor e a direcionar a agenda estatal (conforme já citamos a influência dos Organismos multilaterais na agenda de gênero).

Isso quer dizer que as políticas macroeconômicas são amplamente o resultado de decisões públicas e privadas, embora o Estado mantenha certa autonomia em outros domínios – mesmo que essa autonomia tenha sido enfraquecida pela existência de poderes supranacionais e pela delegação de inúmeras responsabilidades públicas a um emaranhado de ONGs, comunidades religiosas, empresas privadas e associações. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.278).

A partir de 2016, com o fortalecimento da austeridade e do compromisso do Estado com o mercado, ignorando as lutas populares e as reivindicações pela manutenção e ampliação de direitos, a evidente insatisfação com o considerável

investimento nas políticas de transferência de renda e em programas sociais (ainda que focalizados e sobre rígidos critérios) toma conta dos setores empresariais que representam a ideologia dominante, impulsionando o fim do ciclo social-liberal em âmbito socioeconômico e o golpe contra a então presidente Dilma Rousseff, implicando em um governo autoritário, na esfera política.

Conforme já destacamos, as perdas que vêm se acumulando desde o Governo Temer (2016-2018) é o limiar do encontro entre uma perspectiva de fortalecimento do neoliberalismo, que se recrudescer e se configura como ultraliberal e da reação conservadora a qualquer perspectiva de reconhecimento democrático da diversidade que compõe a classe trabalhadora e os direitos de seus sujeitos.

Frente à investida capitalista em seu processo de crise, a ausência do Estado em cumprir o que se define como sua responsabilidade de provisão de políticas sociais, programas e serviços públicos, a tensão sobre as mulheres se acumula para garantir a reprodução da força de trabalho, submetida a relações e condições cada vez mais precarizadas, de modo que o desmonte da seguridade acentua o reforço às condições de submissão das mulheres brasileiras em seu conjunto.

Como postulou Ferreira (2017):

Os custos reduzidos do orçamento público são incluídos nos custos familiares da reprodução. Mas estes custos não são, por sua vez, devolvidos aos salários, que deveriam, supostamente, cobrir estes custos: eles se incorporam ao trabalho doméstico não remunerado das mulheres. E, assim, desaparecem da contabilidade econômica clássica. (FERREIRA, 2017, p.118).

Desta feita, a relação entre Estado e direitos se distancia quanto à agenda social-liberal, tendendo a uma ampliação da perspectiva antidireitos, por meio de contrarreformas na austeridade e dos espaços de legitimação ideológica do conservadorismo, impulsionando a criminalização dos movimentos sociais, incluindo o movimento feminista e a hostilização das mulheres seja no âmbito dos discursos ideológicos públicos e ações concretas que legitimam a força conservadora e antidemocrática em ascensão.

Na articulação entre produção e reprodução social, a condição de vida das mulheres passa por perdas sociais e políticas, se degradando ante às variadas atividades e responsabilidades que lhes são delegadas socialmente, denotando tanto

as determinações da condição social da classe trabalhadora na qual estão inseridas, como o lugar a qual pertencem nas relações patriarcais entre os gêneros.

Dentre as muitas consequências desse movimento, ressaltamos os seguintes aspectos apontados por Teixeira (2018), ao se referir aos efeitos das políticas de austeridade para as mulheres. Para esta pesquisadora:

A crise alterou de maneira substantiva a condição de vida da maioria da população promovendo um grande retrocesso econômico e social. Entre os anos de 2015 e 2016 o PIB registrou queda de 7,5%, com impacto significativo sobre o nível de emprego. No primeiro trimestre de 2017, conforme dados da PNADC, o desemprego no Brasil atingiu recorde com 14,1 milhões de pessoas sem emprego. Deste total as mulheres representavam 50,6% e, dentre elas, as mulheres negras, 63,2%. (TEIXEIRA, 2018, p.284-285).

Sob o ímpeto da crise econômica, a reestruturação produtiva e reprodutiva, aliada ao movimento irracional operado pela ofensiva ideológica e cultural favorável aos interesses dominantes, a direita ganha espaços no mundo e no Brasil, cuja particularidade em nosso país é uma aliança entre o avanço ultraliberal já em curso, aliado aos discursos intolerantes a população LGBTQia+; às mulheres em luta pelos seus direitos; população negra; indígenas, por meio de discursos preconceituosos, atitudes violentas, atos pró ditadura militar, discurso anticomunista e antipetista e ocupação massiva das redes sociais.

As eleições presidenciais de 2018 demonstraram o fortalecimento da direita, para além da vitória nas urnas, se configurando como um momento ímpar nas demonstrações de intolerância e tentativas de imposição do conservadorismo como a ideologia predominante para a população.

Dois exemplos, dentre tantos que expressam a tentativa de imposição da extrema direita antifeminista são: 1) o fato de que no dia 24 de setembro de 2018 a administradora do grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro foi agredida no Rio de Janeiro por dois homens armados; e, 2) o caso de Uma mulher de 19 anos, em Porto Alegre/RS, que usando uma camiseta com os dizeres #EleNão e uma bandeira LGBT pregada em sua mochila, foi abordada na rua Baronesa do Gravataí, na Cidade Baixa por três homens, que marcaram seu corpo com o símbolo de uma suástica.

Estamos em comum acordo com a afirmação de que:

No Brasil, distante geográfica e ideologicamente das discussões mais ortodoxas sobre liberalismo e conservadorismo, torna-se imperceptível a distinção entre o que seriam características tipicamente liberais ou conservadoras, quando os conservadores se autointitulam liberais. Aqui é possível ser um “liberal”, que defende os pilares da propriedade privada, liberdade individual, meritocracia e livre mercado, sendo também contrário a pautas como a união homoafetiva – que poderiam ser seguramente alinhadas aos preceitos liberais em outras conjunturas. Há conservadores que, preocupados com a manutenção da família e instituições tradicionais, defendem a redução do Estado igualmente aos liberais, quando o conservadorismo ortodoxo optaria por ações de fortalecimento do nacionalismo e das fronteiras nacionais (KELLER, S. 2019, p.137).

No centro dessa aliança entre liberalismo e conservadorismo residem os recuos de direitos e os discursos contrários às pautas feministas nos espaços de decisões parlamentares nos anos de 2011 a 2020, com um quadro de regresso explícito.

Em se tratando da agenda feminista, a unificação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM às Secretarias Especiais de Igualdade Racial, de Juventudes e dos Direitos Humanos, em 2011, conformando o então Ministério dos Direitos Humanos significou perda de recursos orçamentários na pasta das mulheres, de visibilidade das reivindicações feministas e, politicamente, um retrocesso em termos do que vinha se construindo desde sua recente criação, em 2003. Seguimos para uma análise da “dupla opressão” (TOLEDO, 2017) do patriarcado e do racismo para as mulheres nesse contexto, aliada à exploração do capitalismo, na relação entre a universalidade da classe e a particularidade das mulheres, mais especificamente as negras.

3.5 A DIMENSÃO RACIAL DO PROCESSO ANTIDIREITOS E O LUGAR DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL

À medida que a austeridade e o ajuste fiscal assumem a direção das políticas sociais no Brasil no curso dos anos 2014 a 2020, a parcela da população mais atingida pelas medidas de contingenciamento de gastos e pela ausência de programas sociais se difere de outras parcelas da classe trabalhadora que, ainda que duramente atingidas, continuam acessando direitos básicos.

Não é novidade que “os efeitos da austeridade afetam de forma distinta os diferentes agentes econômicos e classes sociais de forma que os mais vulneráveis, que fazem mais uso dos serviços sociais são mais afetados” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA – SEP, 2018, p.11).

Não casualmente, a população negra no Brasil carrega consigo as marcas do racismo e do patriarcado, entranhados na formação sócio-histórica brasileira, conformando uma parcela da força de trabalho sobrando, majoritariamente negra e feminina, que, lograda algumas conquistas importantes na primeira década do século XXI, retornam a condições de sobrevivência cada vez mais submetidas à informalidade, ao desemprego, às violências doméstica, urbana e estatal, à privação de liberdade, ao extermínio da juventude e à pauperização, por meio de um “racismo estrutural” (ALMEIDA, S. 2018).

Tais mecanismos, criados em um contexto de privatização das políticas de Seguridade Social, ao mesmo tempo que aparecem como um recurso de visibilidade das pautas, também já surgem marcados por dificuldades estruturais no campo das políticas e dos serviços destinados à classe trabalhadora e vão ser insuficientes para o atendimento de suas necessidades.

A classe trabalhadora apresenta condições de pauperização com maior grau de degradação para as mulheres negras. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2016, a taxa de desocupação das mulheres negras (13%) é maior que os grupos de homens brancos, homens negros e mulheres brancas.

A relação com o Estado, a proteção social e os retrocessos nos direitos alcançados se particularizam quando nos referimos às mulheres negras no Brasil, correspondente a 23% da população brasileira, conforme dados sistematizados pela PretaLab (2018).

Diante da ofensiva da crise capitalista a partir de 2008 contra a classe trabalhadora no Brasil, Mattos (2019) considera que:

Quando os dados relativos a gênero e raça são levados em conta, temos um indicador preciso de como a desigualdade de renda entre trabalhadores e empregadores é agravada pelas marcas da opressão racial e de gênero. Os dados da Pnad de 2015 apontam que os rendimentos do trabalho feminino, em média, representam 76,1% do recebido pelos homens. A taxa de desocupação feminina naquele ano era de 11,7%, bem superior à masculina, de 7,9%. Uma análise

específica das diferenças raciais no mercado de trabalho, com base na Pnad contínua com dados do último trimestre de 2016, mostra que, se a média de desocupação era então 12%, entre os brancos a desocupação era de 9,5%, enquanto entre pretos e pardos era de 14,4% e 14, 1%, respectivamente. (MATTOS, 2019, p. 88).

Com as consequências econômicas, políticas e culturais da escravidão no Brasil, consolidada no período colonial como um sistema que “moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência [...]” (SCHWARCZ, 2019, p. 27-28).

A questão racial é, portanto, de ordem histórica e concreta no modo como incide nas relações sociais no Brasil. São relações racializadas, desde mesmo do famigerado processo de colonização dos povos originários dessa terra, que vão sendo redefinidas, encontrando inserção nos espaços democráticos, mas ainda longe de se apresentar em um patamar de igualdade em relação à população branca, sobretudo nas relações entre as classes.

Conforme ressalta Ângela Davis (2016) sobre a perpetuação de condições de exploração da força de trabalho escrava nos Estados Unidos, mesmo após a “emancipação”, se deu por meio de recursos de contratação da força de trabalho carcerária, arrendamento de terras e sobretudo por meio de realização do trabalho doméstico pelas mulheres.

Ao identificarmos várias semelhanças com o processo histórico de exploração e opressão das mulheres negras no Brasil, consideramos pertinente destacar, segundo essa autora, que: “A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo”. (DAVIS, 2016, p.98).

Não obstante, a formação sócio-histórica brasileira engendrada na relação entre espoliação da força de trabalho escrava para fins de acumulação capitalista se conecta diretamente às opressões de raça, haja vista o tráfico de indivíduos e famílias africanas para fins escravocratas, bem como à opressão de sexo, considerando que as mulheres negras vão ser exploradas e violentadas sob circunstâncias sexuais singulares.

Enquanto ideologia que se reatualiza século após século no Brasil, impondo desafios e necessidade de ser enfrentada no século XXI, o racismo se sustenta em mais de três séculos de colonização regada a sangue, correntes, chicotes, desumanidade e barbárie, que limitam as conquistas legais, ao tempo que afirmam sua relevância e urgência, tamanha a desigualdade entre as condições de vida da população negra no Brasil. Na análise de Saes (1985), há traços constitutivos do direito da era colonial que seguem no direito pós-colonial (direito civil e penal imperial) pela ideologia racista pré-burguesa que ocasiona uma divisão entre direito personificado (das pessoas proprietárias) e direito coisificado (das pessoas não reconhecidas como tal, mas tratadas como propriedades de outras, no caso a população negra, mesmo quando comparada a homens “livres”).

Para esse autor, traços escravistas norteiam o direito e o Estado de forma que “[...] se o direito imperial definia os membros da classe explorada fundamental como coisas – isto é, objeto de propriedade –, consequentemente o acesso desses homens às tarefas do Estado devia estar vedado” (SAES, 1985, p. 114).

A resistência negra foi e continua sendo condição *sine qua non* para a sobrevivência da vida humana, em sua diversidade étnica e racial, passando a ser alvo de estudos e pesquisas no século XIX, cujas contribuições de Ianni (1987); Fernandes (1964, 1974), Machado (2017), Carneiro (2011), González (1982) dentre outros/as são fundamentais para entendimento da complexidade e das contradições inerentes às relações sociais e raciais no Brasil.

Os limites impostos aos princípios democráticos na realidade brasileira contemporânea carregam traços históricos constitutivos das relações sociais patriarcais e raciais incutidas na exploração capitalista, cujas perspectivas democráticas no âmbito da política e da cidadanização da população negra e das mulheres negras, em particular, precisam ser apreendidas levando-se em conta os seguintes aspectos destacados por Ianni (1987):

Em resumo, o processo de democratização encontra no Brasil, além das barreiras ligadas a uma estrutura econômico-social mista, que contém elementos estruturais do passado no seu interior, também um conjunto de normas e ideais discriminatórios que dificultam especialmente a integração e mobilidade social das populações negras e mestiças (IANNI, 1987, p.286).

Mesmo considerando os avanços políticos e formais identificados na década de 2000 a 2010, o apelo liberal à uma pretensa igualdade de oportunidades metamorfoseia as reais exigências para o alcance de direitos, mesmo em uma democracia, seja pelas marcas históricas da opressão racista, seja pela perpetuação de valores e práticas racistas na contemporaneidade. Esses são aspectos indissociáveis, cujas expressões cotidianas consistem em negação de postos de trabalho pela exigência da “boa aparência”; genocídio da juventude negra e periférica; concentração de uma população carcerária negra; baixa inserção de negros e negras nas cenas política, artística e intelectual.

Por conseguinte, as análises em torno das novas formas de exploração do trabalho, das desigualdades de classe, do acesso a direitos e da função social do Estado - no binômio garantia x negação de direitos - exigem uma atenção a como se configuram em relação à população negra, confirmando a afirmação de que “[...] a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social” (GONZÁLEZ, 1982, p. 89-90).

Sobre as expressões desse processo histórico na conjuntura da década atual, a feminista negra Sueli Carneiro, em entrevista à revista Margem Esquerda em 2016, afirmou que o racismo e o fundamentalismo religioso se apresentam como grandes desafios ao feminismo e ao feminismo negro, em particular, justificando que, para ela: “o que temos atualmente é um racismo que se torna cada vez mais direto, explícito e violento, sem mediações, nem medo de dizer seu nome” (CARNEIRO, 2016, p.20). O racismo, assim como o patriarcado servem de base de solidificação da ascensão do conservadorismo em curso.

Desse modo, a forma como o Estado promove suas políticas também expressa um caráter reprodutor, em maior ou menor medida, do racismo secular no caso brasileiro, além de, dependendo da condução política conjuntural do Estado, apresentar uma maior abertura ou uma maior negação de direitos da população negra.

Dados da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra revelam que, mesmo no âmbito de um acesso que se propõe universal, há diferenças no atendimento à saúde da população negra, por exemplo entre mulheres que realizam consultas de pré-natal:

A proporção de mães negras com no mínimo seis consultas, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, foi de 69,8%; ao passo que, entre as brancas, essa proporção foi de 84,9%. Em relação à primeira consulta pré-natal, também houve diferenças entre as categorias de raça/cor. Nos três primeiros meses de gestação, realizaram a primeira consulta 85% das gestantes brancas, 73% das negras e 53% das indígenas (BRASIL, 2017, p. 14).

Põe-se em evidência a necessidade de políticas públicas universalizantes que ofereçam respostas satisfatórias às demandas da população negra, como uma estratégia a curto prazo para reparar danos e desigualdades históricas, que mesmo exigindo uma ruptura com a forma organizativa da sociabilidade capitalista racista e patriarcal, apresenta possibilidades de inserção da população negra nos espaços que historicamente lhe foram negados.

De acordo com a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao racismo”, realizada pelo CFESS de 2018 a 2019, “o percentual de pessoas negras que vivem condições precárias de saneamento, sem acesso simultâneo à água, esgoto e coleta de lixo, é quase o dobro de pessoas brancas” (CFESS, 2020, p. 26).

Quando levamos em conta que a população negra ocupa os lugares de habitação mais pauperizada, lugares periféricos que restaram como alternativa à desproteção social da liberdade apregoada com a abolição, ante à ausência de condições favoráveis ao atendimento de suas necessidades, entendemos também porque esse lugar social também implica em maior demanda desta população por proteção social, acesso a políticas que estejam além de uma identidade, que considere o povo negro como parte majoritária da classe trabalhadora, sobre a qual incidem determinações históricas e sociais de base racista e patriarcal.

Qualquer avanço do conservadorismo no Brasil impõe a tendência à negação dos direitos conquistados no campo da igualdade racial e a urgente resistência à austeridade das políticas sociais.

Em se tratando de programas e ações de enfrentamento ao racismo previstas na Política Nacional de Promoção à Igualdade racial na segunda década dos anos 2000, tal década se constitui o terreno de ameaça às perspectivas gestadas na primeira década, de modo que:

Quando analisamos o orçamento desses programas desde 2013, é possível ver que o período de austeridade coincide com uma redução real no orçamento das principais ações presentes nesses programas. Cabe notar que em 2015, a secretaria foi extinta e desde então, a prioridade dada ao tema tem reduzido não apenas em termos de importância, mas de execução orçamentária. (DWECK, OLIVEIRA e ROSSI, 2018, p.54).

Para além do recuo político e social nas respostas direcionadas às reivindicações do movimento negro, a contenção dos gastos com as políticas sociais universais (saúde, educação, assistência social, segurança pública, mobilidade urbana) afeta majoritariamente a população negra, fato decorrente dos traços históricos aqui recuperados, que culminam em uma classe trabalhadora cuja composição é majoritariamente negra e de mulheres.

Conforme apresentado no relatório final da campanha *Assistentes Sociais no Combate ao racismo*, “Dados de 2019 do Ipea e do Fórum de Segurança confirmam: 75,5% das vítimas de homicídio no Brasil são negras, maior proporção da última década” (CFESS, 2020, p. 29). E ainda que “de acordo com dados do Ipea (2011), quase 70% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra” (CFESS, 2020, p. 30) e no tocante à educação “a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas/ pardas é mais que o dobro do que entre as brancas, segundo PNAD de 2017” (CFESS, 2020, p. 33).

Tais dados confirmam que o racismo se reproduz cotidianamente nas relações sociais, de forma crescente e que traços históricos de não acesso a direitos básicos ainda se constitui um desafio, à medida que o pauperismo segue sendo um aspecto que acompanha o desenvolvimento da desigualdade social e racial no Brasil.

No Brasil dos últimos cinco anos, tendo a austeridade como recurso primordial, o Estado vem assumindo um caráter genocida, ao não enfrentar, ou até impulsionar atitudes que desencadeiam violências e mortes, como as vivenciadas pela produção negra e periférica.

Corroboramos, nesse sentido, com a afirmação de que:

Arrisco dizer que a tentativa de saída da crise capitalista de 2008 é esse enlace entre o conservadorismo e o ultraneoliberalismo. Por esse motivo, não tem sido incomum nos depararmos nos noticiários, com informações sobre conflitos raciais pelo mundo e da mobilização negra denunciando essas práticas e buscando soluções. No Brasil não é

diferente, como vimos anteriormente as estatísticas e os estudos sobre pobreza e violência, vêm reiteradamente afirmando a situação de desigualdade social e racial de nossa população, aliada ao preconceito e discriminação crescentes geradores de violência constante (CLEMENTE, 2019, p. 70).

Da orientação social-liberal que impulsionou paradoxalmente a agenda política feminista e antirracista por meio de mecanismos que conciliaram as reivindicações advindas dos movimentos sociais e uma proposta de desenvolvimento pautada sob os interesses de organismos internacionais do grande capital, os últimos vinte anos demonstram a contradição entre o que é possível na esfera da política e a urgente necessidade da emancipação humana.

Ao nos depararmos com as manobras elitistas que culminaram com um ataque brutal à democracia, ainda que com resistências, passamos a conviver mais fortemente com a intolerância dos que não estão dispostos a negociar suas intransigências, resvalando em proferidos discursos de ódio, misóginos e racistas advindos dos próprios ocupantes de cargos eleitos pelo povo. Uma contradição nos termos e nos fatos, que só se justifica pela incutida cultura da irracionalidade, pelo fortalecimento de espaços de representação do fundamentalismo, pela perspectiva mercadológica das políticas que obstaculizam o reconhecimento de seu caráter público e coletivo, expressando o adensamento da ideologia neoliberal.

Não nos parece chocante, senão indignante, acompanhar o modo conservador como as instituições públicas vem agindo em relação aos direitos, a exemplo do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos e da Fundação Palmares no atual governo, com gestores abertamente contrários respectivamente à agenda de lutas no campo do feminismo e da população negra.

A condução do Brasil pela chamada “nova direita”, cujas bases constitutivas remontam a um poder que vem sendo exercido desde há muito, acentua o caráter policialesco no trato das desigualdades decorrentes desse modo de reprodução das relações capitalistas (o que entendemos como “questão social”), com traços denominados “neofascistas” (DEMIER, 2019, 2020; TABER; RIDDELL, 2019; CARAPANÃ, 2019).

Embora não tenhamos nos debruçado proficuamente sobre o caráter fascista da política brasileira contemporânea, cabe destacar, de acordo com Demier (2020), que:

O aumento exponencial da violência estatal e paraestatal contra os setores oprimidos, com destaque para os jovens negros e periféricos, aumento este que não deriva senão da necessidade de controlar e mesmo de eliminar uma quantidade cada vez maior de vidas inúteis à acumulação capitalista, também encontra sua correspondência ideológica no neofascismo bolsonarista. Não à toa, *pari passu* ao avanço das contrarreformas que retiram direitos em velocidade e intensidade febris, grassam as apologias de assassinatos de pobres, de índios, de mulheres, de gays, de transsexuais, de nordestinos, e, sobretudo, de negros e favelados. (DEMIER, 2020, p.23).

A partir dessas reflexões, inferimos que os retrocessos identificados na tendência à acentuada retirada de direitos a partir do fim do ciclo social-liberal que marcou as políticas sociais brasileiras na primeira década deste século são compatíveis com a perspectiva antidemocrática conservadora dos grupos de direita em ascenso no Brasil, com expressões racistas e patriarcais, haja vista a dimensão progressista do feminismo e das lutas antirracistas.

Outrossim, as derrotas acumuladas no decorrer dos últimos dez anos, em contraponto ao crescimento de grupos representantes dos ideais conservadores impõem a necessidade da intransigente defesa dos direitos já alcançados, bem como das lutas sociais em prol do que nunca se alcançou, desde a efetividade da igualdade formal no âmbito civil e político, até a igualdade substantiva, com as devidas rupturas necessárias com os interesses burgueses, única possibilidade de exercício concreto de liberdade e da emancipação humana.

As exigências imediatas pelo fim da violência contra a mulher, pela eliminação das mortes decorrentes de feminicídio, do extermínio e encarceramento da população negra e periférica estão na ordem do dia como questões imediatas e concretamente possíveis por meio da política, de uma educação mais igualitária e cidadã, pela mediação da consciência crítica.

São essas disputas que dão movimento à luta de classes, aliadas à defesa de direitos humanos, condições de trabalho, seguridade social, condições de mobilidade nas cidades, dentre outras questões que permeiam a vida da classe trabalhadora, em sua diversidade.

Por isso nos interessa, no capítulo seguinte, capturar quais as expressões do patriarcado e do racismo em alguns sujeitos políticos da direita que expressam a intolerância e o conservadorismo.

4. SUJEITOS DO CONSERVADORISMO E SUAS AÇÕES IDEOPOLÍTICAS NO BRASIL: O REVIGORAMENTO DA DIREITA FUNDAMENTALISTA E ANTIFEMINISTA

*À minha volta, reprovava-se a mentira,
mas fugia-se cuidadosamente da verdade*
(BEAUVOIR, 2013, s/p)

Nesse capítulo apresentamos os sujeitos políticos, que representam e materializam o conservadorismo enquanto ideologia das classes dominantes no Brasil contemporâneo, elaboram propostas antifeministas em suas ações e posicionamentos ideológicos e políticos, posturas que estimulam também uma resistência intempestiva do movimento feminista.

Ao ocuparem os espaços formais do Estado, as esferas legislativa, executiva e judiciária, impondo seus interesses conservadores (econômicos e políticos), legitimando o denominado avanço da direita (para alguns/mas autores/as *nova direita*), sobretudo na década de 2010 a 2020.

O fundamentalismo religioso desse momento histórico constitui-se uma mediação que, na nossa análise, ganha bastante reconhecimento para além de seus defensores formais e corporifica-se na reprodução social como um aspecto particular da realidade brasileira e das disputas ideológicas e políticas que se instauram.

Se em uma perspectiva mais tradicional a religião se constituía base de explicação para argumentos de manutenção da ordem, como as antigas alianças entre Igreja, Estado e Educação nos processos colonizadores e a própria concepção das marchas da família com Deus pela liberdade durante a ditadura militar na década de 1960, o fundamentalismo contemporâneo se apoia ainda em defesa da família, mas calcado no crescimento neopentecostal evangélico, que se caracteriza pelas inúmeras igrejas difundidas pelo Brasil, além da apropriação de espaços políticos, como a Frente Parlamentar Evangélica, da qual trataremos mais adiante.

Os desafios que se apresentam – como demonstraremos a seguir – reúnem desde a não garantia da laicidade do Estado, passando pela organização de setores econômicos aliados a grupos conservadores, culminando na diluição dos discursos antifeministas pelas ruas e pelos espaços de exercício de poder.

Demonstra-se também a tendência antidemocrática e antidireitos por meio dos sujeitos destacados a seguir, a partir de um profundo distanciamento de uma análise radical dos interesses em disputa na sociedade brasileira, sob o apelo da defesa de Deus, da família e dos bons costumes.

Cabe ressaltar o respaldo que a particularidade brasileira encontra nos movimentos e mobilizações de mesma orientação que se alastram por todo o mundo, a exemplo de grupos neonazistas, supremacistas e em defesa de regimes ditatoriais, que difundem seus ideais despudoradamente.

4.1 A DIREITA SOB NOVA ROUPAGEM NO BRASIL E O RECRUDESCIMENTO DO CONSERVADORISMO DE BASES FUNDAMENTALISTA RELIGIOSA E ANTIFEMINISTA

Enquanto ideologia das classes dominantes, acionada com a finalidade de produzir consenso entre a classe explorada, o conservadorismo se expressa por meio de sujeitos intelectuais e políticos, individuais e coletivos, incidam de várias maneiras no sentido de contribuir para legitimar a ordem dominante.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a forma como se fortaleceu o conservadorismo, aliado ao liberalismo (dimensão ideopolítica) conforme já destacamos, foi recorrendo às características fundamentalistas, antifeministas e antidemocráticas, configurando o que tem sido denominada de “nova direita” no Brasil (CASIMIRO, 2018 a; 2018 b; MESSEMBERG, 2019; CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015), embora com o reconhecimento de que não são fenômenos inteiramente novos.

Para nós, esses sujeitos se forjam no contexto da conciliação de classes, demarcando suas insatisfações com a agenda política social-liberal anunciada pelos governos do Partido dos Trabalhadores, um elemento que, antagonicamente, mobiliza a classe dominante e classe trabalhadora, enquanto aquela baseia seu descontentamento na negação da intervenção do Estado nas necessidades da população, na criação de políticas, programas e serviços, esta última propõe uma agenda popular, autônoma em relação aos interesses do capital.

Em se tratando da agenda dos grupos de direita descontente com as ações governamentais, orchestra-se um apelo ao discurso cristão, que passa a ser demonstrado conforme Tatagiba (2018) pelo movimento neopentecostal:

Outra rede importante para veiculação das mensagens antipetistas foi o movimento neopentecostal, que utilizou uma de suas principais estratégias de mobilização, Marcha para Jesus, para atacar a corrupção e “defender o Brasil”. No dia 7/6/2014, acontecia em São Paulo a 22ª Marcha para Jesus, com público total estimado pela PM em 250 mil manifestantes. O tema da Marcha foi “conquistando para Cristo” e o objetivo era afirmar “o valor do patriotismo”. Os manifestantes usavam camisa verde-amarela com o número 33, em referência à idade de Cristo. A estética do ato guarda grande semelhança visual com os protestos pelo *impeachment*, nos anos seguintes. (p.108, grifo nosso).

O que destacamos a partir da ênfase na afirmação acima é o movimento convergente entre essa dimensão mais conservadora que nunca se conciliou com as políticas de caráter social-liberais e a direita liberal, que vai romper com o ciclo petista e pós *impeachment* se unificam em defesa de um Brasil cristão, negacionista, com profundos recuos nas políticas sociais e com um quadro de miserabilidade e desigualdade crescentes.

De certo, é um contexto de fragmentação das lutas em defesa de direitos, bem como das elites brasileiras, de modo que, por um lado, a direita que se opõe à conciliação por não considerá-la necessária e a esquerda cuja oposição política considera o projeto em curso insuficiente, irrompem, cada uma ao seu modo, como desvinculação de outros sujeitos adeptos à conciliação.

Como já demonstrado por Casimiro (2020), distintas frações da burguesia vão se apropriando do Estado para difundir seus interesses, desempenhando “importante papel de articulação empresarial para a ação política com participação em tomadas de decisão, em definição de diretrizes, assim como na constituição de políticas públicas” (p.91), pautadas a partir das seguintes instituições neoliberais destacadas pelo autor, Movimento Brasil Competitivo – MBC; o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI; o Grupo de Líderes Empresariais – LIDE; e o agrupamento entre a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA (bancada ruralista) e o Instituto Pensar Agropecuária – IPE como aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo, que, visando a expansão de seus negócios:

Inserem-se, portanto, no conjunto das estratégias de reconfiguração da dominação de classe no Brasil, tanto em sua relação com o Estado, como no processo de internacionalização da burguesia brasileira, entendendo-se esse movimento de forma dialética, como um elemento imperativo do atual estágio do capitalismo mundializado (CASIMIRO, 2020, p.91).

A esse exemplo, temos o estudo de Guiot (2015) no qual o autor demonstra a dominação burguesa por meio da inserção no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, de 2003 a 2010, com a comprovada inserção das frações industrial, agroindustrial e financeiro do capital, lado a lado com sindicatos e outras organizações da sociedade civil, impondo sua agenda de desenvolvimento por meio de um órgão gerenciado pelo Estado.

Conforme Guiot (2015), no que concordamos, a partir da construção de um consenso social-liberal nessa primeira década, no limiar da agenda do desenvolvimento social, reforçou-se as estruturas econômicas e de poder, de modo que:

É o fetiche da “participação” e do “controle social”, de “empoderamento” dos sujeitos sociais sem alterações nas correlações de forças *porque não derivado das lutas sociais que incidem sobre tais relações*, mas, ao contrário, redesenhando o terreno do exercício da dominação e da subalternização *sob a bandeira “democrática”*. (GUIOT, 2015, p. 271).

É nesse terreno movediço e incerto que as forças aqui destacadas vão incidir socialmente como expressões particulares do todo desse processo inacabado de fortalecimento das investidas conservadoras nas esferas representativas. Destacamos as características fundamentalista, antifeminista, racista e LGBTfóbica como suportes ideológicos dos sujeitos dos quais tratamos neste capítulo, como mediações das ações que garantem a materialização da ideologia conservadora em ascensão.

Ressalte-se, que mesmo surgindo como expressões das disputas conjunturais, os movimentos e frentes parlamentares nas duas primeiras décadas dos anos 2000 vão reatualizar a defesa intransigente dos valores cristãos, como argumentos de promoção do consenso, por meio de discursos e ações de base

fundamentalistas, que são funcionais à negação de direitos operadas pelo neoliberalismo, sobretudo em sua variante ultra.

Não é novidade que o uso do argumento religioso pelo Estado pode suprimir os direitos políticos e, para além disso, inviabilizar a perspectiva da emancipação humana por parte dos indivíduos que não comungam da mesma perspectiva, a exemplo dos conflitos entre os cristãos e os judeus na Alemanha do século XIX (MARX, 2010), acerca do qual afirma:

Decorre, por fim, que, mesmo proclamando-se ateu pela intermediação do Estado, isto é, declarando o Estado ateu, o homem continua religiosamente condicionado, justamente porque ele só reconhece a si mesmo mediante um desvio, através de um meio. A religião é exatamente o reconhecimento do homem mediante um desvio, através de um *mediador*. O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem. Cristo é o mediador sobre o qual o homem descarrega toda a sua divindade, todo o seu *envolvimento religioso*, assim como o Estado é o mediador para o qual ele transfere toda a sua impiedade., toda a sua *desenvoltura humana* (MARX, 2010, p.39, grifos do autor).

Sob os resquícios do poder da casa da grande portuguesa, a formação social e política do Brasil, tal qual o Estado brasileiro, mesmo o republicano e nos períodos mais democráticos, não conseguiu firmar sua laicidade, recorrendo por conveniência aos valores cristãos, sobretudo católicos, para perpetuar interesses dominantes e produzir o consenso entre os dominados, tendo em vista que “o Estado capitalista não se caracteriza apenas pelo desenvolvimento de atividades de carácter econômico, mas também assume funções políticas e ideológicas” (BAUER, 2010, p.113).

Carregando tais aspectos, sobretudo ideológicos, o fundamentalismo religioso se sobrepõe como um indispensável recurso ao esvaziamento da razão crítica, ao irracionalismo e ao pensamento que impulsiona ações imediatas ao senso comum, um aspecto necessário aos grupos que caracterizam a “nova direita”, o que convém denominarmos a “nova roupagem da direita brasileira”, que tem ido às ruas massivamente a partir de 2015 solicitar o *impeachment* de uma presidenta democraticamente eleita, exaltar a tortura e aclamar a volta da ditadura.

Como ideologia oposta ao comunismo, o fundamentalismo religioso – aliado a interesses capitalistas - é acionado como haste de uma moral conservadora, imersa

em inúmeras contradições e falácias, tendendo a enquadrar os indivíduos em rótulos, obstaculizando o exercício das escolhas e da diversidade humana.

Em pesquisa recente sobre a temática, Bernardo (2019) reconhece que:

Na atualidade, o fundamentalismo religioso se destaca por ser uma estratégia da captura do poder pela direita e extrema direita que, através da utilização de uma autoridade religiosa, tenta justificar discursos e atitudes inflexíveis e regressistas em relação a políticas públicas e aos direitos humanos (BERNARDO, 2019, p. 78).

Como exemplo, a autora acima referida destaca a organização de grupos religiosos que se denominam em defesa da vida para tentar inviabilizar qualquer proposta do campo político progressista que atenda a reivindicações das mulheres no tocante à pauta da descriminalização e legalização do aborto. Nesse sentido, ela destaca ainda que:

É preciso destacar que a ascensão das forças fundamentalistas e de ideologias conservadoras nesses últimos anos tem grande influência no debate sobre a descriminalização e na legalização do aborto. O que temos percebido é a junção dos setores mais conservadores da igreja católica e de evangélicos no intuito de barrar qualquer proposta no sentido de legalização do aborto. (BERNARDO, 2019, p.89).

Apesar dos sujeitos coletivos, que impulsionam a tendência a essa intolerância aparecerem mais notadamente na segunda década do século em curso, os caminhos às frações mais reacionárias da burguesia vinham sendo aberto pelo viés social-liberal da primeira década, malgrado a incorporação da agenda feminista pelo mercado, a partir dos próprios instrumentos estatais, como já podemos inferir na agenda do empoderamento e do empreendedorismo nos próprios Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Observemos no quadro 1 (mais à frente) que a própria Bancada Evangélica começa a se articular como reação às possíveis políticas públicas para as mulheres que seriam dadas às reivindicações feministas, a partir de 2003, embora na última década sua incidência seja mais potencializada, bem como o *Escola “sem partido”*, que surge em 2004.

Importante destacarmos o caráter de classe, operado entre a ascensão do conservadorismo e do ultraliberalismo, por meio de uma trajetória materialmente

orquestrada, apoiando-se tanto na ofensiva crescente do capital sobre o trabalho, quanto na ofensiva de valores retrocedentes para a classe trabalhadora, a exemplo dos ataques sistemáticos à democracia e à universalidade das lutas sociais.

Não casualmente, a direita que atua no Brasil, em espaços parlamentares, nas ruas, nas igrejas, se caracteriza pela defesa, ~~e~~ da privatização dos órgãos públicos, da criminalização de movimentos sociais, defesa da família tradicional e das forças armadas como solução para as crises políticas. E ainda dissemina tais interesses entre parte da classe trabalhadora, que passam a ser defensores das ideologias dominantes.

Desse modo,

Um dos aspectos mais importantes da aliança entre neoliberais e conservadores, que engendra o neoconservadorismo, é que eles convergem em uma narrativa da crise que tem como lócus a família. A presença mais intensa das mulheres no mercado de trabalho remunerado na segunda metade do século XX é vista como fator desestabilizante do casamento e da boa criação dos filhos (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p.26).

O alcance dos sujeitos individuais e coletivos representantes dos valores conservadores nos espaços institucionais públicos ameaça a democracia, valendo-se de ataques fundamentalistas, racistas, misóginos e xenofóbicos, desconsiderando a diversidade humana, o respeito ao diferente e edificando uma sociabilidade de medo e insegurança para grande parte da população, além de demarcar um território político e uma era de recuos nas conquistas democrático-formais.

O discurso de família, de Deus e de bem é esvaziado de significado, por ser incompatível com o desrespeito e a intolerância advindos dos grupos que operam com julgamentos morais nas redes sociais, nos espaços de representação política e nas ruas, como por não corresponder às relações sociais e familiares da realidade brasileira, marcadas por distintas configurações.

A defesa de uma concepção cristã de família é um mecanismo político que revela uma afronta às conquistas civis e políticas das mulheres, ao defender um comportamento de mulher passiva, heterossexual, mãe e submetida ao poder masculino, conforme os preceitos religiosos, uma essencialização que confronta a concepção feminista de mulher livre, autônoma e com exercício igualitário de direitos.

A ruptura com os princípios democráticos que caracterizou o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 abre caminhos largos para a incidência política das forças ultraliberais e conservadoras que caracterizam os grupos que antagonizaram esse capítulo da história brasileira, ao passo que após a eleição de representante do reacionarismo em 2018, enfrentamos uma conjuntura na qual:

Agora, a “contrapartida” oferecida ao pauperismo é mais pauperismo. Agora, a “contrapartida” oferecida aos grupos historicamente excluídos e desfavorecidos é mais exclusão e mais desfavorecimentos. Agora, a “contrapartida” oferecida ao fim prático dos direitos humanos são mais humanos negros e pobres mortos. (DEMIER, 2020, p.36).

Reside aqui a chave do recrudescimento do conservadorismo, cuja atuação até então se deparava com exigências democrático-formais, que uma vez ameaçadas, abre margem para a petulância dos que comemoram um desfecho, no mínimo tenebroso, no campo dos direitos sociais de segmentos historicamente oprimidos.

Ao se fortalecer um apelo às determinações biológicas, retrocede-se no reconhecimento das relações sociais como elemento definidor dos sujeitos ao longo da história, de modo que:

Entre os atores conservadores, a natureza é situada como determinante das aptidões e dos papéis, prevalecendo sobre as dinâmicas sociais. A complementariedade entre os sexos não é entendida como uma questão do âmbito da cultura ou da crítica, mas como aquilo que seria necessário preservar em nome da ordem natural e social (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p.20).

Esse contraponto entre o natural e o social, que já nos parece superado a partir da incidência histórica do feminismo, reascende uma perspectiva anti-histórica das relações sociais e patriarcais, com forte reforço da naturalização do lugar desigual das mulheres, além de uma tendência à negação e a discursos intolerantes com o feminismo, resultando na dimensão antifeminista como ação ideopolítica da direita conservadora contemporânea. Nos deparamos na década em curso com algumas reportagens de revistas que mostram essa tendência, sobretudo entre mulheres.

Já em 2014 a revista ISTOÉ dava destaque ao tema na matéria de Fabíola Perez, intitulada *O Movimento das antifeministas*, na qual chama atenção para a crescente comunidade de mulheres contra o feminismo.

No início de 2019 o jornal online espanhol El mundo trouxe uma matéria intitulada *El antifeminismo, um arma electoral de éxito a nível mundial: De Trump a Bolsonaro*. Temos que é um movimento de caráter internacional, acompanhando as perspectivas conservadoras de questionamento às conquistas políticas e culturais obtidas pelas mulheres e característica de governos de direita.

Em março de 2019, a revista Carta Capital publicou a matéria (*Anti*) *Feminismo em Pauta*, na qual trazia os argumentos da Deputada Ana Caroline Capagnolo, do Partido Social Liberal (PSL), em que a mesma considera o feminismo como uma afronta à moral judaico-cristã e uma ofensa às suas tradições.

Desse modo, corroboramos com a assertiva de que:

A ordem sexual defendida, perante a dos movimentos feministas e LGBTQI, baseia-se na moralidade cristã, na legalidade e no caráter procriador do sexo. A definição de ato sexual por seu fim reprodutivo se estabelece em oposição à autonomia e ao prazer. Esses últimos são recusados como princípios legítimos para o exercício da sexualidade e para sua regulação (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p.24-25).

Na configuração brasileira da segunda década do século XXI, o patriarcado, defendido e fortalecido pela direita e pela igreja, foi realizado em 2018 o I Congresso Antifeminista do Brasil, com presença de políticos de partidos de direita e representantes evangélicos.

A unidade entre candidatas de partidos da direita mais tradicional, como a Sara Winter, candidata a Deputada Federal pelo Democratas (DEM) e da direita, recém configurada como mais reacionária, com a candidata a deputada estadual em Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo, do Partido Social Liberal (PSL), o mesmo pelo qual o presidente Bolsonaro se elegeu.

Sobre Sara Winter, embora sua migração do *Femen* Brasil para as bases conservadoras antifeministas não tenha possibilitado a ela se eleger nas eleições de 2018, fora convidada ao cargo de Coordenadora de Políticas à Maternidade, do atual Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos do Governo Federal, o que nos revela o

quanto essa incidência no Estado brasileiro decorreu de movimentos fundamentalistas e ações ideopolíticas orquestrados previamente por grupos de direita, tanto de base econômica como conservadora.

Já Ana Caroline Campagnolo foi uma das candidatas eleitas, passando a compor a base parlamentar da direita e levar a cabo seus ideais no espaço público. Conforme matéria da Revista Época, nesse congresso:

Em cinco palestras, das 14 horas às 19 horas, o feminismo foi malhado em diferentes formatos e intensidades, com argumentos que pregavam desde sua suposta incompatibilidade com o cristianismo até uma “agenda comunista” que estaria promovendo secretamente. (CALCAGNO, 2018, s/p).

Neste ínterim, demonstra-se a fragilidade da democracia burguesa na representação dos interesses da classe trabalhadora em sua diversidade, denotando insuficiência nos mecanismos políticos, que outrora se apresentaram em respostas significativas às reivindicações feministas no marco da ideologia social liberal.

Sob o ímpeto da dialética luta de classes, conforme veremos no próximo capítulo, essa tendência antifeminista se impõe como reação ao desempenho das investidas feministas adensadas na década de 2010-2020 (a exemplo da primavera feminista em 2015), bem como recorrem aos espaços religiosos, aos argumentos de defesa da vida, adentrando os espaços públicos, se legitimando por meio das forças conservadoras.

Quadro 1: sujeitos conservadores nos anos 2000

SUJEITO	ANO DE FUNDAÇÃO	BREVE DEFINIÇÃO	OBJETIVO(S)
Frente Parlamentar Evangélica (FPE)	2003	A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional é composta por senadores e deputados, que compõem a bancada evangélica. Foi criada em 18 de setembro de 2003	Acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução
Movimento Brasil Livre	2014	O MBL - Movimento Brasil Livre - é uma	O MBL é constituído pelas propostas e estratégias

(MBL)		entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a <i>Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia</i>	elaboradas e votadas pelos seus membros, sempre norteadas por ideais liberais. Fazendo parte do movimento você tomará decisões que definirão o destino do movimento e terão impacto direto no presente e futuro da política brasileira
Escola Sem Partido	2004	Uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior	Dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos
Movimento Brasil Conservador	2018	O MBC é uma verdadeira comunidade de conservadores, que unidos trabalham pela reconstrução do país, pautados na defesa dos pilares da civilização ocidental e no combate à dominação cultural imposta por ideologias revolucionárias	Somos um movimento formado por diversas iniciativas culturais, educacionais, sociais e políticas com o objetivo de fomentar a transformação da realidade brasileira de baixo para cima

Fonte: A autora (2022).

A aliança entre as ideologias liberal e conservadora e suas legitimações na agenda política brasileira do século XXI são demonstradas na tabela 1, em que podemos visualizar panoramicamente alguns dos valores que embasam os discursos da Frente Parlamentar Evangélica; do Movimento Brasil Livre (MBL); do Escola sem Partido e do Movimento Brasil Conservador, cujo surgimento e atuação estão inseridos no contexto histórico brasileiro dos anos 2000.

Tendo em vista o período aqui elencado, estamos diante de uma crescente difusão da ideologia liberal, que aposta na “liberdade de mercado” como mecanismo central de enfrentamento às consequências da crise, em aliança com a identificação e autoafirmação de sujeitos conservadores, em aberto confronto com os valores progressistas e revolucionários.

Procedemos a seguir com uma incursão mais sucinta e detalhada da incidência política desses sujeitos coletivos, suas formas organizativas, ocupação de espaços públicos e parlamentos, como estratégia de dominação ideológica, econômica e social da burguesia (em suas distintas frações e particularidades no Brasil).

4.2 A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E O FORTALECIMENTO DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NA POLÍTICA BRASILEIRA

A incidência de parlamentares com valores religiosos no cenário nacional brasileiro antecede os anos 2000, tendo em vista a relação entre os valores defendidos pelas igrejas neopentecostais no país e representantes políticos da direita (velha e nova) que são empresários, pertencentes a famílias com trajetória larga na vida política, fazendeiros, líderes de comunidades e de igrejas, que precisam apelar para um discurso do bem comum, característico da ideologia cristã.

Nos anos 2000, com a já aqui referida inserção de pautas políticas de parcelas da população que são discriminadas pelo modelo ideal de indivíduo cristão na agenda política governamental dos governos do PT, evidencia-se o esforço dos políticos representantes dessa discriminação em fortalecer seus valores e cadeiras no Parlamento, recorrendo à formação de núcleos internos nas Câmaras Municipais, estaduais e no Congresso Nacional.

Nesse contexto é que foi criada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), em 2003, comumente conhecida como Bancada evangélica, aglutinando forças contrárias aos espaços políticos de popularização e garantia de direitos historicamente negados a segmentos como população LGBTQI, mulheres organizadas em diferentes frentes de luta por direitos (feminismos), população negra, população indígena.

Embora a FPE seja um espaço heterogêneo em relação à composição partidária, inclusive com parlamentares do próprio PT, sua atuação voltada a

obstaculizar os projetos em torno da conquista de direitos e do livre exercício das escolhas religiosas e sexuais dos indivíduos, está alinhada a grupos políticos de direita, do ponto de vista ideopolítico do qual tratamos aqui.

Em suas estratégias de atuação, esta frente coloca-se como uma contraposição à democratização da agenda feminista cuja intenção publicamente declarada é:

- Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes; atuando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, com vista a uma sociedade pautada pela justiça, que deve ser igual para todos, na inclusão social, na segurança a todo cidadão brasileiro, saúde e educação;
- Combater projetos de lei nocivos à sociedade brasileira, a desconstrução da família, a vida, a liberdade constitucional de cultos, educação, segurança pública e do Estado Democrático de Direito;
- Realização de eventos e seções solenes para comemoração de datas do calendário cristão, tais como Dia da Bíblia, Reforma Protestante, Dia da Valorização da Família e outros. (SITE DA FPE, 2020).

A organização dos evangélicos no Congresso Federal situa-se na correlação de forças entre as classes, por fortalecer a perspectiva conservadora em sua coletividade, que mesmo recorrendo a indivíduos pertencentes às camadas populares, fortalecem os ideais de grupos dominantes. Fortalece sua incidência logo após o Partido dos Trabalhadores assumir a Presidência do Brasil em 2002, ensejando uma coalizão já existente frente à possibilidade de inserção das reivindicações de segmentos feministas e LGBTQIA+ na agenda política governamental, o que aconteceu conforme delineamos no primeiro capítulo desta tese, tendo em vista que:

Ao contrário das igrejas evangélicas americanas, as brasileiras não possuem um perfil ideológico bem definido, exceto em questões como aborto e casamento gay. Macedo apoiou Fernando Henrique como forma de impedir o avanço comunista, mas, nas eleições seguintes, apoiou Lula, e desde então vem criando sua própria organização política. A maioria das igrejas funciona basicamente como o lodo dos partidos brasileiros, prestando-se a aluguéis e troca de valores por votos. A diferença é que apoiam candidatos de quantas chapas lhes forem convenientes. A bancada evangélica tem 18% dos assentos do Congresso e inclui 22 legendas. Seus principais interesses são garantir suas concessões de rádio e televisão, isenção fiscal para as

igrejas e o acesso a terrenos para a construção de seus monumentos faraônicos. (ANDERSON, 2020, p.106-107).

Expressam-se, portanto, as dimensões ideopolíticas contidas na investida conservadora da Frente Parlamentar Evangélica, aliadas ao mesmo tempo a interesses econômicos de dominação e à imposição dos valores cristãos como referências sociais.

Decerto, seguindo o curso do enriquecimento econômico de seus líderes religiosos, os valores cristãos avançam em oposição direta às propostas legislativas de ampliação dos direitos das mulheres, da população LGBTQ, sob a vinculação direta dessas demandas aos valores de um suposto comunismo, que deve ser combatido e da defesa da família cristã, referenciada na heteronormatividade.

Não por acaso, o IBGE (2012) divulgou que “consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010”⁴.

Ao analisarmos o fortalecimento da ideologia fundamentalista no curso dos últimos quinze anos, é pertinente ressaltar que desde uma unidade entre liberalismo (por meio da defesa dos distintos patrimônios empresariais de interesse de vários parlamentares evangélicos) e conservadorismo (uma reação orquestrada contra as propostas progressistas no Congresso Nacional), até posturas publicamente ofensivas, a trajetória de crescimento da bancada evangélica compõe um movimento de ascensão de uma direita, para estabelecer hegemonia, como a adesão de significativa parcela da população, a exemplo das manifestações pró *impeachment* (de 2015 a 2016) e nas eleições presidenciais de 2018.

Uma vez que as pautas privadas da religião adentram os espaços públicos de representação contrárias ao avanço de mecanismos legais de parcelas da população, há o fortalecimento do fundamentalismo religioso. Ele se sustenta tanto pela aprovação de eleitores que elegem esses seus pares, quanto pela negação da laicidade do Estado (constitucionalmente prevista), implicando também em uma perspectiva antidemocrática.

Corroboramos com a síntese a seguir, na qual:

⁴ Dados disponíveis em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>, acesso em julho de 2021.

[...] Por um lado, esses parlamentares defendem que, em uma democracia representativa, os políticos devem ser atores centrais para a garantia da vontade da maioria; Por outro, se contrapõem a essa maioria, ativando outra noção de democracia, dessa vez, privatista, como garantidora da vontade dos mais fortes em termos estratégicos e não em termos de maioria social. (CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p.133).

Identificamos que a Frente Parlamentar Evangélica teve seu fortalecimento a partir do crescimento da orientação cristã de partidos políticos, desde o já existente Partido Social Cristão – PSC, existente desde 1985, ligado à Assembleia de Deus; a aliança com a ideologia liberal do Partido Social Liberal – PSL, de 1994; até o Partido Republicano Brasileiro – PRB, criado já nos anos 2000 e sob os interesses da Igreja Universal, embora não contenha, assim como o PSL, uma denominação diretamente religiosa.

Desses partidos destacaram-se nomes como os de Pastor Everaldo (PSC); Bispo Marcos Pereira (PRB); Marcos Feliciano (PSC) e o atual presidente Jair Bolsonaro (ex-PSC, eleito pelo PSL em 2018 e hoje sem partido), em um movimento que unificou ações políticas e discurso ideológico de cunho religioso, performando o que temos na direita brasileira que fortalece seu corpo na segunda década dos anos 2000 (cf. DIP, 2018).

Notoriamente, a ocupação de cargos políticos por líderes religiosos aponta também a capacidade das igrejas neopentecostais ocuparem espaços na dinâmica social brasileira, disputando narrativas, conquistando corações e mentes, uma tarefa política imprescindível para adquirir legitimidade em grupos específicos. Nesse sentido é que:

Nas últimas três décadas, líderes e congregações neopentecostais lançaram candidaturas por meio de diferentes partidos, investiram nas eleições e converteram as igrejas em redutos eleitorais para assegurar o ingresso de evangélicos nas esferas legislativas e executivas em nível municipal, estadual e federal. Ao estabelecerem-se no poder, diferentes denominações pentecostais adquiriram notoriedade política e prestígio social. (SURUAGY, 2011, p.23).

A difusão ideopolítica operada pelas igrejas imbrica-se aos interesses dominantes dado o caráter empresarial das lideranças que alcançam destaque nos espaços de representação política, o que seria impensável também sem a difusão da

ideologia religiosa por canais de rádio e de televisão de propriedade desses homens, brancos e ricos em seus lugares de líderes.

A máxima marxiana de que “a ideologia que impera em uma sociedade é a mesma de sua classe econômica dominante” (MARX, 2007, p.47) é aplicável ao contexto do século XXI, no qual a religião como valor da FPE não está isolada dos interesses das classes dominantes e seus apelos moralizantes e conservadores.

As adjetivações ‘laico’ e ‘democrático de direito’ comumente aplicadas ao Estado estão figurando como acessórios fora de moda, no momento em que este mostra cada vez mais sua função social de intermediador dos interesses dominantes - ainda que seja disputado e tensionado a fim de se apresentar como um Estado Republicano - processo que se evidencia pela ocupação dos espaços institucionais representativos tidos como democráticos por sujeitos que na verdade representam intolerância ao popular, projetos mercadológicos privados e sustentação ideológica cristã no discurso.

Por outro lado, o ataque às bases democráticas e laicas do Estado por parte de sujeitos conservadores, que por vezes agem sutilmente, por dentro de suas instâncias políticas, revela natureza contraditória do próprio Estado, no que diz respeito ao atendimento de interesses da classe trabalhadora e da maioria da população, mesmo que recorra a ela como base eleitoreira.

Embora com possibilidades de implementação de regimes e governos mais abertos em um Estado tido constitucionalmente como “democrático e de direito”, não podemos guardar ilusões quanto a possibilidades de mudanças estruturais, sabendo que:

O Estado é o produto e a manifestação do facto de as contradições das classes serem inconciliáveis. O Estado aparece precisamente no momento e na medida em que, objetivamente, as contradições das classes não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições das classes são inconciliáveis. (LENIN, 2010, p. 9).

Tacitamente, o caráter fundamentalista da direita que alia o neoliberalismo ao fundamentalismo religioso culmina no que designamos como a direita revigorada, da qual a Frente Parlamentar Evangélica faz parte. No nosso entendimento não se trata apenas de valores antiprogressistas, mas de um aparato econômico concreto, seja via empresas de comunicação ou via rentabilidade das ofertas dos fiéis, rede de lojas,

empresas de bairro, que alocam os representantes evangélicos em uma relação de poder dominante em relação ao conjunto dos fiéis, impondo os interesses da classe dominante.

Sem dúvidas essa via política, além de sacralizar a agenda parlamentar antiprogressista do ponto de vista político, soma-se às posturas antidireitos, no aspecto social, endossando discursos contra programas sociais que auxiliam os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora a sobreviverem e defendendo o que há de mais reacionário na política brasileira, como o retorno à ditadura militar, redução da maioria penal, criminalização dos lutadores sociais por direitos (por terra, moradia, liberdade sobre o corpo, educação laica).

E ainda quando se propõem a dar alguma atenção às desigualdades sociais, alguns parlamentares o fazem reforçando o viés filantrópico, por meio dos quais têm se lançado em ações rentáveis, a exemplo das Comunidades Terapêuticas, reatualizando práticas caritativas que contrariam o caráter público das políticas sociais e dos direitos.

Como aponta Suruagy (2011):

Não se pode afirmar que a “bancada evangélica” só possui tendências conservadoras e corporativas. Embora represente a minoria, há deputados evangélicos que defendem teses progressistas e demonstram maior preocupação com os problemas sociais do que com a preservação da moral cristã. Todavia, entre os parlamentares pentecostais, ainda são significativas práticas conservadoras, como o fisiologismo, o corporativismo, o clientelismo, o patrimonialismo e a negociação de votos na Câmara Federal. (SURUAGY, 2011, p.46).

Contudo, a hegemonia da perspectiva política conservadora da FPE inviabiliza que medidas progressistas sejam apoiadas pelo coletivo de parlamentares que a compõe, embora seja comum que eles assumam votos individuais em ocasiões nas quais não conseguem unidade de pensamento. Nesses casos, apesar da diversidade de legendas e de parlamentares nessa bancada, aliam-se ao que há de mais liberal e elitista, a exemplo das bancadas ruralista e militar, cuja unidade é comumente denominada Bancada BBB (da bíblia, do boi e da bala), um sujeito coletivo parlamentar bastante atuante na ascensão da reconfiguração da direita brasileira nesse primeiro quinto de século.

Acerca dessa articulação, ao se referir à bancada ruralista, a jornalista Eliane Brum afirma:

Atualmente, associam-se a grupos transnacionais, como a poderosa indústria dos agrotóxicos. No Congresso, articulam-se com as bancadas da bala – a dos defensores de armas associados à indústria do armamento e da segurança privada, grande negócio num país com números alarmantes de violência urbana – e a bancada dos estelionatários da fé – composta por representantes dos diferentes projetos político-religiosos que disputam o mercado com o objetivo de ampliar o alcance e os lucros de seus empreendimentos. (BRUM, 2019, p.162).

O fundamentalismo religioso cumpre um importante papel ideológico, ao aportar o conjunto de investidas da direita na política brasileira, seja como frente ampla de combate ao conhecimento crítico, seja por meio de ações comunitárias que apelam para a fé como meio de enfrentamento às consequências das desigualdades, seja como grupo político que se contrapõe aos avanços nos debates e nas propostas em torno de ampliação de direitos, reconhecimento da diversidade e atendimento às demandas das mulheres.

A inserção das pautas particulares das igrejas por meio dessa bancada descrita por Dip (2018) como “barulhenta, intempestiva, aguerrida, beligerante”, vai sendo mobilizada progressivamente à medida que a Frente Parlamentar Evangélica vai se ampliando da primeira à segunda década dos anos 2000, estabelecendo alianças com parlamentares e projetos antidireitos e antifeministas, cada vez mais sintonizados.

A partir da análise bibliográfica acima apresentada, identificamos nessas duas décadas, que a FPE começa com o intuito de disputar ideologias no interior da sociedade brasileira para difundir seu discurso contrário às possíveis medidas adotadas pelos governos petistas em atenção aos movimentos sociais, se legitimam nesse espaço cada vez mais e chegam ao ano 2020 com um presidente de extrema direita.

Embora com resistências, esse processo coroa uma direita fundamentalista e antifeminista, privatista, racista e que tem como base política o cristianismo (muito mais na retórica do que nos princípios).

Recorremos aos documentos denominados Radiografia do Novo Congresso, nos anos de 2003 a 2019, produzidos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), encontramos importantes elementos no tocante ao crescimento da FPE nas duas últimas décadas.

De acordo com a radiografia da legislatura 2003 a 2007, a FPE no Congresso, liderada pelo Bispo Rodrigues (PL/RJ), buscava se estender para o Senado, sob a liderança do também Bispo, Marcelo Crivella (PL/RJ). Ambos congregados na Igreja Universal, mantinham o número de parlamentares da legislatura anterior, 60 deputados. (DIAP, 2002, p. 23).

Um aspecto contraditório do início da primeira década (com a chegada do PT à presidência), é que o PL, ao mesmo tempo que buscava impulsionar a agenda religiosa no espaço parlamentar, era também base de apoio do governo, conforme destacado no referido documento:

O novo Congresso, eleito em 06 de outubro, terá que debater e votar a agenda governamental, cabendo aos partidos da base de sustentação (agora formada pelo PT, PC do B, PL, PPS, PDT, PSB e, possivelmente, PMDB e PTB) o difícil desafio de aprovar uma agenda complexa, como as reformas fiscal, política, trabalhista e sindical e do Poder Judiciário, e também impopular, como a reforma da previdência do servidor. (DIAP, 2002, p.24).

Em concomitância com a atenção às reivindicações feministas da agenda política elaboradas pelas mulheres em 2002, a conciliação de classes ampliava também as possibilidades de atuação política de sujeitos fundamentalistas e antiprogressistas, cujas forças seriam medidas no limiar das lutas políticas travadas na sociedade brasileira naquela década.

Sob tais aspectos históricos é que a força expressa pelo reacionarismo conservador fundamentalista não surge de súbito, a segunda metade da segunda década dos anos 2000, mas segue se consolidando social e parlamentarmente desde o início da primeira década, aliado à ideologia social-liberal, em uma programática política e social aparentemente pactuada e essencialmente incompatível.

Com as inovações operadas pelo presidente Lula no seu primeiro mandato, com destaque para a criação de Secretarias Especiais, Conferências e Planos Nacionais de Políticas para segmentos como mulheres, população LGBTQ e

negros/as, a visibilidade e o atendimento a demandas desses segmentos configuraram um avanço político importante, embora não tenham sido tocados os aspectos históricos (divisão sociosexual do trabalho, base patriarcal da estrutura política e ausência de autonomia sobre o próprio corpo, para citar alguns), que os colocam em pé de desigualdade.

Além desses elementos, a vinculação de parlamentares das igrejas que representavam até então a FPE no Congresso a casos de corrupção em destaque nacional, impulsionou um recuo da ofensiva fundamentalista na segunda metade da década de 2000-2010, de modo que: “Diferente do que vinha acontecendo nas últimas três eleições gerais, os evangélicos perderam quadros importantes e a bancada chegará menor à 53ª Legislatura” (DIAP, 2006, p.33).

Mesmo passando a ser representada no Senado, a FPE sai das eleições majoritárias de 2006 com uma queda de 24 parlamentares, passando de 60 para 36 (17 deputados reeleitos, 15 novos deputados e 4 senadores), exigindo novas movimentações e alianças para se fortalecer na legislatura de 2007 a 2011.

No que pese uma queda em termos numéricos nesse período, os valores conservadores vão se aliando aos interesses econômicos dominantes, acompanham as estratégias do capital para responder aos rebatimentos da crise de 2008 no Brasil.

Quadro 2: Panorama da representação da FPE de 2002 a 2018

Ano eleitoral	Número de Deputados da FPE eleitos	Partidos componentes da FPE
2002	50	PMDB, PPS, PL, PSDB, PP, PST, PFL, PSC, PTB, PSB, PT, PL, PDT, PSL, PPB (Cf. Gonçalves, 2011).
2006	32	PSDB, PRB, PTB, PP, DEM, PSB, PTC, PR, PMDB, PSC, PV, PPS, PDT (Cf. Trevisan, 2015).

2010	75	DEM, PDT, PMDB, PMN, PP, PR, PRB, PRTB, PSB, PSC, PSDB, PSL, PT (cf. Vital e Lopes, 2013, p.187).
2014	78	PODEMOS, MDB, PP, DEM, PSD, PR, PSB, PV, PRB, PSC, PDT, PPS, PSDB, SOLIDARIEDADE, PT, AVANTE, PHS, PSL, PCdoB, PROS (https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658)
2018	92	PR, PP, PT, DEM, PRP, PSL, PDT, PSD, MDB, PRB, PSDB, PSC, PROS, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PSB, NOVO, PODEMOS, PATRIOTAS (Cf. requerimento 1051/201 da FPE, requerendo seu registro ao Congresso Nacional)

Fonte: elaboração própria

O crescimento do discurso e das posturas fundamentalistas e da ofensiva antifeminista, racista e LGBTfóbica acompanha o fortalecimento dos apelos antidemocráticos e ultraneoliberais com base na defesa de uma mudança regressiva, ao invés de progressista, no tocante às conquistas políticas da primeira década dos anos 2000.

Os partidos identificados na tabela 2 representam uma aliança em constante ampliação das forças de direita liberal com os grupos mais reacionários, ainda que alguns deles sejam diretamente identificados como cristãos, o caso do PSC, por exemplo.

Chama a nossa atenção esse redirecionamento dos partidos considerados de centro, como o PMDB e o PSB, que vinham aliados às políticas social-liberais até então, mas passam a operar um movimento de descontentamento com a atenção às demandas sociais, passando a expressar um antipetismo, ao atribuírem à presidência da República o papel de promotora dos anseios de esquerda, comumente e reduzidamente associados ao comunismo, o que ideologicamente revela o empobrecimento da crítica de grupos e indivíduos cuja análise da conjuntura se realiza pelo senso comum, atendendo aos interesses de cooptação das “massas”.

A dependência do Brasil em relação ao capital estrangeiro ensejou consequências ainda que não imediatas ao contexto social e político no período de crise em 2008, cujo atendimento às metas dos organismos internacionais legitimam os interesses neoliberais operados pela lógica social-liberal, estando estas mais alinhadas aos ditames conservadores do que progressistas.

Conforme Martins (2005), o capital financeiro se apresenta como cerne do desenvolvimento da crise, tanto em países periféricos, como em países de economia crescente, ambas compondo um mesmo movimento, que pode nos ajudar a entender porque nesse contexto, ainda que com perdas em termos quantitativos, a bancada evangélica não tende a definhir, pois coaduna com muitas posturas da direita mais moderada, que vem se fortalecendo e se distanciando cada vez mais do atendimento das necessidades humanas por meio de políticas sociais e da utilização democrática do fundo público.

Nesse sentido:

O capital-financeiro é a própria realidade genérica do Estado-nação moderno. Uma realidade que se manifesta com diferentes particularidades e resultados nas economias dominantes, em um polo dos sistemas, ou nas economias dominadas, no outro polo. Na sua realidade globalizada, organiza e administra mecanismos institucionais que permitem a transferência de massas gigantescas de valor e de mais-valia das economias dominadas para as economias dominantes do sistema (MARTINS, 2005, p.132).

Destarte, aspectos como o pagamento da dívida externa, a Desvinculação das Receitas da União – DRU, as defasagens entre os orçamentos previstos e executados nas diferentes esferas das políticas sociais chamam nossa atenção sobre qual a intencionalidade dessas medidas e a quem elas visam favorecer, se não as “economias dominantes do sistema”, como assinala o autor supracitado.

O que inferimos nesse contexto é que a força política do feminismo na primeira década dos anos 2000, com participação política nas *esferas políticas representativas como conferências e conselhos*, ensejou um aprofundamento da consciência feminista, que aliada a outros movimentos coletivos e ao desenvolvimento de políticas públicas inovadoras, precisou se reorganizar, fortalecer seus espaços.

Em contraposição a essa perspectiva, a organização ideológica do patriarcado passa pela direção política da direita social-liberal, que mesmo fora da

bancada evangélica, se vê fortalecida, *por exemplo pelo alinhamento econômico da direção dos organismos internacionais nas políticas sociais*, marca contraditória da economia política dos anos 2000.

Abre-se o caminho para o que veio a se tornar o revigoramento da direita, protagonista do golpe contra a presidenta Dilma, valendo-se do reacionarismo fundamentalista e da defesa intransigente do ultraneoliberalismo como saída do quadro social resultante da crise do capital e sua ofensiva a partir de 2008 no mundo e no Brasil.

Com isso, a Frente Parlamentar Evangélica se fortalece a partir das eleições de 2010, ampliando o leque de partidos que a compõe, mas mantendo o domínio das igrejas pioneiras na sua composição (Ver quadro 2).

Estamos de acordo com Dip (2018), quando da seguinte constatação:

No Brasil, essa reação tem características próprias. Uma delas vem da aproximação entre uma direita orgulhosa de si e a Igreja Evangélica, unidas pelo medo de um inimigo que vem para “destruir a família tradicional”, os “valores cristãos”, o status quo e que, por vezes, sem lastro com a realidade, toma rosto no comunismo, no feminismo, no movimento negro, na comunidade LGBTQ e em qualquer participação social que peça por igualdade de direitos e por uma discussão mais profunda sobre seus papéis na sociedade. (p.13).

Sobre a função ideológica da unidade dessas forças de direita, destacamos, conforme Bernardo (2019) o seguinte:

Esse discurso conservador possui uma função ideológica central para a reprodução da sociedade de classes capitalistas, pois enfatiza o desemprego, a perda de direitos, a falta de políticas sociais, dentre outros, e retira da pauta do Estado, do parlamento e da sociedade, o verdadeiro motor dos problemas sociais e econômicos que é o capital (BERNARDO, 2019, p. 77).

Nesse ínterim, o espaço representativo (Congresso Nacional) que deveria ser estimulante do respeito à diversidade que caracteriza a sociedade brasileira, é permeado por uma acirrada disputa ideológica do grupo que compõe a Frente Parlamentar Evangélica, expressando-se fortemente contrária às políticas públicas que atendam a demandas das mulheres e da população LGBTQIA+, em atenção especial.

Destacamos que as sucessivas campanhas eleitorais ao longo dos primeiros 20 anos do século XXI, ao culminarem na eleição de um grupo cada vez mais organizado na difusão de valores machistas, homofóbicos e antidemocráticos, expressa também a correlação de forças existente entre os indivíduos na sociedade brasileira, contemporaneamente marcada pela ausência de fundamentação crítica nos discursos e na reprodução do conservadorismo como ideologia representativa dos valores dominantes. Decorrente de aspectos como apelo à meritocracia, trabalho informal, empreendedorismo, apontando saídas individuais e favoráveis a perspectivas religiosas conservadoras.

Vital e Lopes (2013), ao identificar uma ofensiva contra as mulheres e a população LGBTQIA+ por parte da Frente Parlamentar Evangélica, afirmam que:

Os argumentos acionados pelos religiosos articulavam concepções em torno *do direito à vida, da economia e da necessidade de preservação do direito à família*. Todos eles coordenados com a finalidade de ativar pânicos morais conforme já mencionamos em passagem anterior. (VITAL e LOPES, 2013, p. 150, grifos nossos).

Revela-se assim a articulação entre liberalismo de mercado e reacionarismo conservador, que vão caracterizar a direita brasileira, sobretudo no processo de elaboração e consolidação do golpe contra a presidência de Dilma Rousseff em 2016 e a partir dele.

A concessão pública da comunicação de massa por grandes emissoras de TV religiosas é uma expressão de como se consolida a articulação entre neoliberalismo e conservadorismo na formação de consciência dos indivíduos. A pauta religiosa da TV Record sob a direção da Igreja Universal e a difusão da cultura neopentecostal promovida por ela é um exemplo de publicizar, via concessão, os interesses cristãos.

Andréa Dip (2018) tece considerações importantes nesse sentido:

Sem dúvida, a aquisição da Rede Record de Televisão e Rádio pela Igreja Universal, em 1989, aprofundou a relação entre religião e comunicação de massa. Para realizar a compra, que custou US\$ 45 milhões, o igreja não poupou esforços, explica Ricardo Mariano, no livro: *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*: “Para comprar essa tradicional, porém decadente e virtualmente falida, rede de televisão – com uma dívida na faixa dos US\$ 300 milhões, que posteriormente foi quitada -, a liderança da Igreja, oculta na transação,

feita por testas de ferro, não mediu esforços, ou melhor, sacrifícios”. (DIP, 2018, p. 57-58). Grifos da autora

A ideologia conservadora ancorada no fundamentalismo religioso está atrelada a interesses empresariais e a mecanismos de comunicação que alcance o conjunto da sociedade com mais facilidade, no caso específico da citação, uma forma lucrativa de fortalecer seus ideais.

A incidência das religiões cristãs nos espaços formais da política representativa e seu fortalecimento como um bloco cada vez mais forte também obstaculiza a efetividade de um Estado laico, além dos desafios que se põem ao processo de reconhecimento e respeito à diversidade religiosa no Brasil, o que estimula o racismo estruturante da intolerância às religiões de matriz africana. E para além de um projeto religioso, representam “um projeto político para garantir um império econômico transnacional” (BRUM, 2019, p.155).

4.3 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL): “LIBERAL NO DISCURSO E CONSERVADOR NOS COSTUMES

O Movimento Brasil Livre, assim denominado em 2013, atualiza as investidas em defesa da liberdade de mercado como norte da política econômica no Brasil, remontando aos anos 90, embora encontre terreno fértil nas manifestações “anticorrupção” típicas de 2013 a 2015.

O contexto pré golpe (de 2013 a 2015) contra a ex-presidente Dilma Rousseff foi impulsionado por movimentos de direita como o *Vem pra Rua* e o *Revoltados Online*, que garantiram a agitação e as propagandas nas redes sociais, aliados a influenciadores digitais, partidos liberais e grupos empresariais interessados em derrubar o governo do PT e fortalecer o elo com o Estado Brasileiro.

Ao se referir às tentativas de grupos liberais se fortalecerem desde os anos 2000, até ocupar a cena política brasileira, Rocha (2018), afirma que:

A princípio fracassaram, mas foram capazes de fundar novas organizações civis, como o Instituto Mises Brasil, o Estudantes pela Liberdade e o Ordem Livre, entre outras. Os membros dessas organizações logo passaram a frequentar espaços como o Fórum da Liberdade e a criar vínculos importantes com *think tanks* (brasileiros e

estrangeiros) mais antigos de direita e seus financiadores, especialmente os empresários da família Ling, proprietária do grupo Évora, e Salim Mattar, do grupo Localiza (ROCHA, 2018, p.49). Grifo do autor

Nesse processo em que a direita se fortalece, a luta de classes é permeada por esses novos sujeitos, sendo possível identificar tanto raízes históricas de grupos interessados em dar o tom da economia política brasileira, bem como a unidade liberalismo-conservadorismo para frear qualquer conquista formal da conciliação das classes nos anos 2000.

Embora sobressaia o viés liberal na Plataforma Política do MBL, há uma linha muito tênue entre seus interesses políticos e as alianças com grupos mais reacionários, conformando uma direita com um discurso afinado com o mercado, além de posicionamentos marcadamente contrários a qualquer iniciativa progressista, no tocante aos direitos.

“Essa articulação está expressa, por exemplo, nas seguintes propostas aprovadas no primeiro congresso do MBL, em 2015:

- Redução de impostos das escolas privadas (educação);
- Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em Legislativos estaduais e municipais (educação);
- Desburocratização de operadoras de Planos de Saúde (Saúde);
- Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras (Saúde);
- Privatizar ou transformar em PPPs os serviços de saneamento básico dos municípios (sustentabilidade);
- Revogação da Lei Rouanet (Reforma Política);
- Fim da reeleição (Reforma Política);
- Idealmente, no longo prazo, todos os bancos devem ser privatizados, porém, o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal (Economia);
- Substituição do FGTS atual que penaliza o trabalhador por um sistema facultativo de seguro privado para a demissão (Economia);
- A lei trabalhista deve ser modificada para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais (Economia);
- Priorizar a prevenção sem abdicar da **repressão** quando necessária e imprescindível (Justiça);

- Fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada (Justiça);
 - Privatização dos presídios (Segurança);
 - Regularização e direito de propriedade às favelas que passarem por reurbanização (Transporte e Urbanismo);
 - Privatização de linhas de metrô e VLT e criação de novas linhas por meio de PPPs (Transporte e Urbanismo);”
- (MBL, 2015a).

A incidência política do MBL e sua agenda fortemente calcada em uma reforma do Estado - na qual ele atenda exclusivamente aos interesses dominantes – foi um elemento que colaborou para o coro de *impeachment* (leia-se golpe) nas ruas, mas principalmente pela vinculação ideológica dessa agenda altamente contrarreformista com os interesses da maioria dos parlamentares que acataram o pedido para abertura de afastamento e impedimento da então presidente Dilma Rousseff.

Conforme destacado em seu Manual de filiais, o MBL expressa seu interesse em unificar as forças antiprogressistas em curso quando defende que:

O cenário que se desenha é ainda incerto. Alguns partidos políticos, como o NOVO, o PSC e o DEM, parecem querer flertar em graus diversos com a defesa das ideias liberais, mas ainda não contam com uma adesão jovem e vibrante capaz de mobilizar suas bases. O processo de inserção dessas ideias de forma consistente nas cúpulas desses partidos é, porém, lento e gradual, dependendo diretamente da conveniência político-eleitoral de aderir a uma base programática liberal. Acelerar tal processo é um dos principais desafios para os novos líderes políticos do Brasil. (MBL, 2015b, p.10).

No conjunto da correlação de forças entre as classes nesse momento, as medidas populares adotadas nos anos de governos pelo Partido dos Trabalhadores não foram suficientes para impor uma programática forte que disputasse o caráter democrático do Estado brasileiro, embora com realização de muitas mobilizações em torno da permanência da presidenta Dilma no cargo.

No contexto da segunda década dos anos 2000, em que o MBL põe nas ruas essa agenda na perspectiva de extrapolar a conciliação em curso, a função ideológica

assumida por esse movimento é de fortalecer o ideário de liberdade de mercado, contrapondo-se ao sentido da liberdade humana, fundada em uma sociedade igualitária. É uma espécie de braço forte dos partidos e grupos políticos dominantes, buscando consolidar-se nas redes sociais e nas ruas, além de promover intelectuais da direita na disputa por cargos políticos, geralmente jovens integrantes da Rede Estudantes pela Liberdade – EPL, um importante instrumento de reprodução da ideologia liberal entre os jovens.

O antipetismo da mídia e de grupos políticos pró-*impeachment* serviu de base para a atuação política desses grupos, sob o falso discurso anticorrupção, que não foi seguido no pós golpe, demonstrando seus reais interesses em uma agenda amplamente neoliberal, pró-mercado, antidemocrática e antidireitos.

Uma expressão das alianças entre a direita mais liberal e mais conservadora é a descrição que Anderson (2020) faz do contexto pró-*impeachment* em que:

[...] Os “jovens turcos” do MBL e do ROL posavam para fotos ao lado de Cunha. Os pilares da Lei Moro e Dallagnol (outro evangélico) se encontravam com políticos do PSDB e com lobistas pró-*impeachment*. A imprensa atacava virulentamente tanto o PT quanto o planalto, com novas denúncias brotando a cada dia (ANDERSON, 2020, p. 107).
Grifo do autor

É relevante destacar que nesse processo de revigoramento da direita, a dilatação de suas bases encontra terreno nos limites da conciliação de classes, cuja correlação de forças demonstrava-se desfavorável aos grupos da classe trabalhadora, o que se processou de modo mais recrudescido a partir do golpe, do descarte naquele momento de qualquer consenso pelos grupos políticos e econômicos dominantes.

Os últimos cinco anos da segunda década do século XX condensam um deslanche de derrotas orquestradas no campo dos direitos sociais, humanos, trabalhistas, bem como uma dificuldade de organização, unidade e incidência política dos sujeitos que compõem a esquerda brasileira, mesmo quando reconhecemos importantes levantes em defesa da educação em 2019, contra a Reforma trabalhista e previdenciária, em 2017, 2018 e 2019.

Os ideais de empreendedorismo e empoderamento que já se encontravam presentes nos Planos e Programas de Políticas para as mulheres na primeira década dos anos 2000 ecoam mais forte nos valores e princípios do MBL, a saber:

Quadro 3 Valores e Princípios do MBL

VALORES	PRINCÍPIOS
Liberdade e Responsabilidade	Autonomia do indivíduo e liberdade contratual
Paz e proteção a direitos individuais	Livre Iniciativa
Livre iniciativa e empreendedorismo	Primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado
Incentivo ao trabalho e respeito à propriedade privada	Livre mercado
Igualdade perante a lei	Respeito à propriedade privada
Democracia	Inovação
	Transparência
	Meritocracia
	Estado de Direito
	Democracia Representativa
	Federalismo
	Visão de longo prazo

Fonte: A autora (2022) (adaptado de MBL (2015b)).

Na nossa perspectiva, os ideais de liberdade individual e de mercado, o respeito à propriedade privada e a meritocracia como princípios, são incompatíveis

com uma igualdade substantiva e com a própria democracia, limitando-se a uma igualdade puramente formal.

Com isso, se fortalecem os ideais antidireitos, defendidos pelas lutas sociais e feministas a partir de uma concepção de Estado que se responsabilize por políticas, serviços e garantias sociais públicos, sob uma perspectiva de justiça social e coletiva totalmente desconsiderada pelo recrudescimento dos valores neoliberais defendidos pelo MBL e grupos de mesma natureza.

Tais elementos servem de contraste às afirmações de que essa nova direita surge apenas na segunda década, mais precisamente no contexto do golpe de 2016, tendo-se que essa direita se aproveitou dos meios de difusão do liberalismo no período de conciliação para fortalecer seu projeto, ao passo que se somaram por conveniência aos setores mais conservadores, sem abandonar suas pautas anteriores, mas revelando qual o seu real lugar na trama das relações contraditórias e antagônicas entre as classes.

Valendo-se das ideologias neoliberais e conservadoras, a nova direita adquire novos mecanismos de reproduzir-se nas esferas pública e privada. A esse exemplo, temos o MDB e outros partidos até então aliados do PT no governo, que quando da ruptura se somam a outros partidos de direita. Além dos empresários favorecidos pela compra de serviços pelo governo, unificaram discurso em defesa do *impeachment*.

A retórica de contrários à corrupção, estratégica nas manifestações ocorridas *pró-impeachment* de 2013 a 2015 não foi levada a cabo no pós-golpe, quando o movimento silenciou perante o governo ilegítimo de Michel Temer, redirecionando sua incidência para aspectos morais e mais conservadores.

Nesse sentido:

Em 2017 o movimento voltou a ganhar espaço, dessa vez defendendo pautas mais conservadoras nas áreas da moral e dos costumes. Ao se diversificar de sua agenda liberal, o grupo protagonizou em suas redes sociais uma campanha de boicote à exposição "*Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*", realizada pelo Santander Cultural de Porto Alegre, a qual diziam se tratar de obras que ofendiam a fé cristã e faziam apologia à pedofilia e à zoofilia (CANCIAN; MARLINI, 2017, p. 7). Grifos dos autores

Aliada a essa intolerância conservadora está adensada a ofensiva virtual, com incidência programática nas redes sociais, difusão de conteúdo sem aprofundamento histórico ou científico por um grupo de jovens brancos, distantes do perfil da maior parte da juventude brasileira, ainda que seus ideais sejam bem difundidos.

Conforme dados apresentados pela colunista María Martín (2014, n. p.), do jornal El país Brasil, “[...] mais de 72.000 pessoas acompanham alguma de suas páginas no Facebook, e centenas de milhares assistem seus vídeos num canal do YouTube onde fala sobre liberalismo econômico”. Tínhamos um contexto no qual “a direita, voltando às ruas depois de décadas, demonstrou o inegável crescimento junto aos setores médios do ideário reacionário, o qual coaduna aspectos ultraliberais com outros tradicionalistas” (DEMIER, 2019, p.40).

Nesse contexto, as forças sociais em disputa no Brasil foram polarizadas em manifestações favoráveis e contrárias ao golpe de destituição do mandato de Dilma Rousseff, o que R. Keller (2019) denominou de “tchau querida” X “não vai ter golpe”, com a consequente vitória da primeira sobre a segunda.

Infere-se a partir da realidade, um fortalecimento da aliança liberal conservadora, apoiada na quebra dos mecanismos democráticos e na destituição de direitos que irão se agudizar no período pós-golpe, conforme aponta R. Keller (2019):

Ainda que ostentem internamente essas pautas de caráter liberal libertário, o ódio dos manifestantes e dos integrantes do VPR e MBL não era programaticamente orientado durante as manifestações, visto que a pauta central não tocava nos problemas estruturais do Brasil, como a moradia, emprego, ensino, etc., limitando-se a afirmar uma necessária redução do papel do Estado (KELLER, R., 2019, p. 69).

Esses são os interesses predominantes no contexto contemporâneo da sequência de derrotas orquestradas pela direita contra trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as, conforme apontamos no capítulo anterior, cujo aprofundamento das contrarreformas atinge substancialmente as mulheres, a partir de uma ideologia que se apoia em valores conservadores e em uma lógica política antidireitos, aliando ultraliberalismo e conservadorismo.

Considerando que a guinada antidemocrática e antidireitos que se intensifica a partir da execução do golpe de 2016 reatualiza aspectos de períodos históricos de exceção democrática do Estado brasileiro, o conservadorismo se apoia em manifestações como a defesa da ditadura, práticas chacinas e genocidas, promovendo um encontro dos anos 2000 com décadas (e até séculos) da história anterior do Brasil.

É como afirma Schwarcz:

O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira. (SCHWARCZ, 2019, p.224).

A natureza dos sujeitos políticos do conservadorismo nos anos 2000, sejam eles de base mais conservadora ou mais neoliberal, intensificaram um retrocesso político tamanho, que ao final da segunda década culminou na eleição de um presidente declaradamente representante de todos os discursos de ódio contra as mulheres, a população LGBTQIA+, negros/as, indígenas e contrário à efetivação de direitos sociais básicos, configurando um atraso sem precedentes para a democracia brasileira e um desafio de novo monte para as lutas sociais.

Ademais, a crise econômica apresenta um caráter cada vez mais destrutivo, apoiada em ataques como a proposta de reforma administrativa, congelamento de gastos nas políticas sociais básicas, discurso e medidas contra a ciência, desmonte contínuo da educação pública e do investimento em pesquisas, aumento substancial dos agrotóxicos e militarização do Estado via ocupação dos Ministérios no Poder Executivo.

É um quadro que favorece que sujeitos da natureza do MBL afirma seus valores e seus discursos, alcança mais espaços informais e institucionais, solidificando alianças políticas de natureza conservadora e privatista, cujas consequências incluem o aumento da desigualdade social.

As redes sociais do MBL são partes constituintes de sua organização formal, como blog oficial, página do facebook, grupo do facebook e chat de whatsapp, sobre o qual a orientação para as filiais municipais é de que: “Recomenda-se ao menos 3 grupos de 100 pessoas para o trabalho de mobilização municipal” (MBL, 2015b, p. 21).

Em pesquisa sobre os grupos de direita formadores de opinião nas redes sociais, Débora Messenberg (2019), destaca sobre o MBL, que:

O MBL, em sua página no Facebook, apresenta-se como “uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre mercado, a redução do Estado e a Redução da Burocracia”. A primeira postagem do Movimento Brasil Livre no Facebook foi no mês de junho de 2013 e, em 15 de março de 2015, a página contava com cerca de 65,5 mil fãs. Os coordenadores nacionais de maior visibilidade do MBL são os universitários paulistas Kim Kataguiri e Fernando Holiday. (MESSEMBERG, 2019, p. 184).

A lógica de difusão simultânea de pensamento e opiniões via redes sociais impulsiona a liderança de quadros individuais do MBL, que se sobressaem nas redes sociais e passam a ocupar o cenário político no Brasil. A esse exemplo, temos que:

Ao lado do VPR, outro movimento de grande envergadura e relevante para impulsionar o *impeachment* foi o MBL, cujas principais lideranças são Kim Kataguiri, Renan Santos e Fernando Holiday, este se tornando vereador em São Paulo (KELLER, R. 2019, p. 68). Grifo do autor

Na mesma lógica de Fernando Holiday, Kim Kataguiri foi eleito Deputado Federal em São Paulo, em 2018, pelo partido Democratas, incidindo na defesa da agenda política liberal e conservadora, ampliando as possibilidades de operacionalizar via espaço público os objetivos mercadológicos do MBL.

A inserção desses sujeitos na vida política partidária, aliada a ocupação de espaços na política representativa do pensamento da direita expressa o recrudescimento do conservadorismo na sociedade e no parlamento brasileiros no

contexto pós golpe, a partir de 2016. Contudo, a eleição de Bolsonaro em 2018, promove o triunfo do senso comum e a adesão de valores reacionários e intolerantes por parte da sociedade brasileira que lhe apoia, vindo à tona redes de fake News, exacerbação do negacionismo da ciência, apelo mais forte ao patriotismo (sob o slogan do Governo Federal ser Pátria Amada Brasil e um dito comum na campanha eleitoral ser Deus acima de tudo).

Resultante de um processo de ocupação das aberturas liberais democráticas e da política conciliatória, a extrema direita se fortaleceu a partir de seu viés social-liberal, adensado a cada recuo do Estado social pelo apelo ao fundamentalismo, à moral e a valores da família tradicional brasileira como ideal de representatividade.

Destarte, a aceleração do desmonte dos serviços públicos e da seguridade social a partir do congelamento dos gastos, sobretudo por meio de destituição de Ministérios como os do Trabalho e da Previdência e das contrarreformas trabalhista e previdenciária se deu desde a imposição de Michel Temer como presidente, orquestrada pela direita ultraliberal, o que preparou o terreno para o projeto de extrema direita em curso.

Desse modo, a eleição de Bolsonaro em 2018 já vinha sendo construída pela identificação de segmentos da população com seus discursos representantes de valores excludentes e intolerantes. Corroboramos nesse sentido com Brum (2019) quando a autora identifica que:

A chegada de Jair Bolsonaro ao poder, com 57,7 milhões de votos, é processo, não ruptura. Ainda que, para muitos, entre os quais me incluo, tenha sido difícil acreditar que o personagem mais bruto e brutal – da política brasileira se tornasse presidente do Brasil, os sinais já estavam dados. O bolsonarismo é um fenômeno da democracia brasileira, de como ela foi fundada e de como se desenrolou. (BRUM, 2019, p.237).

A contradição desse momento histórico revela-se, por exemplo, na ocupação de espaços políticos por sujeitos coletivos e individuais que criticam a democracia e a perspectiva de universalização do acesso a direitos. Mais que isso, que se valem do argumento do Estado democrático de direitos para promover discursos pró ditadura e

contra os poderes que compõem o Estado brasileiro, ainda que em determinadas circunstâncias contem com seu apoio.

Reatualiza-se perspectivas conservadoras que sempre estiveram em jogo, embora em determinados momentos históricos hajam recuado frente ao avanço de lutas sociais importantes. Entretanto, a incidência da direita em mobilizações e organizações proporciona uma adesão de seus interesses por parte da população.

Messenberg (2019) identifica ainda que o conservadorismo, enquanto “forma de resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna”, é representado pelos sujeitos políticos da direita, apoiados na tríade família, religião e nação (p.201), de modo que:

Tal tríade está fortemente entrelaçada no discurso dos formadores de opinião da direita, apesar de apresentar graus de centralidade e radicalismos distintos. Os elementos discursivos que com maior frequência se relacionam à ideia-chave de “família tradicional” são os seguintes: oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo; ao aborto; à ideologia de gênero nas escolas; à expansão do feminismo e à concordância com a “cura gay”. (MESSENBURG, 2019, p.201).

Nesse íterim, reafirmamos nosso entendimento de que o patriarcado se apresenta como pilar de sustentação do conservadorismo do século XXI, ao tempo que há uma evidente intolerância às lutas feministas por igualdade de direitos. O avanço da direita, a partir das pautas acima identificadas é concomitante ao avanço do ultraliberalismo e a negação e a regressão de direitos sociais e de um antifeminismo que criminaliza iniciativas básicas de promoção à igualdade de gênero e à diversidade sexual.

Na reprodução das relações sociais, o projeto ideopolítico liberal conservador do MBL, conta com dois Institutos de peso na formação de seus princípios, o que está definido em seu Manual de Filiais como parceiros: o Instituto Liberal e o Instituto Mises Brasil, ambos subsidiam a formação de quadros políticos na perspectiva liberal.

O revigoramento da direita brasileira no século XXI apresenta-se, portanto, como um encadeamento de ações e propostas ideológicas e políticas, envolvendo vários sujeitos que dialogam entre si, responsáveis por estratégias de difusão do

senso comum, com uma forte crítica ao Estado e a ampliação de suas ações democráticas, aliada a um apelo às religiões cristãs.

4.4 ESCOLA SEM PARTIDO: DO PROGRAMA POLÍTICO À INCIDÊNCIA DO DISCURSO ANTI “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

O projeto Escola sem Partido é decorrente da investida de grupos liberais na política, aliada à perspectiva conservadora e acrítica de análise do Estado, da Educação e do debate sobre a igualdade entre os gêneros na sociedade brasileira.

Tal projeto é defendido pela agenda política ultraliberal e mais conservadora no cenário político brasileiro dos anos 2000, confrontando veementemente os princípios defendidos pela esquerda, pelos movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres e da diversidade sexual. Há culminância entre a FPE, o MBL e o MBC no que tange à criminalização da pauta da igualdade de gênero e de indivíduos que a defendem, posicionando-se contrários a qualquer iniciativa nesse sentido.

O Escola Sem Partido é veementemente defendido em municípios, estados e na esfera federal como propostas legislativas, que buscam inibir qualquer debate relacionado à igualdade de gênero no espaço educacional, sob o falso argumento de que qualquer iniciativa nesse sentido seria uma ofensa aos valores cristãos, com cunho sexualizador, que fere a moral das famílias.

Em 2004 foi fundado o Escola sem Partido – ESP, enquanto um movimento, mas o mesmo só passou a ser mais fortemente difundido durante a segunda década dos anos 2000, acompanhando o crescimento da direita e como reação aos programas voltados à temática de gênero de 2004 a 2010.

De acordo com Miguel (2016b):

Seu programa foi abraçado por todos os grupos da direita brasileira. É o idealizador de projetos de lei que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional. Com o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, a proposta do MESP passou a contar com a simpatia do novo Ministro da Educação, o administrador e político pernambucano Mendonça Filho. (MIGUEL, 2016b, p.595).

Em seu site, o ESP é assim definido:

Programa Escola sem Partido é um conjunto de medidas previsto num anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, que tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos. (ESP, 2019, n. p.).

O discurso que fundamenta os projetos ESP em tramitação ou aprovados, partem de uma doutrinação por parte de instituições e profissionais, especialmente os professores e de uma concepção de ideologia carregada de julgamentos morais, que coloca no centro a família tradicional e a defesa da liberdade, ao tempo que contraditoriamente ataca a autonomia da educação enquanto Política a serviço da sociedade.

- *Projeto de Lei “Escola sem Partido” (PL nº 7180/2014)*, que, argumentando “dar precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”, busca velar os debates nos diferentes espaços de formação educacional.

Essa proposta advém da organização de grupos, que se denominam “pais e alunos anônimos”, se dizendo combater uma “ideologia de gênero”, mas se posicionando contrários à liberdade de expressão e à diversidade de teorias e debates no ambiente escolar e acadêmico. É um sujeito coletivo de direita, cuja proposta de retirada de qualquer debate sobre gênero, constitui-se essencialmente antifeminista.

Além de interesses religiosos, essa proposta comporta uma dimensão expressamente antifeminista, ao ter como um de seus argumentos centrais o que vem denominando “ideologia de gênero”, contrapondo-se a qualquer debate, que trate das desigualdades sofridas pelas mulheres no âmbito escolar. Ademais, revela também um conservadorismo político, que demonstra retrocesso parlamentar na concepção de educação e de sociedade, tradicionalista e que não comporta a diversidade sexual e religiosa do Brasil.

Em seu curto tempo de existência, o Escola sem Partido tem comportado longos debates e conquistado inúmeros adeptos (e contraposições), no que identificamos relação direta com a ascensão conservadora no país, ao passo que coloca no centro da condução da Educação orientações privatistas, a serviço de interesses de famílias burguesas e de valores religiosos, demonstrando um profundo retrocesso no campo democrático.

De tal modo que, conforme Miguel (2016b):

O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016b, p.595-596, grifos do autor).

Enquanto sujeito coletivo representante do conservadorismo, as ações ideopolíticas do Escola sem Partido se fundem a dos outros sujeitos da direita brasileira em seu processo de revigoração, cuja reprodução social de seus valores alimenta as disputas entre as classes, opondo-se às organizações de caráter progressista e de organizações dos trabalhadores, como sindicatos, movimentos sociais diversos, partidos de esquerda e organizações progressistas em defesa da educação laica.

Cabe destacar que como movimento de resistência ao Escola sem Partido, foi criada a Frente Nacional Escola sem Mordaça, composta por movimentos, sindicatos, associações docentes e organizações estudantis em defesa da educação pública, lançada em 2016 no Rio de Janeiro e relançada na Câmara dos Deputados Federais em Brasília, em 2018.

Tais disputas ideopolíticas, mesmo sendo relacionadas à educação, revelam a perspectiva de sociedade, que está em jogo na correlação de forças e como se ameaça a perspectiva laica do Estado, democrática da sociedade e emancipatória de educação, quando as medidas advindas do Escola sem Partido e da direita ao qual ele está aliado avançam no Brasil.

Enquanto estratégia ideopolítica da classe dominante para garantir a manutenção de sua dominação sobre o conjunto dos trabalhadores, conjugando produção e reprodução, o Escola sem Partido é um instrumento que se encaixa no contexto.

Este é o solo estrutural do qual emana a ideologia do golpe que acaba de ser dado à democracia e a do Escola sem Partido. As forças e intelectuais que as promovem são a expressão política e ideológica do contexto atual, que assumem as relações sociais capitalistas no Brasil. Com efeito, a composição dominante do parlamento, que, de forma

arrogante, cínica e raivosa, legalizou o golpe e reza a cartilha do fundamentalismo religioso e do mercado. (FRIGOTTO, 2017, p.25).

Uma das principais medidas defendidas pelo ESP é a afixação de um cartaz com seis deveres dos professoras nas salas de aula do ensino fundamental e médio, conforme a figura a seguir:

Figura 1 – Deveres do Professor



Fonte: ESP (2019).

Evidencia-se nesses “deveres” a perspectiva moralizante e privatista do como os defensores do ESP entendem a educação. Ao forçar um encaixe das ações dos professores nos seus anseios enquanto pais, anulam a construção social de uma concepção pública, laica e democrática da Educação enquanto política de Estado e,

ao mesmo tempo, operam e incitam a desresponsabilização do Estado com as escolas e a gestão da política educacional brasileira.

Ademais, a pretensa neutralidade defendida na acusação de doutrinação, não pode ser concretizada, quando consideramos a capacidade reflexiva e crítica do sujeito professor, enquanto indivíduo inevitavelmente pensante, orientado por valores sociais e conhecedor de sua área de atuação.

Um suposto apartidarismo defendido por esse coletivo, nas propostas legislativas e, na escola é direcionado a qualquer postura progressista e que respeite a diversidade na escola, havendo uma relação direta entre o que os partidos de direita apregoam em seus discursos e o conteúdo dos reiterados projetos do Escola sem Partido, que, em síntese, são sempre propostos por representantes desses partidos nas três esferas de Governo.

Corroboramos com a análise de Frigotto (2017), na qual ele afirma esse caráter partidarista,

Ao por entre aspas o termo “sem” da denominação Escola sem Partido, quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: o partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc.. Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia. (p. 31).

As reedições do Projeto Escola sem Partido, que tramitam no legislativo desde 2004, atendem a interesses partidários de direita, tem como suporte os grupos mais conservadores do Congresso Nacional e as bancadas religiosas de posturas fundamentalistas.

De acordo com a análise de Moura e Salles (2018):

O Programa Escola sem Partido em tramitação a nível federal é o PL 867/2015, proposto pelo deputado federal Izauci Lucas. O deputado, apesar de não costumar declarar sua filiação religiosa e não a utilizar como sua principal arma política, faz parte da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana do Congresso federal. O projeto de sua autoria “inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido” (MOURA; SALLES, 2018, p. 145).

Os ecos da investida contra a Educação pública ecoam mais fortemente na segunda década dos anos 2000, acompanhando a nova configuração da direita, obviamente pegando carona na ideologia neoliberal de desfinanciamento, além de fortalecer um campo político que busca impor às instâncias públicas e democráticas seus valores privatistas e antidemocráticos, por dentro do próprio Estado, pouco importando se as práticas de controle e enquadramento direcionadas aos profissionais se revelem com forte caráter autoritário.

De certo, tal projeto condensa o avanço do irracionalismo, a ocupação de espaços abertos pelo processo de precarização e privatização das políticas sociais – sobretudo da educação; as estratégias ideopolíticas da burguesia capturando os indivíduos em seus empobrecimentos de ordem objetiva e subjetiva; e a perspectiva moralizante de família, do velho tradicionalismo, ainda que a realidade revele substancial ruptura com o tradicionalismo, sobretudo, no que se refere às configurações familiares.

É notória a expansão de propostas legislativas em torno do Projeto Escola sem Partido, que se espriam já por estados e municípios. Conforme apresentado no próprio PL 867/2015:

Frisamos mais uma vez que projetos de lei semelhantes ao presente – inspirados em anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido (www.escolasempartido.org) – já tramitam nas Assembleias Legislativas dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Espírito Santo, e na Câmara Legislativa do Distrito Federal; e em dezenas de Câmaras de Vereadores (v.g., São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Curitiba-PR, Vitória da Conquista-BA, Toledo-PR, Chapecó-SC, Joinville-SC, Mogi Guaçu-SP, Foz do Iguaçu-PR, etc.), tendo sido já aprovado nos Municípios de Santa Cruz do Monte Carmelo-PR e Picuí-PB. (PL 867/2015, Câmara dos Deputados Federais).

A orientação ideopolítica desses sujeitos está orientada pelos interesses do capital e em seu processo de expansão econômico, político e ideológico. De tal modo, que é possível estabelecer uma relação entre a crise global do capital e a crise da Educação brasileira, que sofre grave ataque para se referenciar “no mercado” na “competição” e na “lei do mais forte” (Cf, Frigotto, 2017), como apontado a seguir:

A junção das teses dos arautos do fundamentalismo do mercado e do fundamentalismo religioso, se transformadas em legislação, como está correndo, constituirá o lado mais voraz da esfinge que se alastra na sociedade e não apenas na escola. Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde. (FRIGOTTO, 2017, p.31).

Ideologia e Política, na perspectiva conservadora, coadunam com um projeto econômico de exploração capitalista, ao qual o patriarcado vem estabelecendo historicamente no Brasil uma aliança, que colabora para manter a defesa da família nos moldes tradicionais, com papéis igualmente tradicionais assumidos pelos seus indivíduos.

Dentre os elementos que o ESP lança mão para demarcar seu território no debate educacional (Cf. Salles, 2018) está a “defesa da família com ênfase numa orientação patriarcal e heteronormativa” (p.2), constituindo-se o combate às conquistas obtidas pelas mulheres e pelos segmentos LGBTQIA+ no tocante aos seus direitos.

No âmbito das relações sociais capitalistas, economia, política, ideologia, conservadorismo e patriarcado são engrenagens que concentram forças no fortalecimento de uma direita que tenta se reinventar no mundo e no Brasil, que particularmente reatualiza alguns mecanismos históricos de sua formação e de seus poderosos, que implica em novas formas de resistência, conforme abordaremos no capítulo seguinte. Dentre esses mecanismos, encontra-se a suposta “ideologia de gênero”, sob a qual acusam as escolas de educar para o sexo. Tais discursos se acentuam na segunda década dos anos 2000, conforme aponta LACERDA (2019):

[...]. Desde pelo menos 2014 são distribuídas nas dependências da Câmara dos Deputados duas publicações. Uma delas é o panfleto “Caindo no conto do gênero”, que consiste em uma entrevista com o Padre José Eduardo Oliveira Silva, professor de Teologia Moral. [...]. A outra publicação é um resumo em português do livro *The Gender Agenda*, de Dale O’Leary 1997. (LACERDA, 2019, p.78).

O caráter antifeminista e homofóbico do ESP acompanha o processo mais genérico de intolerância com alguns ganhos políticos da classe trabalhadora, a

particularidade das mulheres e dos segmentos LGBTQIA+ nesse movimento, favorecendo o revigoramento da direita, do conservadorismo e do patriarcado, simultaneamente.

A contraposição a uma suposta “ideologia de gênero” na educação se apoia nos discursos antifeministas e nas medidas que visam garantir no Plano Nacional de Educação (PNE) a educação sexual e de gênero, em um contexto no qual:

O impetuoso esforço conservador de políticos e religiosos resultou na retirada do termo *gênero* do Plano Nacional (PNE) em 2014, tendo a ação pautada no argumento raso de que os estudos de gênero e sexualidade, pensados como “ideologia de gênero”, iriam corromper os valores morais e éticos da família. O trecho suprimido dizia que “as escolas deveriam promover a igualdade de *gênero*, raça e orientação sexual. (SILVA e SILVA, 2019, p.173).

Na citação acima, é notório o incômodo com a defesa pública da igualdade de gênero na educação, bem como a intolerância com a diversidade sexual e familiar, uma vez que seus interesses quando atendidos promovem retrocessos ao ensino crítico. Ao passo que defendem a educação como âmbito de reprodução de grupos liberais e conservadores em busca de hegemonia política, ferem a educação como política pública universal, acirrando a desigualdade entre as classes que podem impor seus interesses e as que buscam para alcançar as mínimas condições de existência, frequentemente reproduzindo o senso comum.

De tal modo, observamos um apelo a divulgação de relatos individuais que possam expor a suposta “doutrinação” por parte dos professores, conforme extraímos do próprio site do Escola Sem Partido (2019, n. p.):

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la) (ESP, 2019, n. p.).

A investida ideopolítica orquestrada pela direita em curso no Brasil é de consensuar seus interesses juntos às classes trabalhadoras, recorrendo a aspectos históricos conservadores, patriarcais e racistas; alinhando-se ao fundamentalismo do mundo como mecanismo que instrumentaliza as bases tradicionais de alienação e apassivamento; além de fragilizar e dirimir as resistências coletivas em processo.

Nesse movimento, política, ideologia, religião, Estado e direitos, dentre outros aspectos que compõem as relações sociais no contexto da crise estrutural do capital nas duas primeiras décadas do século XXI, são devidamente acionadas como funcionalidades à reprodução social da própria “produção destrutiva” (Cf. MÉSZÁROS, 1996) do capital, articulando totalidade, particularidade e singularidade.

Além da página na internet, o Programa Escola sem Partido manteve atividade virtual em um blog de 2016 a 2020, com publicações assíduas sobre a necessidade (inclusive jurídica) de controle das atividades docentes, além da defesa intransigente da constitucionalidade do Programa.

Contudo, o fundador do Movimento Escola Sem Partido, Miguel Nagib, anunciou sua desvinculação do mesmo e das páginas oficiais em 22 de agosto de 2020, alegando que após a eleição de Bolsonaro para Presidente em 2018, o Programa não se manteve em crescente adesão dos parlamentares, como se esperava.

Na nossa análise, a correlação de forças na qual o Programa se insere depois de 2018, apesar de favorável à sua disseminação, encontrou resistência nos distintos espaços e se deparou com sua própria falácia, de tal forma que, mesmo encontrando eco em outros sujeitos coletivos e em parte dos parlamentares, é insustentável como proposta pedagógica, haja vista a inviabilidade de formar cidadãos do conhecimento por meio de uma suposta neutralidade política, histórica e científica.

É possível que por trás desse declínio outros fatores que não alcançamos nessa análise possam ter colaborado para atenuar as pressões em espaços como as universidades, por exemplo. Mas destacamos o importante papel organizativo das Frentes Escola sem Mordalha, que fundamentaram a crítica e produziram conhecimento informativo que denunciou a falácia do ESP.

4.5 O MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR (MBC)

Nos debruçamos aqui sobre este movimento porque ele coroa o final da década de 2010-2020, como um suporte ideológico para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que se amplifica depois de sua chegada à presidência da República, tendo como um dos principais articuladores, seu filho Flávio Bolsonaro (ex deputado estadual no Rio de Janeiro e atual Senador), passando a atuar no Brasil com base nos eixos: formação, ativismo e eventos.

Conforme a própria definição deste movimento:

O MBC é uma verdadeira comunidade de conservadores, que unidos trabalham pela reconstrução do país, pautados na defesa dos pilares da civilização ocidental e no combate à dominação cultural imposta por ideologias revolucionárias. [...] O trabalho do MBC é focado tanto a longo prazo, por meio de formação intelectual e promoção de eventos culturais, quanto no médio e curto prazo, através do ativismo político. Realizamos desde cursos, grupos de estudos, seminários e congressos até manifestações de rua e nas câmaras e assembleias legislativas (MBC, 2018, n. p.)

Notoriamente, a ideologia anticomunista (a que equivocadamente acoplam o antipetismo) dá sustentação a essa contraposição às ideologias revolucionárias, resgatando os aspectos antirreformistas e antidemocráticos do conservadorismo para a contemporaneidade.

A perspectiva formadora revela uma estratégia de estabelecer o consenso por meio da difusão de uma ideologia que, em plena democracia, não se constrange em auto afirmar-se uma “comunidade de conservadores”, articulando desde importantes lideranças políticas, até indivíduos de classes populares, que, atraídos por iniciativas de formação como bolsas de estudo no exterior, vão às ruas protestar contra suas próprias liberdades e seus próprios direitos, bem como elegem candidatos que, longe de representar seus interesses, são forjados em discursos de ódio e intolerância.

A direita reconfigurada na aliança liberal conservadora que se destaca nos anos 2000, tem no MBC um mecanismo de difusão de seus interesses ideológicos e políticos, reunindo majoritariamente homens brancos e considerados intelectuais de direita, que assumira na ocasião de lançamento do movimento o papel de lideranças conservadoras e formadores de novos sujeitos conservadores.

Conforme o Convite de lançamento (em 01 de setembro de 2018) divulgado no site e nas redes sociais do próprio movimento⁵:

O evento, que acontecerá no Edifício Argentina, na Praia de Botafogo, 228 - Rio de Janeiro, às 15 horas, será transmitido online pelo Canal Terça Livre. Além de contar com a participação dos próprios fundadores do Movimento Brasil Conservador, o cronograma do evento contempla diversas palestras e exposições sobre temas da atualidade e uma roda de debates entre personalidades de peso do conservadorismo nacional. Confirmados, até o momento: Flávio Bolsonaro, Allan dos Santos, Luis Vilar e Ítalo Lorenzon. (MBC, 2018).

Impulsionado pela vitória eleitoral de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil em outubro de 2018, o MBC realizou seu primeiro Congresso em 17 de novembro do mesmo ano, em aliança com o canal virtual terça livre, uma mídia representante da direita, cujos próprios integrantes figuraram como palestrantes no referido evento.

Conforme a convocatória lança para o I Congresso do MBC, os palestrantes confirmados eram: “Allan dos Santos, Zoe Martinez, Luiz Vilar, Ítalo Lorenzon, Dom Bertrand, Paulo Henrique Araújo e Janaína Pascoal”.

Nesse contexto, estavam postas melhores condições para o conservadorismo na direita brasileira se expandir enquanto ideologia, ocupando novos espaços e estabelecendo pactuações com representações políticas individuais e coletivas no cenário parlamentar brasileiro, aglutinando novas perspectivas de contraposição organizada às lutas sociais coletivas da classe trabalhadora.

Sem dúvidas, o antifeminismo ocupa cadeira cativa nesse movimento, que tem a família, a moral e as liberdades individuais como elementos de destaque nos seus pilares de sustentação (ver figura 1):

⁵ Especificamente sobre o II Congresso do MBC, as informações constam em: <https://app.nutror.com/v3/curso/27856bece8f1f9df8346b083816a82400d205f3f>. Acesso em agosto de 2021.

Figura 2: Marca do MBC



Fonte: MBC (2018).

O contexto de surgimento do MBC e os dois últimos anos da segunda década dos anos 2000 sequenciais revela a ascensão conservadora de sujeitos pró Bolsonaro, como “evangélicos, forças armadas, policiais, defensores da família tradicional” (LACERDA, 2019, p.193).

A eleição de Bolsonaro endossa um processo no qual a direita vinha se fortalecendo, articulando sujeitos individuais e coletivos e sua inserção na sociedade, considerando que:

E Bolsonaro não se elege sozinho. Estimula a eleição de 52 deputados do antigo microscópico PSL, que de um deputado eleito em 2014 consegue eleger em 2018 a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados. Estimula também a eleição de dois governadores militares, ambos do PSL: Comandante Moisés em Santa Catarina e Coronel Marcos Rocha, em Rondônia. Wilson Witzel, ex-juiz, evangélico, é eleito governador do segundo maior colégio eleitoral do Brasil, o Rio de Janeiro, com um discurso tipicamente neoconservador, advogando a execução sumária de suspeitos e os valores da família tradicional. (LACERDA, 2019, p.193).

Em 2020 o MBC realizou seu segundo Congresso, no modo de transmissão online em função da pandemia do vírus COVID-19, mantendo seu objetivo de promover o debate em torno das pautas conservadoras, bem como os nomes dos

indivíduos que se destacam na promoção do conservadorismo brasileiro contemporâneo.

De 29 a 31 de maio de 2020, o Congresso on-line do MBC autointitulado como o maior congresso conservador da América Latina, contou com a presença dos/as seguintes palestrantes: Allan dos Santos, Arthur Weintraub, Eduardo Bolsonaro, Bia Kicis, Rodolpho Loreto, Fernando Melo, Luís Vilar, Igor Guedes, Paula Marisa, Daniel Ferraz, Carlos Chaves, Rumbo Libertad, Paulo Henrique, Oliver Talk, Ítalo Lorenzon, Evandro Pontes, Abraham Weitrab, Sara Winter, Deputado Otoni de Paula, Ricardo Roveran, Carlos Nadalim, Silvio Grimaldo, Sr. Sepúlveda, Dom Bertrand, Flávio Morgenstern, Fernando Melo, Paulo H. Araújo, Bernardo Küster, Anderson C. Sandes, Maurício Costa, Henrique Oliveira, Daniel Silveira, Filipe Barros, Carlos Jordy, Márcio Labre, Fernando de Castro, Kim Paim, Fabiana Barroso, Mayranne Almeida, Ivan Kleber e Brás Oscar.

Embora não nos caiba uma análise biográfica desses sujeitos para fins dessa pesquisa, destacamos alguns aspectos, no tocante ao aporte ideopolítico que o MBC fornece para a direita no momento em que a finalização da segunda década do século XXI culmina com substanciais perdas de direitos para a classe trabalhadora, mecanismos de controle nas instituições como Universidades e Institutos Federais, como é exemplo a nomeação de reitores não eleitos pela comunidade acadêmica.

Um desses aspectos é a ampliação dos intelectuais formadores de opinião de direita que passam a compor o quadro de palestrantes do segundo Congresso do MBC, seja denotando maior interesse desses indivíduos por essa organização, seja pela capacidade de divulgação dos seus ideais pelos meios virtuais.

Outro aspecto é a presença de quadros ligados ao Governo, sejam ministros, deputados e até um de seus filhos, o que expressa quais os valores que perpassam a agenda do Poder Legislativo, a ausência de interesses pelas demandas populares e pela efetivação de direitos.

Por último, a finalidade lucrativa desses congressos, haja vista que nos dois houve cobrança de uma taxa de inscrição, além de seus conteúdos serem majoritariamente destinados a filiados, mediante pagamentos, evidenciando o objetivo de crescimento e autossustentação da plataforma política desse movimento.

A forma de organização do MBC dificulta nosso acesso aos conteúdos produzidos por ele, além de não possibilitar conhecermos o que de fato está sendo

organizado por esses sujeitos, embora a inserção de alguns dos sujeitos integrantes desse movimento em partidos, canais de comunicação, igrejas e na própria gestão do Governo Federal permita que conheçamos seus interesses e objetivos nesse jogo político em que o Estado é cada vez mais tensionado pelas forças conservadoras e a elas faz concessões.

Não casualmente, o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos vem sendo conduzido por uma mulher que tem se mostrado fundamentalista nas declarações, contrária a agenda política defendida pelos movimentos feministas e de direitos humanos com suas bandeiras de luta por igualdade, ampliação de direitos e cidadania.

Estamos diante de um processo de negação das políticas públicas para as mulheres, expressa, dentre outros elementos, no corte orçamentário dos recursos destinados à execução dessas políticas, no desalinhamento político do que defendem os movimentos feministas e a gestão do Órgão Federal responsável por essa pasta.

Em matéria divulgada em seis de fevereiro de 2020, a Câmara dos Deputados Federais destacou a diminuição do Orçamento da Secretaria de Políticas para as mulheres de 2015 a 2019, com uma queda de 119 milhões em 2015 para 5,3 milhões em 2019, acompanhando a tendência de desmonte das políticas e dos programas sociais mais genéricos.

De acordo com a matéria intitulada “Deputadas criticam cortes de recursos para combate a violência contra a mulher”:

Integrantes da bancada feminina da Câmara dos Deputados criticaram o corte de repasses orçamentários para políticas de combate à violência contra a mulher. Na última quarta-feira (5), o presidente Jair Bolsonaro informou que não pretende reforçar o orçamento para a área. Para ele, não há necessidade de dinheiro, mas sim de mudança de comportamento e conscientização. (CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, 2020).

O ano de 2020 expressou as duras consequências do processo antidireitos e conservador, que vem dando a tônica das políticas públicas para as mulheres e para a classe trabalhadora como um todo. O ano em que nos deparamos com a pandemia do Corona Vírus - COVID-19, foi o espaço temporal de uma crise sanitária sem precedentes, decorrente das escolhas políticas que priorizam as demandas do capital enquanto sucateiam os serviços essenciais para o conjunto da população.

A negação das pesquisas científicas, a intransigência do mercado se colocando como o “deus intocável”, em detrimento das vidas perdidas e a ausência de um plano de enfrentamento à pandemia, que oferecesse condições para a garantia dos protocolos sanitários ao conjunto da população brasileira, incidiram na vida da classe trabalhadora de modo a torná-la mais suscetível à contaminação, à precarização e à morte.

Em meio a um contexto de isolamento social, trabalho remoto e ampliação dos cuidados familiares, as mulheres se depararam com o aprofundamento das questões históricas que lhes atingem de modo particular. Muito se discutiu sobre aumento nos casos de violência, intensificação da jornada de trabalho, maiores níveis de exposição ao vírus dados os maiores percentuais de mulheres nas profissões de saúde, a linha de frente nos hospitais e unidades de atendimento.

As disputas ideológicas entre ciência e afirmações levianas sobre tratamentos de saúde, a defesa da vacina e sua negação, a necessidade de enfrentar com firmeza o contexto pandêmico e a subestimação do que ele seria capaz de causar no país coloca a questão sanitária no âmbito da luta de classes, que nesse cenário teve como marco sócio econômico a disputa por uma renda básica, reconhecida formalmente como “auxílio emergencial”, que de abril a dezembro de 2020 contribuiu, ainda que insuficiente, para a satisfação das necessidades básicas de parte da população brasileira.

No limiar das disputas ideopolíticas estabelecidas na segunda década deste século, os processos antidireitos se reconfiguram em novas tendências de desestruturação para a década seguinte, a partir de propostas legislativas ou já aprovadas, como o congelamento salarial de servidores federais e de concursos públicos até 2036, ou em curso como a proposta de Reforma administrativa, que acentua ou tende a eliminar os direitos sobranes dos ataques que se consolidaram nos últimos anos.

Chegamos ao contexto histórico no qual: “O bolsonarismo ocupa todos os papéis, inclusive o de simular oposição e crítica, destruindo a política e interditando a democracia” (BRUM, 2019, p.259), ensejando em seus oponentes o desafio de se organizar e se colocar como alternativa a esse projeto dominante e decadente, do ponto de vista da análise dos fatos.

No conjunto desse projeto, buscamos identificar no capítulo seguinte quais são as propostas organizativas das demandas das mulheres, como se articulam às lutas genéricas, a partir de alguns sujeitos coletivos que se colocam como feministas e classistas, que consideramos estratégias ideopolíticas de enfrentamento ao conservadorismo e ao antifeminismo que ele comporta.

5 RESISTÊNCIA FEMINISTA CLASSISTA E ANTIRRACISTA EM PROCESSO: DISPUTAS IDEOLÓGICAS E POLÍTICAS NO BRASIL DOS ANOS 2000

Quando a UNIÃO OPERÁRIA compreender bem sua posição, entender bem seus verdadeiros interesses, o primeiro ato que dela partirá deve ser um APELO solene dirigido aos homens que sentem bastante amor, força, coragem e talento para ousar encarregar-se da defesa da mais santa das causas, – a dos trabalhadores?

(TRISTAN, 2015, p. 96)

Nesse capítulo analisamos alguns dos sujeitos coletivos feministas que demarcam suas posições anticapitalistas e antirracistas a partir das reivindicações dos direitos das mulheres trabalhadoras. Constituem Movimentos vinculados a organizações da classe trabalhadora (partidos, movimentos sociais, centrais sindicais e articulações internacionais) que majoritariamente se forjam no contexto das contraditórias relações políticas da primeira década do corrente século (3 deles) e no conservadorismo que marca a segunda década (1 deles).

Para nós, o fato de terem surgido durante as duas primeiras décadas do século XXI, em um contexto marcado por contradições políticas, tensionamentos e ameaças à democracia, revela a resistência feminista associada às lutas por direito e contra o patriarcado, bastante requisitado nas posturas conservadoras de então.

Ademais, ao identificarmos que outros sujeitos feministas auto-organizados, como a Marcha Mundial de Mulheres, a Articulação de Mulheres Brasileiras, o Movimento de Mulheres Camponesas e o próprio Mulheres em Luta vêm sendo pesquisados na área de Serviço Social, como demonstram as teses de doutoramento de Cisne (2013) e Sousa (2018).

Nos parece crucial o fato dos sujeitos feministas aqui compreendidos se autocaracterizarem como classistas e antirracistas, o que sugere uma amplitude na concepção das mulheres a quem suas pautas e ações se destinam – negras, trabalhadoras, diversas.

Recorremos para essa análise às páginas da internet (sites ou blogs), às contas em rede sociais (facebook e twitter) a fim de acessar os textos, os documentos, os dados históricos de cada um dos movimentos.

Os sujeitos coletivos pesquisados se denominam enquanto: 1. Grupo; 2. Movimento; 3. Coletivo; 4. Movimento.

Todos promovem ações a nível nacional e também incidem em estados brasileiros, mas aqui focaremos nas publicações a nível nacional, por meio de seus blogs e sites.

A vinculação dos movimentos que ora destacamos a outros movimentos sociais e partidos políticos no campo da esquerda os insere em um projeto de sociedade e, conseqüentemente nas disputas ideopolíticas entre as classes no Brasil contemporâneo. Consideramos que essa é uma posição política relevante em contraposição à ofensiva patriarcal que se afirma com mais força no terreno das lutas de classe e do conservadorismo em ascensão no contexto dos anos 2000.

As conseqüências das medidas ultraliberais e de práticas políticas que se fundamentam na negação da diversidade humana, no fundamentalismo e se contrapõe às reivindicações feministas são sentidas e vividas particularmente pelas mulheres.

O início do século XXI aponta, em meio a desafios históricos e conjunturais, importantes elaborações teóricas e iniciativas políticas que revelam a relação intrínseca entre as lutas sociais e as pautas históricas apresentadas pelas mulheres da classe trabalhadora, numa relação contraditória.

Conceitualmente tratada como interseccionalidade ou consubstancialidade, a imbricação entre classe, gênero e raça se expressa no âmbito das relações sociais, no conjunto dos conflitos e das transformações possíveis, muito mais do que conceitualmente, na reprodução social, com potencialidades e recuos políticos, o que nos aproxima mais da análise no campo da consubstancialidade.

Embora seja muito comum ouvir os mesmos argumentos quanto à imbricação da exploração e das opressões entre raça, classe e sexo por adeptas tanto do conceito de interseccionalidade como do da consubstancialidade, ao analisarmos seus sentidos temos que o primeiro sugere um toque (intersecção) entre elementos distintos, já o segundo, uma articulação no processo de desenvolvimento de aspectos diferente no conjunto das relações.

Para além disso, no Serviço Social tem sido mais recorrente o uso do conceito de consubstancialidade, sendo-o mais próximo do que desenvolvemos aqui.

5.1 A CONSUBSTANCIALIDADE CLASSE, RAÇA E GÊNERO E A PERSPECTIVA ANTICAPITALISTA E ANTIRRACISTA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Na nossa apreensão, as relações sociais e as disputas ideopolíticas operadas no âmbito da luta de classes possuem dimensões de raça e de sexo, estando essa relação presente nas análises teóricas e na incidência política dos movimentos feministas que ora analisamos.

Ora tratada como nó (Saffioti, 2004), como interseccionalidade (Akotirene, 2018; COLLINS, 2021) ou como consubstancialidade (Kergoat, 2010; Cisne, 2014; Ferreira, 2017), a articulação entre a raça, a classe e o sexo se expressam na realidade, de modo consubstancial, embora sejam independentes e inconfundíveis entre si, incidem simultaneamente e não apenas se interseccionam na conformação das relações sociais entre as classes, à medida que:

Essas relações racistas-patriarcais encontram sua base de sustentação, fundamentalmente, por meio da família ancorada na divisão sexual do trabalho, que conforma, por sua vez, as bases para a garantia da reprodução social da força de trabalho e da exploração do “trabalho desvalorizado” das mulheres, indispensáveis à lógica de acumulação capitalista. (CISNE, 2014, p. 80).

Trata-se de uma apreensão das relações no âmbito da totalidade da vida social, que impõe condições desiguais entre homens e mulheres, situados em classes e raças distintas, como demonstrou Saffioti, “[...] há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – *de gênero, de raça/etnia e de classe social* – embora as análises tendam a separá-las” (2004, p. 125). Grifos da autora.

No caso brasileiro, é crucial situar as bases racistas e patriarcais basilares que designam lugares sociais, na pirâmide socioeconômica, para as mulheres negras da classe trabalhadora, nos postos de trabalho mais precarizados, com menores salários, com menos acesso a bens, serviços e a direitos essenciais, em condições mais degradantes de moradia, mais violentadas no exercício de suas religiões (quando de origem afro), que choram os assassinatos de seus filhos jovens, massivamente alvo de encarceramento e da morte por parte do próprio estado policial, enquanto jovens negros da classe trabalhadora.

A escravidão se constitui uma determinação, na formação sócio-histórica brasileira, para analisar a condição de classe, de gênero e raça. Sobre este aspecto corroboramos com a análise de Davis (2016), na qual ela afirma:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido desde os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos da sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p.24).

Sabemos que, mesmo com suas particularidades, a realidade das mulheres negras no Brasil, também carrega marcas ainda não superadas do processo de escravização, no qual, não apenas a força de trabalho, mas a apropriação e objetificação de seus corpos de diferentes maneiras (violências sexuais, resultando em filhos bastardos dos senhores; cuidados e amamentação dos filhos considerados legítimos, entre outras coisas), ainda estão presentes e embasam o racismo e, conseqüentemente a desqualificação das mulheres negras.

A imbricação entre racismo, sexismo e classe está no âmbito do real, é uma questão concreta, material e histórica, em se tratando das relações sociais brasileiras, em que “a “questão racial” é uma expressão das tendências de acomodação, reajustamento ou expressão dos mercados de força de trabalho, em escala regional ou nacional” (IANNI, 1987, p.317).

Para as lutas feministas, consideramos imprescindível a atuação política a partir dessa imbricação, reconhecendo que o lugar social das mulheres é determinando por essas três dimensões, o que as coloca em posições diferentes e até desiguais na vida social, na relação entre si e na própria condição de desenvolver a militância, uma vez que os lugares sociais ocupados colocam as mulheres da classe trabalhadora em diferentes patamares de socialização. Consideramos relevante situar alguns dados que revelam o quanto as desigualdades incidem mais na vida das mulheres negras, exigindo que o feminismo classista se afirme também antirracista, sob pena de, assim não sendo, desconsiderar parte substancial das mulheres brasileiras.

De acordo com Silva (2013), com bases nas pesquisas da PNAD que analisam as desigualdades a partir das dimensões de classe, raça e gênero:

Comparando-se o total das rendas das pessoas, as desigualdades se pronunciam. Ainda que as disparidades tenham sofrido redução nos últimos anos, a renda das mulheres negras não chega nem à metade daquela auferida pelos homens brancos e corresponde a cerca de 56% dos rendimentos das mulheres brancas. (p.118).

Sabemos que a classe está para além da renda, mas é um dado relevante em se tratando da desigualdade, considerando que no Brasil dos anos 2000, a transferência de renda se constitui a principal modalidade na concessão de benefícios sociais.

No âmbito da transferência de renda, programas como o Bolsa família - PBF, por exemplo, mantém suas titularidades majoritariamente sob a responsabilidade das mulheres, enquanto responsáveis pela família, de modo que dados de 2016, revelavam que “92% das famílias beneficiárias têm mulheres como titulares” (Bartholo, Passos e Fontoura, 2017, p.8).

Considerando que as famílias que são alvo do PBF estão em situação de problema ou extrema pobreza, inferimos que há uma relação direta entre o trabalho reprodutivos dessas mulheres e sua condição social.

Não podemos ignorar o fato de que “as desigualdades raciais e de gênero moldam uma hierarquia do mercado de trabalho que se mantém mesmo entre grupos com mesma escolaridade ...” (SILVA, 2013, p.120).

Contudo, as particularidades dos diferentes grupos de mulheres nem sempre foram levadas em conta pelos distintos movimentos de mulheres, o que impulsionou, ora pautas demandadas pelas mulheres das classes mais altas, majoritariamente brancas, como o sufrágio feminino, ora discursos e posturas universalistas que não abarcam as especificidades, a exemplo de argumentações em prol de feminino, em contraposição a feminismo, além de intervenções puramente identitárias, sem fundamentar pelas questões materiais, pelas condições de trabalho e pela classe.

Para nós, o feminismo que se autodenomina e se organiza nas perspectivas classista e antirracista como “direção sociopolítica” (SOUSA, 2018) que se sobressai aos exemplos supracitados, enquanto tendência que, no contexto dos anos 2000, mais especificamente na sua segunda década:

[...] tais temáticas sinalizam que as pautas feministas voltaram-se, predominantemente, para a manutenção e ampliação dos direitos sociais das mulheres como estratégia fundamental para garantir uma maior autonomia e liberdade para o segmento, diante das ameaças advindas de um cenário de avanço do conservadorismo e de corte de investimentos nas políticas para as mulheres. (SOUSA, 2018, p.131).

A perspectiva antirracista e anticapitalista a que recorrem os movimentos feministas que analisamos são elementos importantes para enfrentar o conservadorismo, que também se sustenta pela manutenção do capitalismo, do racismo e do patriarcado.

Nessa perspectiva, concordamos com Cisne e Santos (2018) quanto a:

Queremos dizer que essas dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento de outros(as), seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro (p.26).

Nesse sentido, uma obra de cunho político que chega ao mundo na segunda década dos anos 2000 é o *Feminismo para os 99%: um manifesto*, no qual Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) afirmam na tese 8ª que o feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperialista e sobre essa urgente tarefa histórica do feminismo, afirmam:

Compreendemos que *nada que mereça o nome de “liberação das mulheres” pode ser alcançado em uma sociedade racista, imperialista*. Ao mesmo tempo, compreendemos que a raiz do problema é o capitalismo, do qual o racismo e o imperialismo são parte integrante. (ARRUZZA, BATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 59, grifo das autoras).

Destarte, o modo de produção enquanto um elemento estruturante das relações sociais, se apropria das opressões, tornando-as funcionais ao seu

desenvolvimento, mesmo que reconheçamos a existência do racismo e do patriarcado como elementos históricos que antecedem o capitalismo, nos interessa desvendar e situar suas configurações nas relações sociais capitalistas contemporâneas.

No plano político, o conservadorismo é alimentado pelo surgimento de grupos dominantes que representam ao mesmo tempo o poder econômico e ideopolítico contrário à igualdade entre os sexos e à diversidade sexual. Na contemporaneidade, esses traços são destacados, por exemplo em aspectos como:

Se, por ora, a aliança entre setores evangélicos em crescimento e católicos conservadores parece render frutos para os dois lados, a médio e longo prazo, a tendência é que as tensões aumentem em virtude da pretensão de segmentos evangélicos de assumir a hegemonia cultural na região. A multiplicação das universidades evangélicas, os investimentos crescentes das igrejas em rede de comunicação – eletrônica, impressa e digital –, assim como as disputas em torno das associações que regulam o exercício profissional em distintos campos – direito, psicologia, serviço social, medicina, bioética etc. – que já ocorrem em diferentes sociedades, podem gerar estremecimento nas relações com os católicos, que por séculos conseguiram influenciar as principais instituições e a cultura da região. (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020, p.192-193).

Há uma evidente articulação entre a ideologia conservadora, os interesses do capital no período de crise e o discurso antidireitos, uma vez que-as políticas em torno das demandas feministas e de raça/etnia cumprem uma função política de atendimento às necessidades da classe trabalhadora (ou de parte dela), mas também assumem um caráter de combate à desigualdade de gênero e raça, no sentido formal da palavra, haja vista todas as contradições já apontadas aqui entre as disputas pela implementação de direitos e as intervenções liberais e conservadoras no desenvolvimento dessas medidas, norteadas pela correlação de força das classes e de suas disputas ideopolíticas.

No âmbito dessas disputas, no contexto dos anos 2000, situamos os movimentos feministas que surgem nesse solo contemporâneo como potenciais opositores ao discurso e às ações antidemocráticas e antidireitos, vinculadas a sujeitos coletivos como partidos, centrais sindicais, movimentos sociais e organizações feministas internacionais, conforme apresentamos visualmente no quadro a seguir:

Quadro 4: Sujeitos Feministas Classistas e antirracistas que surgem nos anos 2000

DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO	ANO DE SURGIMENTO	VINCULAÇÃO
Pão e Rosas	Seu nome é em homenagem às operárias norte-americanas de uma fábrica têxtil em Massachusetts, que no começo do século XX protagonizaram uma importante greve na luta pelos seus direitos e levavam como bandeira “O direito ao pão, mas também às rosas”.	2009	Movimento Revolucionário de Trabalhadores Independentes – MRT; Central Sindical e Popular – CONLUTAS; Movimento Latino-americano Pan y Rosas.
Movimento Mulheres em Luta (MML)	Movimento de Mulheres Classista e Feminista. Lutamos pelo fim da opressão às Mulheres e acreditamos que essa conquista só é possível através da organização classista com o conjunto da classe trabalhadora.	2008	Partido Socialista de Trabalhadores Unificados – PSTU; Central Sindical e Popular - CONLUTAS
Coletivo Feminista	O Coletivo se organiza na luta contra a opressão e exploração das mulheres da classe trabalhadora, e constrói a luta pelo feminismo e pela superação da sociedade de	2005	Partido Comunista Brasileiro - PCB

<p>Classista Ana Montenegro</p>	<p>classes. Entendemos que as demandas de gênero – pela emancipação das mulheres trabalhadoras -, deverão tensionar o estado burguês, buscando a ruptura com o capitalismo e com todas as suas formas de exploração, pautadas tanto na divisão social de classes, quanto nas diversidades humanas.</p>		
<p>Resistência Feminista</p>	<p>Somos a primeira trincheira na defesa da vida e da maioria, dos 99%! Lutamos contra a austeridade neoliberal, a violência policial, os regimes tirânicos e os golpes fundamentalistas. Estamos desenhando um novo significado, vivo e dinâmico, para valores anticapitalistas tradicionais que vinham perdendo força: “greve” como protesto feminista em locais de trabalho e no ambiente doméstico, demonstrando que se paramos, o mundo inteiro para.</p>	<p>2020</p>	<p>Partido Socialismo e Liberdade – PSOL; Esquerda Online e Resistência PSOL.</p>

Fonte: A autora (2022).

Pela visualização das definições destacadas acima, é evidente que a organização política feminista nas duas últimas décadas segue sendo um componente que integra o conjunto das lutas da classe trabalhadora, atravessando as transformações pelas quais passa o liberalismo (social-liberalismo; neoliberalismo; ultraliberalismo), em articulação com organizações da esquerda no Brasil e na América Latina, que vão desde partidos políticos a centrais sindicais e Movimentos Sociais.

Ante o aprofundamento do desmonte das políticas e dos direitos sociais a partir de 2016, quando se concretizou o golpe contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff, as ações ideopolíticas dos sujeitos feministas aqui analisados adquirem potencial de maior radicalidade frente à crescente ofensiva conservadora.

Trataremos de situar quais posicionamentos políticos, participações em atividades públicas e formas de incidência dos Movimentos Feministas, Classistas e Antirracistas em questão até o ano de 2020, buscando identificar quais tendências esses sujeitos coletivos acompanham.

Corroboramos com Sousa (2018) quanto às reivindicações em torno da não violência, melhores condições de trabalho, autonomia sobre o corpo e acesso a políticas por parte das mulheres, que:

Em nosso entendimento, tais temáticas sinalizam que as pautas feministas voltaram-se, predominantemente, para a manutenção e ampliação dos direitos sociais das mulheres como estratégia fundamental para garantir uma maior autonomia e liberdade para o segmento, diante das ameaças advindas de um cenário de avanço do conservadorismo e de corte de investimentos nas políticas para as mulheres. (SOUSA, 2018, p.131).

No tocante à incidência nas lutas sociais e na contraposição ao contexto de crise econômica e irracionalidade conservadora, os sujeitos coletivos feministas por nós analisados tendem a reafirmar a democracia como princípio basilar das relações sociais na conjuntura brasileira; contrapõem-se às medidas austeras que culminam em significativas perdas de direitos, reivindicando um estado social; bem como organizam sua inserção nos distintos espaços de resistência da classe trabalhadora, situando as especificidades das mulheres.

Buscamos apreender, no âmbito das lutas e posicionamentos políticos desses sujeitos coletivos, como a consubstancialidade classe, sexo e raça aparecem nas suas reivindicações, por meio da incidência nas lutas mais genéricas em torno da defesa de direitos para a classe trabalhadora, bem como as particularidades das mulheres e, mais especificamente das mulheres nesse processo.

Trata-se, no nosso entender, das expressões ideopolíticas contrapostas ao conservadorismo e ao patriarcado, como ideologias que fundamentam o modo de ser e de agir da classe dominante.

A relevância social das lutas feministas nessa perspectiva, articula as opressões sofridas pelo conjunto das mulheres à exploração da classe trabalhadora, evidenciando sua constante contribuição à sociedade, visando transformações na ordem material e de valores, na produção e na reprodução social, a despeito da imposição de inúmeros desafios nas duas últimas décadas, muitos deles comuns aos partidos, aos sindicatos e aos movimentos sociais, como práticas de controle e criminalização, tendência à deslegitimação legal do direito às reivindicações e mobilizações, com recortes patriarcais e racistas, conforme demonstra Lacerda (2019) sobre o Brasil sob a condução de Jair Bolsonaro, a partir de 2018:

Neoliberalismo, punição e família se entrelaçam. Entrelaçam-se, em parte, porque os protagonistas da ação pró-família patriarcal e neoconservadora criminal de regra encampam agendas que são verdadeiras expressões contemporâneas do Consenso de Washington. Mas se entrelaçam também pela mentalidade que informa as visões. Para os neoconservadores, o melhor programa contra a pobreza é uma família estável. (p.202).

No nosso entendimento, o feminismo anticapitalista e antirracista apresenta, mesmo em meio a inúmeras adversidades, potencial ideopolítico para se contrapor às investidas conservadoras desse período.

Na sequência, analisaremos cada um desses movimentos, com foco em ações de formação, de difusão ideológica e mobilizações.

5.2 O MOVIMENTO PÃO E ROSAS



Logo do Movimento

Fonte: <http://nucleopaoerosas.blogspot.com/>,

Esse movimento tem incidência na América Latina, além do Brasil em mais quatro países (Argentina, Bolívia, Chile e México), além do Estado espanhol, compondo o movimento latino-americano Pan y Rosas.

No Brasil, surgiu em 2009 com a perspectiva de fortalecer as lutas feministas internacionalistas em 2010, quando das mobilizações em torno dos cem anos do 8 de março. Conforme apontado no Blog <http://nucleopaoerosas.blogspot.com/>, o Movimento Pão e Rosas situa as mulheres no âmbito do conjunto dos sujeitos explorados pelo capitalismo, mais precisamente, a classe trabalhadora, sobre a qual afirma que: “Inclusive, o capitalismo tira vantagem das religiões, das diversas culturas, do racismo e do patriarcado para nos dividir e nos desorganizar”.

Evidencia-se a perspectiva antirracista e anticapitalista desse movimento, conforme pressupõe nossa escolha por sujeitos feministas classistas. A articulação com sujeitos como a CONLUTAS e o MRT situa as lutas feministas em aliança com organizações coletivas mais genéricas.

Ainda conforme afirmação na apresentação em seu blog, o MPR sustenta que:

O capitalismo se apropria da opressão patriarcal histórica da mulher para fortalecer a exploração, ampliar seus lucros, além de dividir a classe trabalhadora. Com o desenvolvimento da tecnologia, poderíamos socializar as tarefas domésticas, tendo, por exemplo, creches, lavanderias e restaurantes comunitários. Entretanto, se isso não acontece, é porque no trabalho doméstico não remunerado está uma parte dos lucros do capitalista que, desta forma, fica isento de pagar aos trabalhadores e às trabalhadoras pelas tarefas que correspondem à sua própria reprodução como forças de trabalho (alimentos, roupas, higiene, etc.). (BLOG DO PÃO E ROSAS).

A luta por direitos nessa concepção, alia-se às lutas pela ampliação do Estado através de serviços destinados à melhoria da vida das mulheres trabalhadoras, além do enfrentamento às condições impostas pelo capitalismo às condições de trabalho específicas às mulheres, com vistas à construção de uma alternativa societária à exploração da classe trabalhadora e às opressões de gênero e de raça.

Destacamos a incidência política do Pão e Rosas na segunda década dos anos 2000, considerando sua atuação no Brasil a partir de 2009, bem como sua participação em greves e atos políticos da classe trabalhadora, com base em três eixos de atuação: *mobilização política; difusão ideológica e formação*, que compreende participações em atos e protestos; divulgação de notas (de apoio, de repúdio, de divulgação) e cursos, palestras, seminários.

Cabe salientar, conforme posicionamento da autora Andrea Dátri, líder internacional do Movimento Pão e Rosas, que:

Nós, marxistas revolucionárias, defendemos que a luta de classes é o motor da história, e que a classe operária acaudilhando as massas pobres e o conjunto dos setores oprimidos é o sujeito da revolução social que nos libertará da escravidão assalariada e todo tipo de opressão, atacando o capitalismo em seu coração, paralisando seus mecanismos de exploração e destruindo sua maquinaria de guerra contra as classes subalternas. (D'ATRI, 2017, p.40).

Nesse contexto, a luta das mulheres dá uma significativa contribuição, seja para as lutas da classe que compõe, seja contra as opressões que as atingem de modo particular, ao patriarcado e ao racismo, como ideologias operadas pela classe dominante nos anos 2000.

Durante esses poucos mais de dez anos de incidência ideopolítica no Brasil, a contraposição ideopolítica do Pão e Rosas ao conservadorismo se dá tanto por meio de divulgação de seus posicionamentos por meio de notas, matérias de jornais, entrevistas, dentre outros; como pela formação política de mulheres, por meio de eventos, cursos, palestras; bem como pela participação ativa em atos mobilizações e protestos em defesa de direitos da classe trabalhadora e das mulheres.

Em 2015 o Pão e Rosas publicou o artigo *A origem da opressão às mulheres está na Divisão da Sociedade em Classes* de autoria de uma de suas militantes, em que evidencia sua concordância com a articulação da exploração e da opressão às

mulheres trabalhadoras, difundindo seu posicionamento político, por meio do qual afirmou que:

O surgimento do capitalismo não só aumentou a exploração e a opressão que o antecediam, também aprofundou os antagonismos ao reforçar o embate entre duas classes fundamentais, a burguesia e a classe operária. Isso faz com que se atualize a análise de Marx, de que a luta de classes é o motor da história. Mas, também, o capitalismo permitiu o desenvolvimento da tecnologia e aprofundou a capacidade humana para produzir fontes de existência. (LIMA, 2015, s/p.).

Ao vincular tal movimento ao marxismo, a autora, em representação ao Coletivo Pão e Rosas, afirma ainda que:

Para nós, mulheres marxistas revolucionárias, a luta pela nossa emancipação é indissociável da luta pela emancipação da classe operária contra o jugo e miséria dos burgueses. Não será uma estratégia feminista, restritas ao mote "de mulheres para mulheres" e sem recorte de classe, a saída para derrotar o patriarcado que nos sufoca, embrutece, nos prende à cozinha e nos imerge nos postos de trabalho mais subvalorizados. Nós mulheres devemos nos apropriar dos espaços políticos e de organização, junto à nossa classe, para sermos sujeitas centrais da revolução, junto a todos oprimidos, e para a construção de uma alternativa que golpeie de morte o capitalismo. (LIMA, 2015, s/p.).

Além da participação efetiva em atos como os que são realizados anualmente no dia oito de março (Dia Internacional das Mulheres), o Pão e Rosas organiza sua inserção com atos próprios, a exemplo do que se realizou em dezoito de fevereiro de 2017, em preparação ao oito de março seguinte, no qual “Entre as mais de 100 mulheres, estavam professoras, metroviárias, trabalhadoras terceirizadas, funcionárias da USP, bancárias, estudantes universitárias e secundaristas de São Paulo e de Santo André” (PÃO E ROSAS, 2017).

Destaca-se a participação efetiva nos atos anuais de 8 de março, sobre o qual destacamos o chamado às ruas para essa data em 2019, no qual o Movimento Pão e Rosas se posicionava contrário à ascensão conservadora no Brasil, afirmando que:

No Brasil, o enorme ataque de Bolsonaro contra as mulheres e os LGBTs e a violência policial e estatal, cujo ponto mais alto é o assassinato ainda impune de Marielle Franco, marcam a fogo as

bandeiras do 8 de março, assim como o rechaço às reformas trabalhista e da previdência. Se os resultados são catastróficos para toda a população, é ainda mais para as mulheres que são a maioria entre os setores mais precários e com salários mais baixos, especialmente as jovens negras. O grupo de mulheres Pão e Rosas participa em SP, RJ, MG e nos principais estados do país de assembleias e atividades de construção deste 8 de março (PÃO e ROSAS, 2019).

O posicionamento contrário às contrarreformas e às posturas antidemocráticas implementadas no Brasil nos últimos anos é recorrente tanto na propagação de ideias, nas mobilizações políticas e nas propostas de formação que encontramos por parte do Movimento Pão e Rosas, situando as mulheres da classe trabalhadora como parte específica da população que sofre de modo particular os rebatimentos da ausência de direitos, além de ser frequente as análises na perspectiva da consubstancialidade raça, gênero e classe.

O modo de organização variado do Pão e Rosas pelos diferentes estados brasileiros impõe dinâmicas distintas, mesmo quando se trata de pautas nacionais. Na nossa pesquisa a incidência em São Paulo aparece mais fortalecida, ainda que haja organização e incidência em vários estados.

No tocante à temática da questão racial, essa dinâmica regionalizada tem expressado, no eixo formação, por exemplo, grupos de estudos no Nordeste e no Centro Oeste, além de turmas virtuais para o *Curso Mulheres Negras e Marxismo*, ministrado já em 2021 pela militante do Pão e Rosas, feminista e escritora Letícia Parks.

O curso se iniciou terça-feira, 6, e seguirá no mesmo dia nas próximas semanas (13, 20 e 27 de Abril), sempre às 20h pelo canal do Esquerda Diário no Youtube. Será composto por 4 aulas, sendo elas 1- “Opressão e Exploração”, 2- “Luta Negra e Luta de Classes”, 3- “Negras no Topo?”, 4- “Mulheres Negras e Estratégia Socialista” . É uma arma teórica para a luta antirracista, feminista e anticapitalista.

Além do curso e dos grupos de estudos, foi lançado o livro *Mulheres Negras e Marxismo*, organizado pelas autoras Carolina Cacau, Letícia Parks e Odete Assis, pela editora ISKRA.

As mobilizações em torno da questão racial são organizadas quando das situações emblemáticas que marcam casos de racismo, violência e opressão contra as pessoas negras, sobre os quais podemos destacar aqui o *Ato Internacional*

Simultâneo contra o Racismo e a Violência Policial da Fração Trotskista, em 11 de julho de 2020, que unificou ações dessa vertente política trotskista em vários países; e a participação no ato “*Por todas nós e pelo bem viver: exigimos o fim da negligência e violência do Estado*”, no dia 25 de julho de 2018 em São Paulo, ato em referência ao dia da mulher negra latina e caribenha, celebrado nesta data.

Confluindo as disputas ideopolíticas contrárias ao conservadorismo na unidade raça, gênero e classe, Letícia Parks (2021) destacou, no lançamento do livro *Mulheres negras e marxismo*:

E quem são as negras no topo? A diretora do Carrefour, onde o Nego Beto foi assassinado; a presidente da Starbucks, onde negras e negros são superexplorados; a Kamala Harris, primeira mulher negra a bombardear a Síria. E por mais duro que seja dizer isso, do topo, quando olham pro chão, ele segue sujo de sangue negro, feminino e operário. Tem ainda mulheres que ganham destaque individual e usam o seu lugar de fala para dizer que outras mulheres não são negras, e é por tudo isso que esse livro traz também pra vocês o debate desses conceitos como lugar de fala, representatividade, entre outros debates de qual a nossa estratégia para lutar contra o racismo e o patriarcado, que sabemos que não vão cair, vai ser preciso derrubar, junto com o capitalismo. (PARKS, 2021, n. p.).

A crítica da autora a destaques individuais pela inserção no mercado denota a impossibilidade de superação do racismo pelas ideologias liberais que permeiam o debate da igualdade, sob o jugo dos esforços individuais e não superam as raízes desiguais ancoradas na exploração do trabalho e nas opressões coletivas.

Dentre as constantes ações em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras, elencamos as seguintes ações do Movimento Pão e Rosas nos anos pós golpe, quando, com a ofensiva mais acirrada contra os direitos e os princípios democráticos, as mulheres trabalhadoras conseguem demarcar seus espaços e posicionamentos nas lutas coletivas.

Em novembro de 2019 este movimento teve como uma das ações de difusão ideológica em defesa das mulheres a declaração “*Não aceitamos o fim da estabilidade para gestantes com contrato de trabalho temporário*”, para difundir sua posição contrária à decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST, sobre a não garantia da estabilidade para gestantes em contratos temporários de trabalho.

Na declaração, o Pão e Rosas afirma:

Nos negam a maternidade com este ataque à estabilidade, assim como com a própria reforma trabalhista que desde seu início já previa que mulheres grávidas pudessem trabalhar em locais insalubres. Não nos dão condições de saúde pública de qualidade, por exemplo, que é a última das prioridades deste governo, com seus ataques ao SUS e absurdos como o projeto de Janaina Paschoal à Alesp, que permite a realização de cesáreas sem necessidade de recomendação médica, além de abrir espaço para que médicos se recusem a aceitar os planos de partos de pacientes, podendo induzir a realização de cesáreas e procedimentos cirúrgicos por interesses lucrativos. (PÃO E ROSAS, 2019)

Constatamos a resistência ao fundamentalismo religioso do qual tratamos no capítulo anterior, estando o feminismo atento e organizado frente as ameaças conservadoras e a destituição de direitos no tocante à saúde sexual e reprodutiva das mulheres, além das reivindicações ao Estado pela garantia de serviços de atendimento às demandas por interrupção da gestação, quando previstas em lei.

Em 2020 o Pão e Rosas lançou o Dossiê “*A legalização do Direito ao Aborto no Brasil e na América Latina*”, em alusão ao dia Latino-americano e Caribenho pela legalização do aborto – 29 de setembro. Neste dossiê contém artigos de opinião, estudos, entrevistas de militantes, pesquisadoras e candidatas que defendem a inserção dessa pauta nas campanhas políticas.

Ainda em 2020, no eixo formação, o Pão e Rosas, por meio de seus grupos no Nordeste e no estado do Espírito Santo realizou o *I Seminário Teórico Feminismo e Marxismo*, organizado em quatro encontros, de 07 de novembro a 12 de dezembro, em cuja divulgação o movimento afirmou que:

O debate sobre o feminismo marxista contemporâneo e as lutas sociais de classe, sexo/sexualidade e raça/etnia diante da intensa desigualdade social, pauperização, precarização do trabalho e da gravidade de subordinação e atos bárbaros de violência contra a mulher e elevados índices de feminicídios, a discriminação e homicídios vivenciados por outros grupos nos cenários internacional e, em particular, no caso brasileiro, são resultantes de relações antagônicas das classes sociais no interior de uma “democracia” burguesa a qual se faz necessária e urgente o fim da propriedade privada, o reconhecimento na liberdade individual, igualdade de direitos, condições de trabalho e renda valorizados, entre outras inúmeras lutas, em contraposição e resistência à dominação capitalista sob orientação da teoria marxista socialista revolucionária. (PÃO e ROSAS, 2020).

A partir dos elementos acima destacados, constatamos a contribuição dada pelo movimento feminista classista Pão e Rosas, no âmbito das relações sociais de classe, gênero e raça, corroborando para o enfrentamento das desigualdades vivenciadas na realidade brasileira pelas mulheres trabalhadoras.

Outrossim, antenadas à ofensiva conservadora que se observa no último quinquênio no mundo e no Brasil, as mulheres que compõem esse movimento vêm somando forças em ações estratégicas para o enfrentamento das perdas de direito em curso, para a manutenção das pautas feministas na agenda política de partidos, movimentos e sindicatos, tendo as mulheres na linha de frente das reivindicações.

Há uma confluência dos eixos de análises que elencamos, havendo sintonia entre a participação e a organização de atos e mobilizações, divulgação de seus posicionamentos ideológicos, bem como ações de formação internas, que nem sempre acontecem de forma separada, tendo em vista toda e qualquer ação política ser imprescindível de ideologias, sejam direcionadas ou não à formação.

Por último, elencamos a partir das matérias vinculadas no sítio do Pão e Rosas dentro do espaço virtual do Esquerda Diário, um total de 5 militantes que assinam matérias pelo Movimento, cujas ocupações, além da militância nos dão uma breve ideia de quem são essas mulheres e seus estados de atuação: 1 estudante de graduação (ES); Servidora Pública e sindicalista (SP); Professora e militante do movimento negro (SP); Estudante de pós-graduação (MG); Professora do Ensino básico (SP).

Por essa amostragem, temos uma atuação mais centrada na região sudeste do país, embora haja representação coletiva em diversos outros estados.

5.3 O MOVIMENTO MULHERES EM LUTA (MML)



Fonte: Blog do Movimento

Em seu Estatuto, o Movimento Mulheres em Luta – MML, definido “enquanto instrumento para a defesa de todas as reivindicações e demandas das mulheres trabalhadoras e das organizações que o constroem” (MML, 2014) sendo seus objetivos os seguintes:

Parágrafo primeiro – Organizar e mobilizar as trabalhadoras sempre no sentido de defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo segundo - Organizar essa luta na perspectiva de enfrentar o machismo e a exploração sofridos pelas mulheres da classe trabalhadora.

Parágrafo terceiro – Lutar por melhores condições de vida e trabalho.

Parágrafo quarto – Lutar em defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão, sempre na perspectiva de uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Parágrafo quinto – Representar, com autonomia e independência, nas esferas política, administrativa e judicial, perante quaisquer órgãos da Administração Pública, dos Poderes constituídos e da sociedade, em qualquer instância, os interesses coletivos e individuais das trabalhadoras.

(MML, 2014, S/P)

A articulação exploração e opressões, sempre destacada nos objetivos acima, situa o MML no conjunto de movimentos feministas que pautam a consubstancialidade classe, gênero e raça na sua incidência ideopolítica, sobre o que buscaremos apresentar na sequência algumas de suas ideias e ações.

Na segunda década do século atual o MML tem sua agenda política difundida em torno de questões como a violência contra a mulher, a legalização do aborto e contra as políticas neoliberais. Em estudo recente, Sousa (2018), afirmou, sobre o MML que:

Em outubro de 2013, o MML realizou seu 1º Encontro Nacional – considerado, pelo próprio movimento, o maior encontro classista dos últimos vinte anos –, que reuniu duas mil mulheres trabalhadoras do campo e da cidade. Como forma de encaminhamento, o MML encampou a *Campanha Nacional contra a Violência às Mulheres* em virtude da década anterior ter sido o período em que mais morreram mulheres no país e por considerar que o governo não deu respostas mínimas que revertersem a situação. (SOUSA, 2018, p.150).

Em seu primeiro Encontro Nacional, realizado de 03 a 05 de outubro de 2013, o Movimento Mulheres em Luta elegeu sua Executiva Nacional e elaborou várias resoluções, entre as quais a Resolução Política e Plano de Ação, na qual deliberou, dentre outras ações que:

2. Impulsionar atos e atividades nas cidades no dia 25 de novembro- Dia Latino Americano e Caribenho de luta contra a violência a mulher- fazendo grandes lançamentos da campanha nacional do MML. A luta contra a violência é a campanha prioritária do MML para o próximo período. Ver Resolução específica;
4. Organizar, em conjunto com o Quilombo Raça e Classe da CSP- CONLUTAS e demais organizações do movimento negro, atos do dia 20 de novembro- Dia Nacional da Consciência Negra;
6. Atuar nas campanhas salariais em conjunto com os sindicatos, destacando as demandas específicas das mulheres como salário igual, creches integrais nos locais de trabalho, direito à progressão na carreira, contra o assédio moral e sexual e outras pautas das categorias.
7. Organizar os atos do dia 08 de março - Dia Internacional de luta das Mulheres - com uma política que defenda os direitos das mulheres da juventude e da classe trabalhadora, contra os ataques dos governos e dos patrões.
11. Seguir com a luta pela legalização do aborto, participando em unidade de ação da Frente Nacional pela Legalização do Aborto- 28 de setembro- Dia Latino Americano e Caribenho de Luta pela Legalização do Aborto. (MML, 2013, p. 3-4).

Estão explícitas na agenda política desse movimento ações e estratégias de luta em relação à classe, ao gênero e à raça, cabendo destaque a proposição do MML de se articular a outros sujeitos políticos na perspectiva de fortalecer uma agenda política coletiva e classista.

Destacamos a seguir algumas de suas ações que revelam a forma de incidência desse movimento na realidade brasileira, particularmente na segunda metade da década de 2010 a 2020, levando em conta também conteúdo de mobilização, difusão ideológica por meio de seus posicionamentos e a formação.

Já no contexto pós-golpe de 2016, o MML intensificou suas ações em torno das pautas da sexualidade e do aborto, que tendia a ser mais criminalizado com o avanço conservador que se processa desde então.

A pauta do aborto é consensual em todos os movimentos aqui elencados. Em 27 de setembro de 2017 o MML publicou em seu blog a postagem intitulada *Crime hediondo é a negligência do Estado. Descriminalização e legalização do aborto já*. Diante da criação de uma Comissão Especial no Congresso Brasileiro para tratar de medidas sobre o aborto e da existência de 36 projetos em tramitação ativos acerca dessa temática. Na nota o Movimento Mulheres em Luta afirma que: “A maior parte dos projetos de lei que tramitam atualmente no Congresso Nacional sobre o aborto pretende endurecer a pena para a conduta, dentre os quais cinco projetos propõem tornar a interrupção crime hediondo” (2017).

Nessa postagem, o MML contextualiza a ofensiva com que as mulheres vêm sendo tratadas nas propostas legislativas em curso no Brasil, que afetam as mulheres pobres e negras, desconsiderando suas realidades. Na análise do movimento sobre esta situação:

Enquanto tramitam tais projetos, as mulheres pobres e trabalhadoras continuam morrendo. Um milhão de abortos são realizados por ano, no país. As mulheres negras e pobres são as maiores vítimas da criminalização do aborto, pois, enquanto as mulheres ricas têm acesso às clínicas especializadas nas quais realizam o procedimento de maneira segura, discreta e sem julgamento moral, pagando entre 3 a 5 mil reais, valor que nenhuma mulher da classe trabalhadora pode dispor, essas últimas acabam recorrendo à clínicas clandestinas sem as menores condições de higiene ou utilizando os mais variados métodos para se livrarem da gravidez indesejada, de agulhas de tricô a medicamentos, sem qualquer orientação. São as mulheres negras as que mais morrem em decorrência de complicações, pois são as que menos têm acesso aos serviços de saúde, e, quando aí chegam, enfrentam também o racismo e a falta de informação. (MML, 2017).

Destarte, em consonância com as lutas feministas pela legalização e descriminalização do aborto, o MML alinha as palavras de ordem: *é pela vida das mulheres*, cabendo enfatizar: das mulheres pretas, pobres e trabalhadoras.

O Movimento Mulheres em luta reorganiza suas estratégias de luta no seu Segundo Encontro Nacional, de 20 a 22 de abril de 2018, realizado em São Paulo, com o objetivo de discutir os impactos da crise econômica e política sobre a vida das mulheres trabalhadoras brasileiras. O referido encontro contou com uma programação de mesas de exposição e debate; Grupos de debates sobre temas específicos e eleição da nova diretoria.

As mesas tiveram os seguintes temas: Viva o protagonismo das mulheres trabalhadoras nas lutas do nosso tempo; Crise Econômica e aprofundamento do machismo e toda forma de opressão: os desafios e tarefas do movimento de mulheres frente à situação política no Brasil e no mundo; Fortalecer o trabalho e a organização do MML.

Há uma perceptível preocupação em situar as determinações gerais sobre as condições das mulheres. Os grupos temáticos tiveram temas variados sobre a diversidade das mulheres e suas pautas.

Na resolução política resultante desse segundo encontro, consta como deliberação primeira:

Reafirmar que o MML é um movimento de mulheres trabalhadoras que acredita que nossos aliados são os homens e mulheres da classe trabalhadora. Por um lado, isso significa reconhecer as especificidades das mulheres no seio de nossa classe (negras, indígenas, LGBTs, imigrantes, entre outras) em que o machismo se combina com outras formas de opressão e é potencializado, favorecendo a exploração da nossa classe. Por outro, unificando as trabalhadoras em separado das burguesas, nossa estratégia é fazer com que essa seja uma luta de toda a classe trabalhadora, de homens e mulheres, para derrotar o capitalismo e construir o socialismo. (MML, 2018).

Em julho de 2019, o movimento organizou uma ação de formação intitulada “*Grupo de Estudo sobre Sexualidade e Identidade de Gênero*”, que levava em conta a diversidade das mulheres que compõem o MML, sem desconsiderar a conjuntura desfavorável ao reconhecimento da diversidade sexual e de gênero.

Em uma das publicações em seu blog, que anunciava o lançamento do referido curso, consta a seguinte afirmação:

Para aliar a prática revolucionária à teoria revolucionária, o Movimento Mulheres em Luta vai organizar um grupo de estudos sobre a opressão e exploração das mulheres por conta da orientação sexual e identidade de gênero na perspectiva marxista, além de temas como educação sexual e legalização do aborto, visando a realização de um seminário nacional no ano de 2020 (...).

Esse grupo servirá para acumular os temas teóricos e preparar companheiras que facilitarão os espaços do seminário. Nesse sentido, para participar não basta apenas ter interesse pelo tema ou ser LGBT, é necessária disponibilidade para seguir o cronograma de estudos e compromisso com o compartilhamento do acúmulo em atividade futura. (MML, 2017).

Conforme informações divulgadas pelo próprio MML, o funcionamento do grupo se dá a partir de estudos teóricos e debates mensais, visando contemplar a diversidade regional das participantes, sua disponibilidade para participação e diferentes ramos de atividades de trabalho por elas desenvolvidas.

Consideramos ser uma iniciativa necessária aos movimentos classistas, na perspectiva de conhecer e reafirmar a natureza diversa da classe trabalhadora, particularmente das mulheres que a compõem, uma tarefa que desconstrói qualquer entendimento engessado de classe, que a considere um grupo homogêneo, além de um espaço interno que possibilite companheiras militantes lidarem com as singularidades umas das outras, compreendendo o sentido da unidade na diversidade para as lutas feministas cotidianas.

Foi também no ano de 2019 que este movimento fez um chamado às mulheres brasileiras para construir a greve geral de 14 de junho e se posicionar contra a Reforma de Previdência, antes de sua aprovação.

Intitulado *A reforma da previdência é mais uma violência contra as mulheres*”, o convite é feito para ação de mobilização, no âmbito da luta de classes, cabendo destacar alguns dos aspectos particulares para as mulheres, conforme pontuados no cartaz de chamamento ao ato:

- I) As mulheres ocupam os postos de trabalho mais precarizados, que causam mais doenças e recebem os menores salários;
- II) São as primeiras a serem demitidas e tem mais interrupções em sua vida laboral seja para cuidar dos filhos ou de qualquer familiar doente;
- III) Por isso a maioria das trabalhadoras se aposenta por idade, já que não conseguem acumular o tempo de contribuição;
- IV) A reforma da previdência de Bolsonaro vai impor tanto o aumento da idade quanto o tempo de contribuição para alcançar a aposentadoria e os dois critérios serão obrigatórios;

- V) O sistema de capitalização vai impor que só o trabalhador retire do seu salário para pagar a aposentadoria, desresponsabilizando o Estado e o patrão;
- VI) Ao chegar à velhice, os trabalhadores não terão nenhuma certeza do valor da aposentadoria;
- VII) As trabalhadoras rurais, que trabalham de sol a sol, e da educação, categoria majoritariamente feminina e adoecida, perderão a aposentadoria especial;
- VIII) A população mais carente e pobre, cuja maioria é composta por mulheres terão o Benefício de Prestação Continuada – BPC, hoje de um salário-mínimo, reduzindo a R\$ 400,00;
- IX) Além da restrição de acesso a vários benefícios como PIS, pensão por morte, licença maternidade, etc;
- X) Grandes empresas como JBS e Bradesco devem bilhões à previdência. Todos os anos quase 40% do orçamento da União vão para o pagamento da dívida pública. MML, 2019, S/P).

A mobilização para impedir ou reduzir impactos em torno da reforma da previdência, por parte do movimento, articulado a outros movimentos de trabalhadores, demonstra a posição classista do mesmo, ao mesmo tempo em que denota a defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras.

Em seus 13 anos de existência (desde 2008), o MML contribui significativamente para ampliar o lugar das mulheres na central sindical à qual está vinculado, a CSP Conlutas, ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU e à sociedade brasileira, situando os desafios da desigualdade de gênero que a caracteriza e, as consequências específicas para as mulheres.

Conforme apontado por Sousa (2018) em referência ao MML:

*A defesa da ação direta e da mobilização coletiva são as formas privilegiadas de luta para o movimento. Outras formas de luta podem ser acionadas desde que estejam em acordo com os interesses da classe trabalhadora e aprovadas pela base do movimento (a atuação no parlamento, a luta jurídica, as negociações e acordos). Ainda estão como princípios a *autonomia* frente aos partidos políticos e das entidades de base que constroem o MML. A *democracia* e o *respeito à diversidade política* no interior do movimento constituem-se como fundamentos para a garantia do debate de ideias e a ação unitária do movimento (SOUSA, 2018, p. 126). Grifos da autora.*

Desse modo, o MML soma forças no enfrentamento à ascensão conservadora no Brasil a partir de suas ações, com destaque para um foco maior no debate da classe, não estando muito presente o debate racial e ações nesse campo.

Além das informações extraídas no blog do MML nacional, recorremos a uma rede social do movimento para, a partir da divulgação de suas atividades, caracterizar 5 militantes que representaram o movimento em mesas, debates, formações: 1. Assistente Social (SP); 2. Representante sindical (SP); Assistente administrativa (RJ); Professora da Rede Municipal (RJ); Metalúrgica (SP).

Estamos diante de um movimento que também se expressa mais fortemente na região sudeste, embora haja extensões em outros estados.

5.4 O COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO - CFCAM



Logo do Coletivo Fonte: site do CFCAM

Orgânico ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro - CFCAM vem atuando desde 2005 nas distintas frentes de lutas das mulheres e contribuindo com as lutas gerais da classe trabalhadora.

O próprio coletivo se define como feminista e classista, se colocando como parte da classe trabalhadora, na qual:

O Coletivo se organiza na luta contra a opressão e exploração das mulheres da classe trabalhadora, e constrói a luta pelo feminismo e pela superação da sociedade de classes. Entendemos que as demandas de gênero – pela emancipação das mulheres trabalhadoras -, deverão tensionar o estado burguês, buscando a ruptura com o capitalismo e com todas as suas formas de exploração, pautadas tanto na divisão social de classes, quanto nas diversidades humanas. (CFCAM, 2016, S/P)

O nome deste Coletivo é uma homenagem à lutadora comunista Ana Montenegro (1915 – 2006), cearense de Quixeramobim, liderança da ocupação do “corta-braço”, em 1947, em Salvador; participou da imprensa comunista de 1945 a 1964, período no qual adotou o sobrenome Montenegro em substituição ao seu verdadeiro nome Ana Lima Carmo.

Por participar de outros movimentos como a União Democrática de Mulheres na Bahia; Comitê Feminino de Mulheres pró Democracia; Liga Feminina da Guanabara e Federação Brasileira de Mulheres, Ana se tornou referência de luta para o movimento feminista classista, no qual o Coletivo Ana Montenegro se situa.

No tocante à atuação no âmbito da consubstancialidade sexo-raça-classe, o coletivo afirma:

Nesse sentido, o Coletivo ratifica a sua linha estratégica com o feminismo classista, ao entender que as relações sociais – de classe, de gênero, de raça, de etnia – estão historicamente interligadas. Estamos lado a lado com todos aqueles que lutam contra o Capital, contra o Estado Burguês e contra o Machismo. (CFCAM, 2016, S/P).

A organização do Coletivo Ana Montenegro é por Estado, mas conta também com um Núcleo Nacional, podendo sua incidência contemplar pautas internacionais, nacionais ou locais, por isso, nossa análise se concentra mais no blog do Núcleo Nacional, dada a impossibilidade de tempo para analisar todas as páginas do CFCAM nos estados.

No Caderno de Teses do CFCAM, resultante de seu primeiro Encontro Nacional, em 2015 conta que:

106. No Brasil, as mulheres negras, que estavam sendo escravizadas pelos brancos e pela ideologia destes, já protagonizavam as lutas pela abolição da escravidão. Mulheres como Dandara já participavam dos processos de resistência e lutavam de acordo com que podiam para a libertação das negras e negros. Dandara lutou contra o sistema escravocrata, era contrária ao acordo de paz assinado entre Zumbi e o governo português e foi morta no dia 6 de fevereiro de 1964 na destruição da Cerca Real dos Macacos (parte do Quilombo dos Palmares). Apesar de seu histórico de lutas seu rosto foi apagado dos registros históricos, com o intuito de inviabilizar a sua trajetória e impedir que novas lutadoras se reconhecessem nas suas batalhas e enfrentamentos à ordem escravista. (CFCAM, 2015, p.19).

Com isso, esse Coletivo propõe destacar o protagonismo das mulheres nas lutas por ele implementadas, ainda que homens possam se somar nas ações estratégicas de mobilização.

Assim como os demais movimentos aqui apresentados, é constante a participação do CFCAM nas atividades do Dia Internacional de Luta das Mulheres – o 8 de março. Destacaremos a seguir algumas ações do Coletivo, levando em conta a difusão ideológica, a formação e a mobilização, sobre gênero, raça e classe, embora a consubstancialidade entre esses três aspectos possibilite articulá-las muitas vezes em uma ação específica.

Também nos deteremos no contexto que compreende os últimos cinco anos, quando avança o conservadorismo na conjuntura brasileira.

Em 2016, tratando da inconstitucionalidade da criminalização do aborto, o CFCAM lançou um texto em seu blog, intitulado *Pelo direito das Mulheres à vida, à saúde, ao pão e ao trabalho*, na qual afirmam que:

A criminalização do aborto é mais uma forma de controle sobre a vida das mulheres trabalhadoras, principalmente sobre as mulheres negras e pobres das periferias urbanas. A justificativa do direito à vida expressa por setores religiosos mostra-se totalmente contraditória quando analisados os números de mortes de mulheres devido a abortos clandestinos. Estatísticas apontam que são realizados cerca de 46 milhões de abortos anualmente em todo o mundo, aproximadamente 160 mil por dia. (CFCAM, 2016, n. p.).

É explícito o posicionamento desse coletivo, em consonância com vários movimentos feministas no Brasil e no mundo, de que a descriminalização e a legalização do aborto são necessárias “pela vida das mulheres”. Tal posicionamento revela um contraponto feminista ao conjunto de iniciativas da bancada evangélica no Congresso, conforme destacamos no capítulo anterior, bem como endossa as ações realizadas em defesa da liberdade das mulheres para interromper a gestação, em vários países.

Em relação ainda à temática das mulheres, consideramos relevante a formação interna realizada pelo Coletivo Ana Montenegro de Florianópolis sobre o papel das mulheres na Revolução Russa, em março de 2017. Nesse momento:

Foram discutidos os avanços conquistados pelas mulheres na sociedade soviética, como por exemplo, a descriminalização do aborto e divórcio, a participação da mulher na política. Bem como questões envolvem a igualdade de direitos e salários entre mulheres e homens. Além disso, foram debatidos alguns eixos norteadores do feminismo classista e suas particularidades em relação aos outros movimentos feministas. (CFCAM, 2017).

Consideramos uma importante ação formativa, haja vista o alcance de medidas importantes para as mulheres que foram possíveis naquele momento e que estão no ideário dos movimentos feministas hoje. Em se tratando de um movimento classista, é crucial remeter-se a luta de outras mulheres que somaram forças na luta de classes, dando visibilidade às suas particularidades em um processo revolucionário.

Comungamos de tal perspectiva, conforme publicamos em ocasião anterior, na qual afirmávamos sobre as lutas das mulheres soviéticas que:

Ao conquistarem, por meio de reivindicações, o direito a postos públicos de trabalho e o reconhecimento de suas necessidades, a exemplo da legalização do aborto e de creches e escolas para os filhos, as mulheres se inseriam enquanto sujeitos políticos partícipes de um processo revolucionário, cujas reivindicações compunham uma concepção de sociedade igualitária. (OLIVEIRA, 2017, p.17).

É, portanto, uma contribuição do feminismo classista ao longo da história, da qual não podemos nos furtar de recuperar sua importância e sua contribuição, ainda que em contextos substancialmente distintos.

Voltando à incidência do Coletivo Feminista Ana Montenegro, destacamos outra ação de formação interna de suas militantes, o II Acampamento de Formação e Organização na Bahia, realizado na cidade de Feira de Santana, nos dias 23 e 24 de novembro de 2019.

Conforme matéria publicada pelo CFCAM:

Durante os grupos de trabalho, as camaradas encaminharam proposições de ações, a exemplo da necessidade de ampliar o diálogo com as mulheres trabalhadoras e estudantes, dentro dos seus espaços de inserção. Ao final do encontro foi possível apresentar à militância do estado da Bahia a recomposição da coordenação estadual, com camaradas que foram agregadas na atual coordenação

e que chegam para somar na consolidação do Coletivo na Bahia. (CFCAM, 2019, S/P).

Internamente, esse esforço de formação é um mecanismo importante para combater as investidas antifeministas que vem encontrando espaço na política e na sociedade brasileira, conforme já identificado desde 2015 nas resoluções do CFCAM, onde consta que:

Vimos acompanhando o estabelecimento de uma lógica que visa eliminar as discussões de gênero nos planos educacionais nacionais. O estabelecimento da formalização do formato ideal de família, que considera a heteronormatividade e mantém o patriarcado como organização imediata da sociedade brasileira e que perpetua as condições da violência doméstica e diminui os direitos das mulheres em casos de divórcio. (CFCAM, 2015, p. 9).

Em consonância com as formações realizadas e com as emissões de seus posicionamentos políticos, o CFCAM convocou suas militantes e ocupou as ruas do Brasil em 29 de setembro de 2018, na marcha feminista denominada “#elenão”, em oposição ao candidato à presidência Jair Bolsonaro naquela ocasião.

Consideramos que esse momento foi crucial na demarcação do antagonismo entre feminismo e bolsonarismo, algo que já era evidente, mas em 29 de setembro de 2019 foi demonstrado de acordo com a capacidade de mobilização e intervenção política das mulheres brasileiras em seus distintos espaços de atuação.

Por ocasião da mobilização feminista #elenão, o CFCAM divulgou em seu chamado às ruas o seguinte posicionamento:

Cabe dizer que o dito candidato vem alimentando em seus discursos preconceitos, machismo, homofobia e disseminado propagandas inverídicas sobre os comunistas, as feministas e organizações da classe trabalhadora, o que nesse momento conjuntural de escalada do capital é bastante vantajoso para as classes dominantes. Nos últimos dias, vários grupos de Mulheres contra o Bolsonaro surgiram nas redes sociais, um deles com a presença de mais de três milhões de mulheres, e junto a essa alavancada das mulheres, passaram a aumentar as mais diversas manifestações com posicionamentos contrários à candidatura do tal candidato, manifestações dos mais diversos campos que compreendem tudo o que a figura de Bolsonaro e sua possível vitória nas urnas representará para toda a classe trabalhadora de nosso país. Contudo, também não esquecemos do

apassivamento em que a classe trabalhadora foi colocada nos últimos anos e dizemos não à conciliação de classes. Está na hora da virada! (CFCAM, 2018).

Diante da eleição de Bolsonaro, certamente a resistência ao processo de desmonte dos direitos, ao conservadorismo e ao antifeminismo tende a crescer por parte do feminismo, mantendo a linha ideológica do 29 de setembro de 2018. Nesse contexto, destacamos também a mobilização e participação no segundo *breque dos apps*, realizado dia 25 de julho de 2020, data que marca o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha.

Sobre a participação das mulheres do CFCAM nesse ato, o coletivo entende que:

A conjunção desses dois eventos na mesma data simboliza a luta e resistência da nossa classe no combate às opressões e por melhores condições de vida e de trabalho. Os entregadores de aplicativos, homens e mulheres, majoritariamente negros, são a expressão mais dura do que é precarização do trabalho. (CFCAM, 2020).

A partir dessa afirmação, situamos a consubstancialidade das relações entre classe, raça e gênero na concepção e nas ações políticas deste coletivo, embora seja importante destacar ainda duas ações mais específicas tratando da questão de raça/etnia.

A primeira delas trata-se de difusão ideológica de um texto da militante Larissa Gouveia, publicado em 04 de novembro de 2017 na página do Coletivo, intitulado *Toda Mulher Negra é um Quilombo*. O texto alude ao mês de novembro, como mês da consciência negra, mais especificamente o dia 20 de novembro. A autora reflete sobre o sentido da quilombagem enquanto prática coletiva de resistência negra. Para ela o quilombo expressa acima de tudo um lugar de organização para a superação da opressão racial, posto que:

Foi um movimento de rebeldia permanente, organizado e dirigido pelos escravizados em todo o território nacional, de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. O Quilombo é o seu centro organizacional de rebeldia, revolta, não-passividade e negação desse sistema de exploração-

opressão por parte dos oprimidos. Ou seja, o quilombo era a unidade básica de resistência do escravizado. (GOUVEIA, 2017).

Para ela, as relações raciais na atualidade e os desafios impostos cotidianamente para a população negra pressupõem uma resistência no sentido do quilombamento, visando resistir às atuais práticas de opressão e de exploração racial. Por isso ela afirma que:

O Quilombo é a resistência da população que leva baculejo em revista policial, que é seguida em lojas, que sofre assédio no local de trabalho, que enfrenta a precarização da educação pública e o sucateamento dos hospitais nos bairros. O Quilombo são as mulheres e homens que dão o sangue e o suor para criar seus filhos e tentar salvar essa Juventude da "guerra as drogas" e da violência do aparato militar, muitas vezes sem nem se dar conta que tudo faz parte do projeto eugenista de higienização social arquitetado pelas contradições da sociedade dividida em classes. (GOUVEIA, 2017).

Importante destacar que muitas das atuações do Coletivo Ana Montenegro em relação à pauta racial, se dão conjuntamente com o Coletivo Negro Minervino de Oliveira, atuante na questão do negro dentro Partido Comunista Brasileiro.

A segunda ação desenvolvida é também de difusão ideológica de matéria intitulada *A brutalidade do racismo*, na qual destaca os dados exorbitantes de mortes de pessoas negras, seja pela polícia, seja por crimes civis motivados por racismo, repudiados por este coletivo.

Na referida nota, em referência a algumas dessas vidas perdidas, o CFCAM demonstra sua indignação ao afirmar:

Perdemos João Pedro, vítima de operações policiais enquanto brincava com os primos, perdemos Iago, também na mesma operação, perdemos João Pedro enquanto entregava cestas básicas para famílias da comunidade em que ele morava. Eles se somam as crianças e jovens negras e negros que não terão seus sonhos concretizados e carregam as marcas do racismo que ameaça a vida das famílias que temem a vida de seus filhos, enquanto precisam garantir sua sobrevivência. (CFCAM, 2020, S/P).

Por ser o ano em que eclodiu a pandemia do COVID-19 no Brasil, 2020 revelou várias expressões das desigualdades vivenciadas pelas mulheres da classe

trabalhadora mais precarizada, em sua maioria negras. Um caso emblemático foi a morte da criança Miguel em Recife, cuja mãe Mirtes, trabalhadora doméstica para uma família de classe alta, precisava levá-lo ao trabalho diante das circunstâncias de isolamento social, que implicou o fechamento das escolas.

Especificamente sobre o caso Miguel, o CFCAM se posicionou na nota supracitada com o seguinte trecho:

O racismo estrutural é imposto à população negra desde seu nascimento até os últimos momentos de suas vidas, infligindo um permanente processo de violência que se materializa das mais variadas formas. Miguel em seus cinco anos de vida com certeza precisou ser privado da afetividade da mãe para que a mesma pudesse garantir uma casa, alimentação e saúde. Mulheres pretas seguem trabalhando nessa pandemia, nos feriados e nas madrugadas, cuidando dos filhos das brancas, que às vezes até lutam pelo empoderamento da mulher e esquecem da cuidadora de seus filhos que foi transformada em propriedade da família, assim como suas filhas. Como foi o caso de Mirtis, mãe de Miguel, que é neto de outra mulher que trabalhou para a família Côrte Real. (CFCAM, 2020, n. p.).

Diante dos desafios que a pandemia impôs à organização coletiva, a matéria contra o racismo, considerando sua dimensão estrutural, demonstra um importante aspecto da luta das mulheres do Coletivo Ana Montenegro, seu repúdio à reprodução das relações raciais estabelecidas no caso em destaque, bem como o apoio à trabalhadora Mirtes, mais uma mãe submetida à exploração e à opressão classe/raça/gênero.

Em suas ações ideopolíticas, o CFCAM se posiciona na perspectiva da superação das relações desiguais entre classe, raça e gênero, consoante às resoluções do seu Encontro Nacional, em 2015, quando, atentas à conjuntura de crise internacional e nacional, as mulheres do CFCAM dispõem em tese que:

41. As trabalhadoras precisam se organizar para enfrentar nas ruas esse ataque aos seus direitos. É tarefa do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro participar ativamente dessa organização. E levar as principais bandeiras, históricas e atuais, da mulher trabalhadora, tendo como horizonte a superação do capital e construção de uma sociedade emancipada. (CFCAM, 2015, p.9).

Se somando às lutas pelos direitos que estão destituídos e ameaçados no atual contexto de ataques, o Coletivo Ana Montenegro vem se expandindo no Brasil, contando atualmente com diversos Núcleos pelos estados: Nacional; Alagoas; Amapá; Amazonas; Bahia; Distrito Federal; Goiás; Mato Grosso; Minas Gerais (Belo Horizonte, Ipatinga, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Uberaba e Uberlândia); Paraná (Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina); Pernambuco (Vale do São Francisco); Rio Grande do Sul (Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre); Rio de Janeiro (Petrópolis); Rio Grande do Norte (Natal); São Paulo (Campinas, Santos); Santa Catarina e Sergipe.

Conforme análise de atividades divulgadas nas redes sociais do Coletivo CFCAM nacional, elencamos 5 militantes cujas funções e estados são: Pedagoga (SP); Estudante de pós-graduação (BA); Doula (MG); Professora Ensino Superior (MT); Bióloga (SP).

A diversidade de estados nos quais os núcleos se concentram está refletida na amostra que elegemos acima.

5.5 A RESISTÊNCIA FEMINISTA



Logo do Movimento Resistência Feminista

Fonte: página do twitter do Movimento

Essa é a mais recente das organizações aqui estudadas, surgida há apenas um ano, atenta às últimas questões da conjuntura, ampliando o conjunto dos sujeitos que se mobilizam contrários ao recrudescimento do conservadorismo.

O grupo é composto por mulheres de todas as regiões do país, de várias gerações e experiências junto aos movimentos sociais, que viram a escalada autoritária crescer e protagonizaram lutas importantes, como o Fora Cunha, em denúncia aos retrocessos de Marco Feliciano; a

primavera feminista, em 2015; a luta em memória e cobrando respostas sobre o assassinato de Marielle Franco e, mais recentemente, o movimento #EleNão, em oposição ao atual presidente da República, Jair Bolsonaro, e a performance latino-americana “Estuprador és tu”, entre outras atividades feministas. (RESISTÊNCIA FEMINISTA, 2020).

Cabe destacar que mesmo com uma denominação específica enquanto coletivo apenas em 2020, a Resistência Feminista sucede importantes momentos de luta, nos quais as mulheres protagonizaram suas diversas lutas, que persistem e se ampliam no contexto atual, conforme explicitado acima.

O coletivo Resistência Feminista está internamente organizado na corrente Resistência do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e no manifesto de seu lançamento, em que se autodenominaram anticapitalista:

Nós, mulheres da Resistência Feminista, acreditamos que apenas o engajamento organizado das ativistas brasileiras poderá dar respostas à altura das ameaças que a extrema-direita personificada neste atual governo propaga. Por isso, muitas de nós, impulsionadoras desse novo movimento, está hoje nas fileiras no PSOL. Ao mesmo tempo, acreditamos que nossa experiência de organização precisa, antes de tudo, estar enraizada onde vive a maioria das mulheres brasileiras: nos bairros, nos locais de trabalho, nas escolas e universidades. É nestes espaços que a Resistência Feminista pretende organizar seus núcleos, reuniões e plenárias para a construção coletiva e democrática das lutas. (RESISTÊNCIA FEMINISTA, 2020).

Situamos a preocupação de estar nos diversos espaços de vivência das mulheres como uma preocupação, a partir da perspectiva da consubstancialidade classe, raça e gênero, que são enfrentadas cotidianamente por parte significativa das mulheres trabalhadoras.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas, organizadas e difundidas pela Resistência Feminista que destacaremos aqui estão compreendidas de março de 2020 até junho de 2021, por se tratar de um curto período desde seu lançamento e ainda marcado pela pandemia de Covid-19.

Segundo o seu manifesto de lançamento, a Resistência Feminista propõe articulação entre as lutas das mulheres e outras lutas nesse contexto de regressão de direitos. Conforme expresso:

Apostamos também que o calendário feminista no ano deve ser mais do que a simples formalidade de datas anuais. Queremos

ser parte daquelas que impulsionam essas datas como enfrentamentos enérgicos aos ataques aos nossos direitos, mas não só aqueles que tradicionalmente são parte da agenda feminista. Queremos ser parte daquelas que enxergam o feminismo como a defesa dos direitos de toda a classe trabalhadora e dos seus setores mais oprimidos, e que é atuante o ano inteiro nessas lutas. (RESISTÊNCIA FEMINISTA, 2020).

É tendencial que os movimentos feministas classistas comecem a se inserir em organizações de luta da classe trabalhadora, como partidos e sindicatos nas duas últimas décadas, revelando que os espaços para as mulheres são crescentes, em função da necessidade de refrear retrocessos e contribuir por uma cultura progressista, além de enfrentar o patriarcado mesmo em espaços ditos de luta e democráticos.

Ainda em março de 2020, a Resistência Feminista lançou matéria importante sobre o contexto da pandemia e as mulheres, intitulada *A Progressão da Pandemia e seus efeitos na vida das Mulheres Trabalhadoras*, na qual trata do avanço do Corona Vírus no Brasil não apenas como uma dimensão sanitária, mas também como consequência mediata da “incapacidade do capitalismo e de seus agentes neoliberais de apresentar respostas concretas que atendam às necessidades dos mais pobres e do conjunto da classe trabalhadora” (ALVES; MENDES, 2020).

Identificamos também nessa nota uma análise de conjuntura que rebate com particularidades na vida das mulheres negras, conforme consideram as autoras da matéria:

Com a crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus, esta realidade da mulher, mais sentida pelas negras desse país, será inevitavelmente agravada. Aquelas que ocupam as fileiras de desempregados permanecerão por mais tempo à espera de recolocação no mercado formal de trabalho, e as que já ocupam os postos, principalmente as terceirizadas e trabalhadoras domésticas serão, se forem, as últimas dispensadas para que cumpram o isolamento social e salvem suas vidas e ajudem a proteger as das pessoas próximas. (ALVES e MENDES, 2020).

De fato, sabemos o quanto a pandemia trouxe desafios para as mulheres, seja porque elas precisaram intensificar os trabalhos e os cuidados domésticos no período em que os membros da família necessitaram atender às medidas sanitárias de

isolamento; sejam por não alcançar o direito ao cumprimento de quarentena, continuando sua jornada de trabalho (trabalhadoras da saúde, trabalhadoras domésticas e desempregadas em busca de oportunidades) ou tendo que conciliar as tarefas da casa com o trabalho remoto; além de uma maior exposição aos conflitos que expressam os diferentes tipos de violência doméstica.

Nesse sentido, retomamos outro trecho da matéria em análise, quando as autoras afirmam que:

Vemos todos os dias divulgadas pela grande mídia, medidas importantes de contenção para amenizar a propagação do coronavírus, a qual a mais importante é o confinamento em casa, porém sabendo do número absurdo de casos de mulheres agredidas psicológica, física e sexualmente dentro dos lares, é criminosa a omissão dos governos ao não tocar em nenhum momento no tema da violência doméstica, não reforçando ou anunciando planos, serviços e medidas que assegurem total proteção às mulheres que sofrem com a violência doméstica. (ALVES e MENDES, 2020).

Enquanto pauta constante da Resistência Feminista, a violência contra a mulher foi abordada em nova matéria também em março de 2020, intitulada *Corona Vírus e a vida das mulheres: a necessidade da quarentena e o medo da violência doméstica*, de autoria de Tatianny Araújo, que relaciona a tendência ao agravamento da violência doméstica ao contexto de crise do capital e da ausência de medidas efetivas de combate à violência doméstica.

Como já abordado no capítulo anterior, a atuação política de sujeitos antifeministas aliada às posturas patriarcais do atual governo brasileiro culmina em novos desafios para a incidência ideopolítica feminista, conforme afirmado na nota:

Se temos uma ministra que fala que rosa é de menina e azul é de menino, sabemos bem a quem vai recair todos os afazeres domésticos no período. E isso leva a exaustão e a conflitos. A Ausência do debate de gênero e sexualidade nas escolas, vai acentuar a dura realidade de ser mulher no Brasil, desde a questão da responsabilidade com os afazeres domésticos e cuidados com os adoecidos, ao problema da violência contra meninas e mulheres! No caso dos estupros, os abusadores são em sua maioria pessoas com relação com a vítima – quantas mulheres estão saindo de casa para trabalhar durante a pandemia, seja por ser da saúde, ou atendentes de mercados, ou pessoas da limpeza? E com quem ficam suas crianças? E os estupros de mulheres casadas na negativa de sexo neste período? E os relatos de homens que impedem suas companheiras de usarem

contraceptivos, como farão para não engravidar? A falta de prevenção e de combate à cultura do estupro, a ausência de direitos sexuais e reprodutivos – da justiça reprodutiva – em nosso cotidiano nos demonstrará agora sua pior faceta! (ARAÚJO, 2020).

Politicamente, reconhecemos que o movimento feminista e, particularmente, a Resistência Feminista no PSOL cumprem um papel central nas lutas demandadas nesse contexto de recrudescimento conservador e de avanço dos desafios para as mulheres durante a pandemia do COVID-19, com todos os agravantes elencados na citação acima.

Para enfrentar a conjuntura adversa no ano de 2020, a Resistência Feminista participou ativamente do Levante Virtual das Mulheres e assinou o Manifesto lançado em 14 de junho, denominado Mulheres derrubam Bolsonaro. Em nota em que alerta para a importância da sua inserção nessas duas mobilizações e convoca para o ato virtual, a Resistência Feminista afirmou que: “Nós, da Resistência Feminista, junto com mais de 100 companheiras de dezenas de espaços políticos e estados diferentes, assinamos esse manifesto feminista e participaremos do Twittaço e da live do levante” (Resistência Feminista, 2020).

Podemos citar aqui um trecho do referido Manifesto no qual se identifica a direção classista, feminista e antirracista do conjunto de movimentos que o lançaram, compartilhada pela Resistência Feminista naquela ocasião:

Os impactos da pandemia não são iguais para todas, todes e todos. Mulheres negras e pobres, trabalhadoras informais, domésticas e as que estão na ponta dos serviços essenciais de saúde têm sua condição agravada, pois muitas vivem em moradias precárias em favelas e comunidades, sem água e esgoto, e sem acesso à saúde pública. Estão nas ruas batalhando pelo sustento da família e enfrentam a lida da casa, os cuidados com as crianças, idosos, doentes e parentes encarcerados. Essas mulheres perdem seus filhos, irmãos e netos para a brutalidade policial, pautada em uma política de segurança pública equivocada. (RESISTÊNCIA FEMINISTA, 2020).

Manter a resistência diante de um contexto histórico que por um lado acentua as desigualdades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras e por outro limita a atuação política pela necessidade concreta do isolamento social é uma forma do movimento feminista revelar-se atento, forte, atuante e dar uma contribuição na

perspectiva da ruptura com o conjunto das medidas arbitrárias e irresponsáveis dispensadas pelo governo de Bolsonaro.

O negacionismo quanto às comprovações científicas da gravidade do vírus SARS COVID, as afirmações presidenciais de analogia à gripe, a insistência em tratamentos considerados “precoces” com medicações sem comprovação, impôs ao Brasil uma condição de país com maior número de mortes e alto índice de contágio.

Além disso, a falta de interesse pela vacinação massiva como alternativa para enfrentar as duras consequências que envolvem um caos no Sistema Único de Saúde, com lotação de leitos, aceleração do número de mortes e condições adversas do trabalho em saúde, alastra as difíceis condições em que as mulheres vem sobrevivendo, além de impulsionar novas estratégias coletivas de resistência.

Destacamos nesse sentido uma outra matéria intitulada *Por que são as mulheres que vão derrubar Bolsonaro?* publicada em julho de 2020, de autoria de Martina Gomes e Silva Ferraro, na qual elas afirmam o seguinte:

O presidente não apenas é indiferente as quase 60 mil mortes contabilizadas oficialmente com o famoso “e daí?”, como também inúmeras vezes justificou o aumento da letalidade policial nas periferias brasileiras e o aumento da violência doméstica sobre as mulheres em tempos de covid-19 como fatos naturais.

Portanto, os alvos deste presidente, que somos nós: maioria dos brasileiros, não iremos descansar até a saída desse presidente genocida, racista e misógino. Se depender do *Levante de Mulheres Brasileiras* e dos movimentos sociais do país **#EleCai**. E hoje, dia 2 de julho, iremos entregar um [manifesto](#) com mais de 40 mil assinaturas de feministas, ativistas dos movimentos sociais e personalidade da cultura e da política que se unem para dizer um verdadeiro basta a essa situação. [#MulheresDerrubamBolsonaro](#) é um movimento que segue tomando a dianteira e organizando um dos principais movimentos políticos em tempos de recrudescimento do regime e piora da situação de vida no país. (GOMES; FERRARO, 2020, S/P., grifos das autoras).

Nessa perspectiva de articulação a outras demandas da classe, dando relevância às demandas específicas das mulheres, o feminismo se expande, se autoafirma como sujeito necessário às lutas anticapitalistas e antirracistas, sobre as quais trazemos aqui duas ações específicas.

Na matéria *Sempre Gritamos “Vidas Negras Importam”*: entrevista com a ativista Buba Aguiar, de autoria de Mariana dos Reis Santos, publicada em junho de

2020, está demarcado o posicionamento antirracista da Resistência Feminista quando a mesma afirma sobre os caminhos da luta antirracista no Brasil:

Balizando com o contexto atual frente ao governo Bolsonaro vigente, analiso que clamar por democracia, é antes de tudo reivindicar pela igualdade racial. Caso a luta racista não seja prioridade num movimento político que se constitui como democrático, conseqüentemente naturalizaremos neste projeto de sociedade: o crescimento da população negra no cárcere, de jovens negros executados pela polícia e de espaços de poder e instituições dominados pela branquitude. Por isso a luta anti fascista deve ser antes de tudo anti racista também, uma vez que uma das faces do projeto político do fascismo foi o racismo. (SANTOS, 2020, S/P).

Nessa mesma direção vai a afirmação da ativista entrevistada, quando perguntada sobre o isolamento social e afirmou:

É isso, não temos direito às medidas de prevenção completa. Nenhuma medida foi pensada para contemplar o povo pobre, já começando pelo acesso à água e terminando no direito à saúde de qualidade. Diante do aumento expressivo das mortes em operações policiais ficou incabível continuarmos fazendo ações sociais somente nos nossos territórios, tivemos de tomar as ruas. Pra mim foi uma mistura de sentimentos, a maior parte ruins. Inaceitável que em meio à uma pandemia mundial a gente tenha que ir as ruas protestar por mortes em decorrência de ações policiais. Na primeira manifestação inclusive chorei... isso é incabível. Beira ao surreal. (AGUIAR, 2020).

A realização de atos e mobilizações nas ruas de todo o Brasil em um período que ficar em casa parecia ser sinônimo de segurança revela as estratégias coletivas de resistência classista, feminista e antirracista, reivindicativas e denunciadoras das reais condições que a população negra brasileira se encontra.

Uma outra matéria importante publicada já em 2021 foi *Julho das pretas: Para o Brasil Genocida Mulheres Negras apontam a Solução!*, de autoria de Brenda Marques, em que ela trata da agenda das mulheres negras para o mês de julho, diante do COVID, da fome, das mortes decorrentes do descaso do governo, do sexismo e do racismo estrutural. Para ela:

É diante desse cenário que estamos iniciando o mês de julho, onde o movimento de mulheres negras constrói o “Julho das Pretas”, uma agenda política conjunta, com debates a partir do que significa ser uma

mulher negra no Brasil e propostas de mudanças políticas a partir do combate ao racismo e sexismo. Neste ano o julho das pretas está na sua 9ª edição com o tema geral: *Para o Brasil Genocida, Mulheres Negras apontam a Solução!* A intenção do tema é denunciar o genocídio da população negra brasileira, em curso há muito tempo, e intensificado durante a pandemia da covid-19 e ao mesmo tempo apontar que para as soluções a serem construídas de mudança desta situação de precarização, desgoverno e a naturalização de absurdos racistas, misóginos e patriarcais que estruturam o capitalismo, as mulheres negras têm um papel central. (MARQUES, 2021, grifos da autora).

Portanto, por todas as ações aqui destacadas, afirmamos que há uma resistência ao conservadorismo por meio de uma disputa ideopolítica feminista, inserida nas lutas sociais antipatriarcais e antirracistas.

A tendência que se coloca é de fortalecimento das lutas em defesa da democracia, para refrear o processo de destituição de direitos em curso e disputar o Estado por políticas públicas, havendo forte incidência da pauta racial no interior desse movimento, a despeito de seu pouco tempo de existência e da articulação sempre destacada com as lutas sociais mais gerais.

No tocante ao quadro profissional das militantes, a nossa amostra a partir das identificações nas postagens do sítio do Movimento no site do jornal esquerda online, revelou: Jornalista (RJ); Professora (CE); Professora universitária (RJ); Professora ensino médio (SP); Professora ensino básico (PE).

É evidente a capacidade organizativa nos maiores e mais numerosos estados, embora se encontre um núcleo fora do eixo sudeste.

5.6 SÍNTESE ANALÍTICA DAS CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DOS SUJEITOS DO FEMINISMO

O ponto em comum que nos chamou atenção dos movimentos aqui destacados é, como já destacamos, sua articulação com outros sujeitos coletivos de interesse da classe trabalhadora, o que nos apresenta nesse contexto como um aspecto inovador, tendo em vista que mesmo que possamos constatar a inserção das pautas de gênero e de feminismo no interior de sindicatos, partidos e movimentos mais amplos, essa incidência mais programática e orgânica por parte das próprias militantes aponta para a ruptura de padrões historicamente masculinizados. Ao nosso

ver, é uma forma de revirar as estruturas internas, estimulando a ocupação de novos lugares de poder para as mulheres.

Enquanto as ações de mobilização e participação em atos, bem como a divulgação de notas e matérias revelam uma intervenção mais externa, a formação se apresenta como uma forma de manter a unidade de pensamento e ação feministas no interior das organizações a que se vinculam.

Destacamos, nesse sentido, quatro exemplificações de como aparece a preocupação das mulheres em sua organização política e incidência nos movimentos aqui elencados.

As militantes do Movimento Mulheres em Luta, Patrícia Tropa e Priscila de Carvalho, destacam em artigo sobre a atuação do MML na esquerda classista, apontam em relação ao I Encontro de Mulheres da CSP Conlutas, em 2012 que:

O MML também defendia a realização de campanhas que visassem à inclusão das datas históricas das mulheres no calendário da CSP Conlutas, tais como o 8 de março – dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras; o 25 de julho – dia latino-americano da mulher negra; o 28 de setembro – dia latino-americano de luta pela legalização e descriminalização do aborto; 25 de novembro – dia latino-americano de luta contra a violência às mulheres. Ademais, caberia à CSP Conlutas assumir as campanhas “Trabalho igual, salário igual” e a “Campanha Nacional por creches” (CARVALHO; TROPIA, 2015, S/P).

No nosso ponto de vista, ao inserir as pautas gerais feministas no interior da central sindical à qual está vinculada, ao se organizarem por dentro dessa organização e reivindicarem suas bandeiras particulares dentro da agenda de lutas mais amplas, as mulheres do MML avançam em relação ao reconhecimento da dimensão de gênero como componente da classe trabalhadora.

De tal modo, as participações desse movimento nas mobilizações e atos das mulheres pelo Brasil, a partir de uma perspectiva de luta por direitos das mulheres trabalhadoras, retroalimenta efetivamente a perspectiva classista e antirracista das questões referentes às desigualdades nas relações sociais de sexo.

Tomamos como exemplo a participação desse movimento na Plenária Nacional de Mulheres, que aconteceu na modalidade virtual, para organizar o Dia Nacional de Mobilização das Mulheres *Bolsonaro Nunca Mais*, ocorrido dia 04 de dezembro do mesmo ano.

Em nota sobre a Plenária, a Resistência Feminista afirmou que:

Ressaltando que a iniciativa dessa data, o protagonismo, é das mulheres, mas somente seremos vitoriosas nessa tarefa se o conjunto dos lutadores entenderem que é mais um dia de luta pelo fora Bolsonaro, ou seja, se também entrarem com seriedade nessa organização. Portanto, é urgente que as frentes feministas estaduais e as frentes fora Bolsonaro também se reúnam para as deliberações necessárias para fazer o ato existir. Está sendo finalizado um manifesto nacional reforçando a importância desse próximo dia de luta. (RESISTÊNCIA FEMINISTA, 2021, S/P).

Evidencia-se a incidência política feminista junto ao Partido a que esse movimento está inserido, contribuindo para a transformação das relações desiguais nesse espaço, a partir de um diálogo com espaços maiores e coletivos na sociedade, seguindo com a participação nas diferentes mobilizações em defesa da vida e contra o conservadorismo do governo brasileiro, seus ataques ao conjunto dos trabalhadores e às mulheres.

O que inferimos a partir dessas ações internas e externas dos movimentos é que há uma sintonia nas pautas (por direitos, contra as opressões, fora Bolsonaro), ambos voltados internamente ao fortalecimento de seus princípios e constância nos posicionamentos e diálogos, além de somar forças em atos coletivos, com a centralidade das pautas das mulheres, seja em datas emblemáticas, seja em momentos mais espontâneos, a partir dos acontecimentos políticos que inquietam sujeitos coletivos de luta.

Já as divergências existentes, conforme nos foi possível extrair dos elementos analisados, elas são mais metodológicas - da forma como incidem, do que política - uma vez que as pautas são mais comuns.

Então, ao pesquisa nos blogs e redes sociais (já mencionados), apreendemos que a incidência, por exemplo da resistência feminista, por ter representatividade - por menor que seja - no parlamento, por meio do partido a que pertence, consegue pautar em plenário questões como enfrentamento à violência; denúncias de opressões diversas; destinação de recursos via emendas parlamentares, alcançando um plano mais concreto e mais organizado em termos de execução das pautas.

Já os demais, possuem um peso reivindicativo amplo, mas a sistemática de organização extrapola, por exemplo, um projeto, um documento elaborado e assinado

coletivamente, estando mais soltos, aliados às lutas dos sujeitos aos quais estão vinculados.

Como sabemos, a esquerda brasileira aos quais esses sujeitos estão ligados, por exemplo PCB, PSTU e MRT, não alcançam o espaço que o PSOL ocupa, enfrentando os desafios de: não se configurarem como massivos, o que reduz, em tamanho, a expressividade desses movimentos; além de não ocuparem homoganeamente o território brasileiro.

Então vamos ter, por exemplo, uma expressão do Pão e Rosas e do MML mais focada no sudeste e Sul do país, enquanto Ana Montenegro e Resistencia Feminista tem mais capilaridade em termos de interiorização.

Além disso, a relação classe-raça-gênero é impressa de formas distintas em cada movimento, com suas dinâmicas particulares e articuladas de acordo com suas possibilidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a totalidade como concepção epistemológica central e as ideologias como formas fundamentais da contradição em processo, analisar o real e construir os conceitos que o explicam, e não simplesmente os descrevem e legitimam, é garantir a possibilidade de uma intervenção rigorosa na totalidade social a partir da qual as transformações da sociedade é uma possibilidade real.

(DIAS, 2006, p. 58-59)

6.1 REVELAÇÕES DO CAMINHO DE VOLTA

A menção a Dias (2006) acima nos convence de que, enquanto um sujeito histórico particular, o movimento feminista classista e antirracista colabora para as lutas sociais, com vistas a uma transformação das relações sociais desiguais, ressaltando as condições das mulheres nas relações capitalistas, patriarcais e racistas.

O contexto dos anos 2000, no qual as tensões que perpassam as lutas feministas seguem seu curso, aponta para novas formas de organização, dentre elas a vinculação das demandas das mulheres a organizações como partidos, centrais sindicais e movimentos mais abrangentes, conforme foi possível identificar nas duas últimas décadas, período em que surgem os movimentos aqui analisados.

Destarte, o fenômeno do qual partimos em 2015, a primavera feminista e o enfrentamento ao conservadorismo político naquele momento, se desdobra em novas lutas, rebatendo a ascensão conservadora aqui expressa em sujeitos políticos – também resultantes da reprodução das relações sociais nos anos 2000 - que tendem a deslegitimar e tensionar valores e práticas presentes nas lutas por liberdade e direitos.

As interposições analíticas que elaboramos no percurso que possibilitou extrair novos elementos na apreensão do elemento do qual partimos, recuperam mediações e contradições ainda que parciais, a partir das quais nos aproximamos das determinações que incidem sobre as disputas entre o movimento feminista e os movimentos conservadores no Brasil contemporâneo.

A crise do capital em curso e seus rebatimentos na realidade brasileira impõem limites à efetividade das políticas para as mulheres, mesmo diante de alguns avanços no tocante ao atendimento à uma agenda feminista em curso, que na primeira década do século XXI alcançam uma inserção de suas reivindicações em órgãos governamentais, como Coordenadorias e Secretarias Especiais.

Entretanto, inseridas no contexto de ajustes fiscais e de interesses de mercado, as políticas para as mulheres acompanham uma agenda social-liberal formal, cujas ideologias que identificamos as direcionam para o campo do empreendedorismo e do empoderamento, resultantes dos planos sociais elaborados a partir dos Organismos Internacionais com objetivos mercadológicos.

Reside nesse contexto as inquietações motivadoras para o surgimento de novos sujeitos do feminismo, que vão questionar os limites institucionais impostos à efetivação de direitos já reconhecidos da classe trabalhadora, especialmente a conciliação de classes, operada a partir de 2003, com crescimento da direita até a segunda década.

A direita que propunha o Projeto de Lei nº 5069/2013, um dos elementos impulsionadores do levante feminista pouco difere da direita conservadora que apoia a eleição de Bolsonaro em 2018. Aqui já residia aspectos que interseccionam o liberalismo e o conservadorismo, conforme foi caracterizado por Biroli (2017).

Essa apreensão dos mecanismos políticos sociais e ideológicos que se unificam a partir do fortalecimento da direita nos é indispensável para entender como o conservadorismo consegue se legitimar a ponto de servir de base moral para o golpe institucional e midiático contra o mandato da presidência Dilma em 2016, a partir de quando o Conservadorismo ascende ainda mais, em consonância com o acirramento do desmonte de direitos.

De tal modo, os desafios que circundam as lutas feministas no Brasil da primeira década para a segunda dos anos 2000 consistem em lutar pela defesa de direitos, razão pela qual, no nosso entendimento, os movimentos que analisamos partem de uma ação em conjunto com outros sujeitos coletivos, aliados à luta geral da classe trabalhadora contra os ataques aos direitos em curso.

Cabe retomar aqui a nossa apreensão de que o Conservadorismo político no Brasil, se particulariza pelo caráter histórico de um país cujas relações de exploração e dominação combinam aspectos históricos tradicionais, de base escravista e

economicamente dependente, em aliança com os interesses conservadores mundiais contemporâneos, que alcançam bastante legitimidade no século XXI.

Demonstramos que há uma base patriarcal sobre a qual o conservadorismo se afirma e se expande, de tal modo que os desmontes de direitos operados, sobretudo na segunda década dos anos 2000, incidem de modo particular na vida das mulheres da classe trabalhadora, tendendo a desconsiderar as desigualdades que elas vivenciam cotidianamente. Podemos apontar aqui a reposta para o seguinte objetivo: Analisar as principais tendências ideopolíticas que sustentam as políticas e programas voltados aos direitos mulheres a partir dos anos 2000;

Sob essa perspectiva, inferimos que as contrarreformas trabalhista e previdenciária, por exemplo, intensificam as consequências da divisão sociosexual do trabalho, rebaixando ainda mais os salários, apelando para atividades de tempo parcial e reduzindo a possibilidade de acesso a direitos como licença maternidade e tempo de amamentação, exclusivo das mulheres.

Dada a consubstancialidade classe-raça-gênero, reafirmamos as particularidades inerentes às mulheres negras nesse contexto, muitas delas ainda não podendo se afirmar enquanto sujeito de direitos e tendendo a se distanciar mais ainda dessa condição, frente à austeridade das políticas sociais e à guerra antidireitos.

Se por um lado, a investida antidireitos operada pelas forças políticas dominantes nos anos de 2011 a 2020 comporta uma aliança entre os representantes políticos do neoliberalismo (bancada ruralista, políticos empresários, mediadores da indústria armamentista), sua consolidação se sustenta em ataques a direitos já consolidados, sob as mais variadas argumentações, bem como se contrapõe à ampliação do atendimento às necessidades humanas, com destaque para recuos no atendimento às mulheres, população LGBTQIA+, população negra, povos indígenas e política ambiental.

No decorrer dessa segunda década, o golpe operado contra a presidenta Dilma revela com nitidez a hegemonia do discurso liberal-conservador, cuja justificativa do voto favorável à abertura do processo do *impeachment* se basearam em defesa da família e da propriedade, referenciando a família heteronormativa, branca, proprietária e contrária aos interesses do conjunto da população. A partir de então, a probabilidade de aprovação de projetos que os representem aumenta, sob a liderança de sujeitos coletivos dentre os quais os que analisamos no terceiro capítulo

desta tese, embora seja importante ressaltar que sempre houve resistências no plano da luta de classes, conforme evidenciamos no último capítulo.

As consequências de discursos e práticas antidireitos no contexto brasileiro da segunda década dos anos 2000 são reveladas no processo de contrarreformas (trabalhista, previdenciária, lei da terceirização) e suas particularidades para as mulheres, reforçando a divisão sociosexual do trabalho.

Do mesmo modo, o acesso à seguridade social pelas mulheres da classe trabalhadora cujas particularidades na saúde, assistência social, educação e segurança encontra a contradição entre a necessidade de garantir o acesso levando em conta o fato de serem mulheres, na contramão do processo de enxugamento de recursos (a exemplo da lei de teto dos gastos, por meio da qual se operou um congelamento de 20 anos nos recursos das políticas de seguridade), além dos recuos nas garantias legais por meio das contrarreformas.

As implicações dessas medidas são ainda mais deletérias para as mulheres negras, denotando a face racial tanto da própria realidade desigual, como dos mecanismos que ampliam ou negam direitos, particularmente o processo de negação.

A divisão social do trabalho, sustentada pelas dimensões sexual e racial, por exemplo, implica em precarização acirrada das atividades desempenhadas pelas mulheres negras, o que aliada às dificuldades dessas mulheres acessarem educação e formação profissional, tende a inseri-las nas funções menos remuneradas, que não dispõem do conjunto de garantias como férias, licença maternidade, décimo terceiro e licenças remuneradas.

Já no campo de acesso à seguridade social, enfrentam os desafios de um padrão branco de acesso, tendo que driblar a seletividade, a morosidade, a criteriosidade e o racismo reproduzido muitas vezes no âmbito institucional onde o serviços são acessados, desafio maior quando se trata de desempregados/as e trabalhadores/as informais, cuja contribuição direta de seguridade não é facilitada pelo vínculo trabalhista.

Outrossim, as acentuadas posturas conservadoras se recrudescem à medida que sujeitos políticos, tanto liberais – como o MBL, como conservadores – a exemplo da Bancada Evangélica, do Escola Sem Partido e do recente Movimento Brasil Conservador – MBC se afirmam e se fortalecem, adentrando os espaços parlamentares e a sociedade, de modo geral.

Temos que as investidas liberais, abrem margem para um encontro ideológico antidireitos e antidemocrático, que fortalece o conservadorismo que se acentua na segunda década dos anos 2000, apoiado no senso comum, no fundamentalismo religioso e no patriarcado.

Entre os sujeitos pesquisados, identificamos que os mesmos coadunam com as pautas antifeministas, mas o conservadorismo é crescente, tendo em vista uma postura mais quieta do MBL após as eleições de 2018, enquanto o Movimento Brasil Conservador surge em 2019 para legitimar posicionamentos intolerantes quanto às pautas de LGBTQIA+ e feministas.

Sob o viés patriarcal, representantes do conservadorismo no parlamento sugerem projetos contrários ao ensino de gênero e sexualidade, reatualizam os debates acerca da família conservadora – diga-se heteronormativa e patriarcal- em torno do qual surge a proposta do Estatuto da Família; do Estatuto do nascituro, contrariando o debate da autonomia das mulheres sobre seus corpos, bem como revelando uma profunda regressão para os direitos sexuais e reprodutivos já garantidos.

Aqui respondemos ao objetivo no qual pretendíamos: Identificar as determinações que particularizam o avanço do conservadorismo, do patriarcado e do racismo nas políticas e nos programas destinados às mulheres no século XXI.

As disputas ideológicas seguem seu curso nas décadas por nós analisadas, os espaços da política parlamentar seguem sendo disputados por mulheres (heterossexuais, trans, lésbicas, bissexuais) e para além do campo partidário organiza-se a resistência feminista, classista, antirracista e anticapitalista, encontrando caminhos frente às adversidades.

Destacamos que o ano de 2015, com a primavera feminista contrárias ao Estatuto do nascituro e emblematicamente enfrentando o então presidente da Câmara de Deputados Federais, Eduardo Cunha; as inúmeras mobilizações em defesa da democracia em 2016 e a mobilização nacional denominada “Ele não”, contrárias ao então presidenciável Jair Bolsonaro, em 2018 expressam potencial contribuição das mulheres trabalhadoras à luta por direitos, por liberdade e por democracia no Brasil.

Conforme os sujeitos aqui analisados, a pauta feminista classista cresce no interior de movimentos sociais mais gerais, de sindicatos, possui, em grande medida,

articulação com organizações internacionais e estão atentas às lutas anticapitalistas, antipatriarcais e antirracistas.

Por meios de mobilização e divulgação, que analisamos caracterizamos como difusão ideológica, formação e ação política, podemos afirmar que o feminismo brasileiro nos anos 2000 é um sujeito coletivo legítimo e necessário ao enfrentamento do conservadorismo, uma vez que seus posicionamentos e ações culminam em posturas libertárias, democráticas e em defesa das conquistas civilizatórias já alcançadas pela classe trabalhadora e pelas mulheres.

Desde os coletivos e/ou grupos e movimentos feministas que surgiram na primeira década dos anos 2000, até os que surgem na segunda década, têm demonstrado coragem e ousadia para formar quadros, participar das lutas contra os desmontes e se utilizar de canais de comunicação como redes sociais, blogs e sites na difusão de seus posicionamentos, que comporta: matérias, notas, textos, informes, convocatórias, dentre outras.

A composição de todos eles comporta mulheres trabalhadoras (uma grande incidência de professoras de todos os níveis de ensino; estudantes; jornalistas; sindicalistas), sendo ambas as responsáveis pelo desenvolvimento das atividades realizadas por cada movimento.

A exceção de um dos movimentos, matérias e notas, além formações constantes relativas às condições das mulheres negras são ações cotidianas, sempre em consonância com as condições objetivas que expressam a consubstancialidade das relações sociais entre classe, sexo e raça/etnia.

As opressões de raça e de sexo/sexualidade não estão, portanto, desconectadas das consequências econômico-sociais que, decorrentes do acirramento das desigualdades entre as classes, configuram desafios constantes no plano político e ideológico. Por isso, é impensável a luta e a resistência da classe trabalhadora, sem reconhecer as particularidades dos sujeitos individuais e coletivos que a compõem.

Para a perspectiva consubstancial das lutas, a contribuição do feminismo classista e antirracista é crucial, quando vislumbramos qualquer conquista para a classe trabalhadora na contemporaneidade.

Encontramos nesses elementos uma resposta para o objetivo anteriormente elencado: Apreender como se expressa a co-relação de forças entre agenda feminista

classista e a agenda liberal e conservadora nas pautas feministas, os sujeitos políticos que a defendem e seus interesses.

6.2 TENDÊNCIAS DA DISPUTA IDEOPOLÍTICA ENTRE CONSERVADORISMO E FEMINISMO

Diante da constatação de que a articulação entre conservadorismo, patriarcado e racismo se consolida por meio das ideologias dominantes e seus sujeitos e projetos antidireitos, anti-diversidade e antidemocráticos, a exemplo da bancada evangélica, que tenta orientar o Estado em uma perspectiva cristã; o MBL, que, ao defender a liberdade de mercado ataca os direitos alcançados, seus recuos e um discurso individualizante; o Escola sem partido, que ataca as liberdades de ensino, suprimindo qualquer discurso que trate das desigualdades entre os gêneros; e o Movimento Brasil Conservador, que visa consolidar ataques a mulheres, negros, população LGBT, indígenas, tratando suas reivindicações como mimimi.

Aliadas à perspectiva liberal, essas investidas conservadoras, tendem a inviabilizar um projeto social que incorpore os anseios anticapitalistas, antifeministas e antirracistas, tornando a segunda década dos anos 2000 um terreno histórico no qual o Estado se apresenta menos laico, menos democrático e menos de direito.

Ao galgarem espaços na esfera pública, a exemplo do golpe de 2016 e da eleição de Bolsonaro em 2018, os sujeitos conservadores alcançam maiores possibilidades de difundir uma agenda antifeminista e que reproduz o racismo, da qual são exemplos os Ministérios dos Direitos Humanos e das Mulheres, bem como a condução da Fundação Palmares, na gestão de Bolsonaro.

A passagem do fim da segunda década do século XXI para a entrada da terceira foi marcada pela pandemia do SARS-COVID 19, cujas desastrosas consequências trouxeram à tona os limites da aliança liberalismo e conservadorismo, que ora se expressa no negacionismo científico e na crise sanitária que marca esse contexto, com forte apelo antivacina, liderado pela base de apoio ao presidente Jair Bolsonaro.

No plano político, foram travadas lutas em defesa da vida, do auxílio emergencial como medida de garantia da sobrevivência da classe trabalhadora, dividida entre trabalhadores/as que puderam seguir um período de quarentena e,

majoritariamente, aqueles/as que tiveram de seguir seu curso de deslocamentos, trabalhos precarizados e risco de contaminação e morte.

Destarte, as mulheres negras estão na linha de frente do trabalho doméstico, com a presença de patrões e patroas em casa, com o desafio de administrar um cotidiano de intensificação dos cuidados, com filhos/as em casa, uma vez que as escolhas paralisaram as atividades.

Os anos de 2020 e 2021, apesar das difíceis circunstâncias, vêm sendo palco de inúmeras mobilizações em defesa da vida, contra a fome, por vacina e contra o negacionismo, expressão marcante do conservadorismo anti-ciência no período de pandemia.

Ante ao contexto de crise estrutural do capital, as estratégias de exploração e de dominação avançam no Brasil, de modo que mulheres indígenas, de populações ribeirinhas, rurais e urbanas são alvos cotidianos das distintas formas de violência, nos âmbitos público e privado, reorganizando suas resistências, a exemplo da Segunda Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada em setembro de 2021, integrantes do acampamento indígena contra a proposta de marco temporal que pretendia limitar a propriedade de terras a famílias indígenas ocupantes de seus territórios desde 1988.

Além disso, mobilizações contra a PEC 32 – Reforma administrativa contou com a presença dos movimentos de mulheres elencados nessa pesquisa, tendo fortes concentrações em Brasília no mês de outubro de 2021, em articulação com fóruns, centrais sindicais e outros coletivos e movimentos de servidores públicos, os mais afetados pela PEC em curso.

As tendências que se apontam é que o feminismo se expande nas diversas lutas que despontam, frente a um contexto de aprofundamento dos desmontes e dos ataques ao conjunto da população trabalhadora.

De certo, os anos 2000 revelaram e seguem revelando as potencialidades feministas e, do nosso ponto de vista, uma singular contribuição ao conjunto das reivindicações, que enriquece a concepção de classe e revela questões concretas sobre a vida das mulheres, dotando a luta de materialidade e resistência. São as mulheres com classe, com cor, com sexualidade distintas entre si, mas dispostas a construir unidade em busca do “bem viver”.

Certamente, as eleições que se aproximam para 2022 exigem unidade em defesa de um projeto que dialogue com as pautas e as reivindicações feministas, que conforme nossa análise, somam nas fileiras do fora Bolsonaro e além, em defesa de um Brasil que construa uma cidadania não só formal, mas que reconheça as necessidades de sua população, na perspectiva de seu atendimento. É a roda vida da luta de classes (em sua diversidade e totalidade) que segue o giro e renova o esperar!

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.
- AGUIAR, Buba. Sempre gritamos vidas negras importam: entrevista com a ativista Buba Aguiar, por Mariana Santos. Publicada em 16/06/2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br>. Acesso em dezembro de 2021.
- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, J. P. *Organismos internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina*. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, R. Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma. In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 162-193.
- ALVES, A; MENDES, M. A progressão da pandemia e seus efeitos na vida das mulheres trabalhadoras. Matéria publicada em 26/03/2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/26/a-progressao-da-pandemia-e-seus-efeitos-na-vida-das-mulheres-trabalhadoras/>. Acesso em novembro de 2021.
- AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras. *Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*. CFEMEA, Brasília, 2011.
- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANDERSON, P. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2009. [edição revista e ampliada].
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAÚJO, Tatianny. Coronavírus e a vida das mulheres: a necessidade de quarentena e o medo da violência doméstica. Matéria publicada em 23/03/2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/23/conoravirus-e-a-vida-das-mulheres/>. Acesso em novembro de 2021.
- ARRUZZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019. [tradução de Heci Regina Candiani].

ASSUNÇÃO, D. *A precarização tem rosto de mulher*. 2. ed. São Paulo: Edições Iskra, 2013.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. *Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?* Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

BEAVOIR, Simone. In: Poemas e frases (Simone de Beauvoir). Publicado em 10/11/2013. Disponível em: <http://singelasleituras.blogspot.com/2013/11/poemas-e-frases-simone-de-beauvoir.html>. Acesso em março de 2020.

BECKER, C. *et al.* Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. P.247-276.

BERNARDO, Jussara P. *Direito ao Aborto na Agenda Política Brasileira: análise das propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional no período de 2010 a 2017*. Recife/UFPE, 2019. Dissertação de Mestrado.

BIROLI, F. O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral. In: BUENO, W. *et al.* (org.). *Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2017. P. 17-26.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BRAGA, R. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. *Plano Nacional de Política para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2013.

BRASIL. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014.

BRASIL. *Relatório de Gestão 2003-2006: promoção da igualdade racial*. Brasília: SEPPPIR, 2006.

BRASIL. *Programa Pró-equidade de Gênero e Raça*. Brasília: SPM/Seppir, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS*. 3. ed. Brasília, 2017.

BRASIL. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2018.

BRUM, E. *Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o Brasil de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo, Edipro, 2014.

CALCAGNO, Victor. O que pregam os participantes do primeiro Congresso Antifeminista do Brasil? *Revista Época*. Matéria Publicada em 14/08/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/feche-as- pernas-que-pregam-os-participantes-do-1-congresso-antifeminista-do-brasil-22964525>. Acesso em julho de 2021.

CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. *PL 867/2015*. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em agosto de 2021.

CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. *Deputadas criticam corte de recursos para combate à violência contra a mulher*. Matéria publicada em 06/02/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em agosto de 2021.

CANCIAN, A.; MALINI, F. L. A nova cara da direita no Brasil: um estudo sobre o grupo político MBL – Movimento Brasil Livre. *In: SIMPÓSIO DIREITAS BRASILEIRAS*, 1., 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. p. 1-22.

CÂNDIDO, C. L.; COSTA, C. C. (org.). *Manual crítico da Reforma da Previdência*. São Paulo: LBS Advogados, 2019.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. *In: GALLEGOS, E. S. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas*. São Paulo: Boitempo, 2019. P. 34-41.

CARNEIRO, S. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. [Coleção Consciência Negra].

CARNEIRO, S. Entrevista. *In: Marxismo e Questão Racial. Revista Margem Esquerda*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

CARVALHO, I. O fetiche do “empoderamento”: do conceito ideológico ao projeto econômico-político. *In: MONTAÑO, C. (org.) O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*. São Paulo: Cortez, 2014. P. 144-184.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, L. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, P; TROPIA, P. Movimento Mulheres em Luta: construindo o feminismo de esquerda e classista. Matéria publicada em 13 de março de 2015, disponível em: <http://mulhereseemluta.blogspot.com/2015/03/movimento-mulheres-em-luta-construindo.html>. Acesso em dezembro de 2021.

CASIMIRO Flávio H. *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Expressão Popular, 2018a.

CASIMIRO, Flávio H. As classes dominantes e a nova direita no Brasil Contemporâneo. In: GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas*. São Paulo: Boitempo, 2018b. P.42-47.

CASIMIRO, Flávio H. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CASTELO, R. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTELO, R. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, E.; SOBRAL, E.; RODRIGUES JR., N. (org.). *Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. [pp. 43-74].

CASTELO, R. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. IN: *Revista Emancipação* Nº 8. UEPG, Ponta Grossa, 2008. [pp. 21-35].

CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. O que é feminismo Classista. Definição Publicada em 2016. Disponível em: <https://anamontenegro.org/cfcam/sobre/>. Acesso em novembro de 2021.

CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. Pelo Direito das Mulheres à vida, à saúde, ao pão e ao trabalho. Matéria publicada em 14/12/2016. Disponível em: <https://anamontenegro.org/cfcam/2016/12/14/a-criminalizacao-do-aborto-e-anticonstitucional-e-contra-a-vida-das-mulheres/>. Acesso em novembro de 2021.

CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. Coletivo Ana Montenegro de Floripa realiza atividade de formação sobre o papel das mulheres na Revolução Russa. Matéria publicada em 05/03/2017. Disponível em: <https://anamontenegro.org/cfcam/2017/03/05/coletivo-ana-montenegro-de-floripa-realiza-atividade-de-formacao-sobre-o-papel-das-mulheres-na-revolucao-russa/>. Acesso em novembro de 2021.

CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. Está na hora da virada, todas às ruas. Matéria publicada em 28/09/2018. Disponível em:

<https://anamontenegro.org/cfcam/2018/09/28/esta-na-hora-da-virada-todas-as-ruas/>. Acesso em novembro de 2018.

CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. Caderno de Teses. *Encontro Nacional do Coletivo Ana Montenegro*. São Paulo, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bw573moUqIGeS005ZUxkLXRPUVE/view?resourcekey=0-gCKUFlzhYArWJeNeCcqe_g. Acesso em novembro de 2021.

CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. A brutalidade do racismo. Matéria publicada em 06/06/2020. Disponível em: <https://anamontenegro.org/cfcam/2020/06/06/a-brutalidade-do-racismo/>. Acesso em novembro de 2021.

CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. 25 de julho de 2020. Matéria publicada em 25/07/2020. Disponível em: <https://anamontenegro.org/cfcam/2020/07/25/25-de-julho-de-2020/>. Acesso em novembro de 2021.

CFESS. *Assistentes sociais no combate ao racismo: o livro*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. In: ABRAMIDES, M.; DURIGUETTO, M. L. (org.). *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 153-173.

CISNE, M; SANTOS, S. *Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, M. *Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.

CISNE, M. Políticas públicas para as mulheres nos governos Lula: um balanço crítico-feminista. In: ANDRADE, A. et al. (org.). *Feminismo, gênero e sexualidade: diálogos contemporâneos*. Mossoró: Edições UERN, 2016. P. 90-112.

CLEMENTE, F. S. *Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras*. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In: VELASCO E CRUZ, S.; KAISEL, A.; CODAS, G. (org.). Direita volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Perseu Abramo, 2015. [pp. 115-143]

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade.* São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, A. A.; SOARES, V. Introdução. *In: COSTA, A. A. et al. (org.). Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero.* São Paulo: CUT, 2002. P. 9-26.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários.* São Paulo, Três Estrelas, 2014.

CUNHA, C.; LOPES, C. V.; LUI, J. *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014.* Rio de Janeiro: ISER, 2017.

CUSTODIO, T. Ninguém viu, ninguém vê: comentários sobre o estado da violência na atual democracia (de poucos). *In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (org.). Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização.* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. P.120-143

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.* São Paulo: Boitempo, 2016.

D'ATRI, A. *Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo.* 2. ed. Tradução: Barbara Molnar, Flávia Toledo e Lara Zaramella. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DELPHY, C. Teorias do patriarcado. *In: HIRATA, H. et.al. (org.). Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 173-178.

DEMIER, F. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. Introdução. *In: DEMIER, F.; HOVELER, R. A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. P. 9-24.

DEMIER, F. *Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DEMIER, F. *Crônicas de dias desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 2020.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *PEC 6/2019: como ficou a previdência depois da aprovação da reforma do senado federal?* São Paulo: DIEESE, 2019.

DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.

DIAS, Edmundo. *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIP, Andrea. *Em nome de Quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

DUPAS, G. *Atores e poderes na Nova Ordem Global*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L.; ROSSI, P. (org.). *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2018.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. Tradução: Luís Carlos Borges Silvana Vieira São Paulo: Boitempo, 1997.

EL MUNDO (Jornal). El antifeminismo, um arma electoral de éxito a nível mundial: de Trump a Bolsonaro. Matéria publicada em 01 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.elmundo.es/espana/2019/02/01/5c546d5d21efa0633c8b459d.html>. Acesso em julho de 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO (ESP). Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. *Estatuto Escola Sem Partido*, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

EUFRÁSIO, A. *Expressões do conservadorismo moral na atualidade: a culpabilização de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família*. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

FALQUET, J. *Globalización neoliberal: la sombra de los complejos militar-industriales sobre las “mujeres globales”*. Paris: Ritmo/Coredem, 2017.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a.

FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019b.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

FERNANDES, F. *A Interação do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, FFCCCL/USP, 1964.

FERREIRA, Argemiro. Os Estados Unidos, o Iraque e as origens do Projeto Conservador. IN: *Revista Margem Esquerda*, nº 6, São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. Introdução. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010. P. 11-22

FERREIRA, V. *Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências*. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FONTES, V. Prefácio. In: CASTELO, R. et al. (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. Pg. 13-20

FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Uerj, 2017. p. 17-34.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, L&PM Editores, 2010. [Tradução Sergio Faraco].

GOMES, M; FERRARO, S. Porque são as mulheres que vão derrubar Bolsonaro? Matéria publicada em 02/07/2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/07/02/por-que-sao-as-mulheres-que-voao-derrubar-bolsonaro/>. Acesso em novembro de 2021.

GONÇALVES, R. B. *Bancada Evangélica?: uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. IN: *Revista Serviço Social e Sociedade*, Nº 112. São Paulo: Cortez, 2012. P. 637-671.

GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOUVEIA, Larissa. Toda Mulher Negra é um Quilombo. Texto publicado em 04/11/2017. Disponível em: <https://anamontenegro.org/cfcam/2017/11/04/toda-mulher-negra-e-um-quilombo/>. Acesso em novembro de 2021.

GUIOT, A. *Dominação burguesa no Brasil: estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

HAGUETTE, T. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HAIDER, A. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 25. ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IASI, M. De onde vem o conservadorismo? In: IASI, M. *Política, estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017. p. 379-388.

IASI, M. Cinco Teses sobre a Formação Social Brasileira. IN: *Revista Serviço Social e Sociedade*, Nº 136. São Paulo, Cortez, 2019. P. 417-438.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Notícia publicada em 29 de junho de 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>, acesso em julho de 2021.

ITAÚ. Programa Mulher Empreendedora. *Itáú Unibanco S. A.*, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://imulherempreendedora.com.br/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

KATZ, C. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KELLER, S. B. *A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 1 v.

KELLER, R. J. *A ofensiva do conservadorismo: luta de classes e crise do socialismo*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2019. 2 v.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. P.67-76.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.

LACERDA, M. B. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LENIN, V. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

LEONE, Igor. (Anti) feminismo em pauta. *Carta Capital*. Matéria publicada em 11/03/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/antifeminismo-em-pauta/>. Acesso em julho de 2021.

LESSA, S. Lukács, ontologia e método: em busca de um (a) pesquisador (a) interessado (a). *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 141-173, 1999.

LIMA, Tatiane. A origem da opressão às mulheres está na divisão da sociedade em classes. Matéria Publicada em 14 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-origem-da-opressao-as-mulheres-esta-na-divisao-da-sociedade-em-classes>. Acesso em dezembro de 2021.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. *Introdução à uma Estética Marxista: sobre a particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. [Tradução Carlos Nelson Coutinho].

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. Versão digital. S/D. Disponível em: <file:///D:/Downloads/Rosa%20Luxemburgo%20%20Reforma%20ou%20revolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em janeiro de 2022.

MACHADO, J. *Raízes do conservadorismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARIANO, C. M. Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259-281, 2017.

MARQUES, Brenda. Julho das Pretas: para o Brasil genocida mulheres negras apontam a solução. Matéria Publicada em 05/07/2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/07/05/julho-das-pretas-para-o-brasil-genocida-mulheres-negras-apontam-a-solucao/>. Acesso em dezembro de 2021.

MARQUES, M. *Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular*. Curitiba: Prismas, 2015.

MARTÍN, M. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma: um grupo de jovens 'hipster' lidera os protestos contra o governo petista em São Paulo e pretende pautar o discurso da oposição. *El País*, São Paulo, 12 dez. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html. Acesso em: 6 jun. 2022.

MARTINS, A. S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

- MARTINS, J. *Os limites do irracional: globalização e crise econômica mundial*. São Paulo: Fio do Tempo, 1999.
- MARTINS, J. *Império do terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo: 2007.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. 1 v.
- MARX, K. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MASCARO, A. *Crise e o golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MATTOS, M. B. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. P. 93-106.
- MATTOS, M. B. *A classe trabalhadora: de Marx a nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MAZZEO, C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado*. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. P. 217-246.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Editora Ensaio, 1996. [Tradução de Georg Toscheff e Marcelo Cipolla].
- MIGUEL, L. F. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016a. P. 29-33.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016b.

MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016.

MML – Movimento Mulheres em Luta. *A reforma da previdência é mais uma violência contra as mulheres*. Cartaz de chamado para a construção da Greve Geral. Publicado em 04/06/2019. Disponível em: <https://mulheresemluta.blogspot.com/2019/>. Acesso em novembro de 2021.

MML – MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. *Estatuto do Movimento Mulheres em Luta*, 2014. Disponível em: <http://mulheresemluta.blogspot.com/2022/07/estatuto-do-movimento-mulheres-em-luta.html>. Acesso em novembro de 2021.

MML- Movimento Mulheres em Luta. *Crime hediondo é a negligência do Estado. Descriminalização e legalização do aborto já*. Matéria publicada em 27/09/2017. Disponível em: <http://mulheresemluta.blogspot.com/2017/09/crime-hediondo-e-negligencia-do-estado.html>. Acesso em novembro de 2021.

MML – Movimento Mulheres em Luta. *Resolução Política Aprovada no II Encontro Nacional do MML*. Publicada em 23/04/2018. Disponível em: <https://mulheresemluta.blogspot.com/2018/04/2-encontro-nacional-do-mml.html>. Acesso em novembro de 2021.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. *Configurações: Revista de Sociologia*, Braga, n. 10, p. 29-41, 2012.

MOURA, F. P.; SALLES, D. C. O Escola sem Partido e o ódio aos professores que formam Crianças (des)viadas. *Revista Periódicos*, Salvador, v. 1, n. 9, p. 136-160, 2018.

MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR (MBC). O Brasil precisa de você! *MBC*, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.eusoumbc.org/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL). *Propostas aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre, em novembro de 2015*. Brasil: MBL, 2015a.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL). *Manual de Instruções para Filiais Municipais*. Brasil: MBL, 2015b.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensa neoliberal*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: ICP, 2015.

NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, C. M. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, C. M. A precarização e a divisão sociosexual do trabalho. *In: SILVA, J. F.; SANT'ANA, R.; LOURENÇO, E. (org.). Sociabilidade burguesa e serviço social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. P. 63-81.

NOGUEIRA, C. M. As mulheres trabalhadoras muitas vezes não podem adoecer. *Entrevista*. Esquerda Diário. 2015. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Claudia-Mazzei-as-mulheres-trabalhadoras-muitas-vezes-nao-podem-adoecer> (acesso em agosto de 2021).

NOGUEIRA, C. M. A terceirização das mulheres no setor público: algumas notas introdutórias. *IN: NAVARRO, V. L; LOURENÇO, E. A. O Averso do Trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo, Outras Expressões, 2017.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, G. C.; CAMPOS, C. H. *Saúde reprodutiva das mulheres: direitos, desafios e políticas públicas*. Brasília: CFEMEA, 2009.

OLIVEIRA, L. De 1917 a 2017: do legado feminista da Revolução Russa às exigências das reivindicações atuais das mulheres. *In: ENCONTRO DE GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS MARXISTAS, 9., 2017, Recife. Anais [...]*. Recife: EPMARX, 2017. p. 15-26.

OLIVEIRA, L. Reforma gerencial, neodesenvolvimentismo e ponte para o futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras. *Revista Ser Social*, Brasília, v. 21, n. 45, p. 263-283, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero*. São Paulo: OIT Brasil, 2010.

PÃO e ROSAS. Pão e Rosas organizou grande atividade em preparação à paralisação do 08/03. Matéria publicada em 21/02/2017. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Pao-e-Rosas-organizou-grande-atividade-em-preparacao-a-paralisacao-do-8-03?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso em novembro de 2021.

PÃO e ROSAS. 8M: o movimento de mulheres retorna às ruas em um mundo em convulsão. Matéria publicada em 27/02/2019. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/8M-o-movimento-de-mulheres-retorna-as-ruas-em-um-mundo-em->

[convulsao?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter.](#)
Acesso em novembro de 2021.

PÃO e ROSAS. Seminário Feminismo e Marxismo Nordeste e Espírito Santo. Matéria publicada em 30/11/2020. Disponível em:

[https://www.esquerdadiario.com.br/05-12-Leticia-Parks-e-Cris-Santos-debaterao-Classe-raca-e-genero-em-Seminario-do-Nordeste-e-ES?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter.](https://www.esquerdadiario.com.br/05-12-Leticia-Parks-e-Cris-Santos-debaterao-Classe-raca-e-genero-em-Seminario-do-Nordeste-e-ES?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter)

Acesso em novembro de 2021.

PARKS, Letícia. Fala de lançamento do livro *Mulheres Negras e Marxismo*.

Publicada em 26/03/2021. Disponível em: [https://www.esquerdadiario.com.br/Leticia-Parks-Lenin-representa-o-nosso-marxismo-defendia-que-as-mulheres-dirigissem-o-Estado?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter.](https://www.esquerdadiario.com.br/Leticia-Parks-Lenin-representa-o-nosso-marxismo-defendia-que-as-mulheres-dirigissem-o-Estado?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter)

Acesso em novembro de 2021.

PEREZ, Fabiola. O Movimento das antifeministas. *Revista Isto É*. 08/08/14.

Disponível em:

https://istoe.com.br/376787_O+MOVIMENTO+DAS+ANTI+FEMINISTAS/, acesso em julho de 2021.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINTO, C. R. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA. *Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras*. Brasília: CNMB, 2002.

PNAD – *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. São Paulo, IBGE, 2016.

PNPM. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, SPM, 2005.

PNPM. *Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM)*. Brasília: SPM, 2008.

RESISTÊNCIA FEMINISTA. Manifesto da Resistência Feminista: surge um novo movimento de mulheres anticapitalistas no Brasil. Matéria Publicada em 08/03/2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/08/manifesto-da-resistencia-feminista-surge-um-novo-movimento-de-mulheres-anticapitalistas-no-brasil/>. Acesso em novembro de 2021.

RESISTENCIA FEMINISTA. Plenária Nacional prepara atos feministas do dia 04 de dezembro. Matéria publicada em 26/11/2021, disponível em:

<https://esquerdaonline.com.br/2021/11/26/plenaria-nacional-prepara-atos-feministas-do-dia-04-de-dezembro/>, acesso em jan/2022.

ROCHA, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? *In: GALLEGO, E. S. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2018. P.49-54

SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SADER, E. *10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2013.

SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO JR, Plínio. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *IN: Revista Serviço Social e Sociedade*, Nº 112. São Paulo: Cortez, 2012. P.672-688.

SANTOS, M. R. Sempre gritamos vidas negras importam: entrevista com a ativista Buba Aguiar. Publicada em 16/06/2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br>. Acesso em dezembro de 2021.

SARDENBERG, C. *Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista.* Salvador: Neim/UFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCRUTON, Roger. *Como ser um Conservador.* 4. ed. Rio de Janeiro, Record, 2016. [Tradução de Bruno Garschagen].

SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política. *Austeridade e Retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil.* São Paulo, 2016.

SILVA, A. O conservadorismo brasileiro na atualidade: sua filiação à agenda neoliberal. *Revista Argumentum* Vitória, v. 13, n. 2, p.96-108, 2021.

SILVA, D. E. *Crítica à concepção de empoderamento e as implicações nas lutas feministas no contexto neoliberal.* 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SILVA, J. M. *Raízes do Conservadorismo Brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social.* 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SILVA, L. C. M.; SILVA, A. L. B. Escola Sem Partido e educação sem criticidade: a quem serve? In: MONTEIRO, S. A. M. *Sexualidade e relações de gênero* 3. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. P.171-177

SOARES, L. T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SOUSA, A. A. Lukács no debate do Serviço Social Brasileiro. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUSA, R. M. *A Direção Sócio-política do Movimento Feminista Brasileiro no Governo Dilma Rousseff (2011-2014): articulação entre as lutas por direitos democráticos e a resistência anticapitalista*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SOUZA, J. M. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)*. SPM, Brasília, 2008.

SURUAGY, Bruna. *Religião e Política: ideologia e ação da bancada evangélica na Câmara Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). USP, São Paulo, 2011.

TABER, M.; RIDDELL, J. Introdução. In: ZETKIN, C. *Como nasce e morre o fascismo*. Tradução: Eli Moraes. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. P. 8-17

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. [pp. 87-116].

TAVARES, M. A. O empreendedorismo e a corrosão das leis trabalhistas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. *Anais* [...]. São Luís: UFMA, 2007. p. 1-7.

TEIXEIRA, M. et al. (org.). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas: CESIT/UNICAMP, 2017.

TEIXEIRA, M. A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. (org.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. P. 281-300

TOLEDO, C. (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo: clássicos do marxismo* (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky). São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

TOLEDO, C. *Gênero e classe*. São Paulo: Sundermann, 2017.

TONET, I. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TREVISAN, J. B. *A atuação política pentecostal em confronto com o movimento LGBT no Brasil redemocratizado*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TRISTAN, Flora. *União Operária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VITAL, C; LOPES, P.V. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.

VITÓRIA, C.; FARIA, N.; MORENO, T. *Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2016.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora UNB, 2004.

WOOD, E. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Sites consultados:

Blog do Movimento Pão e Rosas:

<http://nucleopaoerosas.blogspot.com/>,

Blog do Movimento Mulheres em Luta:

<http://mulheresemluta.blogspot.com/>

Censo IBGE 2010:

<https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em julho de 2021.

Congresso do Movimento Brasil Conservador (II):

<https://congresso.eusoumbc.org/>. Acesso em agosto de 2021.

Frente Parlamentar Evangélica:

<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>

Site Esquerda Online:

<https://esquerdaonline.com.br>

Site do Esquerda Diário:

<https://www.esquerdadiario.com.br/>

Site do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – CFCAM

<https://anamontenegro.org/>